

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

MANOEL MOABIS PEREIRA DOS ANJOS

**O DISPOSITIVO COLETIVO DE IMPRENSA NA OPERAÇÃO LAVA JATO:
Estudo das estratégias estabelecidas por fontes, assessores e
jornalistas**

São Leopoldo

2021

MANOEL MOABIS PEREIRA DOS ANJOS

**O DISPOSITIVO COLETIVO DE IMPRENSA NA OPERAÇÃO LAVA JATO:
Estudo das estratégias estabelecidas por fontes, assessores e jornalistas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof(a). Dra. Beatriz Alcaraz Marocco

São Leopoldo

2021

A851d Anjos, Manoel Moabis Pereira dos.
O dispositivo coletiva de imprensa na operação Lava Jato : estudo das estratégias estabelecidas por fontes, assessores e jornalistas / por Manoel Moabis Pereira dos Anjos. – 2021.
334 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2021.
“Orientadora: Dra. Beatriz Alcaraz Marocco”.

1. Jornalismo. 2. Entrevista coletiva. 3. Fontes. 4. Processos de apuração. 5. Assessoria de imprensa. I. Título.

CDU: 070:659

MANOEL MOABIS PEREIRA DOS ANJOS

O DISPOSITIVO COLETIVA DE IMPRENSA NA OPERAÇÃO LAVA JATO:
ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS ESTABELECIDAS POR FONTES, ASSESSORES E
JORNALISTAS

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Comunicação da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 22 DE FEVEREIRO de 2021.

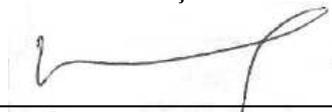
BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. JULIO CÉSAR ARRUETA - UNJU / UNIVERSIDAD NACIONAL DE
JUJUY PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA

PROF. DR. ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JUNIOR -
UFPE PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA

PROF. DR. MARCELO ENGEL BRONOSKY - UEPG
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA

PROF. DR. JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA - UNISINOS
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA



PROFA. DRA. BEATRIZ ALCARAZ MAROCCO – UNISINOS

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

*À todas e todos que insistem em produzir conhecimento
diante das adversidades que marcam o tempo presente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e de forma especial à minha orientadora Profa. Dra. Beatriz A. Marocco.

Aos colegas docentes, estudantes e servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, especialmente nos cursos de Jornalismo (UEPG) e Comunicação Organizacional (UTFPR).

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior - Capes pelo financiamento dessa pesquisa.

Aos colegas que colaboraram com o processo de pesquisa em momentos de debates, apresentações de trabalhos, salas de aula e no grupo de pesquisa Lógicas de Produção e Consumo do Jornalismo da UEPG.

Vale registrar também a importância desses colegas e amigos em conversas nos ambientes menos formais como cafés, restaurantes e pequenos intervalos que ajudaram a suportar os desafios do percurso.

Aos familiares e amigos que deram o suporte pessoal significativo nestes quatro anos de pesquisa, de modo especial a minha companheira Cíntia Xavier, ao Pedro Henrique e minha mãe Márcia Regina Pereira dos Anjos.

“A interrogação jornalística é perturbadora. Queima, arde, irrita. É uma afta insuportável. Mas é preciso alertar aos que a temem. Ela é ferramenta básica dessa atividade. A sombra perseguidora de alguns. Parece óbvio, mas o óbvio passou a ser muito necessário. É por isso que o jornalismo pode ser tão perturbador. A interrogação é aliada de uma sociedade bem informada, que deseja e que compreende a importância da interpretação mais honesta possível dos fatos. É sangue da democracia, com seu tenso, às vezes, incompreensível e confuso sistema de pesos e contrapesos. Fazem parte a divergência, a dúvida, a liberdade de interpretação, o respeito à maioria e à Constituição”.

Laerte Cerqueira

RESUMO

A tese discute as estratégias que marcam o contato entre fontes e jornalistas nas coletivas de imprensa da operação Lava Jato. O debate considera a entrevista coletiva como um dispositivo interacional, ou seja, um espaço não necessariamente físico onde os participantes resolvem demandas originadas pelos seus interesses. A condução teórica desse trabalho trata da construção de mediação específica produzida pelo jornalismo como algo relacionado às negociações realizadas nos processos de apuração. Entre os elementos dessa apuração que são discutidos neste trabalho estão a pluralidade, a verificação a relação com as fontes além de constrangimentos organizacionais. O arranjo metodológico da pesquisa considerou três eixos principais: sistematização das gravações das coletivas da Lava Jato, acompanhamento presencial nestes ambientes e entrevistas com os participantes. Sete episódios de interação são mobilizados para apresentar como esse dispositivo opera: Condução coercitiva do ex-presidente Lula; Defesa das 10 Medidas contra corrupção eleitoral; Troca de Delegados da Polícia Federal; Coletiva de imprensa do Power Point; Antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes; Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada e Explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá. Os episódios serão explorados de forma descritiva e reflexiva. O foco dessa seleção está em materializar quais situações são representativas para demonstrar as lógicas encontradas na interação jornalista e fonte no dispositivo coletiva de imprensa da operação Lava Jato.

Palavras-chave: Jornalismo. Entrevista Coletiva. Fontes. Processos de Apuração. Assessoria de Imprensa.

ABSTRACT

The thesis discusses the approaches that mark the contact between sources and journalists in the press conferences of the Lava Jato operation. The debate considers the press conference as an interactional device, that is, a space that is not necessarily physical where the participants resolve demands originated by their interests. The theoretical conduct of the work deals with the construction of mediation of that place by journalism as something related to the measures taken in the investigation processes. Among the elements of this investigation that are discussed in this work are plurality, a verification of the relationship with the sources in addition to organizational constraints. The methodological arrangement of the research considers three main axes: systematization of the recordings of the Lava Jato press conferences, face-to-face monitoring of environments and included with the participants. Seven episodes of interaction are mobilized to present how this device operates: Condução coercitiva do ex-presidente Lula; Defesa das 10 Medidas contra corrupção eleitoral; Troca de Delegados da Polícia Federal; Coletiva de imprensa do Power Point; Antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes; Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada e Explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá. The episodes will be explored in a descriptive and reflective way. The focus of this selection is on materializing which hypotheses are representative to demonstrate the logic found in the interaction, journalist and source in the Press Conference device of the Lava Jato operation.

Key-words: Journalism. Press Conference. Sources. Counting Processes. Press Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Print negociação acesso às entrevistas coletivas.....	54
Figura 2 - Rascunho da área de acesso na sede da Superintendência PF Curitiba. 60	60
Figura 3 - <i>Charge</i> Mafalda e Manolito.....	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Foto da realização da 61º Fase da Operação Lava Jato.	63
Fotografia 2 - Foto da realização da 61º Fase da Operação Lava Jato.	63
Fotografia 3 - Foto da realização da 61º Fase da Operação Lava Jato.	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Quantidade de operações deflagradas:	64
Quadro 2 - Síntese atuação Assessoria de Imprensa	98
Quadro 3 – Objetivos das entrevistas.....	107
Quadro 4 – Circunstâncias das entrevistas.....	107

LISTA DE SIGLAS

PF	Polícia Federal
MPF	Ministério Público Federal
RF	Receita Federal
DELECOR	Delegacia de Combate ao Crime Organizado
TRF	Tribunal Regional Federal
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O DISPOSITIVO COLETIVA DE IMPRENSA: DESCRIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
2 DA LAVA JATO À VAZA JATO: O PERCURSO DA OPERAÇÃO LAVA JATO NOS CAMPOS JURÍDICO E JORNALÍSTICO	28
2.1 LAVA JATO: DESCRIÇÃO E CRÍTICAS NO CAMPO JURÍDICO.....	28
2.2 A COBERTURA QUE A IMPRENSA DEU A LAVA JATO NÃO COMEÇOU EXATAMENTE NA LAVA JATO.....	33
2.3 A SÉRIE “VAZA JATO” E A RETOMADA DE UM JORNALISMO CRÍTICO	38
3 O PERCURSO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	44
3.1 O CAMINHO DA PESQUISA	44
3.2 MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS VÍDEOS DAS COLETIVAS DA LAVA JATO.....	46
3.3 MOVIMENTO DE APROXIMAÇÃO COM OS PARTICIPANTES DAS COLETIVAS	47
3.4 CONGRESSO ABRAJI.....	48
3.5 SEMANA DE COMUNICAÇÃO.....	50
3.6 MÍDIA ALTERNATIVA E OPERAÇÃO LAVA JATO.....	52
3.7 MOVIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ROTINA DAS COLETIVAS	53
3.7.1 31/01/2019 – 59º Fase.....	56
3.7.2 08/05/2019 – 61º Fase.....	60
3.8 MOVIMENTO DE PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES QUE PARTICIPARAM DAS COLETIVAS.....	65
4 A VISADA CULTURAL QUE ORIENTA O JORNALISTA: O JORNALISMO COMO UM CAMPO DE MEDIAÇÃO ATRAVESSADO POR DIFERENTES LÓGICAS	67
4.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO QUE COMPÕEM O TIPO DE MEDIAÇÃO ESPECÍFICA QUE OS PROFISSIONAIS DA NOTÍCIA REALIZAM	69
4.2 APURAÇÃO COMO ELEMENTO QUE QUALIFICA A MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA.....	72
4.3 VERIFICAR COMO UM MÉTODO DO FAZER JORNALÍSTICO	74
4.4 PLURALIDADE COMO ELEMENTO FUNDANTE	75

4.5 PISTAS DA CRISE NO JORNALISMO E A POTENCIALIDADE DE SE REINVENTAR.....	77
5 FONTES E ASSESSORIA DE IMPRENSA NA DISPUTA MUDIÁTICA	84
5.1 PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FONTES.....	88
5.2 ORIGENS DO ASSESSORAMENTO DE IMPRENSA.....	89
5.3 ASSESSORIA DE IMPRENSA: COMPETÊNCIA DO JORNALISMO OU DAS RELAÇÕES PÚBLICAS?	92
5.4 A PROPAGANDA NA ASSESSORIA DE IMPRENSA	93
5.5 OS CAMELOS: FERRAMENTAS DA ASSESSORIA DE IMPRENSA.....	96
5.6 OS PSEUDO-EVENTOS OU META-ACONTECIMENTO.....	100
5.7 INFORMAÇÃO SUBSIDIADA PARA OS JORNALISTAS.....	102
6 AS ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS COMO UM DISPOSITIVO INTERACIONAL	105
6.1 TÁTICAS PADRÃO OU MODELOS RECONHECÍVEIS	105
6.2 ASPECTOS GERAIS DAS COLETIVAS DE IMPRENSA.....	111
7 AS ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO	116
7.1 ASPECTOS PRÓPRIOS DAS COLETIVAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO.....	116
7.2 OS JORNALISTAS	119
7.3 AS FONTES	123
7.4 ASSESSOR DE IMPRENSA.....	124
7.5 O DISPOSITIVO EM FUNCIONAMENTO: EPISÓDIOS INTERACIONAIS	130
7.5.1 Episódio Interacional: Condução coercitiva do ex-presidente Lula.....	132
7.5.1.1 Perguntas dos Jornalistas.....	134
7.5.1.2 O pronunciamento de Lula.....	135
7.5.1.3 Considerações sobre a coletiva de imprensa e o pronunciamento do ex- presidente.....	136
7.5.2 Episódio Interacional: Defesa das 10 Medidas contra corrupção eleitoral	138
7.5.2.1 Considerações sobre o episódio.....	139
7.5.3 Episódio interacional: Troca de Delegados da Polícia Federal	140
7.5.3.1 Perguntas dos Jornalistas.....	142
7.5.3.2 Considerações sobre Episódio.....	143
7.5.4 Episódio Interacional: A coletiva de imprensa do Power Point.....	144
7.5.4.1 Perguntas dos jornalistas.....	146

7.5.4.2 Reflexão sobre o dispositivo Coletiva de Imprensa do Power Point.....	146
7.5.5 Episódio Interacional: antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes.....	151
7.5.5.1 Perguntas dos Jornalistas.....	153
7.5.5.2 Considerações sobre o episódio: antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes	154
7.5.6 Episódio Interacional: Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada	155
7.5.6.1 Perguntas dos Jornalistas.....	157
7.5.6.2 Considerações sobre o episódio: Interacional PF impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada.....	158
7.5.7 Episódio Interacional: explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá	160
7.5.7.1 Perguntas dos Jornalistas.....	163
7.5.7.2 Considerações sobre o episódio Interacional: explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO LAVA JATO.....	185
ANEXO A - PROSOPOGRAFIA DOS MEMBROS OPERAÇÃO LAVA-JATO	212
ANEXO B - COMPILAÇÃO DE RELEASES PUBLICADOS PELA PF	216

1 INTRODUÇÃO

A entrevista coletiva se realiza em um momento de alto apelo noticioso, onde diversos jornalistas estão colocados diante de uma mesma fonte de informação. Trata-se de um momento em que se coloca em evidência a posição de uma fonte que convoca a entrevista e tem a finalidade de apresentar seu ponto de vista sobre um assunto que motivou a coletiva. Mais do que apresentar pontos de vista, as fontes buscam que seus posicionamentos sejam aceitos pelos jornalistas e que estes possam lhe oferecer uma abordagem favorável no produto noticioso.

Diferente de uma entrevista individual, onde o jornalista guia a interação com a fonte estabelecendo convenções para a intervenção jornalística, na coletiva de imprensa há uma inversão desse ordenamento. O protocolo de interação é planejado e determinado pela fonte e orienta como e quando o jornalista pode fazer intervenções/ perguntas. Não é o jornalista quem determina onde e como começa/ termina a conversa, não é o repórter quem conduz a agenda dos temas que a interação vai oferecer, o tempo de duração do encontro é determinado pela fonte, além da dificuldade de realizar “réplicas” (perguntar a partir da resposta da fonte) já que a entrevista coletiva se caracteriza pelo rodízio de perguntadores.

O interesse da presente pesquisa está em discutir a negociação que se estabelece entre jornalistas e fontes nas coletivas de imprensa. De forma específica este trabalho faz suas considerações com base nas entrevistas coletivas realizadas no âmbito da operação Lava Jato. Entendemos que o trabalho de mediação específica realizado pelo jornalismo depende diretamente do modo como os relatos jornalísticos foram construídos na apuração. Assim, os relatos produzidos pelos jornalistas não são um “espelho da realidade”, mas sim, produto de um aspecto do fato que se impõe:

Se a reportagem fosse uma simples recuperação de fatos óbvios, o agente de imprensa seria um pouco mais que um funcionário. Mas, uma vez que, no que diz respeito à maioria dos grandes tópicos de notícias, os fatos não são tão simples e nem tão óbvios, mas sujeitos à escolhas e opinião, é natural que cada um queira fazer sua própria seleção de fatos para serem impressos nos jornais. (LIPPMAN, 2008, p.169-170).

A reflexão será conduzida sob a mirada dos dispositivos interacionais, conforme mencionado por Braga *et al.* (2017), e busca investigar como se negociam

os interesses da fonte e dos jornalistas nas coletivas de imprensa da operação Lava Jato?

Para iniciar o trabalho, é preciso apresentar a noção de dispositivo e como essa proposta se relaciona com o objeto empírico delimitado a partir do problema de pesquisa.

1.1 O DISPOSITIVO COLETIVA DE IMPRENSA: DESCRIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Segundo Braga *et al.* (2017) os dispositivos interacionais são um espaço não necessariamente físico onde seus participantes resolvem demandas originadas pelos seus interesses. A noção de dispositivo surge a partir dos estudos de Michel Foucault, em uma construção primeiramente metodológica e depois conceituada em vários de seus estudos.

A ideia ampla sobre dispositivo indica um lugar (não necessariamente físico) para resolver coisas das mais variadas situações da vida em sociedade. Trata-se de algo que se desenvolve de forma histórica que busca responder uma certa urgência e que, portanto, só existe em relação a um conjunto de elementos que o dão sentido. Nas palavras do próprio Foucault (1994, p.364):

O que tento demarcar sob esse nome é, primeiramente, um conjunto resolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: tanto o dito como o não dito, aí estão os elementos do dispositivo.

A definição de dispositivo é marcada então por “[uma] ...rede que se pode estabelecer entre esses elementos”. (FOUCAULT, 1994). O funcionamento de um dispositivo estaria ligado a uma relação que há entre os elementos descritos por Foucault (1994) em uma espécie de jogo que acontece durante sua operação. Este jogo envolveria além dos elementos citados, também os agentes que participam deste dispositivo.

Braga (2018) defende que a transferência de uma construção teórica para outro contexto, exige determinados ajustes ou derivações que considerem as especificidades de cada área de conhecimento. Ele pondera que os dispositivos estudados por Foucault tinham um forte apelo disciplinar e defende que é possível

pensar dispositivos com outras características, em seu caso específico, os dispositivos interacionais.

Por dispositivos interacionais, Braga (2011, p.11) entende:

Dispositivos de interação são espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais.

O autor complementa a definição com a demarcação de um entendimento sobre que tipo de dispositivo está se referindo “[...] estamos voltados para dispositivos que se organizam social e praticamente como base para comunicação entre participantes (em qualquer abrangência, número, dimensão ou processualidade)”. (BRAGA, 2011, p. 11).

Os dispositivos interacionais envolvem motivos, objetivos e procedimentos que marcam sua existência. Os dispositivos existem na condição de oferecer opções de enfrentar, resolver ou fazer agir em uma demanda social. São espaços de produção de interação e compartilhamento. (BRAGA *et al.*, 2017, p.18-19). Essa dimensão de troca que o dispositivo é, na avaliação de Braga *et al.* (2017, p.19), sempre tentativa e nem sempre relacionada a ideia de um certo “sucesso” ou na busca de um consenso:

Assim, na observação de episódios interacionais, assumimos como “comunicação” não só aquela de valor alto, do processo bem-sucedido ou da obtenção de consenso – mas toda troca, articulação, ou tensionamento entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais; frequentemente desencontrada, conflituosa, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das “intenções” (que, aliás, podem ser altas ou rasteiras). Pessoas se comunicam inclusive no conflito, na opressão ou na manipulação. Comunicação parece ser o processo voltado para reduzir o isolamento e para a ação conjunta entre humanos – quaisquer que sejam os objetivos e os modos de fazer – admitindo, exatamente porque tentativos, que o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade.

As coletivas de imprensa operam com finalidades que atendem aos interesses de seus participantes, embora, como destacado na citação anterior, isso nem sempre seja alcançado. Trata-se, portanto, de uma expectativa nem sempre contemplada de seus participantes. Da perspectiva dos jornalistas, elas oferecem informações com interesse jornalístico, alimentam uma demanda por informação que é a base do trabalho do produtor de notícias, além de dar acesso às fontes com

grande apelo noticioso. Para a fonte, a coletiva tem como finalidade oferecer visibilidade midiática, uniformizar respostas sobre um fato social a partir daquilo que foi dito na coletiva, controlar a curiosidade jornalística determinando os momentos de interação com os produtores da notícia aos momentos da coletiva e dar aspecto de transparência às ações realizadas pelas fontes que promovem a coletiva.

Os dispositivos interacionais se materializam na realização dos episódios interacionais, ou seja, nas situações de interação onde esses dispositivos são efetivamente colocados em prática. De modo que nos episódios interacionais, estejam presentes modos de interação previamente conhecidos que não se refiram a interações totalmente “novas” ou inventadas a cada momento pelos seus participantes.

Constatamos, ao invés, a existência – socialmente produzida e disponível no ambiente cultural – de uma grande quantidade de táticas-padrão, de modelos reconhecíveis, mas com grande plasticidade de acionamento, que podem ser chamados pelos participantes a serviço de sua comunicação. Denomino a esses modelos, para efeito de referência e conceituação, de “dispositivos interacionais”. (BRAGA *et al.*, 2017, p.33).

Nos episódios interacionais são apresentados os códigos (não necessariamente linguísticos) onde os falantes tentam transmitir suas intenções. Por outro lado, o receptor, realiza um processo de produção de inferências que não necessariamente buscam sintonia com as intenções do produtor da mensagem. Essa compreensão está relacionada a ideia de que os enunciados se caracterizam por um componente performático e antes de serem avaliados sob uma dimensão de falsos ou verdadeiros, podem ser melhor classificados como felizes ou infelizes, muito em função de seu relacionamento com condições e variáveis da situação concreta que são colocados em circulação. (BRAGA *et al.*, 2017, p.24).

Na avaliação de Braga *et al.* (2017, p.23) códigos e inferências são componentes mínimos de um episódio interacional:

Isso corresponde a afirmar que, no processo de produção e reconhecimento do sentido, os participantes de uma interação devem produzir hipóteses para, de modo inferencial, relacionar os enunciados com o que pode ser a intenção do falante e com a situação contextual em que os enunciados são feitos. (BRAGA *et al.*, 2017, p 26-27).

A partir da relação código e inferência, busca-se identificar como se negociam os interesses da fonte (falante) com as expectativas do jornalista (receptor) nas coletivas de imprensa da Lava Jato?

No caso do estudo em questão, sete episódios interacionais foram selecionados para tentar explicar as negociações do dispositivo coletiva de imprensa, são eles: condução coercitiva do ex-presidente Lula, defesa das 10 medidas contra corrupção eleitoral, troca de delegados da Polícia Federal, coletiva de imprensa do *Power Point*, antecipação de deflagração de fase para o então ministro Alexandre Moraes, Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de delação premiada e explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá. Os episódios serão explorados de forma descritiva e reflexiva no capítulo de análise que compõe esta tese. O foco dessa seleção está em materializar quais situações são representativas para demonstrar as lógicas de comunicação na interação jornalista e fonte, no dispositivo coletiva de imprensa da operação Lava Jato.

O contato entre jornalistas e fontes nas coletivas de imprensa se desenvolve de forma processual e busca responder a urgências/interesses dos jornalistas e das fontes. No caso específico que este estudo aborda, é preciso destacar que a operação Lava Jato possibilitava um tipo de inferência sobre os sentidos dos enunciados dados pelas fontes durante as coletivas, que acabaram sendo reorientados a partir da divulgação das mensagens envolvendo os investigadores que foi feito pelo portal *The Intercept Brasil*¹.

Entendendo a relação de troca entre jornalistas e fontes como um elemento importante na definição da notícia, o presente estudo considera um tipo específico de entrevista, as coletivas de imprensa, para compreender as condições que marcam o processo de apuração jornalística neste dispositivo.

A atividade jornalística está relacionada a capacidade de produzir uma mediação específica a partir dos relatos informativos construídos pelos jornalistas. Esses relatos são produzidos a partir de um modo próprio que envolve atributos do jornalismo como a apuração, verificação e pluralidade. A competência de mediação jornalística está diretamente relacionada as condições que o jornalista encontra no processo de apuração.

¹ A divulgação das mensagens pela Vaza Jato será abordada no capítulo a seguir desta apresentação.

Quando o processo de apuração é prejudicado, seja por questões de natureza organizacional, adesão (passiva ou ativa) dos jornalistas à posição da fonte ou mesmo quando a fonte “desvia” das questões colocadas pelos jornalistas, a mediação jornalística que se materializa em relatos jornalísticos, também, será prejudicada. Esse modo próprio de construir relatos está atravessado por uma relação tríade que se estabelece nas coletivas de imprensa que envolve jornalistas, fontes e assessores de imprensa e opera em uma disputa de poder marcada por estratégias. Cada integrante que participa da coletiva de imprensa atua como um sujeito que tenta exercer poder sobre o outro com objetivo de fazer este dispositivo funcionar de acordo com os interesses dos envolvidos na interação. (FOUCAULT, 1977).

Nesta tentativa de exercer poder com a finalidade de alcançar objetivos específicos, são criadas as estratégias. As estratégias são, de acordo com Foucault (1977, p.247), definidas por três formas principais: “[...] para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; ” ou ainda “[...] trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. ” ou então é “[...] a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele”.

No caso dos jornalistas que participam das coletivas de imprensa, as estratégias utilizadas neste dispositivo têm o objetivo de conseguir informações com algum interesse jornalístico para que possam se tornar notícia. Para isso, o jornalista aciona um conhecimento prévio que indica quais ações devem ser utilizadas para conseguir esta informação. O conhecimento prévio, acionado pelo jornalista para realizar seu trabalho, é marcado por um *habitus*, que de acordo com Bordieu (1997, p. 65) se refere a:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...].

Ao aceitar participar da coletiva de imprensa, o jornalista, de partida, indica seu interesse em ouvir o que uma fonte tem a dizer sobre o assunto em questão. (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004). Implicitamente também está a aceitação do funcionamento (as regras definidas pela fonte) dessa coletiva. Os

jornalistas são sujeitos para os quais as coletivas de imprensa se direcionam. Durante as coletivas de imprensa, os jornalistas estão realizando parte de seu trabalho de apuração. A construção desse entendimento jornalístico sobre o que a fonte diz está atravessada por valores que são de âmbito pessoal (as chamadas agências do sujeito), passam pelas questões organizacionais e também por compromissos de natureza ontológica do jornalismo.

Assim, o trabalho de apuração jornalística nas coletivas de imprensa é tensionado por esses valores e nem sempre coincidem com os interesses das fontes. A coletiva de imprensa se estabelece como um lugar de disputa entre jornalistas e fontes, onde se materializa uma espécie de jogo entre os participantes com a finalidade de alcançar objetivos específicos.

Os jornalistas são responsáveis, em uma coletiva de imprensa, pela elaboração de um produto informativo, a partir das informações prestadas pela fonte. Trata-se de um movimento que ainda necessita ser complementado com a checagem das informações prestadas pela fonte e busca por informações contraditórias (que visem a pluralidade). Sem o trabalho de verificação e pluralidade, o jornalismo fica limitado a uma ideia de “transmissão” de informações e não a um lugar de produção de sentido a partir de uma mediação específica.

Da parte dos jornalistas, as estratégias para realizar seu trabalho passam por conhecer o assunto que será trabalhado na coletiva, busca de detalhamentos (em caso de assuntos ainda não esclarecidos), manter o foco das perguntas no assunto principal da coletiva, com possibilidade de questionar sobre assuntos que fogem a lógica do esclarecimento principal, apenas em situações de alta relevância pública, e troca de informações no processo de apuração com jornalistas de outras organizações noticiosas.

Realizar a “amarração” de diferentes discursos (posicionamentos) e oferecer como notícia é uma das competências do jornalismo e permite uma leitura social ampla dos fatos. Esse trabalho de mediação depende diretamente do processo de apuração jornalística. Assim, a presente pesquisa busca problematizar as condições de apuração que os jornalistas vivenciam na cobertura das coletivas de imprensa da operação Lava Jato. Essa questão pode ser especificada em dois desdobramentos principais:

- a) **Condições organizacionais:** Se refere às condicionantes que envolvem a estrutura organizacional na qual o jornalista está colocado. A pesquisa busca discutir quais são os principais constrangimentos organizacionais, conforme abordado por Breed (1993), que orientam a apuração jornalística nas coletivas de imprensa da operação Lava Jato. Leva-se em conta que os constrangimentos organizacionais permeiam diferentes áreas da atividade jornalística. Os constrangimentos envolvem a segurança do vínculo empregatício que o profissional jornalista possui, demanda de trabalho designada para o profissional jornalista ou ainda os recursos materiais que o produtor de notícias possui para realizar seu trabalho. Esses elementos impactam diretamente em como os assuntos, em com potencial informativo, serão transformados em notícia e devem ser considerados em uma análise que busca entender como os jornalistas realizam suas apurações no âmbito da operação Lava Jato.
- b) **Participação das fontes:** Aqui o interesse está em como as fontes agem sobre o processo de apuração. Partindo da ideia que as fontes se profissionalizaram (seja através da contratação de assessores de imprensa, produção e distribuição própria de conteúdo midiático e realização de eventos – ou pseudo-eventos), este estudo tenta indicar como esse processo se configura nas coletivas da Lava Jato.

A crise econômica que tem afetado o jornalismo nos últimos anos, indica uma precarização do trabalho profissional em redações comerciais. De acordo com o projeto “Passaralhos” da Volt Data Lab, entre 2012 e agosto de 2018, as redações jornalísticas no Brasil tiveram a demissão de 2.327 jornalistas. Muitos destes postos de trabalhos não foram repostos e cobra dos profissionais que permanecem no emprego o acúmulo de atividades e, conseqüentemente, a redução da qualidade do trabalho. Diante deste contexto, é preciso considerar como os jornalistas resolvem as adversidades oriundas da precarização profissional para ajudar a entender as estratégias que o profissional da notícia utiliza para realizar seu trabalho de apuração nos ambientes de coletiva de imprensa.

As fontes participam das coletivas de imprensa para oferecer informações/esclarecimentos a partir do seu ponto de vista sobre acontecimentos relevantes para o jornalismo e sociedade. Para além de informar o jornalista, as

fontes têm interesse que o seu ponto de vista sobre os fatos seja utilizado pelos jornalistas na notícia. Hall *et al.* (1999) defendem que algumas fontes têm maior capacidade de influenciar a abordagem das notícias. Essas fontes com capacidade de agir sobre o produto noticioso são chamadas pelos autores de definidores primários. (HALL *et al.*, 1999, p. 229).

A existência de uma estratégia, utilizada pela fonte para influenciar a notícia, pode ser percebida nas coletivas de imprensa a partir do controle que a fonte estabelece sobre esse tipo de entrevista. As pistas de como esse controle acontece passam pela escolha do horário e a condição em que a coletiva vai se realizar, mais que isso, elas também compõem o assunto que deve pautar a interação da fonte com o jornalista e quando esse assunto principal da coletiva pode se modificar.

Entre as estratégias discursivas utilizadas pelas fontes e assessores nas coletivas estão: o uso de frase de efeito/ figuras de linguagem para conferir importância às declarações, regramento estabelecido para permitir ou limitar o questionamento jornalístico, não permitir entrevistas exclusivas ao final da entrevista coletiva, decidir quando cada jornalista deve perguntar e voltar o microfone para jornalistas que já haviam perguntado anteriormente, decidir a ordem dos questionadores.

Uma entre as muitas transformações que o jornalismo tem passado nos últimos anos está o crescimento da participação das fontes na definição da notícia. Esta percepção se embasa no uso cada vez mais frequente de um tipo de “jornalismo declaratório” que apresenta as posições das fontes, ao invés de tencioná-las e situá-las em um contexto social específico. As fontes têm adotado ações mais complexas para se relacionar com o jornalismo. Essa complexidade se materializa na escolha de novas formas de dialogar com os jornalistas e no reconhecimento pelas fontes, no que se refere aos interesses jornalísticos, que foram construídos historicamente².

Aquilo que a fonte diz define, motiva, gera ou produz questionamentos e, como efeito (mesmo que de forma indireta), atua no produto notícia. Naquilo que dizem no momento da coletiva de imprensa há uma série de atravessamentos que estão além do desejo de informar os jornalistas sobre os fatos. Fontes são agentes

² A profissionalização das fontes será discutida mais a fundo na revisão bibliográfica.

que oferecem informações a partir de seus pontos de vista e estão interessados em fazer com que seus posicionamentos estejam contemplados no produto notícia.

Entre as fontes consideradas neste estudo estão todos que fazem parte da chamada “Força Tarefa da operação Lava Jato”³ que envolve o Ministério Público Federal (MPF) - Promotores (as) de Justiça, Polícia Federal (PF) - delegados (as) e Receita Federal - Auditores (as) fiscais. As Instituições que compõem o grupo de trabalho da Lava Jato (Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal) são formadas por um conjunto de funcionários públicos que desde 2014 se reuniram para investigar supostos crimes de corrupção cometidos na Petrobras. Em todas as coletivas, as três instituições estão representadas por seus integrantes, porém nem sempre essa representação é equilibrada na quantidade de pessoas, ou mesmo, no tempo e na ordem de fala das fontes.

Via de regra, a Receita Federal participa das coletivas com apenas um auditor fiscal. A Polícia Federal tem em cada coletiva três integrantes e o Ministério Público Federal participa com dois procuradores. Há um revezamento mais significativo entre os procuradores que participam das coletivas, porém sempre estão presentes ao menos dois representantes do MPF que compõem o quadro da Força Tarefa⁴. Já os participantes da Polícia Federal variam em menor frequência. Pela PF, estão em todas as fases: o delegado que coordena a operação Lava Jato, até o início de 2019 era o delegado Igor Romário de Paula e até o final de 2017, participou de todas as coletivas o ex-superintendente da PF no Paraná, Rosalvo Ferreira Franco⁵. O terceiro participante sempre é um delegado que faz parte da Força Tarefa e que tenha colaborado para a realização da fase da operação que foi deflagrada.

É a fonte quem se coloca em condição de explicar o assunto que os jornalistas têm interesse de saber. Porém, suas respostas estão atravessadas pelas regras e interesses previamente determinados no momento de se convocar a

³ O termo Força Tarefa da operação Lava Jato é uma designação dada ao conjunto de funcionários públicos de três esferas (Ministério Público Federal, Polícia Federal e Receita Federal) que trabalham nos casos que envolvem a Operação Lava Jato.

⁴ Deltan Martinazzo Dallagnol (Coordenador), Athayde Ribeiro Costa, Carlos Fernando dos Santos Lima, Diogo Castor de Mattos, Isabel Cristina Groba Vieira, Jerusa Burmann Viecili, Júlio Carlos Motta Noronha, Laura Tessler, Orlando Martello Junior, Paulo Roberto Galvão, Roberson Henrique Pozzobon, Antônio Carlos Welter e Januário Paludo. Destes integrantes, apenas o coordenador da Força Tarefa não participa das coletivas na sede da Polícia Federal.

⁵ Rosalvo se aposentou em dezembro de 2017 e deixou de participar das Coletivas. O superintendente que assumiu o cargo, Maurício Leite Valeixo, nunca participou das coletivas. Em Fevereiro de 2019, Valeixo deixou o cargo de superintendente da PF no Paraná para assumir o comando geral da PF em Brasília. Em seu lugar, assumiu o posto de superintendente no Paraná Luciano Flores de Lima.

coletiva. Ao responder as questões dos jornalistas, a fonte tenta fazer com que os perguntadores confiem em suas respostas, que as utilize no momento de escrever a notícia. Para isso se vale de estratégias que foram criadas pelas próprias fontes ou assessores de imprensa, a partir daquilo que conhece sobre o funcionamento do jornalismo.

Busca-se na realização deste trabalho destacar quais ações são regularmente utilizadas pelas fontes na tentativa de intervir na produção jornalística em momentos de coletiva de imprensa, em outras palavras, como as fontes agem para “agendar” os jornalistas?

Outra preocupação diz respeito ao modo que a fonte trabalha com a variedade de organizações jornalísticas encontradas nas coletivas de imprensa, de maneira específica, que tratamento é dado a cada jornalista? Se a literatura sobre fonte já indica que há um processo de hierarquização de fontes por parte dos jornalistas, é preciso avançar neste debate e indicar que valores orientam essa hierarquização seja das organizações noticiosas para com as fontes ou mesmo das fontes para com as organizações noticiosas.

Na complexificação do relacionamento fonte e jornalista aparece a figura do assessor de imprensa. Os assessores são pessoas que conhecem o funcionamento do jornalismo e que ajudam a arquitetar como as fontes e os jornalistas devem realizar a interação. Apesar do debate sobre o trabalho de assessoria ser ou não uma atividade jornalística, este estudo busca reconhecer quais são as estratégias utilizadas pelos assessores de imprensa que participam das coletivas de imprensa da operação Lava Jato e como suas escolhas impactam sobre o processo de apuração.

Embora não apareça de forma declarada na notícia, o assessor de imprensa é o responsável pela arquitetura da interação realizada em uma coletiva de imprensa. Como conhecedor das regras e valores do jornalismo, o assessor é um planejador que define entre outras coisas o horário da coletiva, os jornalistas convidados e o tempo de fala de cada participante. O assessor de imprensa funciona como uma espécie de consultor para a fonte que está respondendo perguntas na coletiva de imprensa. Antes mesmo da realização da coletiva, ele oferece sugestões para que a fonte possa ter um melhor desempenho durante as respostas aos jornalistas.

A profissionalização do assessoramento de fontes indica que se trata de uma atividade com conhecimento da cultura jornalística e que, ciente das operações que envolvem o trabalho do profissional da notícia, consegue alcançar resultados que vão desde uma colaboração para com o trabalho jornalístico até um estrategista que coloca os interesses do assessorado a frente dos interesses jornalísticos. As duas definições para a finalidade do trabalho de assessoramento de mídia não precisam ser necessariamente excludentes, e, nesta pesquisa, a definição do que faz o assessor de imprensa (facilitador da atividade jornalística e/ou um representante dos interesses privados das fontes) está relacionada diretamente com o desempenho deste assessor no ambiente das coletivas. É na ação prática deste profissional que se busca discutir qual papel ocupa socialmente.

O assessor de imprensa é quem organiza, convoca e até prepara a fonte para a coletiva de imprensa. Seu trabalho é fazer com que tudo aquilo que foi planejado para a coletiva se concretize, é também agir em situações que escapem ao planejado. A relação entre assessor e jornalistas é cercada por interesses de ordem profissional, pessoal e ideológica, inscreve-se em uma disputa (às vezes sutil e em outros momentos mais evidente) sobre a abordagem que se constrói no momento da coletiva.

Nesta pesquisa em específico, o interesse está em entender como o assessor de imprensa participa do funcionamento deste dispositivo. Um assessor de imprensa tem diversas formas de organizar a realização de uma coletiva de imprensa. Controlar o tipo de pergunta que o jornalista pode realizar, determinar a ordem e quantidade de questões de cada entrevistador, interromper a entrevista quando julgar necessário, além de permitir ou não, que um jornalista volte a perguntar depois da primeira questão.

A partir das “regras” estabelecidas nas coletivas de imprensa da Lava Jato, este estudo busca saber se as medidas do assessor de imprensa estão no âmbito de colaborar com a transmissão das informações pelo jornalismo ou na defesa do posicionamento da fonte sobre o assunto tratado?

Para além do atendimento à imprensa e do assessoramento das instituições/empresas a que estão vinculados, os assessores também são responsáveis pela criação/manutenção de espaços próprios de informação. No caso da operação Lava Jato, um canal do *YouTube* foi criado para transmissão e publicação das entrevistas coletivas. Trata-se de outra marca das transformações

que o jornalismo tem passado nos últimos tempos, a perda da exclusividade no que se refere a oferta de informações sobre as instituições sociais.

O estudo considera, portanto, a tríade de sujeitos (jornalistas, fontes e assessor de imprensa) que se relacionam no dispositivo coletiva de imprensa. Em primeiro lugar o jornalista, que, ao aceitar participar de uma coletiva de imprensa tacitamente aceita suas regras e entrega à fonte o poder de começar e finalizar a entrevista, situação inversa daquilo que ocorre em outros tipos de entrevista. (LAGE, 1997). Depois o assessor, sujeito que organiza a interação jornalista e fonte, e por fim as fontes que se valem de estratégias discursivas para alcançar objetivos específicos.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é **(a) discutir as estratégias que marcam o contato entre fontes e jornalistas no dispositivo coletivas de imprensa da operação Lava Jato**. Outros interesses da presente pesquisa são: **(b) refletir sobre a prática jornalística nas coletivas de imprensa e (c) ponderar sobre a participação dos assessores de imprensa na relação fontes e jornalistas** e, por fim, **(d) sistematizar as principais estratégias midiáticas utilizadas pelos integrantes da Lava Jato ao longo da operação**. Busca-se ainda, investigar como o jornalismo e fonte se relacionam em coletivas de imprensa, além de identificar estratégias das fontes para conseguir pautar suas impressões no conteúdo noticioso.

O estudo encontra validade à medida que, investigar a relação do jornalismo com aqueles que lhe oferecem a matéria prima para as notícias, pode contribuir para o entendimento da complexidade do jornalismo. O recorte deste estudo se revela importante uma vez que a profissionalização das fontes tem se tornado uma questão cada vez mais frequente e pouco tem se estudado sobre as implicações desse processo no que se refere a prática jornalística. A participação de profissionais com conhecimento operativo do jornalismo, em instituições não jornalísticas, é um fenômeno que complexifica ainda mais a relação fonte e jornalista, uma vez que sofisticava o processo e o torna cada vez mais burocratizado.

2 DA LAVA JATO À VAZA JATO: O PERCURSO DA OPERAÇÃO LAVA JATO NOS CAMPOS JURÍDICO E JORNALÍSTICO

O objetivo desse capítulo é apresentar a operação Lava Jato a partir da sua forma de organização. As informações têm como foco situar o leitor sobre o funcionamento da operação e, também, sobre as principais críticas que o conjunto de investigação recebe. Além disso, o capítulo tenta demonstrar que cobertura midiática que a Lava Jato recebeu por parte do jornalismo não surgiu exatamente neste caso específico, trata-se de um tipo de representação que se insere em um processo maior que envolve a espetacularização das ações da polícia/judiciário que é alimentado pelo jornalismo e, também, pelo próprio judiciário. O “padrão” da cobertura jornalística identificado na Lava Jato apresenta um ponto “fora da curva” no que se refere aos sentidos dados à operação pela imprensa, a série de reportagens do *The Intercept* Brasil que ficou conhecida como “Vaza Jato” que também está repercutida neste capítulo.

2.1 LAVA JATO: DESCRIÇÃO E CRÍTICAS NO CAMPO JURÍDICO

A operação Lava Jato se refere a um conjunto de investigação realizado pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal (RF) que apura crimes de corrupção envolvendo a Petrobrás. As investigações começaram a partir de um inquérito sobre lavagem de dinheiro que envolvia o ex-deputado José Janene (PP) na Câmara dos Deputados e o doleiro Alberto Youssef. O nome da operação se deve ao envolvimento de um posto de combustível no esquema de lavagem de dinheiro. A primeira fase da operação em 17 de março de 2014 e teve a prisão do doleiro Youssef de forma preventiva.

O procurador que coordenava a operação Lava Jato no Ministério Público Federal, Dallagnol (2017, p.109) defende que a operação está baseada em quatro pilares principais: acordos de colaboração, avanços por “pulos” ou fases, cooperação (Nacional e internacional) além de uma estratégia de comunicação social.

Quanto ao primeiro pilar, o procurador explica que se trata do uso das delações premiadas como forma de obter informações sobre os crimes investigados. No que se refere aos avanços por fases, Dallagnol explica que isso se refere ao

“cadenciamento” da investigação que até o início de outubro de 2020 soma 75 fases. Já em relação a cooperação, o ex-coordenador da Lava Jato no Ministério Público federal informa que a operação recebe ajuda, como o acesso às contas no exterior e movimentação financeira dos investigados dentro e fora do país. Quanto à estratégia de comunicação, Dallagnol (2017, p. 111) diz que a Lava Jato passou a ser “amplamente divulgada” e dessa forma recebeu a adesão da opinião pública. Para a divulgação da operação, duas estratégias principais foram adotadas:

Desde que os interesses em jogo cresceram, nós nos preocupamos em conferir máxima transparência ao nosso trabalho. Além de a Constituição estabelecer a publicidade como regra, ela é uma forma de prestar contas à sociedade e garantir a credibilidade fundamental para a Lava Jato. “A luz do Sol é reconhecida como o melhor dos desinfetantes”, disse o magistrado da Suprema Corte estadunidense Louis Brandeis no início do século XX. Isso nos levou a inovar com coletivas à imprensa não só na deflagração de fases da operação, mas também no oferecimento das denúncias. Foi criado o primeiro site brasileiro oficial para uma operação, com os principais documentos do caso e informações que permitem o acesso eletrônico aos processos. Estabelecemos inclusive uma postura proativa em relação a entrevistas. Em cada episódio, a orientação dos profissionais de comunicação dos quadros do Ministério Público Federal sempre foi seguida. (DALLAGNOL, 2017, p. 115).

A Lava Jato se inspirou na operação “*Manie Pulite*”, que investigava um esquema de corrupção da Itália na década de 1990. O próprio juiz que conduziu o caso entre 2014 e 2019, Sérgio Moro, tem uma publicação sobre a investigação italiana. Moro (2004, p.57-59) afirma que a operação da Europa foi favorecida, contribuiu para a deslegitimação do sistema político, incentivou as delações premiadas e, também, deu publicidade às investigações. Hoje ex-juiz, também avalia as condições de uma operação semelhante ser realizada no Brasil:

No Brasil, encontram-se presentes várias das condições institucionais necessárias para a realização de ação judicial semelhante. Assim como na Itália, a classe política não goza de grande prestígio junto à população, sendo grande a frustração pelas promessas não-cumpridas após a restauração democrática. Por outro lado, a magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal frente ao poder político. (MORO, 2004, p. 61).

De forma geral, a operação funciona da seguinte maneira: Inicialmente a PF e MPF conduzem as investigações contra supostos crimes cometidos, no âmbito da administração pública, que tenham alguma relação com a fase inicial da operação, onde se investigava um esquema de propina e favorecimento de grupos políticos e econômicos na gestão da Petrobras. A PF também possibilita operacionalmente as

buscas, apreensões e prisões além de colher o depoimento dos investigados. Em seguida, os procuradores da República (integrantes do MPF) que atuam no caso analisam as provas e relatórios produzidos pela Polícia e apresentam ou não as denúncias contra os investigados. A RF colabora no trabalho de embasamento de informações de movimentações financeiras sobre os investigados ao longo do inquérito. Todo o trabalho realizado pelas três instituições recebe a autorização da 13ª Vara de Justiça do Paraná, que até o final de 2018 estava sob o comando do ex-juiz Federal Sérgio Moro e em 06 de março de 2019, o juiz federal Luiz Antônio Bonat⁶ assumiu o cargo deixado por Sérgio Moro.

No campo jurídico, a operação recebe críticas no que se refere ao modo de condução dos processos por meio do uso de ativismo judicial para tomada de decisões, além da prática de um juízo de exceção. As críticas também consideram a composição social, política e familiar dos envolvidos no processo investigatório e de julgamento.

A legitimidade da Lava-Jato estaria calcada no lema [a lei]"vale para todos". Entretanto, com o decorrer da Operação Lava-Jato, tornou-se evidente que o foco era não para dismantlar o sistema privado de corrupção sobre o Estado, em grande medida herdada da ditadura civil-militar, mas para inviabilizar o governo Dilma, o PT e perseguir e desmoralizar o ex-presidente Lula. O que minou as expectativas de que a Lava-Jato pudesse focar na estrutura do sistema político foi à forma seletiva como o juiz Sérgio Moro, os procuradores e policiais federais envolvidos na Operação escolheram os alvos políticos dela. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.7).

Almeida e Horita (2017, p.1632) indicam que o combate à corrupção, princípio defendido pelos autores, não pode ser realizado com a utilização de meios que desrespeitem o ordenamento jurídico vigente. As regras e princípios constitucionais consolidariam os direitos fundamentais e devem ser preservados para garantia do exercício de fato do direito, em outras palavras, juiz não muda a “regra do jogo”.

Não parece legal ou razoável que exista um poder, um Juiz, um processo, ou um tribunal, ou qualquer outro poder que extrapole os limites estabelecidos dentro da Constituição Federal, utilizando de manobras e pretextos, argumentando que se tem interpretação distinta do conteúdo axiológico da carta magna. Quando se tem regras já postas, não se pode importar regras e valores de outros países, ou interpretações diferentes da cultura jurídica nacional. Além disso, por vezes, tentam se utilizar da mídia, com manobras espetaculosas, dando a desculpa de ser o único meio de

⁶ JUIZ Luiz Antônio Bonat assume a Operação Lava Jato no Paraná. In: G1 [Paraná]. Curitiba, 06 março 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/06/juiz-luiz-antonio-bonat-assume-a-operacao-lava-jato-no-parana.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2020.

“lutar” de igual para igual contra poderosos. Foi com medidas semelhantes, que se justificaram as maiores atrocidades da humanidade, na história dos povos. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p.1633-1634).

Como efeito, a extrapolação dos limites estabelecidos pela constituição em um dos poderes da república, no caso específico o poder judiciário, resulta no que os autores chamam de ativismo judicial.

Questão oportuna de ser aventada, suscitada por grandes constitucionalistas, seria questionar o que seria ativismo judicial? Surge daí o entendimento que este fenômeno se manifesta em divergentes caminhos, um deste, é a transferência de decisões, em detrimento do Legislativo e do Executivo, para o Poder Judiciário. Quanto ao outro caminho, pode-se destacar a utilização de métodos judiciais de tomadas de decisões no campo político. Assim, pode-se urgir que quando o Poder Judiciário ultrapassa suas atribuições, invadindo a esfera da competência do Poder Legislativo e do Poder Executivo, este se encontra com o fenômeno do Ativismo Judicial. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p.1636).

Nesta concepção, o ativismo judicial seria um comportamento de magistrados para a execução de condutas não reguladas, que acabam impondo ao poder executivo e legislativo seu ponto de vista a respeito de um problema social. Trata-se, portanto, de uma atuação política do poder judiciário, que se manifesta na parcialidade do juiz. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p.1640).

Quanto ao juízo de exceção, Almeida e Horita (2017, p. 1641) refletem que ele difere da noção clássica dos tribunais de exceção (Tribunal Militar de Nuremberg, por exemplo). Há uma sofisticação no uso dessa estratégia, que deixa de usar apenas a suspensão dos direitos consagrados como forma de atuação e passa a dar uma aparência de julgamento dentro da legalidade para algo que já está decidido, a condenação dos investigados.

Assim, para configurar uma jurisdição de exceção, não basta apenas suspender direitos já consagrados, mas tem uma razão fundante mais repugnante, que é, a certeza do seu resultado, ou seja, afastando totalmente a imparcialidade do juiz e aplicando apenas a forma de um devido processo legal, ou processo justo, apenas em aparência, em outras palavras, uma teatralidade, meros atores seguindo um roteiro já escrito, só na espera do momento adequado para aplicar o resultado previamente determinado. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p. 1641).

Na avaliação dos autores, Almeida e Horita (2017, p. 1649), a operação Lava Jato apresenta semelhanças ao modelo de ação nos tribunais de exceção em uma concepção mais sofisticada. A aproximação se deve, entre outros aspectos, pelo rompimento com o princípio do juiz natural para o caso:

Entre elas, talvez a mais grave, diz respeito ao princípio do juiz natural, que somados os artigos; art. 5º, XXXVII: “não haverá juízo ou tribunal de exceção”, e, art. 5º LIII: “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”; ambos da Constituição Federal de 1988. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p.1650).

Uma segunda questão trabalhada pelos autores que aproximaria a Lava Jato de um tribunal de exceção diz respeito à mudança na especialização de competência e até mesmo de nome da 13ª Vara Federal de Curitiba por oito vezes⁷. As alterações aconteceram com a anuência do Tribunal Regional da 4ª Região de Porto Alegre (TRF-4).

Oliveira *et al.* (2017, p.2) na tentativa de “compreender a constituição das matrizes de percepções e valores, as formas pelas quais estes agentes classificam o mundo e que, muitas vezes, orientam suas escolhas e decisões” buscaram mapear a família, genealogia, rede social e política que os integrantes da operação Lava-

⁷ A princípio: a então 2ª Vara Federal de Curitiba, por meio da Res. 20, de 26.05.2003, do TRF da 4ª Região, foi especializada para julgar os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Posteriormente, pela Res. 42, de 19.07.2006, do TRF da 4ª Região, a referida Vara Federal passou a ter competência para também julgar os crimes praticados por organizações criminosas, independentemente do caráter transnacional das infrações. Segue, então, a Res. 56, de 06.09.2006, do TRF da 4ª Região, que revogou a Res. 42/2006. Manteve-se a competência da 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba para julgar os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Mas, por outro lado, retirou de sua competência o julgamento dos crimes praticados por organizações criminosas, atribuindo-lhe o julgamento dos processos de júri. A Res. 56/2006 foi então alterada pela Res. 63, de 05.10.2006, desta vez, sem qualquer mudança específica na competência da 2ª Vara Federal Criminal.

Segue-se, então, a Res. 18, de 24.04.2007, do TRF, além de reorganizar as competências das Varas Federais Criminais da Justiça Federal da 4ª Região, manteve a competência 2ª Vara Federal de Curitiba, para julgar os crimes praticados por organizações criminosas, independentemente do caráter transnacional das infrações, além da competência ora atribuída e a de processar e julgar os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, que já era de sua competência jurisdicional. Posteriormente, por meio da Res. 99, de 11.07.2013, do TRF, alterou a denominação da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, que passou a ser denominada 13ª Vara Federal de Curitiba.

Depois de nova certidão de batismo, a 13ª Vara Federal de Curitiba, por força da Resolução nº 101, de 15.08.2014, passa a ter competência para processar os pedidos de cooperação jurídica passiva em matéria penal, tanto por meio de carta rogatória quanto por meio de cooperação direta com intervenção judicial, encaminhados à Justiça Federal da 4ª Região no âmbito da Seção Judiciária do Paraná (art. 1º).

Novo acréscimo de competência vem pela Resolução nº 96, de 10.09.2015, que alterou a competência de varas da Subseção Judiciária de Curitiba, passou a atribuir para 13ª Vara Federal de Curitiba a competência para os processos do tribunal do júri (art. 2º, caput, II, b), mantida a competência anterior.

Por fim, mas não menos relevante, a Resolução, nº 3, de 19.01.2016, a 13ª Vara Federal, assim como as demais varas federais da Subseção Judiciária de Curitiba, com competência criminal, passaram a ter atribuição jurisdicional para a execução penal da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR (art. 1º). (BADARÓ, Gustavo. A garantia do juiz natural a 13ª Vara federal de Curitiba e o juiz Sergio Moro. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/358591929/a-garantia-do-juiz-natural-a-13-vara-federal-de-curitiba-e-o-juiz-sergio-moro>. Acesso em: 16 abr. 2020).

Jato pertencem. O estudo considerou a árvore genealógica e as conexões com partidos políticos de 22 envolvidos no processo de investigação à época do estudo⁸.

O estudo informa que parte dos procuradores e policiais federais que atuaram na operação são descendentes ou familiares de figuras que atuaram ou atuam no sistema de justiça do país, em alguns casos desde o período do regime militar, e compõem o que os autores chamam de uma “dinastia jurídica”. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.4).

Entre os “achados” do levantamento estão a informação de que Sérgio Moro atuou como auxiliar da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber durante o julgamento do processo do mensalão em 2006. A participação da esposa do ex-juiz Moro em um escritório de advocacia, que trabalhou no assessoramento jurídico de petrolíferas estrangeiras, e também a origem familiar da esposa de Moro, com forte presença política no Paraná. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.9).

Quanto aos procuradores do Ministério Público Federal, Oliveira *et al.* (2017, p17-18) destaca a participação de Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon na Igreja Batista, além do histórico político do pai de Carlos Fernandes dos Santos Lima como deputado pelo partido dos militares na ditadura militar (ARENA) na década de 1970, quando chegou a ser presidente da Assembleia Legislativa do Paraná em 1973. A tabela completa com os vínculos e relações encontradas pelos autores está disponível no Anexo A.

2.2 A COBERTURA QUE A IMPRENSA DEU A LAVA JATO NÃO COMEÇOU EXATAMENTE NA LAVA JATO

No que se refere a interação operação Lava Jato e imprensa, é preciso reconhecer que as matrizes que embasam esse relacionamento não diferem de outros momentos que envolveram o relacionamento entre instituições como a Polícia Federal, Ministério Público e jornalismo. Veiga (2009) indica que as coberturas

⁸ A força-tarefa da Lava-Jato compreende cerca de 22 membros. O juiz titular Sérgio Fernando Moro da primeira instância da Justiça Federal do Paraná. Os 14 membros designado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pelo Ministério Público: Deltan Martinazzo Dallagnol (coordenador), Antônio Carlos Welter, Carlos Fernando dos Santos Lima, Januário Paludo, Orlando Martello Junior, Athayde Ribeiro Costa, Diogo Castor de Mattos, Roberson Henrique Pozzobon, Paulo Roberto Galvão de Carvalho, Júlio Carlos Motta Noronha, Jerusa Burmann Viecili, Isabel Cristina Groba Vieira, Laura Gonçalves Tessler e Andrey Borges de Mendonça já integrou a equipe e atua como colaborador. E 8 (oito) delegados da Polícia Federal: Marcio Adriano Anselmo, Igor Romário de Paula, Erika Mialik Marena, Eduardo Mauat da Silva, Renata Rodrigues, Luciano Flores, Ivan Ziolkowki e Felipe Hayashi. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.7-8).

jornalísticas das ações realizadas pela Polícia Federal ajudam na construção de uma reputação que aproxima a PF de uma postura “heroica ou justiceira” e focada no combate a corrupção. A PF é colocada pelas coberturas como a garantidora da ordem pública e dos bens da União um lugar de quebra do paradigma da impunidade dos ricos e poderosos.

[...] grande parte da mídia brasileira, nas coberturas sobre a Polícia Federal, constrói as matérias com base na designação de figuras arquetípicas de heróis (neste caso, a PF) e vilões (aqueles que por ela foram presos). Neste contexto, entre vilões e heróis, está a figura do jornalista, mitificada na imagem do “detetive”, que busca as informações e até participa das Operações. É aquele que traz a verdade à tona e mostra para leitores e/ou espectadores as atividades da investigação, a descoberta de esquemas e o extermínio da corrupção. (VEIGA, 2009, p. 49).

Os jornalistas se inserem nesta representação por meio da espetacularização das ações policiais:

O jornalista, diante das operações da PF e do desmantelamento de organizações criminosas, assume o caráter de guardião da justiça, da democracia e canal de informação exclusiva dos dados da investigação. Logo, supõe-se de início que, muitas vezes, as coberturas das ações policiais devam se fazer por meio da lógica do espetáculo. Ou seja, os dados/informações e imagens são amplificados, dramatizados, remetendo-nos a significados outros, que conhecemos através de filmes, novelas e outros produtos da ficção. (VEIGA, 2009, p.48).

Trata-se de uma espetacularização construída a partir da versão de uma única fonte, já que a Polícia Federal detém a exclusividade da fala e dessa forma direciona o entendimento público dos acontecimentos de acordo com a sua posição. (VEIGA, 2009, p. 56). Nas entrevistas que Veiga (2009, p.120-134) realizou com policiais federais ficam evidentes que esses policiais acreditam que pertencem a uma instituição que está colaborando com a “moralização do Brasil”.

Almeida e Horita (2017, p.14) lembram que a espetacularização pela imprensa das ações do campo jurídico/investigativo não é nova, trata-se de uma ação recorrente no país. Os autores indicam que esse tipo de cobertura pode ser identificado em casos de grande repercussão nacional como o feminicídio cometido contra a atriz Daniela Perez em 1992 e o assassinato do casal Richthofen em 2002. Nos dois casos, os autores destacam que a escandalização dos crimes colabora para a condenação pública dos suspeitos, antes mesmo do julgamento jurídico do processo. “Assim, a pessoa acusada, passa ter uma dupla acusação para se

defender, aquela dita como a tradicional por meio do sistema judiciário, e outra, que vai muito além da possibilidade de defesa, a acusação/condenação causada pela comoção social, gerada pela mídia”. (ALMEIDA; HORITA, 2017, p.1644-1645).

Interessado na relação entre membros do Ministério Público e jornalistas, Triches (2013, p.18) indica que o Ministério Público e o jornalismo são organismos que encampam uma posição de atuação fiscal. Ambos se aproximariam também pela orientação a partir do interesse público e da *accountability*⁹. Apesar da convergência nestes pontos, o autor também indica onde essas duas instituições se diferenciam: especialmente nas fontes de financiamento (Ministério Público tem financiamento do Estado e o jornalismo está hegemonicamente organizado a partir da venda de anúncios) e, também, no controle externo de suas ações. Enquanto o MP tem um Conselho Nacional do Ministério Público, o jornalismo não possui um órgão regulador especializado.

O trabalho indica que o jornalismo precisa formar coalização com determinadas instituições para conseguir alcançar o status de cão de guarda. Porém, essa coalização não deve ser confundida com submissão, que afetaria sua independência. Por outro lado, o Ministério Público entende a importância da coalização com a imprensa e se utiliza dos conteúdos jornalísticos para fundamentar sua atuação. (TRICHES, 2013, p.127).

Se um relacionamento próximo e favorável às instituições como Polícia Federal e Ministério Público não são uma novidade da Lava Jato, o que há de novo neste cenário? Em certa medida a operação levou o modo de atuação, já presente nestas instituições, a um caso que envolve figuras do mais alto escalão político do país.

No caso da Força Tarefa da Lava Jato no Paraná, houve, desde a sétima fase da operação, a preocupação de esclarecer o trabalho de investigação através das coletivas de imprensa. No Rio de Janeiro e Brasília (outras duas sedes da operação) o modo de publicitar as investigações se dá de modo mais frequente por meio de *releases* ou comunicados oficiais do que pelas coletivas de imprensa. Por este motivo, o presente estudo considera apenas as ações realizadas pela equipe da Lava Jato que atua no Paraná.

⁹ *Accountability* significa manter indivíduos e organizações passíveis de serem responsabilizados pelo seu desempenho. *Accountability* pública se refere ao conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados em garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos. (PAUL, 2002).

As entrevistas coletivas, utilizada como forma regular de contato entre fontes (PF, MPF e RF) e jornalistas, são realizadas nos dias em que a Lava Jato deflagra uma nova fase de cumprimento de mandados (de prisão ou apreensão). Esses eventos têm como objetivo oficial prestar esclarecimentos sobre os detalhes que levaram a realização destas ações.

As coletivas de imprensa são realizadas na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba no auditório Edson Matsunaga. A entrevista acontece às 10 horas da manhã do dia em que a fase é deflagrada e conta com a presença de delegados, promotores de justiça e auditores fiscais que participaram das investigações que possibilitaram as ações realizadas naquela fase em específico. O evento é convocado/organizado pela assessoria de imprensa da Polícia Federal composta de um profissional da área da comunicação social da PF e um estagiário.

Desde a 7ª fase, que marcou a Lava Jato com a prisão de grandes empreiteiros, a força-tarefa estabeleceu um padrão de coletivas que seria seguido em todas as apresentações de denúncias. Regras legais, como a lei de acesso à informação e outras normas que regem a atuação do Ministério Público, orientam a divulgação de informações de interesse público. Em investigações, a apresentação da denúncia é o momento adequado para isso. A diretriz estabelecida na Lava Jato pelo órgão de comunicação do Ministério Público Federal foi a realização das coletivas nos casos de maior repercussão. (DALLAGNOL, 2017, p.127).

A convocação para coletiva se dá por meio da divulgação de *releases* que são feitos pela Polícia Federal e pela assessoria do Ministério Público Federal. Cada texto oferece uma abordagem sobre as ações que estão sendo desenvolvidas nas fases da operação. O texto divulgado pela Polícia Federal tem como base um balanço das ações (quantidade de mandados – prisão e apreensão - cumpridos), enquanto o texto do Ministério Público se detém a explicar a denúncia que possibilitou o pedido dos mandados de busca, prisão e apreensão.

As coletivas da operação Lava Jato são disponibilizadas no canal oficial da Polícia Federal no *YouTube*¹⁰ e tem a participação *in loco* de jornalistas. Apenas os profissionais que estão no auditório são autorizados a realizar as perguntas às autoridades que participam da entrevista.

¹⁰ POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ – Operação Lava Jato. [S.l.: s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjQDg-Ho0h1qZuphjA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

A cobertura das coletivas de imprensa da operação Lava Jato compõe o foco empírico desta pesquisa. A partir da interação realizada neste ambiente se constrói a noção de dispositivo interacional que será trabalhado no capítulo de análise.

Essas coletivas oferecem um olhar sobre um nível factual da operação Lava Jato, ou seja, o interesse jornalístico nestas coletivas está centrado em uma cobertura das ações realizadas pelos investigadores e um nível mais imediato, que envolvem acontecimentos como o cumprimento de mandados de busca e apreensão, realização de prisões ou conduções coercitivas além da apresentação de denúncias que seriam oferecidas pelo Ministério Público Federal para apreciação do então juiz da 13ª Vara federal de Curitiba, Sérgio Moro.

A cobertura factual da operação Lava Jato ocupou um lugar privilegiado na agenda jornalística entre 2014 e 2018, especialmente entre os anos de 2016 e 2017. A insistência na oferta noticiosa a partir das coletivas de imprensa se aproximou de uma ideia de jornalismo declaratório ou um jornalismo de transmissão de informações, onde a mediação jornalística¹¹, necessária para um entendimento mais amplo dos fatos, foi deixada de lado.

O jornalismo declaratório baseia-se nas declarações das fontes, oficiais ou não, para compor a notícia. Essa forma de informar está diretamente relacionada ao uso de aspas na fala de alguém para embasar o fato. A voz da fonte é importante em qualquer especialidade do jornalismo, mas no declaratório é ainda mais forte, já que apenas essa fala sustenta a notícia que será veiculada. (GONÇALVES, 2018, p.32).

A ausência de uma cobertura jornalística crítica à Lava Jato é uma característica reconhecida por jornalistas ouvidos nesta pesquisa e, até mesmo, por organizações jornalísticas¹². A postura mais crítica na cobertura da Lava Jato só ganhou peso de forma sistemática na imprensa, a partir do vazamento das conversas via aplicativo *Telegram* envolvendo o grupo de investigação da Lava Jato no Ministério Público Federal que foram publicadas pelo *The Intercept* Brasil.

¹¹ A ideia de jornalismo com uma competência de mediação será trabalhada no terceiro capítulo.

¹² OMBUSDMAN, F. L. A Folha faz autocrítica: jornal reflete sobre as manchetes produzidas a partir das delações premiadas. *In*: FOLHA, São Paulo, 06 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/a-folha-faz-autocritica.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

2.3 A SÉRIE “VAZA JATO” E A RETOMADA DE UM JORNALISMO CRÍTICO

A série de reportagens que ficou conhecida como “Vaza Jato” tem como base o vazamento de conversas via aplicativo *Telegram* que envolvem procuradores da república que participam da investigação na operação Lava Jato. São publicações que apontam desvios de conduta, irregularidades no processo acusatório e explícito caráter político que foi assumido pelos integrantes da Lava Jato.

As primeiras publicações foram realizadas pelos jornalistas do *The Intercept* Brasil. O volume de dados e relevância do assunto fez com que fossem realizadas parcerias com outras organizações jornalísticas para continuar com as publicações. Entre os parceiros estão: Jornal Folha de S. Paulo, Revista Veja, *BuzzFeed News*, Rede Bandeirantes, Portal Uol, Portal El País e Agência Pública. Ao todo, são 98 publicações¹³ entre reportagens e editoriais sobre o assunto.

Na avaliação do jornalista Rafael Moro Martins¹⁴, repórter que assina boa parte das publicações na Vaza Jato, entre as principais revelações da série está a relação irregular entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato durante o andamento do processo. Rafael acredita que as publicações do *The Intercept* mostram que Moro atuou como chefe de acusação que instruía e julgava o processo ao dar ordens de operações, indicar testemunhas aos procuradores e sugerir como os procuradores deveriam se manifestar midiaticamente. O jornalista aponta ainda que a Lava Jato tinha óbvias motivações políticas ao usar o vazamento seletivo dos grampos da ex-presidente Dilma e Lula que, na avaliação de Rafael, acabaram com as chances de sobrevivência do governo em 2017. Além disso, o jornalista destaca a revelação da realização de palestras remuneradas pelos procuradores da república, entre elas uma palestra para empresa investigada na Lava Jato e outra palestra a banqueiros promovida pela XP investimentos, que aconteceu sob sigilo.

Conversas divulgadas na primeira reportagem indicam que os procuradores da república discutiam em *chats* do *Telegram*, como impedir a vitória eleitoral do partido dos trabalhadores em 2018. Além disso, as primeiras publicações indicam que os promotores trabalharam para dificultar a realização de entrevista do ex-

¹³ Contagem até maio de 2020.

¹⁴ Rafael Moro Martins discutiu a cobertura da Vaza Jato na XXI Semana de Estudos em Comunicação realizada na UEPG em outubro de 2019.

presidente Lula que havia sido autorizada pelo Supremo Tribunal Federal há duas semanas do primeiro turno das eleições de 2018.

Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo, ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas. Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: “Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada.”¹⁵

Mais grave que a tentativa de dificultar a entrevista de Lula é a informação de que o então Juiz Sérgio Moro participava das decisões do sistema acusatório que ele mesmo julgaria na sequência. Moro sugeriu a troca de ordem em fases da operação além da cobrança pela realização de novas etapas. Também deu pistas de possíveis testemunhas que a acusação poderia ouvir e também antecipou decisões que tomaria para facilitar o trabalho dos acusadores.

A atuação coordenada entre o juiz e o Ministério Público por fora de audiências e autos (ou seja, das reuniões e documentos oficiais que compõem um processo) fere o princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura, além de desmentir a narrativa dos atores da Lava Jato de que a operação tratou acusadores e acusados com igualdade. Moro e Dallagnol sempre foram acusados de operarem juntos na Lava Jato, mas não havia provas explícitas dessa atuação conjunta – até agora.¹⁶

As mensagens também mostram como se dão parte das negociações das operações midiáticas na operação Lava Jato. É possível perceber que o então juiz Sérgio Moro aconselhava o sistema acusatório quanto à elaboração e divulgação de nota à imprensa, além da preocupação dos procuradores com a repercussão dos procedimentos adotados na opinião pública. Assessores de imprensa do Ministério Público Federal participavam dessas negociações.

O aconselhamento midiático do então juiz Moro aos procuradores da Lava Jato aconteceu no dia 10 de maio de 2017, logo depois do depoimento do ex-presidente Lula sobre o caso do Tríplice do Guarujá realizado em Curitiba na mesma data. Em uma conversa entre Moro e, o então procurador da República, Carlos

¹⁵ GREENWALD, G.; POUGY, V. Vaza Jato. *In*: THE INTERCEPT BRASIL. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: 2 set. 2020.

¹⁶ MARTINS, R. M.; SANTI, A.; GREENWALD, G. Vaza Jato. *In*: THE INTERCEPT BRASIL. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 2 set. 2020.

Fernando dos Santos Lima, o ex-juiz pediu que procuradores da Lava Jato fizessem uma nota à imprensa para rebater o que chamou de “showzinho” da defesa de Lula.

O episódio ocorreu em 10 de maio de 2017, quando Moro já presidia um processo criminal contra o ex-presidente no caso do “apartamento triplex do Guarujá”. Eram 22h04 quando o então juiz federal pegou o celular, abriu o aplicativo *Telegram* e digitou uma mensagem ao Santos Lima, da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal em Curitiba. “O que achou? ”, quis saber Moro. O juiz se referia ao maior momento midiático da Lava Jato até então, ocorrido naquele dia 10 de maio de 2017: o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo em que ele era acusado – e pelo qual seria preso – de receber como propina um apartamento triplex no Guarujá. Disponibilizado em vídeo, o embate entre o juiz e o político era o assunto do dia no país.¹⁷

O pedido de Moro foi repassado pelo procurador da república aos assessores de imprensa do MPF que questionaram a necessidade da realização da nota. Na avaliação dos assessores, a medida contrariava a estratégia midiática adotada até aquele momento (não comentar publicamente as audiências com o investigado). Em uma das respostas ao procurador, um dos assessores ponderou:

Quem bate vai seguir batendo. Quem não bate vai perceber a mudança de posicionamento e questionar. É uma parte do processo. Na minha visão é emitir opinião sobre o caso sem ele ter conclusão...e abrir brecha pra dizer que tão querendo influenciar juiz. Papel deles vai ser levar pro campo político. Imprensa sabe disso. E já sabe que vcs não falam de audiências geralmente. Mudar a postura vai levantar a bola pra outros questionamentos. Pq resolveram falar agora? Pq era o ex-presidente? E voltar o discurso de perseguição...é o que a defesa fez, faz...pq não tem como rebater a acusação. Acusação utilizar da mesma estratégia pode ser um tiro no pé.¹⁸

O pedido de Moro foi atendido no dia 11/06/2017, mesmo contra as recomendações dos assessores de imprensa. Na nota¹⁹, os procuradores exploraram o que consideraram contradições do depoimento de Lula e acusaram a defesa do ex-presidente de usar informação falsa no pronunciamento realizado pelos advogados de Lula ao final do depoimento.

¹⁷ MARTINS, R. M.; DEMORI, L.; GREENWALD, G.; AUDI, A. Vaza Jato. *In*: THE INTERCEPT BRASIL. 14 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁸ MARTINS, R. M.; DEMORI, L.; GREENWALD, G.; AUDI, A. Vaza Jato. *In*: THE INTERCEPT BRASIL. 14 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁹JAMILDO. Em nota, MPF diz que defesa de Lula prestou informação falsa à sociedade. **Blog de Jamildo**. 11 maio 2017. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/05/11/em-nota-mpf-diz-que-defesa-de-lula-prestou-informacao-falsa-sociedade/>. Acesso em: 10 set. 2020.

O então juiz Sérgio Moro também interferiu nas negociações dos acordos de delação premiada da Lava Jato. O caso foi revelado em publicação de 21 de julho de 2019 e se refere ao processo de delação de dois executivos da construtora Camargo Corrêa. De acordo com a reportagem, Moro informou aos procuradores via *Telegram* que só homologaria as delações se elas considerassem um tempo de prisão para os dois executivos de pelo menos um ano em regime fechado.

Em outros momentos das mensagens reveladas é possível perceber que a Lava Jato usava organizações jornalísticas, que tinham um posicionamento mais favorável à operação, para realizar vazamento de informações de forma exclusiva. As mensagens divulgadas pelo *The Intercept* no dia 29 de agosto de 2019 indicam que o procurador Deltan Dallagnol vazou informações sobre as investigações de forma seletiva para a imprensa. De acordo com a publicação, a intenção do chefe da Lava Jato no Ministério Público Federal era intimidar suspeitos a realizarem delações premiadas.

Entre as escolhas preferenciais de vazamento dos procuradores está o portal “O Antagonista”. De acordo com as mensagens divulgadas pelo *The Intercept* em 20 de janeiro de 2020, o site parou de publicar notícias sobre o escândalo de corrupção a pedido de Dallagnol e procurou a Lava Jato para saber quem apoiar na sucessão do então procurador geral da república Rodrigo Janot.

A Lava Jato também buscou acertar o “*timing*” da divulgação de denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio em Atibaia. Em maio de 2017, os procuradores decidiram publicar a acusação numa tentativa de distrair a população e a imprensa das críticas que atingiam o procurador geral da República, Rodrigo Janot. Na época, Janot sofria pressão midiática por conta de um áudio vazado da delação premiada dos executivos do conglomerado JBS. A denúncia contra Lula deveria ser apresentada no dia 17 de maio de 2017, mas, na data, o jornal “O Globo” publicou reportagem acusando o então Presidente Michel Temer de dar aval a Joesley para a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, do MDB. A divulgação do áudio fez com que Deltan Dallagnol, decidisse adiar o oferecimento e a divulgação da acusação contra Lula, inicialmente programadas para o dia seguinte.

Outro momento das conversas divulgadas pelo *The Intercept* que merece destaque é a seletividade com que a Lava Jato tratou a divulgação de informações processuais que envolvem o ex-presidente Lula. De acordo com a publicação do dia

9 de setembro de 2019 o áudio, em que o ex-presidente e a então presidente do Brasil Dilma Rousseff discutem o envio do termo de posse de Lula como ministro da Casa Civil, não foi a única conversa gravada pela Lava Jato. Lula teria sido grampeado em outras 21 ligações que não foram divulgadas para imprensa. A única ligação divulgada foi realizada fora do prazo judicial permitido e envolve a figura pública com prerrogativa de foro privilegiado de maior importância no país. Como se não bastasse a irregularidade das condições em que a gravação foi realizada, as outras 21 ligações não divulgadas indicam certa resistência de Lula em assumir o cargo de ministro exatamente para não parecer que ele tentava fugir da Lava Jato.

A Lava Jato também usou provas ilegais para prender acusados de corrupção. As informações divulgadas pelo portal *The Intercept* indicam que os investigadores mantinham contatos informais com autoridades da Suíça e Mônaco, das quais obtiveram informações fora dos canais oficiais para encontrar indícios de corrupção.

A parceria informal da Lava Jato com órgãos internacionais também ficou evidente em uma reportagem de 12 de março de 2020, que indica uma colaboração dos procuradores da Lava Jato com o Departamento de Justiça dos EUA. As mensagens publicadas indicam que a Lava Jato facilitou a investigação dos americanos – a tal ponto que pode ter violado tratados legais internacionais e a lei brasileira. O tratado de assistência legal mútua assinado por Brasil e EUA, chamado de MLAT, na sigla em inglês, estipula que caberia ao então Ministro da Justiça Luiz Eduardo Cardozo aprovar colaboração jurídica entre os procuradores brasileiros e americanos, mas a Lava Jato evitou que Cardozo soubesse da colaboração entre Lava Jato e o Departamento de Justiça Americano.

Enquanto a série de reportagens da Vaza Jato se tornava a principal fonte de crítica na imprensa para a operação Lava Jato, a veracidade das mensagens publicadas era, em um primeiro momento, contestada pelos envolvidos. Depois de quase cinco meses de reportagens, os integrantes da força tarefa da Lava Jato passaram a questionar o contexto mencionado nas publicações até que a procuradora Jerusa Vicelli postou um vídeo em suas redes sociais no dia 27 de agosto de 2019 admitindo que errou ao ironizar a morte da companheira de Lula, Marisa Letícia, conforme revelava uma publicação da série no mesmo dia que o vídeo foi postado. No vídeo, ainda que de forma indireta, a procuradora acaba reconhecendo a autenticidade da mensagem divulgada pelo *The Intercept*.

Oficialmente, os integrantes da Lava Jato negam terem cometido crimes e, sempre que questionados, desviam das perguntas sobre as mensagens vazadas e colocam em dúvida sua autenticidade.

Em obra publicada em agosto de 2020, juristas que participam do coletivo Prerrogativas²⁰ discorrem sobre as suspeições que pairam sobre os procedimentos realizados pela Lava Jato. No livro, os autores convergem suas críticas à parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro na condução dos processos que se referem a operação.

Os organizadores da publicação, Lênio Streck e Marco Aurélio de Carvalho apontam, logo no artigo de abertura do livro, cinco pontos que deveriam ser consensuados a partir da publicação dos diálogos dos integrantes da Lava Jato.

- Primeiro, que as conversas configuram relações promíscuas e ilegais entre juiz e membros do Ministério Público;
- Segundo, houve a violação de comezinhos princípios éticos e jurídicos acerca do devido processo legal;
- Terceiro, ficou claro que a defesa foi feita “de trouxa” pelo juiz e pelo MP, porque combinaram esquema tático sem que ela imaginasse o que estava ocorrendo (a defesa pediu várias vezes a suspeição do juiz);
- Quarto, o juiz visivelmente atuou na acusação, violando o princípio acusatório e a imparcialidade; o juiz Moro chegou a sugerir a oitiva de uma testemunha e cobrou mais operações policiais; como diz o jornalista Ranier Bragon, as conversas não dão margem a dúvida: o juiz tomou lado;
- Quinto, o conteúdo dos diálogos não foi negado (falarei na sequência sobre sua (i)licitude).²¹

A reflexão dos juristas para a operação aponta para uma clara parcialidade que envolve os responsáveis pela investigação e, mais grave, o julgamento do caso. “Por evidente, se isso não é parcialidade, tanto do juiz como do Ministério Público, então teremos que trocar o nome das coisas. Simples assim”. (STRECK; CARVALHO, 2020, p.19).

²⁰ De acordo com o site oficial: “O Grupo Prerrogativas foi criado há cerca de cinco anos, como um grupo fechado no WhatsApp, primeiro para defender as prerrogativas profissionais dos advogados, sistematicamente violadas no Brasil da Lava Jato. Prerrogativas, diga-se, não se confundem com privilégios. Aquelas são as garantias previstas em lei para que advogados possam representar e defender os interesses de seus clientes sem restrições” (CARVALHO, Marco Aurélio de. Resistência e luta. 2019. **Blog Prerrô**. Disponível em: <https://www.prerro.com.br/grupo-prerrogativas/>. Acesso em: 03 Agost. 2020).

²¹ STRECK, L.O que fazer quando todos sabemos que sabemos que Moro e o MPF foram parciais? 2020, p. 18.

3 O PERCURSO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo serão explicitados os movimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Trata-se de uma reflexão que busca esclarecer como o objeto de pesquisa foi se construindo ao longo dos quatro anos do doutorado e, que medidas foram adotadas no percurso do estudo. A sessão tem início com uma descrição pessoal das condições da pesquisa e do histórico do pesquisador, o relato tenta oferecer ao leitor indicações para entender o lugar de onde o pesquisador fala e como o objeto de pesquisa foi sendo arranjado neste percurso. Em seguida falaremos dos movimentos de pesquisa propriamente ditos. Neste ponto estão apresentadas e discutidas as principais ações realizadas durante a pesquisa: movimento de levantamento bibliográfico, movimento de organização e sistematização das gravações das coletivas da operação Lava Jato, aproximação com os participantes das coletivas, acompanhamento presencial das coletivas, e seleção e realização das entrevistas com os agentes que participaram das coletivas. O leitor deve perceber que em alguns momentos desta sessão, são utilizados pronomes em primeira pessoa. Isso acontece em situações onde a explicitação dos movimentos metodológicos está atravessada pela individualidade do pesquisador.

3.1 O CAMINHO DA PESQUISA

As decisões que são tomadas no processo de pesquisa indicam, além de movimentos que visam alcançar os objetivos propostos, a concretização do projeto de pesquisa considerando as condições efetivas que se apresentam ao pesquisador. Além disso, um “percurso anterior” que possibilitou a existência de um projeto de pesquisa, também precisa ser considerado para compreender o processo de construção do pesquisador. Assim, a explicitação deste caminho tenta ajudar a compreender o contexto em que a pesquisa se realizou.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação da Unisinos (Linha de pesquisa Linguagens e Práticas Jornalísticas) se deu muito em função das referências acadêmicas que tenho contato desde a graduação. Formado em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), boa parte do corpo docente que

participou da minha graduação e, posteriormente no meu mestrado, (também realizado na UEPG) passou pelo PPG de Comunicação da Unisinos.

Na UEPG, onde atuei como professor temporário ao longo dos últimos três anos dessa pesquisa²², o interesse de pesquisa específica em jornalismo é significativo. Sede do 2º Programa de Pós-Graduação em jornalismo do país, o curso da cidade de Ponta Grossa/PR tem desenvolvido pesquisas que buscam entender o fenômeno jornalístico com foco em processos de produção e práticas sociais²³. Foi com base no interesse pelos processos de produção que elaborei minha proposta de pesquisa para o doutorado.

Com ingresso no PPG da Unisinos em março de 2017, o interesse inicial foi aproveitar o máximo das disciplinas ofertadas pelo programa já no primeiro ano do curso. O curso disciplinar era acompanhado pela participação no grupo de pesquisa “Lógicas de Produção e Consumo do Jornalismo²⁴”, participação em eventos acadêmicos e pelas reflexões sobre a atuação das fontes que eram realizadas na disciplina de jornalismo organizacional²⁵. Estes espaços funcionaram como “laboratórios de pesquisa” e colaboraram para o amadurecimento do objeto de estudo e o entendimento das possibilidades de pesquisa que se apresentavam naquele momento.

Inicialmente, esta proposta de pesquisa tinha como interesse o estudo da relação entre fontes e jornalistas a partir de um objeto empírico relacionado à política institucional (governo federal, estadual ou municipal). A ideia era que fosse possível mapear e discutir as práticas jornalísticas e as estratégias das fontes em entrevistas coletivas, considerando o ambiente político (executivo ou legislativo) como lugar para se construir as considerações do trabalho. A instabilidade política que o país atravessa (pós-golpe 2016) aliada à falta de regularidade na realização das coletivas de imprensa neste contexto dificultava que a pesquisa fosse desenvolvida sob as matrizes empíricas que havia sido pensada inicialmente.

²² No ano de ingresso no Doutorado trabalhei como professor substituto no curso de Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

²³GADINI, S. L.; WOITOWICZ, K. J. A pesquisa jornalística, a busca de métodos e as demandas atuais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n.2, jul. – dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p49/35876>. Acesso em: 12 set. 2020.

²⁴Embora em 2017 eu estivesse trabalhando como professor substituto na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, optei por continuar frequentando do grupo de pesquisa da UEPG devido a afinidade de pesquisa que mantenho com esse grupo.

²⁵ Ministrei a disciplina entre 2016 e 2017 enquanto mantive contrato de professor substituto no curso de Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Uma discussão sobre esse impasse foi realizada durante minha participação no IV Encontro Sul Brasileiro de professores em Jornalismo²⁶. Colegas da área indicaram, durante o debate, que a operação Lava Jato poderia ser uma opção empírica para o trabalho, já que todas as fases da investigação eram apresentadas aos jornalistas em coletivas de imprensa. Desde então, passei a reunir a maior quantidade de material sobre a Lava Jato disponível: *releases*, fotos, vídeos e notícias. O canal do *YouTube* oficial da Polícia Federal²⁷ foi um importante achado que contribuiu para recuperar os vídeos das entrevistas coletivas realizadas pela Lava Jato.

3.2 MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS VÍDEOS DAS COLETIVAS DA LAVA JATO

Um primeiro movimento de aproximação ao objeto empírico desta pesquisa, foi trabalho de organização do material disponível sobre as entrevistas coletivas da operação Lava Jato. Nesta sistematização, foi possível constatar que a Lava jato funciona a partir de núcleos de investigação em estados como: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Brasília. Cada uma destas regiões realizava investigações de modo independente e apenas o núcleo do Paraná utiliza regularmente as coletivas de imprensa como forma de contato com a imprensa. Por esse motivo, o estudo ficou delimitado ao núcleo da Lava Jato no Paraná.

Os vídeos que contém a íntegra das coletivas realizadas ao longo das 75 fases²⁸ da operação Lava Jato estão disponíveis no canal do *YouTube*²⁹ da Superintendência Regional de Polícia Federal de Curitiba³⁰. Esse material deu início ao processo de acompanhamento das coletivas que já estavam disponibilizadas e, também, das novas ofertas de coletiva que eram disponibilizadas no canal oficial da PF do *YouTube*. Esse movimento de pesquisa teve início em fevereiro de 2018. A

²⁶ Evento realizado na cidade de Curitiba entre os dias 26 e 27 de outubro de 2017.

²⁷ POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ – Operação Lava Jato. [S.l.: s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjQDg-Ho0h1qZuphJA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

²⁸ Até setembro de 2020.

²⁹ Plataforma de vídeos utilizada para distribuição de materiais audiovisuais.

³⁰ POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ – Operação Lava Jato. [S.l.: s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjQDg-Ho0h1qZuphJA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

partir do processo de assistir aos vídeos, um documento de texto³¹ foi gerado com observações que poderiam interessar à pesquisa.

Cada entrevista coletiva teve em torno de 40 minutos de duração, mas há coletivas que chegaram a duas horas de duração. As anotações eram realizadas sobre as coletivas de modo individual e, em alguns vídeos, foi necessário realizar uma busca por notícias ou informações que ajudaram a compreender o contexto de algumas perguntas/respostas que apareceram nas entrevistas. Esse trabalho possibilitou a identificação de alguns movimentos regulares que estavam presentes nos encontros entre jornalistas e fontes.

Os movimentos regulares foram percebidos pela frequência que eles se apresentavam nos vídeos estudados. A partir dessa repetição de alguns movimentos, foi possível agrupá-los em categorias que ajudaram a selecionar os episódios interacionais que apresentam essas estratégias mais comuns.

3.3 MOVIMENTO DE APROXIMAÇÃO COM OS PARTICIPANTES DAS COLETIVAS

Outro movimento que ajudou a construir essa pesquisa foi o acompanhamento de momentos públicos em que os jornalistas discutiam o fazer jornalístico no caso da operação Lava Jato. Foram considerados palestras ou lançamento de livros que permitiam a realização de perguntas e que tinham a intenção de refletir sobre a prática jornalística durante a cobertura da operação Lava Jato.

A ideia era que estes espaços funcionassem como locais de escuta. Algo não necessariamente sistematizado por uma entrevista estruturada, e sim pela fala espontânea do jornalista enquanto refletia sobre o trabalho realizado na cobertura. Durante esses eventos, anotações e gravações desses momentos foram realizados para ajudar a recuperar aquilo que o profissional da notícia havia dito.

Ao final da fala desses profissionais, havia um espaço para realização de perguntas, nestes momentos a estratégia foi provocar o jornalista a falar especificamente das coletivas de imprensa que eram realizadas no âmbito da operação Lava Jato. Toda vez que fiz algum questionamento, fui identificado como pesquisador e procurei deixar claro que a pergunta seria usada na pesquisa. Como

³¹ Apêndice A.

se trata de uma fala pública dos jornalistas, neste caso, eles estão identificados na pesquisa.

3.4 CONGRESSO ABRAJI

O primeiro espaço acompanhado nesta proposta foi a mesa de debate: “Os erros e acertos da Cobertura da Lava Jato” realizada no dia 30/06/2018 durante o 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo (Congresso da Abraji 2018) em São Paulo. A discussão contou com a participação de três jornalistas que não estavam listados como participantes das coletivas, mas realizavam a cobertura sobre a Lava Jato nas sedes dos jornais que trabalhavam, são eles: Rubens Valente (Folha de S. Paulo), Thiago Prado (O Globo) e Andreza Matais (Estadão).

A primeira que falou no evento foi a jornalista Andreza Matais. Ela chamou a atenção para a dependência das fontes que os jornalistas passam durante a cobertura dos casos de investigação judicial especialmente da Lava Jato. A jornalista destacou que, no caso da Lava Jato do Paraná, o então Juiz Sérgio Moro disponibilizava acesso a uma parte significativa das medidas judiciais tomadas pela Operação por meio do sistema eletrônico *e-proc*³². Portanto, na visão da Andreza, nem tudo na Lava Jato foi um vazamento, mas sim um processo de “transparência da justiça para com a imprensa, de modo geral”.

Andreza avaliou que a Lava Jato dificultou a revelação jornalística de informações exclusivas, já que a própria justiça disponibilizava as informações para a imprensa via *e-proc*. No que tange os “erros” da cobertura sobre a operação, a jornalista pondera que diante da dificuldade de conseguir informações diferentes daquelas que eram disponibilizadas pela justiça, a imprensa publicava informações com problema de verificação que nem sempre se concretizavam. Citou como exemplo a informação de que alguns investigados estavam negociando delações premiadas, mas nem sempre essas delações se confirmavam.

Rubens Valente, que também participou do evento, concordou com Andreza ao afirmar que a imprensa falhou nos “aspectos técnicos” das delações. Ele

³² *E-proc* é uma ferramenta de acesso a processos judiciais utilizado por advogados e juizes a fim de disponibilizar os autos dos processos. Para ter acesso a esse recurso é preciso ter o número do processo e também uma chave (código). O uso do sistema em si, não é nenhuma novidade no sistema jurídico, a novidade é a disponibilização desta chave de acesso a imprensa. Nas coletivas de imprensa, aquilo que está no sistema *e-proc* é considerado fora de sigilo e, portanto, de acesso coletivo.

relativizou o poder que a imprensa teve nos casos da Lava Jato, em sua visão a imprensa não tem poderes de “derrubar presidentes” e o trabalho de cobertura da Lava Jato tinha elementos jornalísticos a justificam: tratava-se de uma investigação oficial que envolvia pessoas que estiveram no poder durante um determinado período de tempo, e eram figuras reconhecidamente públicas.

Thiago Prado, outro participante, acredita que a operação Lava Jato foi o primeiro escândalo da era digital no Brasil. Assim como Andreza, ele destacou as ações midiáticas (em suas palavras ações de transparência) que a operação Lava Jato utilizou: coletivas de imprensa, acompanhamento de prisões e acesso ao *e-proc*. Ele defendeu que a Força Tarefa do Paraná foi transparente, mas reconhece que nas coletivas, os jornalistas que iam realizar a cobertura ficavam “reféns” das fontes. Mais especificamente, ele se referiu ao fato dos jornalistas, nas coletivas de imprensa, terem informações apenas da investigação oficial ou a posição institucional da instância de acusação.

Um exemplo de como isso era prejudicial para a atividade jornalística foi dado pelo jornalista no caso das figuras citadas pela Lava Jato: “Às vezes era dito que uma pessoa foi citada em uma das delações, mas não era possível saber em que circunstância essa citação se dava”. (PRADO, 2018).

Thiago afirmou que outro problema da imprensa durante a cobertura era quanto a ênfase que se dava em diferentes situações da operação. Na sua avaliação condenados, réus, investigados, suspeitos ou citados, todos tinham um mesmo peso nas notícias publicadas sobre a operação.

Perguntados especificamente sobre as coletivas de imprensa da Lava Jato, Thiago afirmou que a realização do evento foi positiva, pois foi uma forma de entrar em contato com os agentes diretamente envolvidos na investigação. Ele ponderou, no entanto, que os delegados e procuradores que prestaram as coletivas fizeram parte da acusação sobre os investigados, o que tornou as informações sobre o caso, em certa medida, com ênfase na acusação.

Sobre a mesma pergunta, Andreza avaliou que as coletivas eram espaços formais de obtenção de informações. Isso não significava algo necessariamente ruim, pois, segundo ela, houve um pouco de excesso nas redes sociais e a formalidade da coletiva ajudou a controlar esse excesso.

A avaliação dos jornalistas neste evento mostrou que a reflexão sobre o trabalho jornalístico ocorreu de forma posterior a ação, ou a realização do trabalho

de produção de notícia. Mesmo apresentados aspectos problemáticos na cobertura (como a dependência de fontes oficiais), os jornalistas reconheceram nestes eventos apelos jornalísticos que justificaram a produção noticiosa a partir das coletivas.

3.5 SEMANA DE COMUNICAÇÃO

Outro momento de escuta aos jornalistas aconteceu em 19 de outubro de 2018. Trata-se da palestra da então correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Curitiba, Estelita Hass Carazzai na Semana de Estudos em Comunicação³³. No evento a jornalista falou sobre a mudança que a cobertura jornalística sobre a Lava Jato teve após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela contou que o acesso ao prédio da Polícia Federal (local onde foram realizadas as coletivas e, também, onde o ex-presidente encontrava-se preso) foi dificultado para os jornalistas.

De acordo com ela, antes da prisão, os jornalistas podiam circular livremente pelo *hall* de entrada do prédio e ficavam neste espaço antes do início e depois que as coletivas terminavam. Porém, depois da prisão, os jornalistas precisavam ficar do lado de fora e só entravam para pedir alguma informação ou para participar das coletivas. Ela acreditou que esta mudança tentava evitar o contato dos jornalistas com figuras públicas que visitavam o ex-presidente.

Sobre o *e-proc*, recurso de acesso aos processos judiciais via sistema da justiça federal, a jornalista afirmou que, via de regra, o que ficava disponível no sistema eram as decisões do então Juiz Sérgio Moro e os processos investigatórios, mas as peças dos advogados e os documentos do Ministério Público Federal não estavam disponíveis para a imprensa. Ela revelou ainda que o acesso ao *e-proc* foi dado aos jornalistas normalmente durante ou poucos minutos após a coletiva. Mesmo assim, Estelita contou que realizava o monitoramento do sistema de forma diária para tentar encontrar alguma movimentação nos processos.

Sobre o chamado “quebra-queixo”³⁴, momento da coletiva que acontece de maneira espontânea ao final das perguntas formais, onde os jornalistas cercam u ma

³³ Evento anual que é realizado pelo Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem como proposta discutir com profissionais da área elementos que contribuam para formação profissional dos estudantes. Apesar de fazer parte do corpo docente da UEPG, não participei da comissão de organização do evento.

³⁴ O termo quebra-queixo foi utilizado pela Jornalista Estelita Hass Carazzai durante a palestra na Semana de Comunicação promovida pelo Curso de Jornalismo da UEPG.

fonte para pedir novos esclarecimentos ou obter novas declarações, Estelita afirmou que quem mais utilizou este recurso foram as emissoras de TV e rádio, para conseguirem novas angulações de câmera ou mesmo fazerem com que o microfone da empresa apareça no vídeo. Os repórteres de jornais impressos utilizaram este momento para conversar com outra fonte que estava na coletiva e que não estava cercada pelos jornalistas de TV e rádio.

Estelita informou que os jornalistas que normalmente cobriram a operação Lava Jato criaram um grupo no *whatsApp*³⁵, o “LavaJatão”. Neste espaço, os jornalistas trocavam informações, esclareciam dúvidas jurídicas sobre os processos e, também, servia como uma oportunidade de freela³⁶ para profissionais que estavam em Curitiba no momento da deflagração de uma fase da Lava Jato.

Sobre como é possível elaborar algo exclusivo sobre a Lava Jato, uma vez que as informações são divulgadas de maneira aberta via sistema *e-proc* e também nas coletivas, Estelita afirmou que se valeu do contato com advogados, funcionários do Ministério Público Federal ou mesmo peritos da Polícia Federal, que pudessem oferecer alguma informação sobre laudos, acordos ou mesmo novas denúncias que poderiam surgir e que a partir da relação criada com essas figuras, ela fosse a primeira a saber. Sobre os interesses destas fontes na divulgação das informações exclusivas, Estelita afirmou que teve ciência destes interesses, mas acreditou que a informação prestada guardava um interesse público, que merecia ser divulgada. Mesmo assim, ela disse ter se sentido usada pelas fontes.

A conversa com a jornalista ajudou a entender que as coletivas de imprensa eram complementadas por interações paralelas que aconteciam em outros espaços. Mostrou ainda que os jornalistas reconheciam os interesses das fontes sobre os fatos sociais noticiáveis. A fala confirmou ainda um entendimento compartilhado com os jornalistas que participaram da mesa da ABRAJI sobre o interesse em noticiar as fases da operação Lava Jato.

Na edição de 2019 da Semana de Comunicação (dia 17/10/2019), o convidado foi Rafael Moro Martins, editor sênior do *The Intercept* Brasil. Na conversa o jornalista falou de jornalismo investigativo, e dos vazamentos de conversas dos integrantes da operação Lava Jato na série de reportagens que ficou conhecida

³⁵ Aplicativo de conversa instantânea on-line que permite a troca de mensagens, fotos e vídeos.

³⁶ Contratação de profissionais jornalistas para trabalhos específicos sem vínculo trabalhista.

como Vaza Jato. Rafael atuou na cobertura da operação Lava Jato como repórter *freelancer* do jornal Valor Econômico, portal Uol e Revista Piauí.

Na palestra, antes mesmo de falar do caso da Lava Jato, o Rafael Moro Martins chamou atenção para a preocupação de que o jornalista seja usado pela fonte, ele defendeu que uma fonte nunca fala por acaso. As fontes têm seus interesses e dão preferência nas declarações às empresas jornalísticas que se mostrem mais próximas a seus pontos de vista. Rafael também falou da importância do processo de checagem jornalística das informações antes da publicação. Ele explicou o processo de checagem das informações que chegaram ao *The Intercept* que embasaram a série Vaza Jato.

Rafael avaliou que a Lava Jato tentou pautar a imprensa defendendo seu ponto de vista sobre a operação, e nisso não foi diferente do modo de agir de qualquer outra fonte. Ao lembrar do famoso caso das denúncias contra os diretores da Escola Base³⁷, Rafael disse que na Lava Jato aconteceu a mesma coisa com os jornalistas, ou seja, todos estavam, a reboque dos investigadores. Ele informou ainda que os jornalistas mais alinhados à investigação tinham acesso facilitado aos procuradores e delegados, os “lavajatistas” na definição do próprio jornalista. “Não era jornalismo investigativo, era jornalismo cobrindo investigação. Não eram jornalistas que estão apurando aquilo, eles estão confiando cegamente em uma única fonte para dizer aquilo, e se essa fonte estiver errada?”. (MARTINS,2019).

3.6 MÍDIA ALTERNATIVA E OPERAÇÃO LAVA JATO

No dia 18 de dezembro de 2018, o Jornalista Daniel Giovanaz que trabalhava no Jornal Brasil de Fato lançou em Curitiba o livro “*Dossiê Lava Jato: Um ano de Cobertura Crítica*”. O evento foi acompanhado de um bate papo com o autor sobre o tema do livro. Neste evento, Daniel defendeu que a construção narrativa sobre a Lava Jato se configura em uma disputa, e que o jornal Brasil de Fato procurou fazer uma cobertura que buscasse questionar a operação e não a enaltecer. Para ele, isso foi possível a partir da angulação dada pela pauta sobre o assunto, logo, as ações

³⁷ O chamado Caso Escola Base envolve o conjunto de acontecimentos ligados a acusação de abuso sexual contra os proprietários de uma escola particular localizada no bairro da Aclimação, em São Paulo em 1994. A cobertura parcial por parte da imprensa e a conduta precipitada dos investigadores do caso fez com que a escola tivesse que encerrar as atividades mesmo com o caso arquivado pelo promotor Sérgio Peixoto Camargo por falta de provas.

anunciadas pelo sistema de investigação eram pautadas pelo jornal por meio de uma perspectiva de “contraponto”. Desta forma, Daniel reconheceu que o jornal Brasil de Fato não fez uma cobertura das “ações oficiais” da operação. Na sua avaliação, o sistema jurídico se apropriou de um poder político e a cobertura realizada pelo jornal onde trabalhava buscava demonstrar essa situação.

Perguntado sobre a participação do jornal Brasil de Fato nas entrevistas coletivas da Lava Jato, Daniel afirmou que o jornal onde trabalhava não tinha acesso a essas coletivas, embora tinha solicitado entrevistas e esclarecimentos via assessoria de imprensa. Ele afirmou que chegou a ter a credencial para cobertura do julgamento do ex-presidente Lula³⁸ no TRF 4 e que a autorização foi retirada pela assessoria de imprensa do órgão no dia do julgamento. Apesar dos entraves apontados pelo jornalista, vale registrar que durante os acompanhamentos presenciais realizados por essa pesquisa às entrevistas coletivas da operação Lava Jato, não houve um controle na entrada (acesso) dos jornalistas no auditório Edson Matsunaga (local onde as coletivas aconteceram).

3.7 MOVIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA ROTINA DAS COLETIVAS

Depois de examinar os conteúdos disponíveis sobre a operação Lava Jato, a estratégia de observação presencial das coletivas de imprensa foi realizada como um terceiro movimento de pesquisa. Dentro da proposta de Burgess (1997), toda pesquisa que realiza a ferramenta de observação é, por essência, participante. Ele categoriza essa observação desde o momento quando o pesquisador está se aproximando (construindo seu objeto empírico) ainda em fases iniciais de pesquisa, ou seja, pesquisador observador, até o momento em que se está em campo, aí sim, observação participante. A defesa do autor é que não se pode dividir o pesquisador do objeto pesquisado, e que a aproximação gradual com os ambientes onde os fenômenos se desenvolvem são importantes e também compõem um grau de observação.

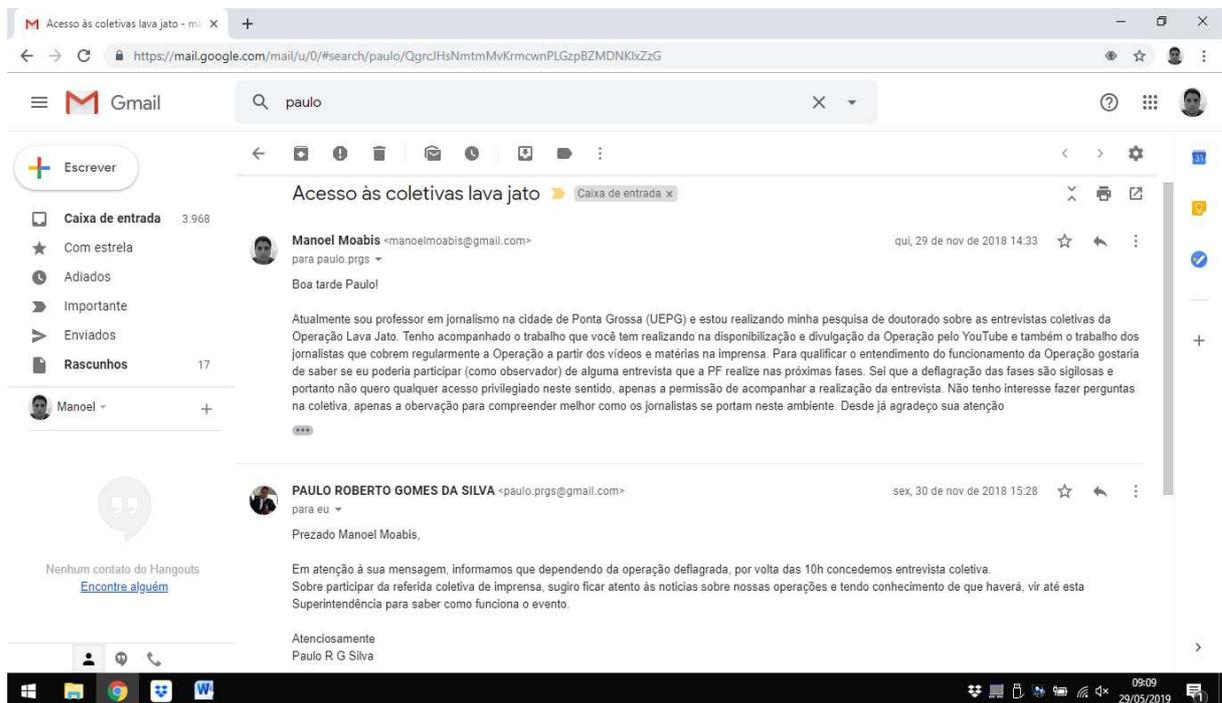
Neste movimento, buscou-se encontrar padrões (protocolos) de procedimento tanto das fontes quanto dos jornalistas neste ambiente. A observação participante envolve muito mais que somente o momento em que o pesquisador está em campo realizando coleta de dados. Becker (1993) aponta a discussão do processo de

³⁸ O julgamento em segunda instância do ex-presidente aconteceu no dia 26 de março de 2018.

inserção na realidade observada como um dos fatores importantes para o uso deste tipo de estratégia. De acordo com o autor, é preciso considerar as operações que atravessam esse processo e discutí-las. Entre as operações que são consideradas importantes neste momento são: negociações (permissões) de entrada no ambiente pesquisado e inserção (recepção) neste ambiente.

O primeiro passo para observar as coletivas foi um contato, realizado via e-mail, com o assessor de imprensa da Polícia Federal Paulo Roberto Gomes da Silva. O contato foi realizado no dia 28 de novembro de 2018. O assessor respondeu dois dias depois permitindo o acesso ao ambiente. A única condição colocada na negociação é que ele não repassaria qualquer informação privilegiada que antecipasse a realização das operações para facilitar a pesquisa. Desta forma, foi preciso ficar atento às notícias sobre a deflagração de novas fases e, diante da convocação de uma nova coletiva, ir até a sede da Polícia Federal em Curitiba.

Figura 1- Print negociação acesso às entrevistas coletivas.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como resido em Ponta Grossa, há cerca de 100 km de Curitiba, precisava de 1h30min para me deslocar à sede da Polícia Federal. Para me antecipar a esse problema, identifiquei em fases anteriores que as primeiras informações sobre a deflagração de fases da Lava Jato aconteciam por volta das 7h30min / 8h da manhã.

Como as coletivas ocorriam às 10h, havia tempo para o deslocamento. Nas duas coletivas acompanhadas presencialmente, este padrão foi mantido, e estabeleceu na rotina de pesquisador uma nova “tarefa diária”: todos os dias da semana (segunda à sexta) por volta das 7 horas da manhã era necessário abrir os principais portais de notícia do país (G1, Terra, UOL) para investigar se uma nova fase da Lava Jato havia sido deflagrada.

Dentro da proposta de Burgess (1997), esta pesquisa se iniciou com a fase do “pesquisador observador”, que se caracteriza por um olhar ainda distante do “terreno” que se pretende investigar. Apesar de inicial, esta fase é importante, pois é daqui que se define como esse “pouso” deve acontecer: as negociações, operacionalidades, entre outros.

Em seguida, já em um movimento de aproximação, a necessidade de “testes” começou a ganhar força para a pesquisa até um momento em que o caráter de observação ganhou força. Estes testes podiam ser identificados na visualização das fases da Lava Jato que estavam gravadas no canal da PF no *YouTube*. Ali já foi possível identificar alguns movimentos regulares das fontes, enquanto respondiam as questões dos jornalistas, mas não foi possível identificar a participação dos jornalistas no ambiente, já que nem todos utilizaram microfone para fazer as perguntas. A identificação dos movimentos regulares dos jornalistas e da assessoria de imprensa foi o foco da observação *in loco* que a pesquisa realizava naquele momento.

Outra operação metodológica na pesquisa foi a estruturação/ construção reflexiva de inferências sobre o objeto pesquisado. A escolha da observação participante como estratégia metodológica teve por finalidade encontrar protocolos consolidados nas coletivas de imprensa que atravessaram tanto as redações jornalísticas quanto as assessorias de imprensa. Neste sentido, encontrar continuidades neste processo significava conseguir perceber questões que eram de ordem processual e que se repetiam em uma ordem empírica regular.

Estas inferências encontradas serviram de base das entrevistas com os sujeitos que participaram deste ambiente. Conforme Gil (2002), as entrevistas são indicadas em estudos exploratórios que buscam conhecer as realidades pesquisadas através de uma conversação, possibilitando ao pesquisador ter um foco específico que o ajude a compreender o objeto da pesquisa.

Abaixo, estão colocadas algumas percepções dos acompanhamentos *in loco* das fases da operação Lava Jato. Trata-se de uma percepção que visa dar elementos que possam ajudar a entender como a observação foi conduzida nesta pesquisa.

3.7.1 31/01/2019 – 59º Fase

Por volta das 7h da manhã uma notícia no portal Terra informava o início da 59º fase da Lava Jato. Imediatamente liguei para a Superintendência Regional da Polícia Federal para saber se haveria a realização de coletiva de imprensa, como regularmente ocorre nos dias de deflagração de fase da Lava Jato. O Assessor de Imprensa, Paulo Roberto Gomes, com quem eu havia feito contato meses antes, confirmou a realização da coletiva para as 10h e apenas me pediu que eu o recordasse qual era meu interesse de pesquisa. Por volta das 8h da manhã já estava na estrada (viagem de aproximadamente 130 km) em direção a Curitiba para acompanhar a coletiva. A viagem demorou cerca de 1h50min e, enquanto viajava tentei acompanhar alguma informação nova sobre a fase da operação que estava em curso pelo rádio do carro.

Chegando ao prédio da Superintendência fui direto ao balcão de informações para me identificar. Sem qualquer necessidade de registro formal da minha presença, o atendente me indicou o caminho para o salão onde a coletiva iria ser realizada. O espaço ficava no andar térreo do prédio (sem necessidade de cruzar a roleta de acesso às outras salas do ambiente), localizado ao lado da sala de atendimento ao público que realizava atendimentos sobre emissão de passaportes entre outros serviços na PF. O auditório tem capacidade para cerca de 150/200 pessoas que possuía um palco com mesa de onde eram prestados os esclarecimentos sobre a operação.

A primeira sensação que tive ao ingressar no local foi de que o evento estava esvaziado. Apenas 15 jornalistas faziam a cobertura da coletiva que contava com a participação do Superintendente da PF no Paraná no centro da mesa, um delegado da PF ao seu lado direito e um auditor fiscal da receita federal na ponta direita da mesa. Do lado esquerdo do superintendente, dois procuradores do MPF faziam parte da mesa. Os jornalistas estavam sentados nas primeiras três fileiras da plateia

do auditório e três repórteres cinematográficos dividiam o espaço central de circulação de pessoas na plateia para posicionar suas câmeras.

Além do assessor com quem eu havia conversado para participar da coletiva, um outro rapaz (mais jovem, possivelmente um estagiário) colaborava com algumas fotos e assessoramento da PF no local. Todas as fontes na mesa estavam identificadas pelo nome (por meio de uma placa em frente ao microfone) e a gravação e transmissão do evento, feita pela PF, foi realizada em um tripé posicionado no canto direito em frente à mesa. No fundo do palco onde a coletiva acontecia estavam as bandeiras do Brasil e do Paraná, além do brasão da Polícia Federal.

Enquanto o superintendente falava na abertura da coletiva, a atenção da maioria dos jornalistas estava em seus celulares ou em outra coisa que não era a fala do superintendente. O assessor de imprensa, que havia feito o protocolo de abertura da coletiva, aproveitou o momento da fala do superintendente para verificar o enquadramento da câmera da PF (uma câmera de pequeno porte, parecida com uma *webcam*) que fazia a transmissão do evento. O enquadramento desta câmera nas coletivas foi sempre um plano aberto, gravando todos que estavam na mesa sem ninguém operando o equipamento ao longo da coletiva. Depois de ver o enquadramento da transmissão que a PF disponibilizou pelo *YouTube*, o assessor deu a volta por trás do auditório para espiar o enquadramento que os repórteres cinematográficos estavam dando naquele momento. Um dos repórteres que fazia a gravação estava com o visor da câmera fechado e, ao perceber a intenção do assessor, abriu o visor digital para que o assessor verificasse o enquadramento. Eles não trocaram qualquer palavra naquele momento.

A primeira repórter que fez uma pergunta na coletiva de imprensa estava sentada na primeira cadeira da primeira fileira do auditório, próxima ao corredor central, onde ficavam os repórteres cinematográficos. Depois de fazer sua pergunta, ela ainda continuou com o microfone em mãos e, depois da resposta das fontes, realizou ainda outras duas questões antes de passar o microfone à colega que estava sentada do lado. As perguntas da jornalista tinham como interesse descobrir detalhes da operação, como o nome de um dos envolvidos ou mesmo a quantia de dinheiro e data dos eventos narrados pela força tarefa.

Antes da segunda pergunta, o delegado da PF que estava na mesa da coletiva tomou a palavra para informar que acabara de receber a informação (via

mensagem por telefone) que um terceiro envolvido na operação daquele dia (não encontrado até o início da coletiva) havia sido preso pelas equipes policiais que estavam nas ruas. Diante da informação da prisão, o nome desse envolvido foi revelado aos jornalistas. Enquanto o delegado dava esta informação, uma jornalista que estava sentada à minha frente (na terceira fileira do auditório) tirou uma dúvida com outra colega que estava ao seu lado, sua curiosidade era sobre o nome do preso que o delegado estava falando.

A segunda jornalista a perguntar, estava ao lado da primeira perguntadora. Ela se interessou em mais detalhes sobre o envolvimento do sujeito que acabara de ser preso pela PF. Assim como a primeira perguntadora, a segunda jornalista a questionar na coletiva também não repassou o microfone logo que fez sua primeira pergunta. Depois da resposta das fontes, a jornalista ainda fez outras três perguntas e na última delas, ainda se desculpou por estar se alongando e realizou a quarta pergunta que não tinha relação com a operação em curso, mas se tratava de um assunto que ocupou a agenda jornalística nos dois dias anteriores à deflagração desta fase da Lava Jato. Nesta última pergunta, a jornalista queria que o superintendente da Polícia Federal falasse sobre o posicionamento da PF diante da não liberação do ex-presidente Lula para participar do velório de seu irmão, morto em 29 de janeiro. Essa última pergunta foi feita emendada na pergunta anterior, que ainda se referia à operação em curso.

Antes de expor a questão sobre a liberação do ex-presidente, a jornalista precedeu a pergunta de um “sorriso amarelo” e um pedido: “eu gostaria que o senhor comentasse, se possível...”. Neste momento, percebo que a repórter reconhece que a pergunta é delicada e por esse motivo tentou suavizar a forma do questionamento. Logo que a pergunta foi feita, todos os integrantes da mesa se entreolharam, mas não esboçaram qualquer reação de aprovação ou reprovação. Na resposta o superintendente seguiu a ordem das perguntas e ao chegar ao momento da resposta do caso sobre o ex-presidente informou que “apesar de não ser objeto (da coletiva), e como não respondi (antes) sobre o assunto, respondo agora”. Todos os jornalistas ficaram atentos à fonte neste momento. Ao final da sua resposta (que reforçou a ideia de que não havia condições operacionais de cumprir a decisão de levar o ex-presidente ao velório) ele deixou o microfone na mesa e olhou para o delegado da PF sentado ao seu lado que acenou positivamente com a cabeça.

A terceira perguntadora voltou a falar da operação em curso. A repórter fez três perguntas envolvendo detalhes da operação em curso. Logo em seguida, a repórter que havia feito as primeiras perguntas no evento voltou a fazer mais uma pergunta. A pergunta não tinha relação com o esclarecimento de detalhes sobre a operação, a jornalista pediu que os integrantes da mesa comentassem sobre o combate à corrupção que a Lava Jato vinha realizando (“A Lava Jato estava conseguindo combater à corrupção? ”). Antes de responder, o procurador da república comentou: “muito boa sua pergunta”.

Por fim, a última jornalista que perguntou na coletiva foi precedida do anúncio do assessor de imprensa de que aquela seria a última pergunta. Apesar de não se tratar da operação em curso, a questão envolveu o esclarecimento de algo sobre a Lava Jato. A repórter queria saber por quê o ex-governador do Paraná Beto Richa, preso na fase anterior, não foi levado à sede da PF e, sim, ao batalhão da Polícia Militar de Curitiba. A resposta da PF foi que não era a PF que determinava para onde os presos eram levados e sim o judiciário, a PF só cumpre a decisão de prisão. Não houve qualquer ressalva para a resposta desta pergunta, apesar desta questão também não ter relação com a fase em curso que foi deflagrada pela Lava Jato.

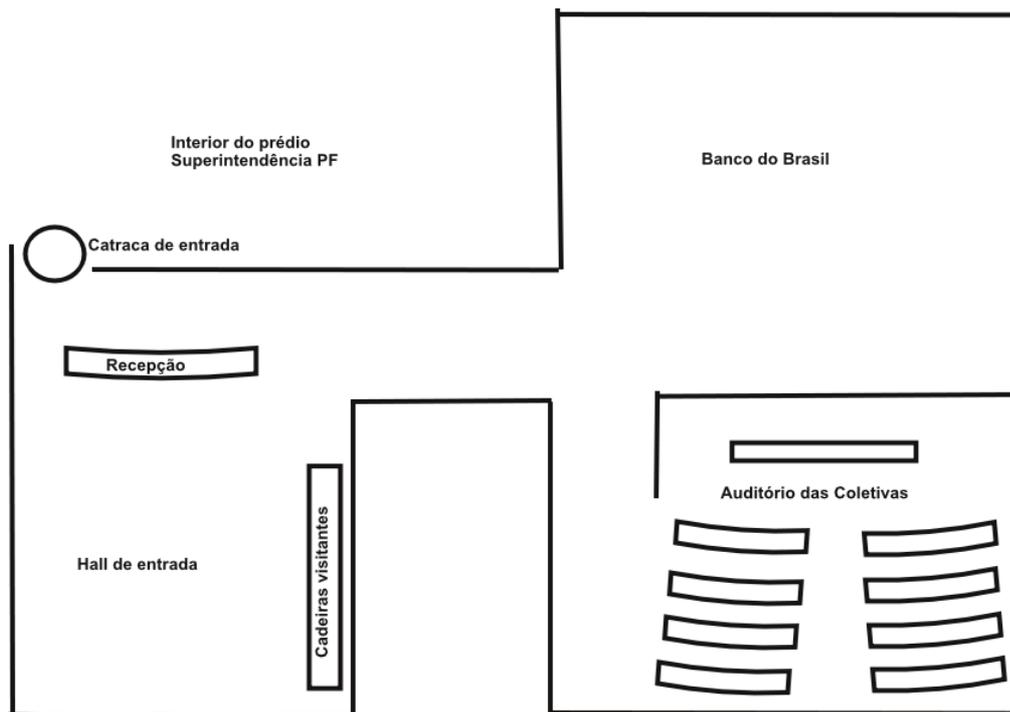
A coletiva foi encerrada e os integrantes da mesa se levantaram. À medida que se movimentaram para o canto do auditório agradeceram aos jornalistas que retribuíram com novo agradecimento. Parte do grupo (jornalistas das emissoras de TV's) perguntou sobre o “quebra queixo” (segundo momento da coletiva, quando a fonte foi questionada fora da mesa e cercada por microfones de diversas emissoras). Uma das fontes explicou que não haveria quebra queixo, conforme o assessor de imprensa havia informado anteriormente. Os jornalistas insistiram no pedido de uma entrevista quebra queixo até que o procurador do MPF aceitou participar da entrevista. Um jornalista comemorou “eba! Vai ter quebra queixo”. Todos riram.

Enquanto um dos procuradores participava do quebra queixo o outro promotor conversava com uma jornalista que trabalhava em jornal impresso. A conversa dos dois foi acompanhada por uma mulher que aparentemente era assessora da imprensa do MPF. A conversa aconteceu em tom amistoso e sem qualquer anotação da jornalista. Ao final da entrevista quebra queixo, mais um momento de descontração entre todos foi percebido.

As fontes saíram do auditório enquanto os jornalistas permaneceram no local, os repórteres cinematográficos desmontaram os equipamentos enquanto os repórteres conversaram. “Como diminuiu!” Comentou uma jornalista quando se referiu a quantidade de gente que cobriu a coletiva. Eles avaliaram os motivos: transferência de colegas ou férias foram as possibilidades levantadas.

No evento, foi possível ainda fazer um rascunho da Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal. O local onde as coletivas foram realizadas ficava na entrada do prédio, em uma área de grande circulação de pessoas com acesso livre por conta do uso de um posto de atendimento bancário utilizado pelas pessoas que precisavam pagar por serviços como emissão de passaportes e multas. A região do interior do prédio da Superintendência tinha acesso restrito e não podia ser vista do *hall* de entrada.

Figura 2 - Rascunho da área de acesso na sede da Superintendência PF Curitiba



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.7.2 08/05/2019 – 61° Fase

A informação de uma nova fase da operação Lava Jato chegou às 7h35min da manhã através do portal G1. Sinto um certo alívio, pois depois da troca no comando da 13° Vara penal de Curitiba e, também, da troca de delegado

responsável pelas ações dentro da Polícia Federal de Curitiba, a deflagração de novas ações pareciam impossíveis de acontecer. Consegui chegar no auditório Edson Matsunaga (local onde acontecem as coletivas) cerca 20min antes do início da entrevista.

Assim como na primeira vez, minha sensação foi de que o evento estava esvaziado pela quantidade de jornalistas, cerca de 20. Mais uma vez consegui entrar no local sem a necessidade de qualquer controle (pedido de identificação ou mesmo alguém na porta que pudesse realizar qualquer tipo de impedimento). Para confirmar que não havia controle, perguntei à recepção se a coletiva aconteceria no auditório, a resposta foi afirmativa.

O assessor da Polícia Federal, que até aquele momento não me conhecia pessoalmente, distribuía alguns *releases* impressos aos jornalistas presentes no ambiente. O número de papéis não era suficiente para todo mundo, então alguns ficaram sem receber o documento. Em seguida, o assessor realizou o teste de som dos microfones da mesa onde aconteceria a entrevista enquanto os repórteres cinematográficos verificavam a qualidade que o som estava sendo captado pelas câmeras. Neste momento antes da coletiva, as conversas entre o assessor e os jornalistas se aconteceram essencialmente para solucionar questões técnicas como o som e a iluminação do ambiente. Um repórter cinematográfico demonstrou maior contato pessoal com o assessor (maior número de pedidos, ajudou a solucionar os problemas técnicos, risos e conversas).

Ao todo, o auditório tinha cerca de 110 cadeiras, e logo na entrada do auditório percebi que havia um bilhete nas poltronas das três primeiras fileiras informando que o local estava “reservado”. O número de jornalistas no ambiente era menor do que a quantidade de lugares reservados. A posição dos jornalistas no auditório seguia a mesma lógica encontrada na primeira coletiva acompanhada (preferência da primeira fileira para jornalistas de TV aberta ou jornais e sites de abrangência nacional, e nas demais fileiras rádio e jornais regionais).

Aproveitei o momento anterior ao início da coletiva para realizar aproximação com os jornalistas que estavam no ambiente. A ideia era me apresentar como pesquisador e conseguir algum contato para conversar com os profissionais fora do ambiente coletiva. Todos muito solícitos, não negaram ajuda à pesquisa e acertamos que eu enviaria uma explicação do meu trabalho para que possamos conversar em outro momento. Uma das jornalistas informou que também é

doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná e se mostrou empolgada a colaborar.

A coletiva de imprensa teve início às 10h08min seguido o protocolo já identificado nas fases anteriores (assessor que abriu o evento passou a palavra para o diretor da PF, depois o Delegado operacional falou seguido dos procuradores, por fim, o auditor fiscal da receita federal fechou a seção inicial de falas). Enquanto as fontes falavam, os jornalistas anotavam as informações em suas cadernetas ou computadores (notebooks). Uma repórter de rádio fez uma foto da mesa das fontes e enviou pelo *whatsApp*, aparentemente ela queria registrar o nome dos participantes para não errar na grafia posteriormente.

Essa coletiva apresentava alguns elementos com interesse jornalístico bastante visíveis: era apenas a terceira operação do ano, a primeira com mandados de buscas na sede de um banco, a primeira fase autorizada pelo juiz que substituiu definitivamente o ex-juiz Sérgio Moro na 13ª Vara de Curitiba, a primeira do novo delegado operacional, Alessandro Vieira. Nas explicações das fontes, ficou evidente que a tentativa foi dar visibilidade ao fato de ser a primeira fase com cumprimento de mandados em uma instituição bancária.

Ao ver os jornalistas anotando as frases e trechos do release, fiquei pensando se a coletiva de imprensa era um espaço de intervenção jornalística (perguntas, esclarecimentos e questionamentos) ou um espaço de pronunciamento (registro da fala das fontes). Fiquei curioso sobre que tipo de informação foi acrescentada ao release da assessoria quando aproveitado pelo jornalista?

Nas respostas das fontes, o procurador da república Roberson Pozzobon explicou a participação do banco no suposto esquema criminal, mas em seguida partiu para um comentário político sobre a decisão de retirar o Conselho de Controle de atividades fiscais (COAF) da autoridade do então ministro da justiça Sérgio Moro³⁹ “A quem interessa tornar as ações do COAF mais engessadas?” Perguntou de forma retórica o procurador. Na sequência mais uma questão retórica: “Por quê mexer no que está funcionando? ”. Enquanto ele falou, uma funcionária da PF chegou ao auditório com copos de água, ela perguntou ao assessor se podia subir para deixar os copos para as fontes.

³⁹ GÔES, Bruno; PORTINARI, Natália. Comissão derrota governo, tira Coaf de Moro e o deixa com o Ministério da Economia. *In: O GLOBO*, 09 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-derrota-governo-tira-coaf-de-moro-o-deixa-com-ministerio-da-economia-23652499>. Acesso em: 7 set. 2020.

Uma repórter que recentemente assumiu o cargo na sucursal da folha em Curitiba, perguntou aos procuradores se os bancos seriam um novo alvo da Lava Jato daquele momento em diante e, em seguida, elaborou uma pergunta sobre a mudança no COAF e os impactos desta mudança para Lava Jato, utilizou o termo “flexibilização dos procedimentos jurídicos” para se referir ao modo de operação dos investigadores da Lava Jato. Na resposta, os dois procuradores ressaltaram que a Lava Jato não flexibilizava regras procedimentais jurídicas. Eles ofereceram longas respostas sobre a mudança no COAF e defesa das ações da Lava Jato.

Enquanto a coletiva se desenvolvia, realizei três fotos para ajudar a compreender o ambiente onde as entrevistas aconteciam:

Fotografia 1 - Foto da realização da 61ª Fase da Operação Lava Jato.



Fonte: Registrada pelo autor.

Fotografia 2 - Foto da realização da 61ª Fase da Operação Lava Jato.



Fonte: Registrada pelo autor.

Fotografia 3 - Foto da realização da 61ª Fase da Operação Lava Jato.



Fonte: Registrada pelo autor.

O processo de acompanhamento das entrevistas coletivas de forma presencial foi interrompido em março de 2020, devido a não realização de novas coletivas por conta da Pandemia do Coronavírus. O Quadro 1 sintetiza a quantidade de operações da Lava Jato até agora:

Quadro 1– Quantidade de operações deflagradas:

Ano	Operações 1º semestre	Operações 2º Semestre	Total operações no ano
-----	-----------------------	-----------------------	------------------------

2014	4	3	7
2015	7	7	14
2016	9	7	16
2017	4	6	10
2018	4	6	10
2019	4	9	13
2020	1	7	8

Fonte: Elaborado pelo autor (com dados até 27/11/2020).

3.8 MOVIMENTO DE PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS AGENTES QUE PARTICIPARAM DAS COLETIVAS

Enquanto o monitoramento das coletivas de imprensa era realizado, uma lista com nomes dos jornalistas que participaram com mais frequência destes eventos foi criada para ajudar em um outro movimento de pesquisa, as entrevistas com jornalistas e assessores de imprensa da Lava Jato. As entrevistas com os agentes que participaram das coletivas na Lava Jato ocorreram entre março e setembro de 2020.

Como forma de preservar os informantes da pesquisa, nenhum dos entrevistados foram identificados de forma pessoal. Entre os motivos que levaram a essa decisão estavam a desnecessária exposição pessoal de quem atua como jornalista, especialmente em um momento de crescentes ataques violentos contra esses profissionais⁴⁰, além do anonimato favorecer a espontaneidade que o profissional poderia oferecer quando não estivesse sendo exposto de forma individual.

O cuidado com a preservação da identidade dos informantes também se mostrou uma preocupação dos jornalistas durante as entrevistas. Apenas um convidado que participou da pesquisa negou conceder entrevista, mesmo em anonimato. Na alegação apresentada pelo repórter, estava um impedimento que a empresa para a qual presta serviço, na condição de jornalista *freelancer*. De acordo com ele, a empresa não permitia que fossem concedidas entrevistas para pesquisas. A regra foi criada por conta de uma experiência anterior, onde depois de

⁴⁰ GARONI, Márcio; BRAGA, Maria José; PADILHA, Paula Zarth. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. FENAJ: 2019. Relatório. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

conceder uma entrevista, um jornalista que trabalhava nesta empresa sofreu com a exposição de trechos descontextualizados daquilo que a pesquisa problematizava.

A pandemia do Coronavírus que atingiu o mundo no momento em que as entrevistas foram realizadas, exigiu que medidas de segurança fossem realizadas para a realização dessa interação. A principal consequência da pandemia para essas entrevistas foi a necessidade de realizá-las de modo virtual e não presencial, como se planejava inicialmente. Foram utilizados programas de conversa/reunião virtual como *google Meet*, *Skype* e *Zoom*.

A decisão sobre qual “ambiente virtual” seria realizada a entrevista, dependia da familiaridade do entrevistado com a plataforma de modo que ele se sentisse seguro quanto a forma de funcionamento da entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e com o compromisso de que essas gravações não fossem divulgadas em qualquer formato, nem mesmo pela transcrição da conversa.

Discussões sobre a importância e o uso de entrevistas (seja na prática jornalística ou em pesquisas científicas) foram desenvolvidas nas edições do Seminário Aberto de Jornalismo, promovido pelo grupo de pesquisa estudos em jornalismo da Unisinos entre novembro de 2011 e agosto de 2012. Parte das contribuições dos participantes do evento foi reunido no livro “Entrevista: na prática jornalística e na pesquisa”, de Beatriz Marocco.

A obra avança na reflexão sobre o uso de entrevistas em pesquisas científicas a partir de textos como o da pesquisadora Isabel Travancas e do pesquisador Fabio Henrique Pereira. Os dois textos não estão preocupados em oferecer um manual de procedimentos para utilização deste recurso em pesquisas, mas sim, refletir sobre suas experiências na utilização de entrevista ao longo da carreira de pesquisadores.

Travancas (2012) indica que entrevistas são espaços de interação onde os envolvidos (entrevistadores e entrevistados) se influenciam, e produzem um material rico no que diz respeito à compreensão humana dos fenômenos sociais. Por certo, a autora ressalta que sempre as entrevistas serão atravessadas por aquilo que o entrevistado deseja revelar e/ou omitir ao falar sobre sua atividade, porém esta preocupação está muito próxima daquilo que se discute sobre a alteração da realizada observada quando se realiza observação participante.

Pereira (2012) avança no debate sobre o interacionismo simbólico na “conversa” com jornalistas. Ele aponta que um dos riscos, no uso das entrevistas para a pesquisa científica, é quando o pesquisador pinça falas dos entrevistados como se fossem “aspas” de uma matéria jornalística indicando que o relato de um único informante é o suficiente para que a situação narrada ganhe status de realidade “objetiva”.

4 A VISADA CULTURAL QUE ORIENTA O JORNALISTA: O JORNALISMO COMO UM CAMPO DE MEDIAÇÃO ATRAVESSADO POR DIFERENTES LÓGICAS

Na reflexão sobre os dispositivos interacionais, Braga *et al.* (2017) se refere as “tentativas dos participantes”. O autor explica que essas tentativas se referem a dois movimentos principais: de um lado a “busca de ajustar a expressão às condições de sua recepção; e ainda, na busca de obter uma interpretação da mensagem em coerência com o ponto de partida (emissão)” e de outra perspectiva “A tentativa do participante receptor, por sua vez, seria a de interpretar em função de sua visada cultural, desmontando manejos ou sutilezas da mensagem que o possam enganar; e escolhendo, das mensagens, as que efetivamente lhe mereçam a sintonia, realizando a boa crítica.” (BRAGA *et al.*, 2017, p.23). No dispositivo coletiva de imprensa, o jornalista opera sob as lógicas dessa última perspectiva apresentada por Braga. Sua visada cultural está orientada por uma série de atravessamentos que serão trabalhados neste capítulo. Temos a intenção de discutir teoricamente as principais referências conceituais do nosso entendimento sobre o jornalismo. Essa conceituação será tensionada com o contexto de crise que o Campo do jornalismo atravessa.

Uma das principais referências teóricas sobre o jornalismo está na oferta de um tipo específico de relato que de alguma forma dialoga com o cotidiano. Trata-se de um relato construído a partir de uma noção de verdade provisória e consensuada socialmente que necessariamente passa por um processo de articulação e mediação da discussão pública que é feita pelo profissional da notícia. (ROCHA; ALVES, 2020, p. 97).

No caso do paradigma construtivista, a teoria consensual da verdade pressupõe a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social. Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis. (ROCHA; ALVES, 2020, p.99)

A noção de verdade consensuada não é algo acabado/resolvido ou ainda dada de forma anterior à produção da notícia. Sua dimensão de provisoriedade se refere a uma disputa social intensa quando envolve a definição de seus limites. No caso do jornalismo essa disputa se materializa na definição dos termos que serão usados para se referir a um acontecimento, mas também na percepção e escolha de quais atributos serão destacados em um acontecimento.

Neste sentido, o jornalismo é um operador de sentidos do tempo presente que participa da vida social a partir de referências próprias no seu modo de fazer. O relato produzido pelos jornalistas está baseado em métodos construídos historicamente pelos profissionais da notícia. A produção da notícia acontece por meio de táticas que compõem um quadro maior, que envolve o contrato fiduciário que o jornalismo estabelece com a sociedade e vice-versa. (ALSINA, 2009).

Para que estes vínculos entre jornalismo e sociedade se estabeleçam/mantenhams/fortaleçam é necessária uma relativa credibilidade no relato construído e publicado pelos jornais. A confiança de que aquilo que está escrito tenha uma relativa correspondência com a realidade social⁴¹, ou uma pretensão de realidade, permitiu o crescimento de uma imprensa comercial entre o século XIX e XX. Neste período, as organizações jornalísticas passam a adotar uma postura informativa, sob a perspectiva de “transmissão de informação”, que buscava separar o jornalista do cotidiano que ele se referia.

⁴¹ Realidade social aqui entendida nos termos de uma construção social, conforme Berger e Luckmann (2007).

Ora, oferecer informações confiáveis para que o público tire suas próprias conclusões (isto é, para que possa pensar por si) é justamente um dos postulados clássicos que o jornalismo preserva – embora, é claro, seja mais uma boa intenção permanentemente frustrada, o que deveria sugerir o caráter ideológico oculto por trás dessa aparente imparcialidade. (MORETZSOHN, 2007, p.2).

A redução do jornalismo aos valores de imparcialidade e neutralidade, assumidos discursivamente pelas organizações comerciais, mas impossíveis de alcançar na perspectiva concreta, dificulta o entendimento de outras dimensões importantes do próprio jornalismo. Para além de um campo de transmissão de informações, o jornalismo se refere essencialmente a um campo de mediação. Uma mediação específica que é entendida na perspectiva de articulação entre os acontecimentos e a sociedade.

Segundo Breed (1993) a ideia de mediação do jornalismo está relacionada às lógicas organizacionais, de acordo com Kovalch e Rosential (2003) compromissos éticos, modo de fazer e agenciamentos dos sujeitos, conforme Ortner (2006). Esses atravessamentos atuam sobre jornalista e participam do processo de construção do relato ofertado cotidianamente pelo profissional da notícia.

Assim, a mediação jornalística se vincula a “...processos de percepção, seleção e transformação de acontecimentos por profissionais relativamente autônomos, orientados por uma cultura comum, mas sob forte pressão do fator tempo”. (ARCE; ALZAMORA; SALGADO, 2014, p.499). Nesta concepção o jornalismo estaria mais ligado a uma ideia de algo que acontece do que um dado de partida. (FOLETO, 2017, p.201).

4.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO QUE COMPÕEM O TIPO DE MEDIAÇÃO ESPECÍFICA QUE OS PROFISSIONAIS DA NOTÍCIA REALIZAM

A mediação jornalística é o resultado de um processo de produção de sentido que depende do modo como os jornalistas constroem seus relatos sobre o mundo. Esse modo de construir relatos, funciona em uma dimensão prática do jornalismo, do seu modo de fazer e envolve um processo complexo que passa por diferentes níveis.

De alguma forma, a mediação jornalística realizada pelo jornalismo está atravessada por atributos que dialogam com o entendimento do que é jornalismo e

como ele se caracteriza. Na tentativa de cercar esses elementos, Reginato (2016) sintetiza 12 finalidades da informação jornalística:

- 1) Informar de modo qualificado;
- 2) Investigar;
- 3) Verificar a veracidade das informações;
- 4) Interpretar e analisar a realidade;
- 5) Fazer a mediação entre os fatos e o leitor;
- 6) Selecionar o que é relevante;
- 7) Registrar a história e construir memória;
- 8) Ajudar a entender o mundo contemporâneo;
- 9) Integrar e mobilizar as pessoas;
- 10) Defender cidadão;
- 11) Fiscalizar o poder e fortalecer a democracia;
- 12) Esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

As 12 finalidades elencadas pela autora foram construídas a partir de entrevistas com jornalistas, leitores e representantes de organizações jornalísticas. A autora buscou materializar quais eram as principais finalidades do jornalismo na visão desses atores sociais. A matriz construída por Reginato, indica, em certa medida, quais são as marcas que compõem o tipo específico de mediação realizada pelo jornalismo.

Defendo que se aponte a finalidade do jornalismo como informar de modo qualificado porque é preciso diferenciar informação de informação jornalística. Entender a finalidade de informar como um processo finalístico de transmissão de informação é reduzir a atribuição do jornalismo nas sociedades democráticas. Portanto, para afirmarmos que se trata de uma informação jornalística, é preciso que ela cumpra determinadas exigências. Informar de modo qualificado significa fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos, garantindo o acesso de diferentes públicos a essa informação. Para ser qualificada, a informação deve ser: verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente. (REGINATO, 2020, p.47).

A partir da síntese oferecida pela autora, é possível inferir que mais do que um campo de transmissão de informações, o jornalismo é um campo de interpretação da realidade no modo como ela se apresenta. Essa interpretação é construída a partir de uma composição dos elementos (exigências) elencados por

Reginato, além das próprias experiências do sujeito jornalista e das condicionantes organizacionais que são intrínsecas as produções jornalísticas.

A legitimidade do jornalismo, neste sentido, decorre dos procedimentos desenvolvidos na sua produção, que precisam ser reconhecidos como válidos pelo público, pois os jornalistas não podem forçar o público a aceitar seus relatos, mas devem acreditar na aceitação pública do conhecimento jornalístico produzido. A necessidade da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação constituída pelo público evidencia como necessária sua influência para a existência da autoridade jornalística. (ROCHA; ALVES, 2020, p.105).

Nesta concepção, não se deve isolar um ou outro atributo que Reginato (2020) apresenta, mas, sim, entender como eles são equilibrados no fazer jornalístico e como são tensionados por fatores como os constrangimentos organizacionais, conforme mencionado por Breed (1993), relacionamento com fontes, entre outros. Essa composição resulta na mediação qualificada que o jornalismo faz cotidianamente.

Autores clássicos que ajudaram a pensar o jornalismo no início do século XX, discutem, por exemplo, a supressão das notícias importantes dos jornais. Ross (2008) demonstra como a mediação jornalística é afetada pelo modo como o jornalismo se estrutura na sociedade moderna. Neste sentido, as notícias sofrem interferências devido a organização jornalística se estruturar por meio de uma empresa capitalista, que entende a notícia como um negócio e valoriza as motivações comerciais para produção informativa. (ROSS, 2008, p.88). Como desdobramento dessa situação temos duas outras marcas que decorrem desse processo: o primeiro se refere a publicação de conteúdo publicitário (na perspectiva de favorecimento do anunciante) na forma de notícia e a subordinação da organização jornalística a outras empresas capitalistas. (ROSS, 2008, p.92).

A perspectiva trabalhada por Ross (2008) interfere diretamente na atuação cotidiana dos repórteres, que estabelecem uma rotina padronizada que visa organizar como e quais acontecimentos se tornam notícia. (LIPPMANN, 2008, p.165). Assim, é preciso reconhecer que há uma distinção entre verdade e notícia que precisa ser pontuada.

A hipótese, que para mim parece mais fértil, é que a notícia e a verdade não são a mesma coisa e devem ser claramente diferenciadas. A função da notícia é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer à luz fatos

escondidos, colocá-los em relação ao outro e fazer um quadro da realidade no qual os homens possam agir. (LIPPMANN, 2008, p. 179).

Lippmann (2008, p.180) pondera ainda que a notícia depende da confiabilidade da fonte e considera que não há “cânones” que direcionem a mente do jornalista, apenas convenções. Assim, as notícias não são um “espelho das condições sociais”, mas se referem a um aspecto que se impõe. (LIPPMANN, 2008, p. 167).

4.2 APURAÇÃO COMO ELEMENTO QUE QUALIFICA A MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA

Um dos elementos que orientam a produção jornalística e, conseqüentemente, atua sobre a mediação jornalística é o processo de apuração das informações. Santana (2011, p.35) indica que a apuração jornalística não se refere a um procedimento mecânico ou automático, uma vez que, é uma atividade que envolve “movimentos de subjetividade” e contextos específicos que condicionam a tarefa de encontrar informações. Desta forma, a complexidade do processo de apuração se afasta de uma ideia meramente instrumentalista, pois está colocada dentro de uma noção de prática social que constitui o fazer jornalístico.

A apuração jornalística se refere a um modo de produção de informações que é crescente no século XIX. Inicialmente estava relacionada ao trabalho do jornalista “buscar” *in loco* a informação necessária para produção da notícia. Antes disso, os jornais eram produzidos com base em correspondências, despachos ou informes públicos. (Santana, 2011, p.51).

Ainda com algumas dificuldades⁴², o modelo pautado na apuração indica um papel mais ativo do jornalista que não fica tão preso à necessidade de que a informação chegue de forma passiva na redação. É neste momento, também, que cresce o uso de entrevista⁴³ como técnica de obtenção de informações no jornalismo. A importância do processo de apuração jornalística possibilita o

⁴² Entre os problemas neste início da utilização da apuração como algo central na atividade jornalística estão a tentativa, por parte dos governos, de impedir que os jornalistas realizassem anotações durante as reuniões e encontros oficiais, concentração de atividades de editoração (gráfica e de conteúdo), Publisher, e repórter sendo exercidas por uma única pessoa, entre outras. (LONGINOW, 2002, p.145).

⁴³ Este capítulo também vai discutir o conceito de entrevista jornalista.

surgimento da figura do repórter, como ator responsável pelo trabalho de investigação daquilo que se pretende noticiar.

No século XX, a estruturação da função de repórter esteve ligada diretamente com a credibilidade das informações prestadas pela organização noticiosa. A presença ou o testemunho dos jornalistas em acontecimentos é uma estratégia, que os profissionais da notícia utilizam para se aproximar dos fenômenos sociais, com a finalidade de transformá-los em notícia. Com a profissionalização das fontes e o uso cada vez mais frequente de materiais provenientes das assessorias de imprensa, cresce também a dificuldade de construção deste olhar crítico possibilitado pela mediação específica que deveria ser realizado pelos jornalistas.

Vale destacar que o “ver com os próprios olhos” não garante qualquer isenção em relação aquilo que se vê, pois sempre há diversos atravessamentos e afetações que guiam este olhar. Mas, ao jornalista, o lugar de ver significa reconhecer essas afetações e não as diminuir em nome de uma suposta imparcialidade.

Santana (2011) entende que a apuração jornalística se insere em um movimento maior que se estabelece dentro do jornalismo, que se refere ao processo de investigação. “Apuração é um componente indispensável ao processo maior de trato jornalístico da informação, que é, no meu entendimento, a estratégia investigativa.”. (SANTANA, 2011, p.34).

A relação apuração x investigação é de dependência. Para se investigar, há que se dispor da apuração de informações. E o ato de apurar, em geral, é impulsionado pela predisposição por investigação. Ainda que muitas apurações acabem sendo realizadas com o único intuito de reforçar uma tese a ser defendida numa reportagem ou cujos resultados sejam dispostos de modo enviesado e falacioso, conforme salientado anteriormente, o princípio que rege a apuração é impelido pelo compromisso com a investigação. (SANTANA, 2011, p.36).

Nesta compreensão, a apuração jornalística pensada sobre uma noção de alcançar a informação disponível, ou a verdade provisória sem se deixar encantar pelas percepções ou versões das fontes, distingue o trabalho do jornalista de outros tipos de relatos sobre o mundo cotidiano. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.71). Dois procedimentos clássicos de apuração colaboram com esse trabalho, a verificação e a pluralidade de vozes.

4.3 VERIFICAR COMO UM MÉTODO DO FAZER JORNALÍSTICO

Checar aquilo que se pretende publicar é um dos princípios que ajuda o jornalista a evitar dúvidas, sobre o que lhe foi dito por alguma fonte consultada, durante a elaboração de seu texto. Mais que isso, a verificação também colabora para que o jornalista não perca sua posição de sujeito crível, alguém capaz de diferenciar o “falso do verdadeiro”. Por certo, mesmo aquilo que aqui está sendo trabalhado como verdadeiro está tensionado por suas afetações, mas é possível pensar em um relativo consenso daquilo que aconteceu socialmente e, portanto, é aceito como verdade.

Hidalgo e Barrero (2012, p.215) indicam que a necessidade de verificação ganha importância, uma vez que o jornalista não possui o poder da onipresença e por isso precisa das fontes para conseguir reportar os acontecimentos:

Mas o jornalista nem sempre está presente quando o evento a ser reportado acontece. Ele está condicionado ou sujeito à versão que as fontes de informação vão oferecer sobre o evento. Desse modo, o acesso a certas informações será sempre influenciado pelas fontes. O jornalista publica sobre a realidade que ele conhece ou que é fornecida pelas fontes. (HIDALGO; BARRERO, 2012, p.215).

De acordo com Hidalgo e Barrero (2012, p.216) a fonte mais segura para o jornalista, na avaliação dos autores, é o evento ou o fato em si e na ausência dessa presencialidade do jornalista nos fatos sociais, o jornalismo corre o risco de não conseguir checar as informações que lhe são prestadas pelas fontes.

Ainda é útil perguntar, por exemplo, em que medida os jornalistas norte-americanos cumprem sua obrigação quando trataram das declarações feitas pelo então presidente Bush sobre a existência de armas de destruição em massa (ADM) no Iraque, e mesmo quando, logo em seguida, teria sido mostrado que tais armamentos não existiam. É claro, foi Bush quem fez as declarações e é ele o responsável por elas. Contudo, esse tipo de lógica levanta um questionamento: seria função do jornalista apenas comparecer a uma entrevista coletiva e repetir tudo o que foi dito ali, sem solicitar outro tipo de documentação ou a verificação do que tem sido dito? Naquele caso, nenhum deles fez isso. O jornalismo declaratório é uma rua sem saída na qual os profissionais deveriam ser aconselhados a evitar. Hoje, podemos apenas imaginar quantos jornalistas e empresas jornalísticas estavam realmente convencidos da possibilidade de não existir as ADMs. O tempo passou, mas a questão ainda precisa ser respondida. (HIDALGO; BARRERO, 2012, p. 219).

A verificação serve ainda como elemento constituidor de um valor bastante importante para o relato jornalístico, a exatidão. Indicar detalhes de um fato colabora

para a credibilidade naquilo que o jornalista escreve. Quando o jornalista é impreciso ou não checa as informações contidas no relato que oferece à sociedade, seu texto é facilmente questionado por aqueles que estão mais próximo daquilo que foi escrito.

Uma postura desconfiada em relação aos acontecimentos em apuração ajuda a evitar enganos, ou mesmo desvios na tarefa cotidiana de “encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas.”. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.71). Neste sentido, a postura de um eterno buscador de detalhes é o que se espera do jornalista na checagem da informação.

4.4 PLURALIDADE COMO ELEMENTO FUNDANTE

A pluralidade é compreendida como uma “premissa basilar” do jornalismo. (SANTANA, 2011, p.75). Trata-se de uma estratégia, que busca consultar a maior quantidade de vozes diferentes sobre um determinado assunto, que ajuda a alargar o entendimento de uma situação. (MACHADO, 2003).

Num processo de apuração criterioso, a pluralidade das fontes se faz ainda mais necessária por conta do cuidado com a dependência por informações oficiais. Assim, durante a investigação jornalística, ao repórter caberia não se restringir à consulta e utilização de dados repassados por organizações credenciadas a falar sobre determinadas instituições. Entram aqui as assessorias de imprensa, os assessores jurídicos, os porta-vozes oficiais, entre outros. (SANTANA, 2011, p. 76).

Pluralidade é uma forma que o jornalista encontra de dar sentidos mais amplos aos fatos sociais que reporta. Com a mediação de diferentes envolvidos em um determinado evento social, é possível se aproximar de uma quantidade maior de afetações e, conseqüentemente, a uma complexificação mais ampla dos fatos. Assim, pluralidade não se refere apenas a transcrição daquilo que as fontes disseram, mas sim a efetiva concatenação dessas ideias:

É certo que o simples uso de pontos de vista diversos de fontes numa matéria não garante, por si só, uma genuína disponibilização de ângulos diferentes de um mesmo fato. Esse expediente tem maiores garantias de funcionar a contento quando essas visões não são apenas ‘jogadas’ ao leitor, mas concatenadas com informações que reforçam, complementam e explicitam melhor esses pontos de vista. Da mesma forma, o contraponto de um depoimento a outro pode ser feito de modo mais eficiente se o repórter conseguir mostrar – e demonstrar - como os argumentos podem se mostrar falaciosos ou fortes quando apresentados lado a lado aos fatos correspondentes. (SANTANA, 2011, p.77).

A pluralidade não se trata da soma de vozes em uma matéria. Esse atributo precisa estar relacionado com a contextualização necessária para a mediação jornalística. Assim, não se trata de registrar opiniões de atores envolvidos em um fato, mas contextualizar como esses sujeitos estão envolvidos em uma situação relatada pelo jornalismo.

Kischinhevsky e Chagas (2017, p. 112) indicam uma certa confusão conceitual quando se fala em pluralidade no jornalismo. Em alguns casos, na avaliação dos autores, a concepção de pluralidade é tratada como sinônimo de diversidade, o que nem sempre ajuda a compreender a fundo a questão. Os autores tendem a relacionar a diversidade sob uma ideia mais ligada a quantidade de vozes enquanto a pluralidade está relacionada a diferenças naquilo que essas vozes dizem.

Não basta, portanto, que as reportagens ouçam mais de um entrevistado e envolvam participações por diferentes plataformas para responderem à expectativa de pluralidade e diversidade no jornalismo. A construção da notícia demanda a escuta de fontes que possam confrontar diferentes opiniões e assim fornecer informações que agreguem os diversos interesses particulares para a busca do interesse público. Isso pressupõe reconhecer a possibilidade de fontes populares que também interpretem os acontecimentos políticos, econômicos, de segurança pública, em toda a sua ressonância. Também é permitir que a interpretação e o comentário acerca do noticiário possam partir de pessoas que não representem somente o Estado, instituições, empresas ou especialistas, agregando setores da sociedade civil organizada e cidadãos comuns, capazes de relacionar seu cotidiano aos debates públicos que encontram lugar no jornalismo. (KISCHINHEVSKY; CHAGAS, 2017, p. 112).

A defesa dos autores mostra que para garantir a pluralidade de fontes, é necessário mais que a soma de vozes, mas conseguir fugir da dependência das fontes oficiais ou grupos economicamente privilegiados. Assim, a pluralidade compreendida como um processo de contextualização ou confrontação de versões em busca de “evidências soterradas”, conferem rigor a apuração jornalística. Isso deve acontecer, de acordo com Pereira Júnior (2010, p.73), não na forma de que uma versão anule a outra, mas sim a partir de um método de apuração guiado por esses valores (apuração, pluralidade e verificação), ainda que esse seja “fugidio”.

4.5 PISTAS DA CRISE NO JORNALISMO E A POTENCIALIDADE DE SE REINVENTAR

Na virada do final do século XX para o século XXI, modelo comercial de produção das notícias que se estruturou no século XIX entra em crise. Trata-se de uma crise que envolve o discurso jornalístico valorizado por esses espaços (hegemonicamente limitada a uma visão factual dos fenômenos sociais), mas também uma crise do modelo de negócio em um cenário de fragmentação e pulverização de ofertas midiáticas.

Embora o cenário de “explosão de mediações midiáticas” seja possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, especialmente a internet, não parece ser exatamente o surgimento ou amplificação do uso dessas ferramentas que se configura como uma crise ou transformação para o jornalismo na atualidade. Esse processo é um pouco mais complexo e merece ser analisado com mais atenção.

A internet, afinal, é um meio. Mas não um meio qualquer: o campo aberto pelo mundo virtual costuma ser enaltecido por suas potencialidades libertárias, mas reflete o mundo presencial e por isso amplia exponencialmente a possibilidade de manipulação e disseminação de boatos, essa tática tão antiga quanto a política. (MORETZSOHN, 2014, p.7).

A questão que coloca o jornalismo em necessidade de se reposicionar, está no reconhecimento de que a apropriação das potencialidades tecnológicas pela sociedade não representa o fim da sua competência específica, pelo contrário, indica a potencialidade de oferecer uma mediação que organize a imensidão de ofertas midiáticas. Essa tentativa de “organizar o caos” sempre esteve na base da atividade jornalística, seja ela comercial ou não.

A cacofonia própria das redes exige ainda mais a tentativa de organizar o caos, o que sempre foi tarefa do jornalismo. O fato de a mídia hegemônica frequentemente descumprir esse compromisso não cancela a relevância da mediação jornalística: o jornalismo não se resume ao que se pratica nas grandes empresas. (MORETZSOHN, 2014, p.7).

Ao mesmo tempo em que reconhece o descompromisso das organizações hegemônicas quanto à tentativa de “organizar o caos”, Moretzsohn (2014) reafirma a importância do jornalismo neste cenário fragmentado:

O estabelecimento de canais de expressão direta não deveria ser incompatível com a defesa da mediação jornalística, inclusive porque poderiam servir de fonte para reportagens. Não vamos discutir aqui se todos, de fato, têm a palavra nesses movimentos, ou se não há hierarquias: o mais importante é demonstrar que todo discurso implica uma mediação e apontar o equívoco da suposição de que, uma vez que o “povo” fale, ele falará com sua “própria” voz, o que significa desconhecer os mecanismos através dos quais o senso comum se forma e se consolida. Portanto, o que subjaz ao elogio da ação direta é essa crença ingênua de um retorno ao senso comum como fonte de “verdade”. Rompe-se assim a perspectiva dialética de interação capaz de elevar o senso comum ao bom senso crítico, como queria Gramsci: qualquer interferência “externa” é vista como uma insuportável tentativa de dominação, de sufocação de uma expressão “naturalmente” autêntica. (MORETZSOHN, 2014, p.8).

A aceitação dessa “interferência externa” que inevitavelmente faz parte do jornalismo por conta da sua natureza atravessada por diferentes lógicas, está no centro de uma “crise do jornalismo”. Para isso é necessário abandonar a ideia do jornalismo como um campo eminentemente de transmissão (ou passagem) e assumir sua condição de mediação (específica).

Historicamente, o jornalismo comercial se estruturou na oferta de tipo de produção sistemática da notícia, sua legitimação foi construída a partir de um jogo de tensão muito forte entre Interesses jornalísticos x Interesses comerciais. Neste modelo, os recursos empregados para produzir jornalismo são resultado de um “cálculo” produzido a partir da concepção de profissionalismo da gestão da empresa jornal, segundo Sant’ana (2008), e disputas concorrenciais, conforme mencionado por Moretzohn (2007).

Ao longo da década de 1990, as empresas jornalísticas foram aumentando a importância da racionalização dos recursos para produção jornalística. A profissionalização da gestão limitou os investimentos que não representavam retorno financeiro imediato e isso, tem impacto nos valores imensuráveis sob a ótica da gestão financeira (credibilidade, prestígio, projeção e influência). Cortes de orçamento, demissões, redução nas viagens e limitação do processo criativo são alguns dos exemplos que indicam a submissão do jornalismo à racionalização financeira. (SANT’ANA, 2008).

Aliado ao estrangulamento dos investimentos na redação do jornal, a aproximação ideológica do jornalismo comercial brasileiro das instâncias de poder (econômico e político) leva a uma dependência financeira e política destes jornais. Um modelo que sacrifica (de forma camuflada) a cobertura jornalística independente para alcançar benefícios econômicos e prestígio político.

Outra dimensão da crise que enfrenta o jornalismo está na hegemonia de um modelo de produção noticiosa que reduz a produção de informação ao “relato dos fatos”, sem considerar um tipo de mediação específica inerente em qualquer produção jornalística. A supremacia da informação desprovida de valores de natureza política, opõe-se a existência da dimensão valorativa que os fatos sociais possuem.

A rigor, desde que se configurou como atividade industrial, em meados do século XIX, o jornalismo vive sob uma permanente tensão, que frequentemente se torna contradição, expressa no lema *“get it first, but first get it right”*, livremente traduzido no compromisso de “dar a verdade em primeira mão”: pois, entre a “verdade” – a informação verdadeira, objetiva, checada, confiável – e a velocidade – a necessidade empresarial de chegar antes do concorrente –, a “verdade” deveria ter prioridade, embora o que costuma ocorrer seja o contrário, porque prevalece a lógica da concorrência. Assim, a velocidade acaba se transformando num fetiche: a valorização da urgência na transmissão de informações cria um fluxo contínuo que tem como efeito principal “alimentar o sistema”, de modo que se consome sobretudo velocidade, e não notícias. (MORETZSOHN, 2007, p.6).

Como efeito dessa escolha, o jornalismo perde a capacidade de explicar fenômenos sociais complexos e restringe sua atividade intelectual a operações eminentemente instrumentais/ técnicas. Nesta concepção, as dimensões do fazer jornalístico (por exemplo: apuração, verificação e pluralidade) deixam de ser elementos que ajudam a compor um entendimento amplo sobre os fatos sociais e passam a ser compreendidas como operações sem um objetivo de fundo na atividade jornalística.

Ora, essa simplificação de procedimentos embute uma previsibilidade no noticiário que só pode ser aceita em decorrência do processo de naturalização dos fatos, resultante de sua interpretação consagrada e banalizada no senso comum. Especialmente no caso do jornalismo, que costuma ter como álibi justamente o argumento de “dar o que pedem as audiências”, e percebe a necessidade de estabelecer comunicação com um público amplo como uma forma de simplificar o que é complexo. (MORETZSOHN, 2007, p.6).

Santana (2011) discorre sobre os efeitos do declínio da atividade de repórter verificada no início no século XXI. Ela acredita que a diminuição da importância dada ao trabalho do repórter está relacionada ao crescimento da oferta de conteúdos oriundos das assessorias de imprensa e, também, a uma escassez de investigação jornalística relacionada a crise econômica que o jornalismo atravessa.

A burocratização da apuração, associada à aceitação passiva dos conteúdos de assessoria de imprensa, leva ao que a autora chama de jornalismo cordial, onde a atividade jornalística estaria mais próxima dos consensos do que da problematização dos acontecimentos. Segundo Santana (2011, p. 94):

O jornalismo dito cordial é capitaneado por profissionais que, relegando a apuração e compromisso com a busca dos fatos, numa postura de agradar a todos (ou não desagradar ninguém) acaba por não cumprir sua função social de investigador e responsável por levantar e disseminar informações de interesse dos cidadãos.

A cordialidade identificada pela autora tem como reflexo a redução da qualidade informativa, que acaba por se basear em declarações sem a devida checagem, ou mesmo, da não publicação de assuntos ou temas que possuem interesse jornalístico, mas são espinhosos às fontes.

A transposição que fazemos da noção de cordialidade ao jornalismo está assentada: a) tanto no entendimento de que a atividade jornalística realizada sem a apuração de notícias se afasta da noção de imprensa como um serviço público (ainda que sejam negócios, empresas privadas), quanto na b) ideia de que o jornalismo cordial, atuando numa mera reprodução de discursos, se resguarda de possíveis conflitos, numa postura de agradar a todos ou não desagradar a nenhum interesse. Assim, optamos por chegar a esta persona do jornalista cordial que retrata um comportamento de aversão a formalidades, um sentimento mais ligado à passionalidade do que à 'bondade', refletidos num trato social profissional mais elástico e maleável (como a relação de 'compadrio' com algumas fontes) quanto na frouxidão e mesmo desprezo aos propósitos de apuração. (SANTANA, 2011, p.98).

A autora aponta ainda que este cenário leva a um processo de desintegração da atividade de repórter, a deficiências estruturais na redação, redução na quantidade de trabalhadores e favorece o acesso remoto às fontes.

Neveu (2010) indica que as novas tendências contemporâneas estão desafiando, ou mesmo, redefinindo as práticas jornalísticas em três frentes: aumento (crescente) da capacidade da fonte em pressionar o jornalista, aumento da velocidade da cobertura e uma remodelação do jornalismo industrial. Neste cenário, há uma pressão pelo deslocamento da atividade jornalística para a posição de um “produtor de conteúdo” ou trabalhadores da informação, em uma espécie de apagamento da designação jornalista.

A queda de audiência ou na arrecadação do jornalismo leva a adaptações dentro da redação que exigem um tipo de profissional da notícia convergente.

Contudo, o impacto da Internet sobre a produção de notícias vai muito mais além da simples ampliação de tendências já visíveis. Ele muda o próprio emprego de um jornalista. Num mundo de negócios, com poderosos grupos de mídia, esta mudança chama-se convergência. Os jornalistas não trabalham mais para um jornal ou para um tipo específico de mídia; eles alimentam toda mídia e todos os canais dos seus empregadores com notícias. O próprio processo de convergência dificilmente pode ser questionado por si mesmo. Não é mais lógico e mais empresarial aproveitar da melhor maneira possível as aptidões dos jornalistas em diferentes tipos de mídia, destinar uma reportagem de notícias para o canal mais apropriado, levando em conta variáveis tais como a velocidade de difusão ou alcançar audiências específicas?. (NEVEU, 2010, p.38).

Como efeito, essas transformações geram um nível de stress e pressão significativo ao profissional da notícia e uma descrença dos jornalistas na atividade que desenvolve. (NEVEU, 2010, p. 39). Soma-se a isso, o apagamento da fronteira entre profissional e amador facilitado pela popularização das técnicas de captação e edição eletrônica.

O trabalhador da informação é um homem ou uma mulher limitado/a por muitos constrangimentos. Definem-se o tamanho e formato dos seus trabalhos por um programa de computador; trabalhando num espaço aberto, ele/ela não tem nem um espaço de escritório particular; na maior parte do tempo, ela/ele permanece na sala de redação, onde o telefone e a tela substituem o velho trabalho de campo. Naturalmente, a obtenção de um emprego seguro precisaria normalmente de anos de contratos de curto prazo e experiências de autônomo. Quando as condições práticas do emprego ficam desvalorizadas, quando até a oportunidade de torna-lo mais nobre, transformando-o numa vocação, fica dúbia, então o risco de tornar-se cético ou desencantado é grande. (NEVEU, 2010, p.43).

A figura do jornalista “polivalente” se agrava com o aumento do número de profissionais autônomos, que estão sujeitos a cobertura de uma variedade de temas significativa e submetidos a baixos salários.

Registrar estas mudanças sem pular diretamente às críticas políticas ou morais implica em levar em conta seu impacto prático sobre os jornalistas e as suas carreiras. A resposta não é ambígua. Maximizar as audiências e os lucros e ao mesmo tempo reduzir os custos de produção significa diminuir o tamanho das salas de redação e redes de correspondentes, reduzir orçamentos para a reportagem e recrutar jornalistas autônomos perigosos. Este exército crescente de autônomos, com o medo constante do desemprego, fica mais aberto às sugestões amigáveis dos redatores com relação à orientação de um serviço antes de qualquer trabalho de campo. Na falta de solidariedade coletiva de uma área de cobertura, ou simplesmente dos recursos dos documentários dos arquivos de um jornal, os autônomos são mais fracos com relação às fontes. Estas evoluções redefinem o valor das notícias de acordo com a habilidade das áreas de cobertura e o estilo de relatos que maximizam as audiências e evitam o excesso do espírito crítico capaz de prejudicar ou produzir uma reação de anunciantes importantes. (NEVEU, 2010, p.36).

O autor considera que essas mudanças não se referem apenas a pressões externas ao Campo do jornalismo, uma vez que haveria internamente um movimento favorável à diluição dos jornalistas neste grupo mais amplo, chamado de trabalhadores da informação. Isso aconteceria quando os jornalistas aceitam passivamente o cargo de trabalhadores (advogados) da fonte e da defesa de lógicas comerciais que levassem as produções noticiosas para um espaço mais amplo, chamado de mídia em detrimento da defesa do jornalismo como algo específico.

Becker (2011, p.18) indica que muitas dessas transformações que marcam a prática jornalística “desestabilizam sua economia discursiva e seu papel social” Na avaliação da autora, as dificuldades presentes no cenário atual do jornalismo precisam ser inseridas em um contexto mais amplo, que envolve:

O desaparecimento de uma demarcação mais precisa entre Jornalismo e Assessoria de Imprensa, a fusão mercadológica entre notícia, entretenimento e publicidade, o domínio da informação não mais somente por grupos familiares, mas por grandes conglomerados de mídia, o imediatismo e a instantaneidade das notícias, e o acelerado fluxo de imagens nem sempre colaboram para a formação de alguma consciência crítica sobre uma determinada realidade histórica, e para superar a homogeneidade dos discursos. Porém, o Jornalismo continua a reivindicar um tipo especial de autoridade para enunciar a verdade dos fatos contidos na lógica cronológica das narrativas cotidianas dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, que nem sempre dão conta da confiabilidade e da responsabilidade desejadas na apuração e na construção das notícias, muitas vezes recheadas de subjetividades em desacordo com uma prática profissional de qualidade. Reconhecemos que muitas notícias são construídas sob interesses econômicos, políticos e culturais em detrimento do interesse público. (BECKER, 2011, p. 18).

Na defesa de um jornalismo de natureza humanística, Parks (2019, p.4) indica que a subordinação do jornalismo como forma de pensamento, sentimento, ética e espírito humano em favor de uma racionalidade positivista é um problema a ser superado. Neste sentido, o jornalismo daria atenção insuficiente aos aspectos humanos concretos, mantendo uma ilusão de cobertura de "fatos sem valor" negligenciando o filosófico, questões intelectuais e performativas que poderiam promover maior clareza moral. (PARKS, 2019, p.6).

A defesa de um tipo de jornalismo humanista também é a preocupação de Dines (1998). A avaliação do jornalista naquele período era que:

O modelo de jornalismo praticado no Brasil está esgotado. Auto-infectou-se, carece de antídotos autógenos. É um gigantesco faz-de-conta, armação joco-séria (como as tragicomédias de Antônio José da Silva no século 18). Profissionais imaginam-se livres, empresas jornalísticas fingem

imparcialidade. Arrogância, onipotência e, às vezes, perversidade escondem-se atrás de um pretense senso de justiça que não resiste a qualquer avaliação mais profunda. Com as honrosas e raras exceções. (DINES, 1998, p. 1).

A crítica do autor registrada no artigo publicado pela Folha de S. Paulo em 21 de novembro de 1998 insiste (repetidamente) na ressalva que finaliza a citação anterior. Ao final do texto, Dines esclarece: “Descobrir as tais exceções, jovens amigos, acreditar nas distinções, combater as generalizações e o nivelamento por baixo é o desafio de um jornalismo humanista.”. (DINES, 1998, p.3).

5 FONTES E ASSESSORIA DE IMPRENSA NA DISPUTA MIDIÁTICA

“Antes de ler o seu próximo jornal, assistir ao próximo noticiário televisivo ou desfolhar a próxima revista, pergunte a si mesmo: sei realmente de onde veio a informação que vou digerir? Quem quer que eu leia isso?” (Michie, 1998).

O capítulo que inicia tenta cercar qual a contribuição dos estudos sobre as fontes, elemento central no trabalho jornalístico, que oferece à presente pesquisa. Além da reflexão sobre aqueles que falam nas coletivas de imprensa, esta sessão também explora um “derivado da fonte” que surge neste complexo sistema de relação entre atores sociais e jornalismo, o assessor de imprensa.

As fontes produzem e favorecem acesso a alguns fatos sociais, de acordo com Martini e Luchessi (2004). Este sistema funciona a partir da aproximação ou não daquilo que as fontes desejam tornar visível publicamente. Os insumos informativos e o acesso a eles se dão a partir de uma rede relacional que envolve muitos atores. “O procedimento de oferecer e receber produz um circuito de informação, que pode ser relevante ou não, mas que circula socialmente”. (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143). Tal prática gera suspeitas, adesões e indignação na rede informativa. Há a compreensão que o acesso aos fatos e insumos informacionais geram uma disputa direta de hegemonia.

Schimitz (2011) oferece uma extensa reflexão das discussões teóricas sobre as fontes e sua aplicação no jornalismo para chegar ao conceito de Fontes de Notícia. Para ele, a noção de fontes está relacionada a pessoas, organizações ou grupos sociais que estão de alguma forma relacionada com os fatos sociais e que agem sobre a notícia de forma ativa, passiva ou reativa. É através das fontes que os jornalistas conseguem informações de modo explícito ou sigiloso para transmitir ao público por meio de uma mídia.

A partir de autores como Sigal (1973), Gielber e Johnson (1961), Hess (1984), Ericsson *et al.* (1989), Santos (2001), Chaparro (2010) e Sant’ana (2011), Schimitz (2011) é possível perceber que o relacionamento processual que se estabelece entre jornalistas e fontes pode ser classificado em momentos de independência, cooperação ou mesmo subserviência dos jornalistas em relação à fonte ou subserviência da fonte em relação ao jornalista.

Analogia com uma dança para ilustrar a relação fonte e jornalista foi usada por Gans (1979, p 116) para indicar a reciprocidade envolvida nesta interação. O autor indica ainda que os jornalistas teriam preferência às fontes que: garantam incentivos, ofereçam poder, forneçam informações credíveis e estejam próximas geograficamente. São as fontes ativas, ou seja, aquela que deliberadamente mantém contato com os jornalistas e buscam visibilidade midiática.

O resultado desses interesses/ preferência por parte do jornalista resulta em uma “hierarquia de credibilidade” para com as fontes. A construção dessa classificação é bastante complexa e diversificada. Não está submetida a um padrão de comportamento rígido, imutável ou monolítico, porém tende a favorecer o acesso das fontes que ocupam posição social de relevância pública a um certo destaque nesta hierarquização. (RIBEIRO, 2013, p.84).

Para o jornalista, a escolha das fontes em uma entrevista está diretamente relacionada à pauta, mas também a confiança que se estabelece no contato entre o repórter e certos tipos de fontes. Medina (1986, p.36) indica que no Brasil há uma certa centralização de fontes, que favorece o acesso ao jornalismo de pessoas que ocupam cargos em instituições como governo, as “vozes oficiais”.

Por outro lado, a dinâmica da relação entre jornalistas e fontes não pode ser entendida como algo que interessa apenas aos jornalistas. As fontes podem moldar o conteúdo das notícias, bloquear, acelerar sua difusão. Aumentar ou diminuir o impacto público dos acontecimentos.

Importa ressaltar, contudo, que essa influência não só é perfeitamente legítima – faz parte das regras do jogo mediático, digamos – como tem diferentes cambiantes, em função do comportamento do jornalista e das dinâmicas próprias da redação onde este realiza a sua atividade. (RIBEIRO, 2015, p. 3).

As fontes apresentam interesse em promover⁴⁴ acontecimentos específicos. Surge aí, o que Molotch e Lesters (2016, p.66) chamam de “promotores de notícia”, ou seja, “pessoas que identificam uma ocorrência como especial e a torna observável”. Em geral, os promotores de notícia destacam ocorrências que estão diretamente relacionadas com as atividades que fazem parte da sua responsabilidade, mas também é possível que esses atores também busquem

⁴⁴Por “promoção” os autores Molotch e Lesters (2016, p.66) compreendem “...a ação de um ator, que ao presenciar uma ocorrência ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas.”

atenção para aquilo que estão sob a responsabilidade de outrem, mas que lhe seja favorável. (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p.67).

Assim, notícia não é só aquilo que acontece no mundo real, mas também o resultado da relação fonte/jornalista. Nesse sentido, o trabalho jornalístico deve ser compreendido como algo enredado em uma teia de constrangimentos que vão desde decisões editoriais e organizacionais (BREED, 1993) e passa pelo tipo de interação que o jornalista estabelece com suas fontes.

Ainda que as fontes não devam ser compreendidas como resultado do processo de produção da notícia, e sim o seu ponto de partida, é preciso reconhecer que a qualidade da informação noticiada está diretamente relacionada àquilo que a fonte consultada ofereceu ao jornalista. (RIBEIRO, 2015, p. 9).

Nesse contexto, fontes e jornalistas criam entre si uma relação, que decorre da percepção de que juntos conseguem mais facilmente concretizar os seus objetivos. Tal não significa, porém, que esses objetivos sejam coincidentes e sempre conciliáveis. Para a fonte profissional, o importante é promover a mediatização de acontecimentos favoráveis às suas organizações (ou aos indivíduos) e evitar a publicitação de tudo o que for penalizador das mesmas. Por seu turno, o jornalista procura noticiar fatos que se desviam da norma (o homem que mordeu o cão, para dar um exemplo clássico) e, conseqüentemente, desvaloriza o *goodwill* dos acontecimentos com que a fonte o tenta seduzir. É uma relação simbiótica que muitas vezes resulta em alguma tensão ou mesmo de conflitualidade. (RIBEIRO, 2015, p. 9).

Mesmo que essa relação entre jornalista e fontes seja um importante ponto na definição da notícia, é preciso reconhecer que as necessidades que os aproximam surgem de naturezas distintas:

O ponto em que as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimentos entre os *News assembles*⁴⁵, necessidades essas que diferem dos promotores de ocorrência, é o ponto em que os media têm um papel institucionalmente padronizado e independente na produção de notícias. Como é que então o trabalho de produção dos media coincide ou entra em conflito com o trabalho de construção dos promotores? Os propósitos dos *News assembles*, como constatarem ou coincidem com os propósitos dos diferentes tipos de promotores, determinarão as respostas para essa questão. (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p. 68).

Os promotores de notícia tentam aproximar, ao máximo possível, as suas preferências aos interesses dos jornalistas. Como forma de pressão sobre estes profissionais, essas fontes estabelecem sanções quando essa aproximação não

⁴⁵ Definição que se refere à jornalistas e editores que trabalham como o material recebido dos promotores de notícia transformando um conjunto de ocorrências em publicação ou radiodifusão (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p. 66).

ocorre. As sanções podem ser diretas: discursos ameaçadores, boicotes de publicidade, ações jurídicas, entre outras. Ou também podem ser sutis: financiamento de prêmios em jornalismo, oferecimento preferencial de entrevistas, vazamento de informações ou a realização de coletivas de imprensa. (MOLOTCH; LESTERS, 2016, p. 69).

Os diferentes condicionantes que atuam sobre o processo de apuração jornalística, nos levam à conclusão de que as notícias não são um “relato transparente dos acontecimentos naturalmente noticiáveis”. (HALL *et al.*, 2016, p.309). Trata-se de um complexo sistema de seleção que envolve diferentes atores e interesses. Para se tornarem noticiáveis, os acontecimentos precisam ser colocados em “quadros de referência” identificáveis que permitam sua circulação. A construção desses quadros depende das práticas jornalísticas e das possibilidades que essas práticas têm de revelar acontecimentos.

Os definidores primários⁴⁶ (HALL *et al.*, 2016, p. 314) atuam como importantes agentes na realização do trabalho jornalístico. A tentativa de tornar rotineira essa troca deixa a relação jornalista e fonte previsível, facilitando planejamento das táticas que regem essa relação. Assim, a interpretação primária de um acontecimento comanda a ação e torna difícil a alteração daquilo que foi oferecido pelos definidores primários.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o jornalista não opera de forma passiva neste processo; seus integrantes (organização noticiosa, repórteres, editores, entre outros) são atores sociais importantes que podem intervir em vários níveis da produção ou da construção da notícia. Gomes (2012) indica como os níveis de intervenção jornalística (de ordem da apuração ou da construção da notícia) funcionam. Quando os jornalistas estão buscando informações, as intervenções podem ser de natureza da abordagem, seleção dos assuntos e das perguntas que serão realizadas e de seleção dos entrevistados. Já no momento de escrever a notícia, eles podem intervir na angulação, relação do assunto com um contexto anterior e do destaque de um ponto específico do fato.

⁴⁶ O conceito de definidores primários se refere aos atores ou instituições sociais que, por conta da posição social que ocupam, apresentam maior facilidade de “agendar” os jornalistas.

5.1 PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FONTES

Para se favorecerem neste jogo de poder, instituições sociais têm utilizado como estratégia a contratação de figuras “especialistas” no funcionamento das regras, interesses e operações do jornalismo. As fontes se profissionalizaram na medida em que o processo de apuração das notícias tornou-se institucionalizado. Nesse contexto, as fontes tornaram-se conhecedoras dos processos de produção da notícia. (CHAPARRO, 2003). O contato que se estabelece entre a fonte e o jornalista, opera na tentativa de busca por espaço para os discursos que são de interesse das fontes e, também, dos jornalistas para encontrarem quem lhes forneça informações para redigir seus textos.

Lippmann (2008, p.170) indica que os fatos da vida moderna não ganham visibilidade de forma espontânea. É necessário alguém que lhes de forma, alguém que consiga fazer com que atributos desses eventos “cheguem” aos repórteres:

O bom assessor de imprensa entende que as virtudes de sua causa não são as notícias, a menos que sejam virtudes tão estranhas que elas se protejam da rotina de vida. Isso não é porque os jornais não gostam da virtude, mas porque não vale a pena dizer que nada aconteceu quando ninguém esperava que acontecesse alguma coisa. Portanto, se deseja publicidade grátis, falando bem precisamente, ele terá que dar início alguma coisa. (LIPPMANN, 2008, p. 170).

Lippmann (2008, p.170) reconhece ainda que embora aparente ser um “facilitador” do trabalho do repórter, o assessor de imprensa oferece um “quadro” ao repórter que ele (assessor) quer que o público veja.

Chaparro (2006) fala em uma “revolução das fontes” ao discutir a presença de sujeitos, especializados em mídia, que realizam assessoramento das fontes. Para ele, o desenvolvimento tecnológico, aliado à interação entre fonte e jornalista ao longo do tempo, ajuda a reconfigurar o papel do primeiro no trabalho do segundo. O autor explica que a interação entre público e jornalismo não é um fenômeno novo, já que as primeiras trocas entre estes sujeitos ocorreram antes mesmo do surgimento da TV, via cartas, ligações telefônicas ou mesmo entrevistas.

Schudson (2009) explica que a preocupação com a “administração das notícias” é uma das formas da fonte manejar a imprensa, a partir daquilo que tem interesse de tornar público. O autor destaca o papel do secretário de imprensa da Casa Branca americana, James Hagerty, na década de 1950 no uso dos chamados

pseudo eventos/ eventos planejados. A estratégia, que em alguma medida controla a presença dos jornalistas dentro da estrutura pública, serviu de referência para uma nova forma de relacionamento entre fontes e jornalistas daquele período.

A questão da relação entre jornalismo e fontes fica ainda mais complexa com o envolvimento de um terceiro, os assessores de imprensa. A atividade de assessoramento midiático recebe várias nomeações⁴⁷ que dão ênfase às diferentes tarefas que realiza. Trata-se de uma competência que é disputada entre profissionais do jornalismo e das relações públicas, e envolve o necessário conhecimento do funcionamento do jornalismo aliado às estratégias do campo da propaganda.

No que tange ao seu relacionamento com os jornalistas, os assessores trabalham como um “pré-repórter”, um “facilitador” da atividade jornalística que oferta informação subsidiada (GANDY, 1982) em favor do seu assessorado. Entre suas competências está a redação de *releases* (textos informativos que interessam ao assessorado), criação e organização de eventos que atraiam interesse jornalístico e o próprio relacionamento com a imprensa. (RIBEIRO, 2014).

5.2 ORIGENS DO ASSESSORAMENTO DE IMPRENSA

Há uma controvérsia sobre o surgimento da atividade de assessoria de imprensa. No Brasil, o professor Manuel Carlos Chaparro defende que Ivy Lee iniciou a atividade de qualificar o contato entre fontes e jornalistas em 1906. (CHAPARRO, 2006, p3-4). O ex-jornalista americano é considerado o fundador da atividade de Relações Públicas, que seria, na avaliação de Chaparro, o “berço” da assessoria de imprensa.

Ribeiro (2015) identifica que a atividade realizada por Ivy Lee no início do século XX, pode ser percebida nos jornais e revistas norte-americanos quase um século antes, em 1830. Ele identificou a presença de uma figura que ficou conhecida como *press agent* na promoção de espetáculos de circo e Teatro, além da organização de eventos que buscava a divulgação de livros. (RIBEIRO, 2015, p.124). Nesta época, a atividade de assessoramento estava limitada a dar publicidade, ou seja, “agendar” os jornais americanos do período.

⁴⁷ Public relations, press officers, press agent, press advisors, publicists, spin doctors (spin doctoring, spinning or spin control). (RIBEIRO, 2015).

Mesmo divergindo do professor Chaparro, Ribeiro (2015) reconhece que a estruturação da atividade de assessoria de imprensa se dá no início do século XX, especialmente com a criação de agências de assessoria⁴⁸ que funcionaram durante a primeira década daquele século. (RIBEIRO, 2015, p. 129-130). Além do crescimento da atividade, a profissionalização conquistada a partir das agências, também ajudou a diminuir a desconfiança sobre os profissionais que atuaram nesta área.

Em artigo publicado na revista *Munsey's Magazine*, em 1907, o roteirista e crítico de cinema, Channing Pollock, expõe as principais críticas ao trabalho do *press agent* ainda no século XIX. Na sua avaliação, a atividade se refere a “um empregado que serve para obter publicidade gratuita nos jornais para uma coisa qualquer” ou também “pode ser descrito com duas palavras: mentiroso profissional”. (POLLACK, 1907, p.87).

O *press agent* sabe que o seu negócio é a difusão da mentira e fica orgulhoso dele. Se você encontrar na *Broadway* algum diga-lhe: “Você é um mentiroso!” Vai ver um sorriso de satisfação a espalhar felicidade sobre o rosto e uma mão excitada irá agarrar a sua em forma de verdadeira gratidão. (POLLACK, 1907, p.87).

Diante da carga negativa que o termo *press agent* acumulou naquele período, as agências que surgiram no início do século XX, preferiram aproximar a atividade da ideia de publicidade e não de um assessoramento à imprensa. (RIBEIRO, 2013, p.90). O trabalho da agência de publicidade, no período anterior a 1º Guerra Mundial, foi tentar se mostrar qualificada no tratamento da relação fonte e jornalismo, a partir de princípios que foram compilados em uma declaração publicada por Lee (1906):

Este não é um departamento de imprensa secreto. Todo o nosso trabalho é feito a céu aberto. Pretendemos fazer divulgação de notícias. Isto não é um agenciamento de anúncios. Se acharem que o nosso assunto ficaria melhor na secção de anúncios, não o usem. Maiores detalhes, sobre qualquer assunto tratado, serão fornecidos prontamente. Qualquer editor interessado será assistido com todo o prazer, na verificação direta de qualquer declaração de facto. Em resumo, nosso plano é, com absoluta franqueza, em nome dos interesses das empresas e instituições públicas, fornecer à imprensa e ao público dos Estados Unidos alerta e informações precisas

⁴⁸ Em 1900 surgiu a primeira agência de assessoria (*The Publicity Bureau*) que funcionou até 1911. Em 1902 foi a vez da *Smith e Wilmer* oferecer serviços de assessoria à empresas americanas. Em 1904, Ivy Lee funda a *Parker e Lee*, que opera até 1914. (RIBEIRO, 2015, p.129-130).

sobre assuntos de grande valor e interesse público. (CHAPARRO, 2010, p. 6).

A partir da Primeira Guerra Mundial, a atividade de Relações Públicas se consolidou. Especialmente diante da estratégia, adotada por Lee e outras empresas de publicidade, de fazer com que empresas americanas aparecessem midiaticamente como incentivadoras de instituições de caridade. É neste contexto que a Cruz Vermelha, entidade de socorro humanitário, ganha projeção mundial. (RIBEIRO, 2013, p.102).

A partir de 1933, o assessoramento de Ivy Lee foi utilizado, na forma de consultoria, pelo governo alemão de Adolf Hitler. O “pai das Relações Públicas nos estados Unidos”, mantinha encontros regulares com o Ministro da Propaganda Nazista, Josef Goebbels, para ajudar nas estratégias de propaganda. Com sua reputação afetada, Lee faleceu em 1934, sendo arrolado no Tribunal de Guerra de Nuremberg depois do fim da Segunda Guerra Mundial. (RIBEIRO, 2013, p.103).

Por parte dos jornalistas, a administração de notícias pelas fontes era vista como uma limitação para o trabalho de apuração, mas não houve uma reação significativa a essa estratégia (SHUDSON, 2009, p. 200). Schudson (2009) indica ainda que os “jornalistas convencionais”, ou seja, aqueles que são responsáveis pela cobertura do cotidiano dos acontecimentos, são mais dependentes das assessorias de imprensa do que os “jornalistas de interpretação” que trabalham com a construção de informações menos factuais e mais voltadas para o entendimento de uma situação em processo.

Lage (2002) defende que as fontes passaram a se preocupar com a sofisticação da relação com os jornalistas ao final da 2ª Guerra mundial. Ele destaca o engessamento, ou o impedimento do trabalho de apuração que a utilização de assessores de imprensa tem produzido, mas pondera que a utilização desse profissional facilita o acesso à estrutura midiática para fontes “menos vistas” pelos jornalistas.

Na tentativa de fugir de uma visão dual, que polariza a profissionalização das fontes, Lage (2002) diz que os jornalistas não são agentes das fontes nem o contrário e que no caso das “fontes públicas”, há uma responsabilidade em relação ao interesse público que torna específico os movimentos das fontes no contato com a imprensa. O autor recomenda ainda ceticismo aos jornalistas no trato com as

fontes. Essa postura pode, na visão do autor, evitar possíveis problemas na utilização dos insumos informativos oferecidos.

5.3 ASSESSORIA DE IMPRENSA: COMPETÊNCIA DO JORNALISMO OU DAS RELAÇÕES PÚBLICAS?

Existe uma discussão sobre as competências e a definição de quem seria o profissional da assessoria de imprensa. Pelo mundo, a área de Relações Públicas é reconhecida como o lugar da assessoria de imprensa. (MOUTINHO; SOUSA, 2010). Neste campo, teóricos como Bailey (2006), Cutlip (2000), Skinner (2010), Seittel (2010), Coombs e Holladay (2007) indicam que o trabalho de assessoramento de imprensa é uma parte importante do trabalho de Relações Públicas, que engloba outras atividades. Isso não significa que o jornalista seja impossibilitado de atuar como assessor, apenas, assim como no exemplo de Portugal, que esse profissional, trabalhando como assessor de imprensa, não seja reconhecido como jornalista.

No Brasil, Chaparro (2010, p.11) reconhece que as assessorias de imprensa chegaram ao país por meio das Relações Públicas em 1964. Já em 1968, ela se desvincula da área da administração e passa a integrar os cursos de Comunicação. Atuando especialmente em órgãos públicos, que investiam em propaganda e divulgação do regime militar (1964-1985).

Preocupados com o controle da informação, e a disseminação de uma “verdade oficial” os militares que governavam o país contratavam jornalistas para atuar nos órgãos públicos sob a tutela formal dos departamentos de relações públicas. A preocupação com o valor público da informação, presente no trabalho dos jornalistas que atuavam no âmbito da administração pública, especialmente os profissionais da Câmara dos Deputados, aproximou a atividade de assessoria de uma espécie de jornalismo institucional. (CHAPARRO, 2010, p.14 -15).

Neste momento, década de 1970, se estruturam as primeiras empresas de assessoria de imprensa com gestão dos jornalistas. A disseminação desta atividade se estabeleceu em duas frentes: a vertente sindical, onde os profissionais ligados ao Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo criaram uma comissão que, em 1980, tentava organizar os jornalistas que atuavam na assessoria de imprensa. Foi alcançado a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 1986, com a criação

de um Manual que sintetiza alguns princípios da atividade jornalística em assessoria de imprensa. Uma segunda vertente se refere à organização dos empresários do ramo de assessoria que criaram, em 1986, a Associação Nacional das Empresas de Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ANECI) que defendia a atuação do jornalista na atividade de assessoria de imprensa. (CHAPARRO, 2010, p.17).

RIBEIRO (2013, p. 204) indica que na base do modelo de assessoria de imprensa assumidamente como uma atividade jornalística, está implícita uma ideia que aproxima o jornalismo da propaganda, algo que na avaliação do autor, não é aceito nem na Europa ou Estados Unidos. Ainda assim, ele reconhece que a atividade de assessoria de imprensa envolve uma competência de conhecimento do trabalho jornalístico, mas essa questão estaria atravessada por, pelo menos, outra característica intrínseca à atividade, a propaganda.

5.4 A PROPAGANDA NA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Inicialmente, as agências de publicidade que surgiram no início do século XX nos Estados Unidos (RIBEIRO, 2013, p.90), tinham como foco de atuação, as empresas e grupos comerciais que atuavam nos Estados Unidos naquele período. A aproximação da atividade de assessoria de imprensa com a propaganda, se intensificou diante do que ficou conhecido como “propaganda política”, e tem relação com a necessidade de controlar a opinião pública durante as duas Guerras Mundiais (1914-1919/ 1939-1945).

A ideia de propaganda como a condução a um determinado ponto de vista, (TURNER, 1996) não envolve uma conotação necessariamente negativa. O aspecto pejorativo à atividade ganha força, a partir da utilização da propaganda por regimes autoritários como o regime Soviético e Nazista. (DOMENACH, 2001). Atuando na sociedade em nível individual e coletivo, a tarefa do propagandista seria o convencimento:

O verdadeiro propagandista, aquele que quer convencer, aplica todas as espécies de receitas, segundo a natureza da ideia e dos ouvintes, agindo, de início pelo contágio de sua fé pessoal, por suas próprias virtudes de simpatia e eloquência. Não sendo elementos facilmente mesuráveis; contudo, a propaganda de massa teria resultados insignificantes, se não fosse sustentada por tenaz e múltiplo esforço de propaganda individual. (DOMENACH, 2001, p.61).

A reflexão de Domenach (2001) indica ainda que a propaganda é orientada por cinco leis e técnicas: Lei da Simplificação e do Inimigo Único, Ampliação e Desfiguração, Orquestração, Transfusão, Unanimidade e Contágio. Cada uma delas pede um detalhamento:

A) Lei da Simplificação e do Inimigo Único

Neste ponto, Domenach (2001) defende que a propaganda precisa “sintetizar” a ideia central da mensagem que se pretende passar. Trata-se de uma tentativa de deixar claro e óbvio o que se pretende. Ele aponta que a elaboração de *slogan*, assim como possíveis símbolos (gráficos) que ajudem a identificar a ideia central, também são peças que auxiliam nesta simplificação.

Além da simplificação, o autor identifica que concentrar em uma única pessoa as esperanças do campo que se pertence e, também, direcionar a uma única figura o ódio pelo adversário (DOMENACH, 2001, p.72), é outra técnica importante usada pela propaganda. Entre as vantagens do direcionamento do ódio ao inimigo estão a aparente “tranquilidade” de que o inimigo não é uma massa a ser vencida e, sim, um indivíduo (portanto um desafio mais simples) e também a divisão do campo adversário, já que “alguns” do lado adversário poderiam se salvar. “Atacar-se-á sempre, conseqüentemente, a indivíduos ou pequenas frações e nunca a massas sociais ou nacionais em conjunto”. (DOMENACH, 2001, p.73).

B) Lei da Ampliação e Desfiguração

Trata-se da divulgação massiva da ideia que se defende. O aumento na quantidade de lugares que a mensagem circula ajuda no acesso a tese, que a propaganda defende. Além da amplificação, Domenach (2001) menciona sobre a necessidade de que a mensagem seja simples, sem muitos “detalhes” e apresentada em bloco, nunca fracionada.

C) Lei de Orquestração

Aqui, Domenach (2001) indica que a repetição dos temas principais é uma ferramenta poderosa da propaganda. Assim, o propagandista precisa limitar um pequeno grupo de mensagens e repeti-las incansavelmente. O autor indica que é necessário fazer pequenos ajustes na mensagem, que não modifiquem sua estrutura de fundo, para evitar a diminuição de interesse pelo que se está

defendendo. Essa variação na apresentação da mensagem, indica uma outra preocupação apontada por Domenach (2001), a capacidade de permanência do tema. Assim, a “orquestração de dado tema, consiste na sua repetição em todos os órgãos de propaganda, nas formas adaptadas aos diversos públicos e tão variada quanto possível”. (DOMENACH, 2001, p.78).

Outro aspecto importante dessa orquestração se refere ao momento em que alguns temas da propaganda são contrariados pelos fatos ou pela propaganda adversária. Nestes casos, de acordo com Domenach (2001, p.84) a regra é o silêncio. Além de ignorar as contradições, o propagandista também desenvolve táticas de despistamento ao ser apanhado pelo erro.

D) Lei da Transfusão

Aqui, o autor reconhece que a propaganda necessita de um “substrato preexistente”. (DOMENACH, 2001, p.86). Trata-se de uma condição presente na sociedade que é explorada pela propaganda para alcançar seus objetivos. Entre as estruturas que podem ser utilizadas estão o nacionalismo, preconceitos ou fobias.

O autor indica que a sociedade guarda esses sentimentos de forma consciente ou inconsciente e a identificação desses elementos é muito importante para o sucesso da propaganda. Neste sentido, Domenach (2001, p.88) faz analogia da propaganda como uma parteira, ou seja, traz a vida algo que ela não, necessariamente concebeu.

E) Lei da Unanimidade e de Contágio

Aqui, Domenach (2001) indica que há uma pressão do grupo social sobre o indivíduo. Dito de outra forma, a posição adotada pelo coletivo age sobre o indivíduo na forma de fazê-lo agir em acordo com as decisões tomadas pelo grupo. Uma espécie de harmonia social que se estabelece pelo conformismo do indivíduo.

Essa capacidade de pressão que o grupo estabelece no indivíduo, se materializa em estratégias de contágio que a propaganda adota. Entre os recursos mais utilizados estão manifestações e desfiles de massa. Essas iniciativas de expressão pública em favor de uma ideia são apontadas por Domenach (2001, p.91) como formas de ganhar adesão (busca por unanimidade) à mensagem oferecida pela propaganda.

No caso da operação Lava Jato, as leis sistematizadas por Domenach (2001) podem ser percebidas em maior ou menor intensidade. A Lei da Simplificação e do Inimigo Único pode ser identificada na posição que o Juiz, Sérgio Moro, acumulou como figura central na defesa da mensagem principal que a Operação tentou expor, o combate à corrupção eleitoral. De outro lado, a operação também possibilitou a concentração do inimigo na figura dos governos petistas, especialmente na era Lula (2003 a 2010).

Quanto a Ampliação e Desfiguração, pode-se perceber que a Lava Jato se apresenta como um longo caso de investigação contra um esquema de corrupção. Ao longo de seis anos de investigações, a operação realizou dezenas de entrevistas coletivas que deixaram o trabalho de investigação em evidência midiática neste tempo.

A repetição que marca a Lei da Orquestração pode ser percebida nos discursos dos envolvidos na investigação. A expressão combate à corrupção, também, se fez presente nos materiais produzidos pela assessoria de imprensa e nas manifestações públicas em defesa da Lava Jato.

5.5 OS CAMELOS: FERRAMENTAS DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Figura 3 - Charge Mafalda e Manolito



Fonte: Tecnolegis (2011)

A tira de humor acima envolve dois personagens (Mafalda e Manolito) criados pelo cartunista Argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, conhecido como Quino (1932-2020). Em um esforço de analogia é possível pensar em Manolito como um assessor de imprensa que colabora com a jornalista (Mafalda), na oferta de algo que seja de seu interesse, neste caso o caramelo. Junto dessa oferta se encontra o interesse da fonte perfeitamente identificado pela Mafalda, ou a jornalista. Sem

entrar no mérito se a fúria demonstrada pela Mafalda se equipara a reação do jornalista ao perceber esse interesse, é preciso reconhecer que a troca que se estabelece entre assessor e jornalista opera por meio de produtos ou serviços realizados pelas assessorias, estes são os caramelos do assessor.

A referência ilustrativa serve para indicar que as operações realizadas pela assessoria de imprensa (seja produção de um release, a organização de uma entrevista coletiva ou mesmo, a preparação de uma fonte) carregam em si algo que interessa ao jornalista, mas ao mesmo tempo não abre mão daquilo que a fonte deseja defender ou preservar. Neste sentido, os produtos e serviços de uma assessoria de imprensa não podem ser entendidos em uma perspectiva meramente operacional, essas escolhas estão orientadas por um contexto que envolve os interesses das fontes e do jornalista.

Na tentativa de sistematizar os produtos e serviços oferecidos por uma assessoria de imprensa, Duarte (2011) oferece uma espécie de glossário com as atividades e serviços mais frequentes na atividade de assessoramento midiático. A lista inclui 33 itens, dos quais se destacam: realização e acompanhamento de entrevistas (coletivas e individuais), preparação de fontes (*media training*), organização de arquivo jornalístico (*clipping*), elaboração de pautas/realeses, preparação de materiais (como *press kit*, *briefings*, relatórios e planos de comunicação), elaboração de fotos, entre outros. As atividades apontadas pelo autor são utilizadas como ferramentas do trabalho operacional do assessor de imprensa. A combinação das ferramentas utilizadas depende das características e potencialidade do assessorado.

Ribeiro (2015b) compila a matriz do comportamento das fontes que utilizam algum tipo de assessoramento de mídia a partir da atuação no Campo Político, ou *spin doctoring*⁴⁹. A sistematização, conforme apresentada no Quadro 2, considera: (a) objetivos; (b) pré-requisitos; (c) principais momentos (tarefas) e as (d) principais técnicas:

⁴⁹ Embora não se tenha uma definição consensual para a definição da atividade de *spin doctoring*, Vasco entende que o termo se refere “a projeção positiva para o espaço público de um determinado sujeito ou ação, através das mais sofisticadas e atualizadas técnicas de manipulação e persuasão. Neste processo destacam-se os media como canal preferencial para a distribuição e indução de mensagens, tendo como motor o relacionamento interpessoal com os jornalistas.”. (VASCO, 2015b, p. 21).

Quadro 2 - Síntese atuação Assessoria de Imprensa

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> -Definição e condução da agenda midiática. -Construção de uma personalidade política. -Vitória em eleições. -Manutenção do poder.
Pré-requisitos	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimento profundo dos temas que aborda e das áreas que representam. -Conhecimento profundo das redações -Proximidade com o político que representa. -Grandes orçamentos. -Monitoração e reação/capacidade de controlar. -Preferência pela “sombra” (aparição explícita não desejada). - Capacidade de <i>Lobbying</i>.
Principais Momentos (Tarefas)	<ul style="list-style-type: none"> - Encontrar a Mensagem ideal. - Elaboração de discurso. - Gestão da imagem. - Fugas plantadas. - Instrumentalização política da máquina governamental. - Debates televisivos. - Congressos (mídia eventos). - Personalização do ator político. - Gestão de escândalos.
Principais técnicas	<ul style="list-style-type: none"> -Marketing. -Redes sociais e <i>buzz media</i>. -Usar os graus de confidencialidade a seu favor. -Campanha negativa. -Manipulação da Verdade. -Para-Verdade e <i>over-promising</i>. -Selecionar prioridades nas respostas aos pedidos de informação. -Criar um grupo próximo de jornalistas. -Encontros informais. -Manobras de diversão. -Esvaziamento da estória. -Testar a Opinião Pública. -Aumentar ou diminuir a expectativa. -Informações conta-gotas. -Esconder os corpos. -<i>Bulling</i> e intimidação.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2015b)

Ainda que boa parte do material elencado por Ribeiro (2015b) indique a realização de atividades pouco aceitas ao campo ético do jornalismo, o trabalho apresenta um panorama daquilo que ele identifica como usual no trabalho de assessoramento midiático conferido ao Campo político.

Somente a apresentação dessas ferramentas não colabora para o avanço no entendimento do papel de estrategista que os assessores de imprensa assumem diante dos seus assessorados. Além da tarefa de aconselhamento e preparo diante das situações organizacionais, é necessário reconhecer que essas escolhas escondem interesses de promoção, as vezes legítimos e outras vezes nem tanto, que são decididos anteriormente ao processo de execução e pouco problematizados academicamente.

Pollock (1907, p.92) indica que são três os elementos que balizam uma atividade de sucesso em assessoria de imprensa. Em um primeiro nível, os assessores precisam esconder o interesse na promoção que lhe é intrínseco. Em um segundo momento é preciso manter a reputação de seu cliente (assessorado) sem criar divergências com os jornalistas. Por fim, um bom assessor de imprensa precisa ter sempre informações exclusivas para dar a jornalistas “amigos”.

Neste último ponto apresentado pelo autor, vale destacar que a estratégia de oferecer informações aos jornalistas nem sempre é dada apenas aos jornalistas mais próximos, por vezes é praticada na forma de vazamento de informações a todos os jornalistas. Ribeiro (2018, p.80) se refere a esse fenômeno como “Fuga plantada”. Essa modalidade de divulgação se refere a divulgação prematura e proposital de algo que de alguma forma interessa à fonte:

Fuga egocêntrica [Ego Leak]: Fonte que fornece informação para, primeiramente, satisfazer e ostentar a sua própria importância e que quer ser reconhecida como tal. Raramente representam as grandes “cachas”

Fuga para agradar [Goodwill leak]: Fonte que fornece uma informação para ganhar um futuro favor ou com o propósito de ganhar crédito junto do jornalista. São geralmente informações pouco relevantes.

Fuga política [Policy Leak]: Fonte que vaza informação através de documentos, com propósito de promover um determinado assunto, quase sempre político e de administração central. São maioritariamente informações de grande impacto midiático.

Fuga de animosidade [Animus Leak]: Fonte que liberta uma informação rancorosa e com o objetivo de embaraçar o adversário.

Fuga tubo-de-ensaio [Trial-ballon Leak]: Fonte que fornece uma informação com o objetivo de observar a reação da opinião pública.

Fuga denúncia [Whistle leak]: Fonte que denuncia uma suposta atividade ilegal e desonesta. (RIBEIRO, 2015b, p. 79).

As fugas plantadas representam um movimento muito significativo no caso da operação Lava Jato. Trata-se de um corpo de análise que pode ser explorado em pesquisas posteriores ao momento desta tese.

Toda essa reflexão impacta na atuação do profissional de imprensa, no trabalho de assessoramento e na interação que ele realiza com os jornalistas. Assim, cada movimento ou atividade planejada impacta no modo em que essa relação tripla se arranja.

5.6 OS PSEUDO-EVENTOS OU META-ACONTECIMENTO

A noção de eventos que são realizados com algum interesse de cobertura midiática é trabalhada, de forma mais sistemática, por dois autores principais. O professor Rodrigues (1993, p.54-55) que discute o conceito de meta-acontecimento, a partir da ideia que o discurso jornalístico geraria “acontecimentos segundos” que operam na ordem simbólica do discurso. Nesta discussão, os meta-acontecimentos buscam o “direito à visibilidade à encenação”. Neste sentido, Rodrigues (1993, p.56) afirma que a existência (pública) discursiva de um fato noticiável modifica este mesmo fato. Confere a ele uma existência não somente de experiência humana, mas uma também simbólica.

De outro ângulo, Boorstin (1987) trabalha o conceito de pseudo-evento (*pseudo-events*) para se referir a existência desses fatos sociais que são planejados, tendo em vista a cobertura midiática. Menos preocupado com a componente discursiva, o autor se mostra interessado em discutir as características de criação destes eventos.

Devido à demanda social por informação, o pseudo-evento surge para preencher essa lacuna e visa atender a um fluxo de produção de informação que é crescente no século XIX. (BOORSTIN, 1987, p.6-11). Estes eventos atuam sobre a necessidade do jornalista em relatar as notícias, ao mesmo tempo que alimentam o compromisso do jornalista em manter um fluxo constante de informações. (BOORSTIN, 1987, p.26).

Assim, o pseudo-evento não é espontâneo, pois, decorre de alguém que o planejou ou iniciou. Logo é um evento “plantado” com o objetivo de ser denunciado ou reproduzido e, normalmente, sua ocorrência é organizada para a conveniência dos meios de comunicação. Sua relação com a realidade subjacente é ambígua e o

interesse que lhe é intrínseco decorre grande parte desta ambiguidade. No pseudo-evento a pergunta "O que isso significa?" Tem uma nova dimensão. Enquanto o interesse das notícias em um acidente de trem, por exemplo, está com foco no que aconteceu e nas consequências reais, o interesse em um pseudo-evento é sempre, de certo modo, se realmente aconteceu e no que poderiam ter sido os motivos. Logo há uma dúvida, se a afirmação realmente significa o que a fonte disse. (BOORSTIN, 1987, p.11-12).

O pseudo-evento é um gerador de outros pseudos-eventos que buscam completá-lo ou mesmo negá-lo.

Os pseudo-eventos geram outros pseudo-eventos em progressão. Isso ocorre em parte porque todo tipo de pseudo-evento (sendo planejado) tende a se ritualizar, com um protocolo e rigidez própria. Como cada tipo de pseudo-evento adquire essa rigidez, surgem pressões para produzir outras derivadas, formas de pseudo-evento que são mais fluidas, mais tentadora e, mais interessante, ambígua. Assim, como a coletiva de imprensa (um pseudo-evento) foi formalizada, cresceu o vazamento institucionalizado. À medida que o vazamento se torna formalizado ainda outros dispositivos aparecerão. Claro que o político astuto ou o jornalista empreendedor sabe disso e sabe como tirar proveito disso. Raramente para aceitação; mais frequentemente, simplesmente para fazer mais "notícias", para fornecer mais "informações" ou "melhorar a comunicação". (BOORSTIN, 1987, p.33).

Assim, o pseudo-evento seria confrontado por um outro pseudo-evento oferecendo aos jornalistas uma espécie de progressão de fatos que são acompanhados pelas coberturas noticiosas. Essa oferta sistemática de pseudo-evento ajudaria a manter o fluxo informativo que as organizações midiáticas necessitam.

Entre as características que colaboram para tornar os pseudo-eventos mais evidentes aos jornalistas em relação aos chamados eventos espontâneos estão: como são planejados para divulgação, os pseudo-eventos são mais fáceis de serem disseminados; podem ser repetidos (reforçados) à vontade; por apresentarem custos financeiros, alguém necessita ter interesse em divulgar (ampliar/anunciar); o planejamento considera a inteligibilidade do assunto que se pretende divulgar; são mais convenientes de se testemunhar, o que os tornam mais sociáveis; fornecem um discurso comum, uma espécie de alinhamento do entendimento e geram outros pseudo-evento.

Ribeiro (2015, p.66) acrescenta que os pseudo-eventos não são motivados exclusivamente pelas fontes, eles também podem ser provados pelos jornalistas

quando estes profissionais precisam fomentar ou mesmo criar histórias. Ele exemplifica que os pedidos de comentários sobre assuntos que estão na agenda jornalística (já encerrados ou não) podem ser entendidos como pseudo-eventos provocados pelos jornalistas. Tanto Boorstin (1987) quanto Ribeiro (2015) indicam que as coletivas de imprensa são um exemplo clássico dos pseudos-eventos. Esse tipo de entrevista foi responsável por grande parte do volume noticioso da imprensa escrita e do rádio, até o fim da década de 80. (RIBEIRO,2015, p. 69).

5.7 INFORMAÇÃO SUBSIDIADA PARA OS JORNALISTAS

Produção de *releases*, organização de eventos (lançamento de produto/serviços, coletivas de imprensa, etc), gestão de imagem institucional, atendimento à imprensa são algumas das atividades que compõem o trabalho de assessoria de imprensa. Essas ferramentas operam em uma lógica de complementariedade que busca, em última análise, a promoção do assessorado junto aos jornalistas.

A ideia de uma informação subsidiada indica uma ação ativa da fonte, que fornece dados aos jornalistas com a finalidade de reduzir o trabalho de investigação e, assim, diminuir o tempo que o jornalista levaria para apurar. Por outro lado, essa aparente ajuda da fonte aos jornalistas aumenta o controle que a fonte tem sobre aquilo que o jornalista escreve. (GANDY,1982, p.15).

A materialização mais concreta dessa informação subsidiada está presente nos *releases* que, diariamente, chegam às redações. A produção de um texto, com características informativas oferecidas pela fonte, surge ainda no século XIX com a ação do *press agent* que atua no assessoramento das Companhias de Teatro e Circo. Ele levava aos jornais da época os chamados *handouts* (RIBEIRO, 2019, p.80) que continham as informações dos espetáculos. Os *handouts*, considerados precursores do *release*, eram elaborados com características dos textos jornalísticos e tinham a intenção de serem divulgados de forma gratuita, nos espetáculos de Teatro e Circo, na forma de notícia.

A escrita do primeiro *release*, na concepção que temos hoje, foi credenciada ao americano Ivy Lee. O texto tratava da explicação sobre um acidente que tinha ocorrido em *Atlantic City*, nos EUA, em 28 de outubro de 1906. A tragédia em um comboio da *Pennsylvania Railroad* tinha provocado 50 mortes e o texto elaborado

por Lee, controlou as especulações sobre o acidente e foi publicado de forma integral pelo *The New York Times*. (RIBEIRO, 2014, p.5).

Atualmente, os *releases* são usados como tentativa de um “texto final”, ou seja, aquilo que deve estar “pronto para ser publicado”, convocar jornalistas para um evento, entre outros:

Press release padrão – Texto jornalístico final. Procura ser publicado na íntegra. É usado, por exemplo, para dar a conhecer antecipadamente um evento. Fornece-se sempre uma fonte (altos cargos, peritos, autarcas, etc.) para “prestar declarações pessoalmente” (Ver a propósito Vandenberghe, 2011). Pode dizer-se que pretende assumir-se como uma “breve” jornalística.

Press release de convocatória – Mais uma vez trata-se de um produto pretensamente jornalístico que organiza os módulos informativos com amplo destaque para quem, onde e quando. Tal como a denominação sugere, procura chamar jornalistas para a cobertura de uma ação, nomeadamente conferências de imprensa, visitas, cerimônias oficiais, inaugurações, entre outras. Uma “notícia de convocatória” que veio substituir os inadequados e pouco eficientes “convites à imprensa”, que eram enviados nos anos 80 para as redações sem forma de “ofício”.

Press release de confirmação – Nota enviada geralmente no dia anterior ao da ação e que serve para reforçar a eventual cobertura, sempre com a revelação de um novo factotícia (no título). Esta nota de imprensa nunca deve ser a repetição do que foi enviado anteriormente e serve, também, para reforçar o quem, o onde, e o quando. *Press release* de cobertura – Texto com a veiedade de ser uma reportagem da ação/acometimento organizado pelos relações públicas. Este suporte revela a faceta de “repórter integrado” do assessor de imprensa. Produto enviado para os órgãos de comunicação social que, por falta de meios ou desinteresse, não estiveram presentes num evento. O texto relata o ambiente idílico da ação, sempre com recurso às melhores declarações dos intervenientes. Estas informações de pura indução são quase sempre publicadas pela imprensa regional⁴ (FRANKLIN *et al.*, 2010) e nalguns meios on-line (KENT; TAYLOR, 2003). No fundo, por aqueles que carecem de recursos na redação.

Press release audiovisual – Informação difundida em formato de televisão e rádio. Com o incremento dos media on-line e das redes sociais, as assessorias de imprensa têm vindo a desenvolver suportes audiovisuais de forma a fornecer um produto cada vez mais acabado. Nos EUA, conhecidos como VNR (*Video News Releases*), são um recurso muito em voga.

Informação de Agenda – Modelo mais abreviado (quase sempre sem redação) que é usado para enviar informações regulares para efeitos de agenda. Muito usado no meio cultural para dar a conhecer filmes, salas, horários, exposições, lançamento de livros, etc. É igualmente muito utilizado pelas autarquias, para dar informações de corte/alteração de trânsito. (RIBEIRO, 2014, p.11-12).

Tanto os *handouts* quanto os *releases* guardam em si a ideia de parcialidade sem compromisso com o contraditório. São textos com formato jornalístico, mas que representam a posição de apenas uma única fonte. Ainda que tenha pretensão de ser publicado na íntegra, não deve ser confundido com uma notícia, já que não agrega os princípios de pluralidade.

Vale reforçar ainda, que o compromisso com a pluralidade diante dos fatos sociais não é da fonte, o que torna o uso do *press release* uma ferramenta legítima de interação com os jornalistas. As fontes ocupam um lugar interessado nos assuntos de relevância pública, esse interesse é legítimo e deve ser apresentado de forma qualificada. Ao jornalista, cabe compreender que sua posição é distinta da fonte e, portanto, deve reconhecer outros atores que estão envolvidos nos assuntos a que se refere os *press releases* para produzir notícia.

6 AS ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS COMO UM DISPOSITIVO INTERACIONAL

Na reflexão sobre os dispositivos interacionais, Braga *et al.* (2017, p.33) indica que a “redução de ambiguidade” e o “ajuste possível entre interpretações não coincidentes e a clareza de percepção dos referentes” não obedecem a uma “regra geral”, ou algo determinístico. Na avaliação do autor, os participantes inventam e desenvolvem “processos *ad-hoc*”, de forma particular a serviço de seus “objetivos interacionais”. (BRAGA *et al.*, 2017, p.32-33). Ainda assim, o autor reconhece a existência de “táticas padrão” ou “modelos reconhecíveis” que “podem ser chamados pelos participantes a serviço de sua comunicação”. (BRAGA *et al.*, 2017, p.33). Esses modelos, são, na avaliação de Braga *et al.* (2017, p. 33), os dispositivos interacionais.

Neste capítulo, a intenção é refletir sobre as táticas padrão ou modelos reconhecíveis que são percebidos no dispositivo coletiva de imprensa de modo geral, mas também, indicar o que pode ser percebido como específico no funcionamento deste dispositivo no caso da operação Lava Jato.

6.1 TÁTICAS PADRÃO OU MODELOS RECONHECÍVEIS

A interação entre instituições sociais e o jornalismo se cristaliza em momentos singulares que envolvem questões históricas de troca de interesses e negociação de valores. Essa troca se materializa durante o processo de apuração jornalística, especialmente por meio da entrevista jornalística.

Embora mantenha algumas características da conversa, a entrevista assume natureza própria por situar-se em um universo de maior formalidade e com um direcionamento mais voltado para extrair informações ou posicionamentos: há quem pergunte e quem responda, geralmente em função de um tema pré-agendado. Todavia, diferentemente do “vamos conversar sobre” – típico das conversas –, a Entrevista busca saber o que o Entrevistado conhece ou pensa sobre determinado assunto, como se posiciona a respeito de uma questão relevante e, por vezes, ele mesmo torna-se a razão de ser da Entrevista. (DITTRICH, 2012, p.2).

Além de uma conversa interessada, entrevista jornalística pode ser compreendida como uma “técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, de fontes individualizadas”. (MEDINA, 1986, p.18). Trata-se, portanto, de um diálogo entre

jornalista e fontes que faz parte do trabalho de apuração jornalística e visa oferecer informações a sociedade.

No “jogo” que se estabelece em uma entrevista jornalística, o repórter “encena” um papel de alguém objetivo que encosta a fonte na parede e busca tirar da sua boca, o necessário para o esclarecimento das questões de interesse público. Por outro lado, toda fonte tem a ambição de levar “na conversa” qualquer jornalista. (MEDINA, 1986, p.42).

A partir de um outro olhar, a interação entre jornalistas e fontes nas entrevistas jornalísticas pode ser compreendida como uma disputa, algo que confronta os participantes em favor de um terceiro envolvido, a sociedade:

A interrogação jornalística é perturbadora. Queima, arde, irrita. É uma afta insuportável. Mas é preciso alertar aos que a temem. Ela é ferramenta básica dessa atividade. A sombra perseguidora de alguns. Parece óbvio, mas o óbvio passou a ser muito necessário. É por isso que o jornalismo pode ser tão perturbador. A interrogação é aliada de uma sociedade bem informada, que deseja e que compreende a importância da interpretação mais honesta possível dos fatos. É sangue da democracia, com seu tenso, às vezes, incompreensível e confuso sistema de pesos e contrapesos. Fazem parte a divergência, a dúvida, a liberdade de interpretação, o respeito à maioria e à Constituição. (CERQUEIRA, 2020).

A partir de um estudo sobre as entrevistas com os candidatos a presidente em 2010 (transmitidas ao vivo no Jornal Nacional), Gomes (2012, p.07) indica que as entrevistas funcionam como uma arena argumentativa. Neste espaço de disputa se confrontaria o jornalismo e, (no caso do seu objeto empírico) a política. O autor identifica que esse embate acontece, pois há uma tensão que envolve dois atores políticos em negociação pelo conteúdo e forma de fala. (GOMES, 2012, p.12).

Gomes (2012, p.8-9) identifica, ao menos, três níveis de intervenção jornalística no que se refere à entrevista: 1) na produção – escolha da abordagem, seleção dos assuntos e das perguntas e seleção dos entrevistados; 2) na construção (depois da entrevista) – escolha do ângulo de abordagem e relacionar a entrevista com o arquivo e 3) na apresentação – escolha das chamadas e entonação.

Lage (1999, p.73) indica que a entrevista é “um procedimento clássico de apuração”. Envolve um diálogo de duração variável com pessoas que tenham conhecimento ou informações de interesse público, que visa um objetivo de publicação. O autor considera que as entrevistas podem ser classificadas por seus objetivos, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Objetivos das entrevistas

Ritual	Entrevista breve que busca expor a voz e a figura do entrevistado. As declarações são irrelevantes ou esperadas, mas possui uma dimensão simbólica. Exemplo: entrevista com jogadores de futebol ou técnico após uma partida.
Temática	Explora um assunto que a fonte tenha autoridade para falar. Busca compreender um problema pela ótica daquele que foi convidado à falar.
Testemunhal	Relato de quem viu, ouviu ou participou de um acontecimento de interesse jornalístico.
Em profundidade	Quando a figura entrevistada tem relevância. Neste caso o tema fica em segundo plano e ganha importância a pessoa que fala.

Fonte: Adaptado de Lage (1999, p.74-75).

Além dos objetivos, as entrevistas podem variar, de acordo com Lage (1999, p.75) a partir da circunstância que a possibilitou, como mostrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Circunstâncias das entrevistas

Ocasional	Não programada ou combinada previamente.
Confronto	O repórter age como um acusador ou um inquisidor da fonte. Geralmente tem um apelo de urgência e grande oposição entre jornalista e fonte.
Coletiva	Entrevistado é submetido a perguntas de vários jornalistas.
Dialogal	É marcada com antecedência e reúne entrevistado e jornalista em um ambiente controlado.

Fonte: Adaptado de Lage (1999, p.75-76).

Lage (1999, p.83) reflete sobre três “táticas” que são utilizadas pelas fontes durante uma entrevista. A primeira delas é o uso de um discurso pronto, que busca oferecer uma resposta completa ao repórter a partir de uma construção pensada anteriormente. Em uma segunda forma de responder aos jornalistas, a fonte procura encadear as sentenças (frases) para evitar os possíveis “cortes” que a edição (principalmente de TV), possam fazer à fala. Por fim, o autor reconhece uma tática orientada pelo uso de assessoria de imprensa, a condensação de respostas em “frase de efeito” que objetiva o aproveitamento de alguns pontos da fala do entrevistado pelo processo de edição.

Essenfelder (2005) e Medina (1986) defendem que a entrevista jornalística apresenta uma relação que envolve três atores centrais: entrevistador, entrevistado e audiência/receptor. Para Essenfelder (2005, p.34) em um primeiro movimento a

entrevista se refere a um contato direto entre o entrevistado e o entrevistador, num segundo momento, a entrevista tem como pano de fundo uma relação do entrevistador e a audiência e por fim, a entrevista também se refere ao contato do entrevistado com a audiência. Medina (1986, p.6) indica que esses envolvidos se interligam em uma única vivência.

Fávero e Andrade (1998, p.6) mencionam que as entrevistas indicam um tipo de interação assimétrica entre entrevistador e entrevistado, onde os interlocutores ocupam papéis distintos:

Ao entrevistador cabe escolher o tópico discursivo e a direção da conversação: quando ou como interromper ou terminar (isto fica bem claro na entrevista jornalística), a distribuição dos turnos, o caráter contratual ou polêmico, entre outros. Por sua vez, o entrevistado pode conservar o turno por mais tempo, pois é a ele que se quer ouvir. (FÁVERO; ANDRADE, 1998, p.6).

Além dos papéis que entrevistador e entrevistado ocupam durante uma entrevista, é preciso destacar que a assimetria identificada pelas autoras durante uma entrevista, também, está relacionada ao modo como a relação é construída durante a entrevista. Fávero e Andrade (1998, p.4) indicam que essa relação pode ser de cumplicidade/ solidariedade ou de disputa.

Essa orientação da postura jornalística diante das fontes em uma entrevista é objeto de pelo menos outros dois estudos. De acordo com Eriksson e Ostman (2013), os movimentos dessa relação variam de uma ação cooperativa à uma postura adversarial e fica mais evidente no relacionamento de jornalista com políticos. A mesma questão é trabalhada como relação deferencial (amistosas) ou de adversidade (postura mais combativa) pelos estudos de Clayman e Heritage (2002). A definição do tipo de postura adotada pelo entrevistador e pelo entrevistado é variável. Ela depende que diversas questões como a importância social do entrevistado, do tema que originou a entrevista ou mesmo, das características do jornalista.

O Manual de assessoria de Imprensa da Fiocruz (2008, p.66) oferece recomendações para a fonte e para assessores que vão desde a decisão de realizar a entrevista (antes da entrevista):

Os contatos com os jornalistas dos diferentes veículos de comunicação são feitos por intermédio dos assessores de imprensa: se um jornalista entrar em contato com o assessorado diretamente, este deve avisar, de imediato,

a assessoria de imprensa sobre esse contato; secretárias, telefonistas e porteiros também devem ser orientados sobre os encaminhamentos das demandas da imprensa; não deixe a imprensa sem resposta: quando um repórter solicitar entrevista, o assessorado deve atender com rapidez; caso não possa cumprir o prazo do repórter, precisa avisar imediatamente; negar-se a falar sobre uma crise não derruba a matéria; pelo contrário: pode causar repercussão ainda maior do problema na mídia; o assessorado deve atender ao repórter independentemente do veículo de comunicação para o qual ele trabalha: os veículos menores e a mídia alternativa não devem ser menosprezados. Pelo contrário, muito valorizados; o assessorado deve evitar atrasar-se para a entrevista; se o repórter se atrasar, ainda assim, se possível, o assessorado precisa atendê-lo (e com disposição); caso o repórter, na última hora, avise que não comparecerá à entrevista e solicite um novo dia e horário, o assessorado deve ser orientado a ter boa vontade para atendê-lo; o assessorado precisa entender que um fato relevante para ele e para a instituição nem sempre tem interesse jornalístico; com o auxílio do assessor de imprensa, recomenda-se que o assessorado prepare-se para cada entrevista: informe-se sobre o perfil do veículo e do jornalista para o qual vai falar, de modo a usar a linguagem mais adequada. É necessário que ele se certifique de ter entendido qual é a pauta, o objetivo da entrevista e a expectativa do jornalista; estude minuciosamente o tema da entrevista, checando números, gráficos, relatórios, artigos científicos e matérias publicadas na imprensa, entre outros materiais; e liste os tópicos mais relevantes; o assessorado precisa conferir se o tempo de que dispõe é suficiente para aquela entrevista e, se não houver como abrir mais espaço em sua agenda, informar ao repórter previamente; o assessorado não deve gerar demanda de imprensa senão puder atendê-la. Isto é, se concordou que o assessor de imprensa produzisse release ou sugestão de pauta, que esteja pronto para falar com os repórteres sobre o tema; se o assessorado não quer que uma informação vá parar nas páginas do jornal, não deve conversar sobre ela em locais públicos, como restaurantes e aviões: pode haver um jornalista por perto e, se ele ouvir e se interessar, fatalmente vai apurá-la; o assessor deve expor à fonte da Fiocruz porque algumas matérias caem (permanentemente/temporariamente), são adiadas ou precisam ser adequadas a alguns tipos de veículo. Precisa, ainda, colocar para as fontes/Fiocruz os imprevistos/inusitados que fazem diminuir o espaço editorial de um veículo de comunicação (ex: 11/09, queda de avião, crises governamentais, escândalos, efemérides como Copa do Mundo, Olimpíadas, mortes de ilustres); outro tópico a ser levado ao conhecimento do entrevistado é que um dos desdobramentos da divulgação de uma pesquisa ou trabalho da Fiocruz para a imprensa: pode não aparecer ninguém interessado na pauta proposta. Mas vale também o contrário: vários veículos podem querer a mesma pauta. Neste caso, o entrevistado deve atender a todos os veículos, e não privilegiar o mais famoso ou o de maior alcance.

Passando pelo momento de realização da coletiva, Fiocruz (2008, p.67-68):

Não dê valor demais nem de menos à presença do repórter; a entrevista não deve ser interrompida: tire o telefone fixo do gancho e desligue o celular; atenda ao jornalista com boa vontade, naturalidade e transparência; fale de forma clara e concisa; seja objetivo sem ser monossilábico; demonstre segurança ao transmitir as informações para o repórter; não fale como se estivesse dando uma palestra; não use jargões técnicos; evite termos estrangeiros e siglas; sutilmente, tente adequar o ritmo da sua fala à velocidade com que o repórter faz as anotações, mas não dite as declarações; solete nomes complicados; em entrevistas para rádio e TV, fale firme e pausadamente, mas sem ser lento; use frases curtas e

mantenha a voz em um tom nem alto nem baixo; em entrevistas para TV, em geral, deve olhar para o repórter e não para a câmera, mas cheque isso com ele; nunca segure o microfone; se possível, ensaie antes da gravação; entenda que a comunicação gestual e a entonação da voz, às vezes, dizem mais do que as palavras; em entrevistas por telefone, ofereça envio de material complementar por e-mail; se perceber que o jornalista não compreende o assunto, seja mais didático; não se surpreenda, não demonstre impaciência nem irritação se tiver que responder a perguntas que pareçam óbvias; jamais assuma atitudes de ironia ou superioridade; mantenha a calma mesmo diante de perguntas capciosas; não recrimine o repórter, não se indisponha com ele e evite criar antipatias; não minta, não fuja do assunto principal nem tente “enrolar” o repórter; restrinja-se ao tema da entrevista e, preferencialmente, às perguntas feitas; certifique-se de que entendeu bem as perguntas antes de respondê-las: não fique constrangido em solicitar que o repórter repita ou esclareça melhor a questão; só polemize e comente declarações de terceiros se tiver pleno domínio do assunto e provas concretas para fundamentar seus comentários; evite comentários sobre os concorrentes; não fale sobre assuntos que não domina; não divulgue uma informação da qual não tenha certeza; tenha à mão material de consulta complementar; deixe auxiliares a postos para esclarecimentos sobre aspectos que são especialidades deles; não passe informações em off . A entrevista só acaba quando o repórter vai embora, então cuidado com o que se diz mesmo depois que ele já desligou o gravador ou a câmera; o discurso da instituição precisa ser unificado: as declarações dos funcionários não podem se contradizer; procure inserir nas respostas as mensagens de maior interesse para a instituição, sem exageros; não emita opiniões pessoais quando estiver falando pela instituição; não critique nenhum veículo de comunicação nem os profissionais do setor; não comente conhecer o dono ou qualquer dirigente do veículo de comunicação para o qual o jornalista trabalha; não solicite favor de espécie alguma ao repórter; não faça comentários que denotem preconceito; seja agradável sem bajular o jornalista: um bajulador não inspira confiança; não ofereça brindes de muito valor: pode parecer que quer ‘comprar’ o repórter; esteja preparado para fotografias ou filmagens e transmita boa impressão: sala arrumada, roupa discreta, jaleco limpo, equipamentos de biossegurança em ordem etc.; em entrevistas para rádio e TV, só peça para repetir a gravação caso tenha dito uma informação equivocada; se a entrevista for na sua instituição, como uma fábrica, é válido um passeio pelas instalações, mesmo que não haja fotógrafo nem equipe de filmagem.

Até chegar ao depois da realização da entrevista, Fiocruz (2008, p.69):

Peça à assessoria de imprensa que forneça ao repórter dados adicionais que você não tinha no momento da entrevista, mas que lhe foram solicitados pelo repórter; esteja à disposição do jornalista para esclarecer dúvidas que eventualmente surjam após a entrevista; não peça para ler as anotações do repórter nem para ver a matéria antes da publicação ou exibição; prometida a exclusividade da informação para um veículo, jamais repasse a notícia para outros veículos; após publicada ou exibida a matéria, se for constatada alguma incorreção, não ligue nem escreva diretamente para o repórter ou os superiores dele para recriminá-lo ou exigir a retificação da informação. Procure imediatamente a assessoria de imprensa para que ela analise o caso e tome as providências cabíveis; não desanime caso sua entrevista de duas horas tenha sido publicada em apenas duas linhas ou nem tenha sido aproveitada.

Fica evidente, portanto, que as entrevistas possuem um aspecto de negociação que envolve as fontes e os jornalistas. Strauss (1992, p. 252) indica que essa negociação se refere a um meio para conseguir que as coisas sejam feitas. Os envolvidos nesta negociação a utilizam para defender aquilo que desejariam que fosse feito.

6.2 ASPECTOS GERAIS DAS COLETIVAS DE IMPRENSA

As entrevistas coletivas, são um tipo específico de entrevista jornalística, que possibilita a interação de uma fonte com diversos jornalistas. As coletivas de imprensa são motivadas por um assunto de interesse jornalístico, que geralmente cerca as perguntas e as respostas dos participantes nesta interação. Em alguma medida, os envolvidos nesse ambiente mantêm o compromisso de fazer suas considerações levando em conta o recorte estabelecido pelo motivo que gerou a convocação da coletiva.

As coletivas de imprensa são utilizadas pelas fontes em casos de esclarecimento de questões consideradas importantes, ou mesmo espaços institucionalizados de contato cotidiano entre as instituições sociais e imprensa. São ambientes controlados na perspectiva da intervenção jornalística, e com alto grau de importância para a cobertura noticiosa e que apresentam uma disputa pelo espaço de fala:

Na coletiva de imprensa, jornalistas disputam espaço e reivindicam o turno de fala para entrevistar a fonte da informação. Em encontros como esse, por conta da intensificação do embate pela palavra, supõe-se que os profissionais de imprensa acentuem suas habilidades de percepção prosódica para tentar a tomada de turno e conseguir dirigir perguntas aos entrevistados. Os turnos de fala se alternam entre entrevistado e jornalistas, sendo que a cada término de resposta novas questões são lançadas. A tendência, então, é a de o jornalista se auto-selecionar para lançar questões ao entrevistado. (COUTINHO, 2010, p.67).

A postura adotada pelo jornalista nas coletivas de imprensa está atravessada pelas condições que o jornalista encontra enquanto faz seu trabalho. Um dos pontos que orienta essa ação é a possibilidade ou não de realizar novos questionamentos durante a realização da entrevista. De modo geral, o dispositivo coletiva de imprensa tem um número limite de perguntas que os jornalistas poderão realizar para o entrevistado (fonte).

A possibilidade (ou não) do jornalista intervir depois da resposta dada pela fonte, é outro ponto que ajuda a compreender a postura do jornalista no momento de realizar as perguntas. Parece razoável que em cada resposta oferecida por uma fonte, os jornalistas percebam a necessidade de realizar uma nova pergunta, mas nem sempre isso acontece. Em se tratando de uma entrevista coletiva, de modo geral, há a preocupação em contemplar a curiosidade/ dúvida/ questionamento dos demais jornalistas presentes no ambiente. Deste modo, algumas situações acabam não sendo plenamente esclarecidas ou exigem que o jornalista monopolize a atenção da fonte para conseguir uma resposta satisfatória.

A estratégia dos jornalistas quando tem interesse de realizar mais de uma pergunta, é de fazê-las de uma única vez, com a intenção de realizar uma única intervenção. Deste modo, não precisam realizar outra rodada de perguntas e podem dar a oportunidade de outros colegas perguntarem.

Estes encontros são repercutidos na agenda midiática e, em algumas ocasiões, chegam a ser transmitidos ao vivo em espaços noticiosos. O princípio básico para a realização de uma coletiva é o interesse público.

Entrevistas coletivas são indicadas para comunicar assuntos de relevância e, se realizadas adequadamente, funcionam como um excelente instrumento de relações públicas e de divulgação. (...). A regra é mais ou menos simples: merece entrevista coletiva o assunto que mobiliza as atenções e têm impacto sobre a vida da população. Muitas vezes o lançamento de campanhas publicitárias, de novos produtos ou a divulgação de balanços financeiros, feiras e eventos de alguns segmentos também podem receber o mesmo tratamento, direcionado para veículos ou editorias que cubram especificamente os setores das organizações divulgadas. (COUTINHO, 2010, p.65).

Esse embate pela fala sustenta um regramento determinado pelo assessor de imprensa, que busca certa organização das coletivas de imprensa. Essas regras são variáveis e consideram a disposição da fonte em falar sobre o assunto. Entre as regras mais comuns estão a definição de uma ordem de inscrição para perguntar, a possibilidade ou não de fazer uma réplica à resposta e a circunscrição da pergunta ao tema, em questão na coletiva ou a abertura para questões que estariam fora do chamado objeto da coletiva. Para ser respeitada, a regra precisa estar orientada (ao menos discursivamente) a um entendimento comum entre jornalistas e assessores.

O que parece inequívoco é que tanto assessores como jornalistas, por inerência das suas funções, sabem bem o que são os valores-notícia – ou seja, conhecem as características que um facto ou evento devem ter para serem noticiáveis. Há, pois, um quadro mental ou uma lógica de raciocínio comuns às duas profissões, não sendo por isso de estranhar que, ao longo das suas carreiras, assessores e jornalistas troquem de funções entre si com frequência. Tal não significa, no entanto, que haja sempre um relacionamento cordial ou tão-só respeitoso entre as duas partes. (RIBEIRO, 2013, p. 231).

A noção de interesse público como elemento que justifica a realização de uma entrevista coletiva, nem sempre é coincidente com os interesses das fontes que participam das coletivas de imprensa, com a intenção de apresentar ou defender sua posição sobre o assunto. A força do conceito de interesse público e sua relação com a coletiva de imprensa, pode ser identificada nos manuais de assessoria de imprensa. De acordo com a Fenaj (2007, p.13) a entrevista é “convocada quando o assessorado tem informações importantes para todos os veículos. Só deve ser organizada quando o assunto for muito relevante para o setor representado e/ou de interesse público.”

Já o Manual de Assessoria da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (2008, p. 52), diz que a coletiva deve acontecer:

Mesmo que os veículos busquem cada vez mais a exclusividade, a coletiva ainda é necessária em ocasiões de interesse público como anúncio de grandes investimentos ou esclarecimentos importantes, entre outros.

A posição de dizer algo na entrevista coletiva está orientada por um conjunto de regras e estratégias que de alguma forma conformam aquilo que se diz e, também, os questionamentos sobre o que foi dito (ou mesmo não dito). Esses procedimentos também são expostos em manuais de assessoria de imprensa. Entre as orientações oferecidas pela Fenaj (2007, p.16), em seu manual estão:

Entrevistado deve ser pontual. A assessoria deve escolher bem o local onde será realizada a entrevista, além de antecipar, de forma geral, o assunto que vai ser tratado na coletiva; evite coletivas no final do dia, a não ser que o tema tratado tenha surgido no meio da tarde, e seja de urgência, impossível de deixar para o dia seguinte. Por questão de tempo os profissionais de rádio e TV podem pedir para gravar logo a entrevista. Atenda ao pedido, mesmo que o pessoal de jornal proteste. Considere que os repórteres de jornal têm mais tempo para trabalhar a notícia, além do que precisam sempre de mais detalhes.

Deve-se considerar que as coletivas de imprensa são espaços interessados de oferta e acesso a conteúdo informativo. Como eventos planejados (pseudo-

evento), devemos considerá-los como um ambiente “roteirizado”, onde cada participante ocupa um determinado papel planejado pelo organizador/roteirista/assessor de imprensa. Se considerarmos que o papel do assessor de imprensa é menos atender as demandas sociais e públicas e sim, zelar pela posição social do assessorado, logo, as coletivas seriam a arena de competição argumentativa, que envolve a disputa pelas chances de falar durante uma entrevista. (GOMES, 2012).

Autores como Clayman e Heritage (2006) e Eriksson e Östraman (2012) demonstram interesse em entender a atuação jornalística nas coletivas de imprensa durante a realização de perguntas. A metodologia para esses estudos classifica as perguntas realizadas pelos jornalistas nas coletivas em categorias que vão de cooperativa à adversarial⁵⁰. O interesse da classificação é identificar que tipo de postura os jornalistas adotam no momento de contato com as fontes do poder público. Eles identificam quatro dimensões de adversariedade nas perguntas dos jornalistas durante uma coletiva de imprensa: iniciativa, objetividade, assertividade e hostilidade.

Quanto à iniciativa, os autores indicam que os jornalistas podem ser passivos ou ativos na realização das perguntas. No primeiro caso, os jornalistas indicam pouco conhecimento sobre o assunto e pedem que as fontes comentem de forma ampla sobre o assunto da coletiva. Já em uma situação mais ativa, os jornalistas fazem relações do objeto da coletiva com informações que eles já possuem sobre o assunto, indicando uma postura de “conhecimento prévio”.

Na dimensão de objetividade, os autores explicam que o jornalista pode, em uma coletiva de imprensa, apresentar elementos que suavizam a questão que será realizada. É o caso de utilizar referentes adicionais à pergunta (explicações dos motivos da pergunta, por exemplo) antes de, objetivamente, realizar a questão. O jornalista também pode ser mais direto e realizar a pergunta sem a necessidade de fazer rodeios.

Quanto a assertividade, Clayman e Heritage (2006) indicam que as perguntas dos jornalistas em coletivas de imprensa podem indicar um direcionamento preciso para a resposta. Nestes casos, o jornalista poderia se valer de dados ou

⁵⁰ Cooperativo ou adversarial se referem à postura que o jornalista demonstra no momento da pergunta que realiza a fonte. Quanto mais próximos dos parâmetros de adversariedade, menor será o comprometimento do repórter em ser cordial (ou cooperativo) com o ponto de vista apresentado pela fonte.

informações que ao serem relacionados com uma pergunta, faz com que a fonte não tenha outra opção de resposta senão, se posicionar de acordo com aquilo que o jornalista elencou na pergunta.

Por fim, no que se refere a hostilidade, os autores indicam que os jornalistas podem se utilizar do espaço de perguntas para apresentar uma crítica à fonte. Este seria o cenário de adversariedade mais clássico. Há uma confrontação aberta à posição da fonte.

Eriksson e Ostraman (2013, p.307) indicam que nas coletivas de imprensa, as fontes estão definindo a agenda do jornalismo. São capazes de escolher a hora e as condições que regulam a interação, mas os jornalistas podem “modular” a intervenção da fonte em um segundo momento (o momento posterior da coletiva), a partir da consulta a outras fontes com pontos de vistas divergentes daqueles que foram apresentados na coletiva. Neste sentido, a autonomia do jornalista aumenta à medida que se aproximam os processos de editoração pré-publicação.

Há um protocolo, relativamente usado em qualquer coletiva de imprensa. Elas normalmente começam com um discurso preparado pela fonte que tem neste momento a oportunidade para ele definir a agenda do evento e, em seguida (via de regra), são realizadas as perguntas dos jornalistas. (CLAYMAN; HERITAGE, 2002; EKSTRÖM, 2009). É durante esta sessão que os jornalistas podem fazer perguntas difíceis e desafiar as palavras ou ações das fontes.

7 AS ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Neste ponto do trabalho, serão manejados os dados construídos ao longo do percurso da pesquisa para explicar o funcionamento do dispositivo coletivo de imprensa, a partir dos episódios interacionais que ajudam a demonstrar suas principais marcas e lógicas de funcionamento. Foram selecionados sete episódios interacionais: condução coercitiva do ex-presidente Lula; defesa das 10 Medidas contra corrupção eleitoral; troca de delegados da Polícia Federal; a coletiva de imprensa do Power Point; antecipação de deflagração de fase para o então, Ministro Alexandre Moraes; Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de delação premiada e explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá. Esses episódios serão apresentados e problematizados, a partir das gravações das coletivas⁵¹ e do acompanhamento presencial das coletivas de imprensa. Também serão consideradas as entrevistas realizadas com participantes desses espaços de interação.

7.1 ASPECTOS PRÓPRIOS DAS COLETIVAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

As coletivas, consideradas neste estudo, são aquelas realizadas no âmbito da operação Lava Jato. Essas entrevistas passaram a ser utilizadas como recursos regulares de contato, entre investigadores da Lava Jato e jornalistas, a partir da 7ª fase (14/11/2014) deflagrada pelo núcleo de investigação do Paraná⁵².

As coletivas foram realizadas nos dias em que a Lava Jato deflagrou uma nova fase de cumprimento de procedimento jurídicos, especialmente mandados de prisão ou apreensão. Foram realizadas na Sede Superintendência Regional da

⁵¹ POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ – Operação Lava Jato. [S.l.: s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjDg-Ho0h1qZuphJA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

⁵² A Operação Lava Jato trata-se de um conjunto de investigação realizado pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal (RF) em Estados como: Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. De forma geral, a operação funciona da seguinte maneira: Inicialmente a PF e Ministério Público Federal (MPF) conduzem as investigações contra supostos crimes cometidos no âmbito da administração pública. A PF também possibilita operacionalmente as buscas, apreensões e prisões além de colher o depoimento dos investigados. Em seguida, os procuradores da República (integrantes do MPF) que atuam no caso analisam as provas e relatórios produzidos pela Polícia e apresentam ou não as denúncias contra os investigados. A RF colabora no trabalho de embasamento de informações de movimentações financeiras sobre os investigados ao longo do inquérito. Todo o trabalho realizado pelas três instituições recebe a autorização da 13ª Vara de Justiça do Paraná, que até o final de 2018 estava sob o comando do ex-juiz Federal Sérgio Moro e em 06 de março de 2019, o juiz federal Luiz Antônio Bonat assumiu o cargo deixado pelo agora ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Polícia Federal em Curitiba/PR e teve como objetivo oficial prestar esclarecimentos factuais sobre os supostos crimes cometidos pelos envolvidos naquela operação. As entrevistas aconteceram regularmente às 10 horas da manhã do dia em que uma fase foi deflagrada e contou com a presença de delegados da Polícia Federal, promotores de justiça do Ministério Público Federal e auditores fiscais da Receita Federal que participaram das investigações e possibilitaram as ações realizadas naquela fase em específico.

De acordo com Braga (2018) os dispositivos interacionais se materializam em episódios interacionais, ou seja, em situações específicas do cotidiano dos envolvidos. No caso do capítulo em questão, os episódios interacionais foram acionados para demonstrar a materialização do dispositivo interacional. Para Braga (2018), os fenômenos da comunicação que se realizam em episódios de interação devem ser compreendidos de forma singular, ainda que obedeçam às lógicas processuais de funcionamento. Os episódios de interação são onde os dispositivos revelam suas características de modo materializado.

A existência de um dispositivo pressupõe uma disputa, ou um jogo que possibilita mudanças de posição dos componentes ou ainda a modificação de suas funções. Para o surgimento de um dispositivo, é necessário que ele em algum momento da história sirva (ou serviu) para responder a uma demanda (urgência) que envolvia seus participantes. Neste sentido, todo dispositivo possui um objetivo estratégico para então se configurar como um dispositivo. Como se trata de um jogo, o dispositivo também apresenta um certo componente de imprevisibilidade, ou seja, ao ser acionado também realiza ações para além do seu objetivo. Assim, o uso do dispositivo está relacionado ao arranjo que se materializa nas condições de sua aplicação ou em outros termos, nos episódios interacionais.

O objetivo estratégico identificado no dispositivo coletiva de imprensa foi relacionado à necessidade de expressar um ponto de vista determinado, a partir de uma instituição (PF, MPF ou RF) para o jornalismo, que realizou a tradução desse ponto de vista sob lógicas construídas historicamente. As informações oferecidas na realização das coletivas foram, em um primeiro momento, marcadas por um forte apelo factual (*Hard News*) que buscou explicar os detalhes de ações realizadas pelas instituições que participaram da investigação no momento em que elas aconteceram.

Valores notícia como novidade, ineditismo, impacto e proeminência das figuras investigadas justificaram a cobertura da coletiva sob a perspectiva factual, porém, conforme será trabalhado à diante, as coletivas apresentaram outros valores informativos que poderiam ser explorados para tratar a operação Lava Jato, a partir de um interesse menos imediato e sim, processual. Este dispositivo se apresentou como um espaço de diálogo que operou na negociação entre os participantes das coletivas. Os movimentos destes participantes foram no sentido de ajustar o que foi ofertado como produto final, notícia em diferentes plataformas.

Os participantes envolvidos nesta interação foram: os jornalistas, que atravessados por diferentes lógicas (ética profissional, linha editorial, interesse noticioso e concorrencial) tentaram construir a notícia a partir da oferta de informações em um lugar específico. Outro participante desse ambiente foi o assessor de imprensa, que embora não apareceu de forma declarada na coletiva foi o responsável pela “arquitetura” dessa interação. Um terceiro elemento importante dessa relação foi a fonte, neste caso os procuradores no MPF, os delegados da PF e os auditores fiscais da RF. São eles que acabaram por realizar a coletiva de imprensa. Aquilo que disseram motivou/gerou/ produziu questionamentos e como efeito (mesmo que de forma indireta), atuou no texto notícia.

Para entender o funcionamento do dispositivo foi necessário refletir mais a fundo sobre os participantes da operação Lava Jato. Sujeitos que foram atravessados por lógicas estruturais negociadas em âmbito pessoal ou de suas agências. O conceito de agência se relaciona a dois pontos principais. Em um primeiro momento se refere intencionalidade (objetivos) do sujeito e, em um segundo, tem vínculo com as ações desse sujeito no cotidiano. A agência põe em evidência o sujeito enredado em relações sociais.

Em seu uso provavelmente mais comum, o termo “agência” pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. Agência, neste sentido, é pertinente tanto no caso da dominação quanto no da resistência. As pessoas em posições de poder “têm” – legitimamente ou não – o que poderia ser considerado “muita agência”, mas também os dominados sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam. Portanto, resistência também é uma forma de “agência de poder”, e já temos um repertório teórico bem desenvolvido para examiná-la. ”. (ORTNER, 2006, p.64).

Essas agências, presentes no dispositivo coletivo de imprensa, exige que sua compreensão não seja feita apenas por uma visão estrutural, que organiza a interação desses participantes de modo padrão, mas também a partir das apropriações que os sujeitos fazem desses espaços.

7.2 OS JORNALISTAS

Os jornalistas são um grupo de participantes para quem as coletivas se destinam. Orientados por condicionantes que vão da ordem deontológica do jornalismo até questões de ordem organizacionais e pessoais, são os responsáveis pelo relato/ síntese das informações com algum interesse público.

Trata-se de um escritor independente daquele sobre quem escreve, ainda que suas preferências pessoais ou pressões organizacionais interfiram no relato que ele constrói. Mesmo com o reconhecimento dessas condicionantes, há um relativo consenso sobre que tipo de relato se espera desse profissional, seja pelos pares (integrantes do Campo do Jornalismo) ou mesmo da sociedade que reconhece e autoriza o jornalismo a oferecer determinado tipo de relato sobre o mundo social.

O exercício do jornalismo pode ser compreendido como uma prática que se materializa nas ações particulares de indivíduos (jornalistas). Estas ações (embora sejam particulares) estão orientadas por um conjunto de regras relativamente compactuadas entre os integrantes deste Campo. Trata-se de um exercício permanente de produção de sentido sobre fenômenos sociais, (fatos) que possuem determinadas características (critérios de noticiabilidade) que conferem uma hierarquia de importância aos acontecimentos relatados.

Embora não seja possível falar em categorias fixas ou critérios absolutos para seleção de fatos, a prática jornalística estabelece uma relativa regularidade naquilo que escolhe para transformar em notícia. A repetição do fazer jornalístico, organizada em períodos chamados de periodicidade (GROTH, 2011) ajuda a estabelecer uma rotina de produção jornalística que é usada pelo jornalista para transformar acontecimentos (fatos) em notícias (relatos).

No estabelecimento e manutenção da rotina jornalística há um constante processo de negociação que molda os modos de fazer notícia, criando uma cultura profissional que ajuda a padronizar as ações dos jornalistas. Essa negociação envolve as fontes, os ambientes onde se realizam, as escolhas e as práticas

jornalísticas que, embora reconhecidas e historicamente constituídas, ganham outra dimensão em uma abordagem do seu fazer cotidiano.

O trabalho dos jornalistas circula por condicionantes que vão desde questões estruturais (constrangimentos organizacionais), passam pela cultura profissional (relacionamento com fontes e perfil editorial da organização que foi contratado) e chegam a negociações de ordem mais individuais (sua compreensão da atividade que desenvolve e aplicação dos códigos deontológicos do jornalismo).

Entre os elementos que ajudaram a compreender esse profissional foi a explicação que os jornalistas deram quando foram provocados a comentar o trabalho que desenvolveram na cobertura da Lava Jato. Os profissionais que participaram da mesa “Os erros e acertos da cobertura da Lava Jato”, realizada no dia 30/06/2018 durante o 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo (Congresso da Abraji 2018), indicaram que entre os principais problemas da cobertura da operação Lava Jato estava a falta de um olhar crítico quanto a divulgação das delações. Eles acreditavam que o acesso aos documentos que embasavam a investigação, concedido pelos investigadores, era algo que ajudava na realização do trabalho jornalístico. Por outro lado, os jornalistas avaliaram que isso dificultou que os repórteres tivessem um “furo” de reportagem, já que o acesso era feito de forma ampla. Assim, os furos ficavam restritos aos vazamentos que as fontes escolhiam o quê e quando divulgar.

Na palestra realizada durante a 28ª Semana de Comunicação (17/10/2019), Rafael Moro Martins ponderou que a cobertura da operação Lava Jato não teve, de forma geral, a realização de um trabalho de investigação jornalística. O que houve, em sua avaliação, foi a publicação de investigação que era feita pelo poder judiciário. A complexidade que envolveu o trabalho jornalístico foi sintetizada na descrição oferecida por Rafael durante a Semana da Comunicação de 2019 sobre como, quando era repórter, se preparava para a cobertura da coletiva:

Você acordava com o celular apitando com um aviso da Polícia Federal ou teu chefe de reportagem às 7 horas da manhã avisando: “estourou Lava Jato, 10 horas coletiva, você vai? Vou! ”. Aí você fazia um café e ia lendo o que tinha público sobre aquilo, que em geral era um release da Polícia Federal com pouca informação. Logo depois o material do Ministério Público mais explicativo, detalhando o quê eles estavam buscando. Sempre era muito complexo, a Lava Jato é uma Operação complexa que trabalha com um esquema criminoso muito complexo. Você tinha uma hora, uma hora e pouco para entender o que estava acontecendo e aí você sentava na frente de dois três procuradores e dois três delegados que iam desfiando

informações sobre aquela fase. Muitos nomes, muitas empresas, muitos valores e você tinha que ir digerindo aquilo e produzindo notas em tempo real para mandar para o veículo. Todos os veículos trabalhavam dessa forma, porque todo veículo quer ter a informação em primeira mão para passar para o leitor. Basicamente você não tinha nem tempo nem condições de gerar qualquer juízo, qualquer impressão sobre aquilo que te permitisse uma visão mais crítica. A coletiva ainda estava rolando quando chegava pelo *what's app* via assessoria da Justiça Federal que tinha levantado o sigilo do processo e assim uma miríade (sic) de documentos estava a sua disposição, inclusive o despacho do juiz. Era um mar de informações à disposição dos jornalistas envolvendo as maiores empreiteiras do país, a maior estatal do país e políticos de alto escalão. Não dava nem tempo de você lembrar de alguma outra coisa importante, tipo ouvir as defesas e dar a elas um espaço adequado. E não é só isso, essa coisa se repetia em ciclos e se você ler o livro do Dallagnol ou os artigos do Moro, vai ver que isso foi pensado para ser assim. A Operação foi pensada em fase para ter a Operação sempre na mídia e ter a mídia a reboque dos procuradores e dos policiais, especialmente dos procuradores que foi quem comandou o show a partir de determinado momento⁵³.

Na edição de 2018 da Semana de Comunicação, outra jornalista que também realizou a cobertura da operação Lava Jato, Estelita Hass Carazai, explicou que os jornalistas que normalmente cobriam a operação Lava Jato tinham um grupo no *WhatsApp*⁵⁴, o “LavaJatão”. Neste espaço, os jornalistas trocavam informações, esclareciam dúvidas jurídicas sobre os processos e, também, servia como uma oportunidade de *free/la*⁵⁵ para profissionais que estavam em Curitiba, no momento da deflagração de uma fase da Lava Jato. Além de um grupo de *WhatsApp* feito pelos jornalistas, a assessoria de imprensa da PF também apresentava grupos neste aplicativo para divulgar os *releases* que informavam a deflagração de fases da Lava Jato. Ao todo, foram quatro grupos gestados pela assessoria que reuniam jornalistas do Brasil todo.

Em entrevistas concedidas para esta pesquisa, sob a condição de anonimato, os agentes que participaram das coletivas indicaram um condicionante, que atuou na qualidade da produção noticiosa que realizaram sobre a operação Lava Jato, estava na urgência pela publicação das primeiras informações sobre a operação. Ainda com a operação em curso, os jornalistas relataram uma pressão pela publicação em “primeira mão” ou mesmo não “ficar para trás” daquilo que outras organizações noticiosas já publicaram.

⁵³ Palestra com Rafael Moro Martins (*The Intercept Brasil*). [S. l.: s.n.], 17 out. 2019. 1 vídeo (2h07min28s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yHRIHqplysU>. Acesso em: 15 mar.2020.

⁵⁴ Aplicativo de conversa instantânea on-line que permite a troca de mensagens, fotos e vídeos.

⁵⁵ Contratação de profissionais jornalistas para trabalhos específicos sem vínculo trabalhista

De modo geral, os jornalistas relataram que, especialmente entre 2016 e 2017, a operação Lava Jato era um tema com alto interesse das redações jornalísticas e assim que a primeira informação sobre a deflagração de uma nova fase era divulgada⁵⁶ em menos de 10 a 15 minutos essa informação precisava ser divulgada via site, boletim de última hora no rádio ou TV. A ponderação desses profissionais quanto a esse modelo acelerado de publicação, indica que a pressa pela divulgação dificultava a realização de uma apuração mais elaborada sobre aquilo que estava acontecendo.

Como efeito, esse imediatismo da cobertura favorecia a posição da Polícia Federal sobre o assunto noticiado. Era a PF que tinha as informações sobre o que estava acontecendo e determinava o ritmo de divulgação. Estratégias como a divulgação de *releases* e a realização de coletivas de imprensa ajudavam a pautar a cobertura jornalística, pois eram estratégias de divulgação que abrangiam todas organizações de notícia. Em uma das entrevistas para esta pesquisa, a jornalista relatou que uma forma de tentar evitar a dependência da assessoria da PF ou do MPF, era o planejamento de coberturas especiais. Essas produções tinham menos apelo factual e eram realizadas com prazo de apuração mais alongado.

Outra ponderação importante realizada pelos agentes que participaram das entrevistas para esta pesquisa, diz respeito ao trabalho de apuração que aconteceu antes do momento da entrevista propriamente dita. Na avaliação dos entrevistados, entender o que estava acontecendo e os embircamentos que envolviam o assunto que se pretendia discutir em uma entrevista, qualificava a pergunta que o jornalista iria fazer à fonte. É uma constante que a pressão da publicação imediata, busca a todo custo diminuir o tempo entre fato e relato, dessa forma atrapalhando a preparação para entrevista. Ainda que a agilidade seja uma questão histórica no jornalismo, especialmente a partir do fortalecimento do jornalismo comercial, o que os entrevistados destacaram é que com a internet nos modos que é utilizada pelas organizações noticiosas de hoje, somado ao processo onde a fonte passa a oferecer conteúdo informativo com uma velocidade que atenda a esse ciclo, o trabalho intelectual de preparação para uma entrevista vem sendo diminuído consideravelmente.

⁵⁶ Divulgação via *release* da Polícia Federal, como será discutido ainda neste capítulo.

O favorecimento por uma cobertura factual da Lava Jato, também prejudicou a pluralidade jornalística, uma vez que naquele primeiro momento de divulgação, as pessoas que eram investigadas nem sempre conseguiam ser ouvidas pelos jornalistas, seja porque estavam ocupadas com a ação da polícia ou mesmo porque ainda não tinham conhecimento preciso dos motivos que embasaram a prisão ou apreensão.

7.3 AS FONTES

No caso da operação Lava Jato, as fontes que este estudo investigou foram procuradores da república que integravam o Ministério Público Federal, delegados da Polícia Federal e auditores fiscais da Receita Federal. Essas fontes faziam parte de um conjunto acusatório do sistema jurídico que teve seu trabalho investigativo submetido à 13ª Vara federal de Curitiba, responsável pelo julgamento das evidências colhidas na investigação.

As funções de cada uma das instituições envolvidas nas investigações da Lava Jato foram divididas pelas competências de cada órgão. À Polícia Federal, cabia as atividades operacionais (investigação, condução de presos, cumprimento de mandados de busca, prisão e apreensão) além de instauração processo investigativo. O Ministério Público Federal acompanhava a investigação da Polícia Federal e oferecia denúncias de supostos crimes à Justiça Federal. O trabalho do grupo de procuradores e delegados foi embasado com informações da Receita Federal (dados de patrimônio e movimentação financeira).

As ações das fontes na operação Lava Jato tinham como referência de inspiração a operação *Mani Pulite*, que investigava um esquema de corrupção na Itália durante o início da década de 1990. Moro (2004, p.2) avaliou que a investigação Italiana se configurou como “ (um) momento extraordinário na história contemporânea do Judiciário”. Moro relatou que no caso da Europa, a deslegitimação do sistema político proporcionou um ambiente favorável às investigações de corrupção. O Juiz, que 10 anos mais tarde viria a ganhar destaque na operação Lava Jato, destacou ainda, sobre o caso italiano, a existência do “juiz de ataque”, ou seja, o juiz que age ativamente com postura antigovernamentais.

Outros dois pontos da *Mani Pulite* que Moro destacou foram, mais tarde, usados como estratégias da operação Lava Jato: o uso de delações premiadas e a

publicidade midiática para garantir o apoio da opinião pública. Quanto ao uso de delações, Moro pondera:

A estratégia de ação adotada pelos magistrados incentivava os investigados a colaborar com a Justiça: A estratégia de investigação adotada desde o início do inquérito submetia os suspeitos à pressão de tomar decisão quanto a confessar, espalhando a suspeita de que outros já teriam confessado e levantando a perspectiva de permanência na prisão pelo menos pelo período da custódia preventiva no caso da manutenção do silêncio ou, vice-versa, de soltura imediata no caso de uma confissão (uma situação análoga do arquétipo do famoso “dilema do prisioneiro”). (MORO, 2004, p.3).

Já em relação ao uso de publicidade para a investigação, Moro (2004, p.4) mencionou que ela tinha um efeito “salutar para alertar investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados” e garantiu o apoio da opinião pública, essencial para impedir que investigados obstruíssem as investigações.

O procurador da república que comandou a Lava Jato no Ministério Público, Deltan Dallagnol, também demonstrou essa preocupação com a opinião pública em livro publicado em 2017. Ele se referiu a organização da operação na forma de Fase/ conta gotas:

As fases da Lava Jato precisavam continuar e se intensificar. A estratégia de pulsos, com buscas e apreensões separadas por um período relativamente curto de tempo, foi uma inovação. Essa era uma boa forma de fazer com que a opinião pública não deixasse de acompanhar o desenvolvimento do caso, mantendo seu apoio à investigação. Afinal, ao contrário dos investigados, não temos qualquer poder econômico ou político, e nossa única proteção sempre foi a sociedade. (DALLAGNOL, 2017, p.79).

Além dos pontos destacados por Dallagnol, Moro (2004) também avaliou como “útil” os vazamentos que ocorreram na *Mani Pulite*, embora não reconheceu o envolvimento dos investigadores no fornecimento de informações para essas publicações.

7.4 ASSESSOR DE IMPRENSA

É o assessor de imprensa que oferece as condições de funcionamento da interação entre jornalistas e fontes. Este profissional também realiza a tarefa de iniciar, encerrar, pausar e impedir a realização da coletiva. Trata-se de uma espécie de organizador, sem o qual, o evento não seria possível de acontecer. O setor de

Comunicação social da Polícia Federal no Paraná conta com um profissional de carreira que está na PF há 33 anos. Trabalha como assessor desde 2013, quando foi transferido para Superintendência Regional de Curitiba. Possui formação profissional na área do Direito e administração de empresas. Realiza sua qualificação para o cargo de assessor, a partir de cursos e/ou palestras para assessores de imprensa, além de contato com outros profissionais (jornalistas e assessores). Além do desse profissional, a PF do Paraná conta com um estagiário na área de comunicação.

Nas coletivas da Lava Jato, a assessoria de imprensa realizou o envio de *releases* com as principais informações da operação, além do agendamento e organização operacional da realização e transmissão da coletiva (via plataforma *streaming*⁵⁷). Durante a realização das coletivas da Lava Jato, o assessor foi responsável pela organização do espaço onde as coletivas aconteceram. Ele realizou o protocolo de abertura, quando apresentou as fontes que prestariam informações e expôs as regras para as perguntas dos jornalistas. Mais que isso, o assessor também é responsável pelo aprimoramento da interação fonte/jornalista.

As coletivas da Lava Jato foram convocadas, a partir da divulgação de textos (*releases*) pelas assessorias de imprensa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Geralmente, o material é distribuído aos jornalistas em dias em que são realizadas as fases da operação e que acontecem no prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em Curitiba, às 10 horas da manhã. Os textos são disponibilizados para os jornalistas por e-mails, previamente cadastrados nas instituições (*mailing list*), e via grupos de *whatsApp*, criados pela assessoria da Polícia Federal para contactar jornalistas. O envio do *releases* acontece entre 7 e 9 horas da manhã e guardam, entre si, características complementares. Os textos enviados pela Polícia Federal oferecem uma síntese das ações operacionais desenvolvidas em cada fase, conforme exemplo abaixo:

Curitiba/PR – A Polícia Federal deu início nesta manhã (12/4) a diligências da 28ª fase da Operação Lava Jato, intitulada Operação Vitória De Pirro, em dois estados e no Distrito Federal. Cerca de 100 policiais federais dão cumprimento a 22 ordens judiciais: 14 mandados de busca e apreensão, 1 mandado de prisão preventiva, 2 mandados de prisão temporária e 5 mandados de condução coercitiva. As medidas estão sendo cumpridas nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Taguatinga e Brasília.

⁵⁷ A transmissão é feita por meio do aplicativo *Google Hangouts*, diretamente no canal da Superintendência regional de Polícia Federal do Paraná.

As investigações apuram a existência de fortes indícios de que destacado integrante teria atuado de forma incisiva para evitar a convocação de empreiteiros para prestarem depoimento. De acordo com as investigações, ele teria cobrado pagamentos indevidos, travestidos de doações eleitorais oficiais em favor dos partidos de sua base de sustentação. Esse investigado participa da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no Senado Federal e também da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instaurada no Congresso Nacional, ambas com o objetivo de apurar irregularidades no âmbito da PETROBRAS S/A no ano de 2014. Os fatos investigados nesta fase apuram, ao menos em tese, a prática dos crimes de concussão, corrupção ativa, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Os presos serão encaminhados para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba/PR enquanto aqueles conduzidos para depoimentos serão ouvidos nas respectivas cidades onde forem localizados. O nome Vitória De Pirro remete à expressão histórica que representa uma vitória obtida mediante alto custo, popularmente adotada para vitórias consideradas inúteis. Em que pese a atuação criminosa dos investigados para sentido impedir o sucesso da apuração dos fatos na CPI/Senado e CPMI/Congresso Nacional, tal fato mostrou-se inútil frente aos resultados das investigações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. A entrevista coletiva pode ser acompanhada pelo link: http://youtu.be/dA0d_gAK39Q.⁵⁸

Além da explicação das ações operacionais, os textos também explicam de forma superficial os crimes que supostamente teriam sido cometidos pelos investigados em cada fase da operação, além da explicação do nome dado à fase deflagrada. Ao final, os textos informam o horário e local da coletiva. Em alguns casos, como no exemplo acima, também é disponibilizado um link para acesso à coletiva. Apesar de poderem acompanhar as coletivas via transmissão na internet, os jornalistas não podem fazer perguntas às fontes sem estar presencialmente no auditório da entrevista.

Os textos disponibilizados pela assessoria de imprensa do Ministério Público Federal, oferecem mais detalhes sobre os supostos crimes cometidos pelos investigados. Esses textos são disponibilizados depois da divulgação feita pela Polícia Federal.

33ª fase da Lava Jato apura corrupção, formação de cartel, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça pela Queiroz Galvão. Investigações apontam que empresa participou ativamente de ajuste para fraudar licitações da Petrobras Na 33.ª fase da Operação da Lava Jato, deflagrada nesta terça-feira, 2 de agosto, são cumpridos pela Polícia Federal mandados com a finalidade de obter provas adicionais de crimes de organização criminosa, cartel, fraudes licitatórias, corrupção e lavagem de dinheiro, relacionados a contratos firmados pela empreiteira Queiroz Galvão com a Petrobras. No total foram expedidos 23 mandados de busca, dois de prisão preventiva, um de prisão temporária e seis de condução coercitiva. Os alvos são dirigentes

⁵⁸ PF deflagra a 28ª fase da Lava Jato – Operação Vitória de Pirro. *In*: AGÊNCIA PF. Paraná, 12 abr.2016. Disponível em : <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/04/policia-federal-deflagra-a-28a-fase-da-operacao-lava-jato-2013-operacao-vitoria-de-pirro>._Acesso em: 03 de abr.2020.

e funcionários da Queiroz Galvão e do consórcio *Quip S/A*, do qual a empreiteira mencionada era acionista líder. As investigações indicam que a Queiroz Galvão formou, com outras empresas, um cartel de empreiteiras que participou ativamente de ajustes para fraudar licitações da Petrobras. Esse cartel maximizou os lucros das empresas privadas e gerou prejuízos bilionários para a estatal. Além dos ajustes e fraude a licitações, as evidências colhidas nas investigações revelam que houve corrupção, com o pagamento de propina a funcionários da Petrobras. Executivos da Queiroz Galvão pagaram valores indevidos em favor de altos funcionários das diretorias de Serviços e de Abastecimento. Em sua parte já rastreada e comprovada, as propinas se aproximam da cifra de R\$ 10 milhões. Esses crimes estão comprovados por prova documental que corroborou o depoimento de, pelo menos, cinco colaboradores, sendo três deles dirigentes de empreiteiras. A investigação também objetiva se aprofundar sobre os fortes indícios existentes de que milhões de dólares em propinas foram transferidos em operações feitas por meio de contas secretas no exterior. As evidências apontam que os pagamentos foram feitos tanto pela Queiroz Galvão quanto pelo consórcio *Quip*. A hipótese tem por base depoimentos de colaboradores e comprovantes de repasses milionários feitos pelo *trust Quadris*, vinculado ao *Quip*, para diversas contas, favorecendo funcionários da Petrobras. Por fim, as medidas deflagradas buscam colher provas adicionais do delito de obstrução à investigação de organização criminosa pela então realizada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, em 2009. Há indícios, que incluem a palavra de colaboradores e um vídeo, de que 10 milhões de reais em propina foram pagos pela Queiroz Galvão com o objetivo de evitar que as apurações da CPI tivessem sucesso em descobrir os crimes que já haviam sido praticados até então. A procuradora da República Jerusa Viecili destacou a importância para a investigação dos acordos de colaboração e de leniência firmados pelo Ministério Público, “pois iluminam o caminho a percorrer para a obtenção de provas, quando não são acompanhados já pela apresentação de evidências consistentes dos crimes praticados”. Afirmou ainda que chama a atenção “a ousadia da empresa investigada, traduzida pela atuação profissional e sofisticada no pagamento de propinas em contratos públicos durante longo período de tempo, mediante a utilização de expedientes complexos de lavagem de dinheiro, inclusive no exterior”. O Grupo Queiroz Galvão foi identificado, durante a Lava Jato, como o terceiro com maior volume de contratos celebrados com a Petrobras, alcançando um total superior a R\$ 20 bilhões. O histórico de envolvimento do grupo com grandes esquemas de corrupção não é inédito, já figurado nas operações Monte Carlo, Castelo de Areia e Navalha, e tendo sido as duas últimas anuladas nos tribunais superiores. Segundo o procurador Diogo Castor, a banalização das anulações de provas representa um alento para os criminosos que já tiveram participação em esquemas criminosos provados. “Infelizmente se essas operações tivessem um mínimo de efetividade, talvez a Lava Jato nem precisasse existir”, assinalou. Já o procurador da República e coordenador da força-tarefa Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, ressaltou a gravidade da obstrução dos trabalhos de apuração de 2009, porque “a investigação da CPI era como um guardião da Petrobras. As evidências indicam que o ladrão roubou a casa e, em seguida, matou o vigia”. Sublinhou, ainda, na mesma linha de Castor, que “a corrupção que colhemos é fruto da impunidade dos crimes passados. Esses crimes investigados hoje são filhos de um sistema de justiça criminal disfuncional, o qual falhou em punir casos pretéritos em que as mesmas empresas da Lava Jato eram investigadas”. Para o procurador, “sairemos da Lava Jato sem aprender a lição se não aprovamos reformas nesse sistema, como as 10 medidas contra a corrupção”. “Precisamos disso para que os crimes sejam alcançados pela ação da Justiça como regra, e não como exceção”,

completou o procurador. Processo: 5030591-95.2016.4.04.7000/PR. Chave: 670616756916.⁵⁹

O detalhamento apresentado nos textos do Ministério Público Federal se baseia nas denúncias apresentadas pelos Procuradores da República. É possível perceber que além das informações factuais daquilo que cada fase da operação realizou, os textos apresentam a posição de integrantes da operação no Ministério Público com opiniões que não dizem respeito diretamente aos crimes cometidos, mas a uma posição contra corrupção e/ou defesa da operação Lava Jato. Há ainda, ao final deste texto apresentado acima, um parágrafo sobre o projeto de lei 4.850 de 2016 que ficou conhecido como “10 medidas contra corrupção eleitoral”. A utilização do projeto pelos integrantes da Lava Jato será discutida no episódio interacional “Defesa do Projeto 10 Medidas contra a corrupção eleitoral”.

10 Medidas – O combate à corrupção é um compromisso do Ministério Público Federal. Por isso, o MPF apresentou ao Congresso Nacional um conjunto de dez medidas distribuídas em três frentes: prevenir a corrupção (implementação de controles internos, transparência, auditorias, estudos e pesquisas de percepção, educação, conscientização e marketing); sancionar os corruptos com penas apropriadas e acabar com a impunidade; criar instrumentos para a recuperação satisfatória do dinheiro desviado. Saiba mais em <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br>⁶⁰.

As informações que constam tanto nos *releases* da Polícia Federal quanto nos textos do Ministério Público Federal, são as bases da maioria das perguntas realizadas nas coletivas. É a partir dessas informações que os jornalistas tentam buscar mais detalhes para explicar os supostos crimes cometidos. Dessa forma, é possível dizer que os *releases* oferecidos antes mesmo da coletiva de imprensa, apresentam pistas sobre as intenções daquilo que a fonte pretende discutir na entrevista coletiva que está agendada. No caso da Lava jato, esses textos funcionam como um roteiro discursivo que são aplicados performaticamente durante a coletiva de imprensa.

⁵⁹ 33ª fase da Lava Jato apura corrupção, formação de cartel, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça pela Queiroz Galvão. In: MPF. Paraná, 2 ago. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/33a-fase-da-lava-jato-apura-corrupcao-formacao-de-cartel-lavagem-de-dinheiro-e-obstrucao-a-justica-pela-empiteira-queiroz-galvao>. Acesso em: 03 abr. 2020.

⁶⁰ 33ª fase da Lava Jato apura corrupção, formação de cartel, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça pela Queiroz Galvão. In: MPF. Paraná, 2 ago. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/33a-fase-da-lava-jato-apura-corrupcao-formacao-de-cartel-lavagem-de-dinheiro-e-obstrucao-a-justica-pela-empiteira-queiroz-galvao>. Acesso em: 03 abr. 2020.

Além da convocação via *release*, o assessor de imprensa também é responsável pelas notas à imprensa, estratégia que é utilizada pela Lava Jato em momentos específicos da operação. Trata-se de uma resposta previamente planejada, para algum assunto polêmico, que a Lava Jato suscitou antes da realização da coletiva. A nota, funciona como uma forma de resposta oficial, como será discutido nos episódios interacionais da troca de delegados e, também, no caso da antecipação de fase para o ex-ministro Alexandre de Moraes.

Quanto a qualificação das transmissões (via plataforma *streaming*) das coletivas é possível perceber que, embora a transmissão tenha sido identificada desde a sétima fase, ainda em 2014, a qualidade técnica dessas gravações passou por transformações ao longo do tempo. Inicialmente havia muitos problemas de áudio e sequer era possível ouvir as perguntas dos jornalistas nas coletivas. Foi possível perceber também, problemas de captação do vídeo (em alguns casos somente o áudio da coletiva conseguiu ser gravado) devido a problemas com a conexão com a internet. O uso de um tripé de mesa, para posicionar a *webcam* que realizava a transmissão também foi substituído (depois de 11 meses de operação), por um tripé fora da mesa que tornava o enquadramento das fontes mais fácil.

Depois do primeiro ano das fases da operação, foi possível perceber a redução desses problemas. O áudio dos jornalistas começou a ser ouvido na gravação, quando o assessor de imprensa resolvia pedir que os jornalistas esperassem o microfone para fazer suas perguntas. O tripé de mesa foi substituído por outro tripé fora da mesa, o que melhorou o enquadramento das fontes que estavam prestando informações.

O assessor também é responsável pela definição do posicionamento que as fontes ocupam na mesa da coletiva. Isso passou por um processo de negociação (nas primeiras 15 fases da Lava Jato) até encontrar regularidade. Assim como a ordem de fala, e quem é responsável por determinados tipos de respostas. Com decorrer das fases, a organização da ordem na mesa ficou distribuída da seguinte forma:

- **Ao centro:** o Superintendente Regional da Polícia Federal do Paraná. Ele foi a primeira pessoa apresentada pelo assessor de imprensa que realizou o Cerimonial e, também, foi o superintendente a primeira fonte a falar na coletiva. Seu discurso inicial foi breve e não apresentou detalhes da

operação. Tratou-se de uma fala institucional que chancelou o trabalho realizado pela equipe de investigação.

- **Ao lado direito do Superintendente:** o delegado que coordenou a operação Lava Jato no Paraná. Em sua fala inicial, logo depois da fala de abertura feita pelo Superintendente regional, ele apresentou uma síntese das prisões e mandados de busca e apreensão com informações que já constavam no *release* divulgada pela Polícia Federal, logo no início da manhã.

-**Ao lado direito do Coordenador da Lava Jato:** o delegado de Polícia Federal que participou das investigações que possibilitaram cada fase da Lava Jato. Ele foi responsável pelas informações detalhadas das ações realizadas nas fases da operação, além de explicitar o trabalho de abordagem policial nos endereços dos investigados.

-**Ao lado esquerdo do Superintendente:** ficaram os procuradores da República (membros do Ministério Público Federal). A participação dos procuradores normalmente é variável, nas coletivas sempre há entre um ou dois procuradores. Eles falaram logo depois dos dois delegados de Polícia Federal. Inicialmente, apresentaram como o suposto crime denunciado naquela fase aconteceu.

-**Na ponta direita da mesa:** Um auditor fiscal que foi o último a fazer sua fala inicial. Não apresentou muitos detalhes sobre as investigações e realizou um discurso institucional, como o Superintendente. Durante a entrevista, geralmente, é raro que alguma pergunta seja direcionada ao auditor fiscal.

Essas ordenações que foram negociadas, com o decorrer das fases da Lava Jato, indicaram que as estratégias midiáticas não estavam prontas à espera dos seus estrategistas, mas precisavam ser apropriadas pelos participantes.

7.5 O DISPOSITIVO EM FUNCIONAMENTO: EPISÓDIOS INTERACIONAIS

Nos episódios interacionais são percebidas as estratégias que compõem o quadro geral deste espaço. Para entender estas estratégias, a discussão sobre relações de poder de Foucault pode ser acionada. Por relações de poder, o autor

compreende um modo de ação que só pode ser exercida em ato, mesmo que esteja presente em um campo de possibilidades. São exercidas por sujeitos livres, pois há sempre um grau de insubmissão quando colocadas à prova.

As relações de poder estão ligadas as estratégias para agir sobre a ação dos outros. As estratégias são, de acordo com Foucault (1977), os mecanismos utilizados em relações de poder. Segundo Foucault (1977, p.247):

A palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente. Para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta.

Agora, se é possível pensar as coletivas como um dispositivo envolvido em relações de poder e que se materializa em estratégias que visam alcançar objetivos específicos, faz-se necessário uma discussão sobre as práticas em funcionamento dentro deste dispositivo.

A singularidade dos episódios de interação estaria relacionada a sua característica “probabilística”, uma espécie de jogo que oferece possibilidades de ação e estratégias e, que desta forma, se ligam ao dispositivo de Foucault. Neste sentido, os dispositivos interacionais nem sempre cumprem a um objetivo determinado que esteja definido *a priori* de sua operação, mas sim a um objetivo que só se revela à medida de seu funcionamento. Os episódios interacionais merecem um olhar particular, uma descrição mais aprofundada de como se estabeleceu o jogo de poder, a partir de seu funcionamento no dispositivo. Neste sentido, a noção de episódio interacional trabalhada pelo professor Braga na reflexão sobre dispositivos interacionais, deve ser acionada para discutir a operação dos participantes no dispositivo coletiva de imprensa. Estes episódios ajudam a demonstrar o funcionamento destas operações.

Trata-se de uma tentativa de olhar para uma entrevista coletiva em específico, a partir de uma mirada de episódio interacional. Um esforço no sentido de compreender como esse momento de interação entre jornalistas e fontes se realiza de forma processual, e obedecendo a lógicas que se reproduzem ao mesmo tempo

em que se ajustam nas coletivas, mas que também recebe influências de outros momentos que ajudam a formar ou conformar esse momento de interação.

A escolha dos sete episódios interacionais que serão apresentados a seguir foi construída a partir dos vídeos das entrevistas coletivas da operação Lava Jato. A seleção dos episódios, levou em conta os momentos que representaram maior necessidade de confrontação na posição das fontes, sobre os assuntos que eles se referiam, ou quando as estratégias mais comuns dos participantes ficavam mais evidentes. Em alguma medida, eles também sintetizaram as principais problemáticas no relacionamento triangular (fontes, assessores e jornalistas) encontradas nos vídeos das entrevistas.

7.5.1 Episódio Interacional: Condução coercitiva do ex-presidente Lula

A condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi realizada em 04 de março de 2016, durante a 24ª Fase da operação Lava Jato. Por volta das 6 horas da manhã, policiais federais estiveram na casa do ex-presidente, ao mesmo tempo, em que outro grupo batia à porta da casa de seus filhos e em endereços de integrantes do Sindicato dos metalúrgicos e de filiados ao Partido dos Trabalhadores, para cumprirem mandados de buscas emitidos pela 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, à época comandada por Sérgio Moro.

Antes mesmo da chegada da Polícia no apartamento do ex-presidente, um helicóptero da TV Globo sobrevoava a residência e conseguiu registrar a chegada dos policiais federais no endereço do ex-presidente. Ao mesmo tempo, jornalistas da emissora se espalharam pelo trajeto por onde as viaturas passariam para conseguir outros ângulos da ação policial. Enquanto o ex-presidente prestava depoimento em uma Delegacia de Polícia Federal dentro do Aeroporto de Congonhas, manifestantes favoráveis e contrários ao ex-presidente se aglomeraram no saguão e do lado de fora do prédio do aeroporto.

A condução coercitiva deixava questionamentos que mereciam ser respondidos publicamente: por que o ex-presidente foi conduzido de forma coercitiva, se não se negou a prestar depoimento de forma espontânea? Qual o motivo de levar o ex-presidente para uma delegacia dentro de um aeroporto? A forma que a Polícia Federal escolheu para se manifestar sobre o assunto foi por meio de uma coletiva de imprensa. O ex-presidente também convocou uma coletiva

de imprensa para falar sobre o assunto, contudo, o evento que ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos operou como um pronunciamento do ex-presidente sem possibilidade de perguntas dos jornalistas.

A coletiva da 24ª Fase da operação Lava Jato, que realizou a condução coercitiva do ex-presidente, teve início às 10 horas da manhã e teve a presença do então Superintendente da PF, Rosalvo Pereira Franco, do delegado que coordenava a operação Lava Jato no Paraná, Igor Romário de Paula, do então promotor de Justiça Carlos Fernandes de Lima e do auditor fiscal Roberto Leonel de Oliveira.

Na entrevista, antes mesmo do início das perguntas dos jornalistas, as fontes realizaram uma apresentação inicial sobre a operação realizada naquele dia e justificaram o uso do procedimento condução coercitiva contra o ex-presidente “A condução foi realizada para evitar conflitos, polarização pró ou contra”. (LIMA, 2016). Já o Delegado Igor Romário de Paula informou, mesmo sem ser perguntado, também na apresentação inicial, que a condução do ex-presidente para a delegacia da Polícia Federal do aeroporto de Congonhas foi feita, pois: “A Superintendência [da Polícia Federal] em São Paulo tem acesso complicado” isso poderia gerar algum tipo de tumulto durante o depoimento. (PAULA, 2016).

Ainda tentando esclarecer àquilo que não tinha sido perguntado pelos jornalistas, as fontes reiteraram que o depoimento foi feito por meio de condução coercitiva, pois a antecipação do pedido de depoimento poderia causar confusão pela presença de manifestantes prós ou contra ao ex-presidente.

O argumento central apresentado na coletiva e que tentava justificar a necessidade de investigar o ex-presidente, referiu-se a supostas vantagens que Lula teria recebido para cometer atos de corrupção durante seu governo. O promotor de justiça do MPF, Carlos Fernandes Lima, destacou durante a coletiva que as empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato realizaram pagamentos ao Instituto Lula, e que o dinheiro oficialmente foi registrado como pagamento de palestras realizadas pelo ex-presidente, mas que a confirmação da concretização de realização destas palestras estava sob investigação. A suspeita dos investigadores era que esse dinheiro teria sido repassado a empresas da família do ex-presidente.

No decorrer da coletiva, as fontes reiteraram que a condução coercitiva contra o ex-presidente foi realizada para garantir a segurança de Lula, uma vez que, a polarização política no país poderia gerar tumulto dos manifestantes contrários e favoráveis ao ex-presidente. As fontes reforçaram nas respostas que a operação

Lava Jato não possuía motivação política, e que as investigações se baseavam em fatos encontrados durante os trabalhos de investigação. Além disso, informam que o ex-presidente foi levado para Congonhas por uma questão logística (Local mais perto e de acesso mais controlado pela PF).

7.5.1.1 Perguntas dos Jornalistas

Durante a sessão de perguntas dos jornalistas, a primeira questão feita pelo repórter buscava saber quais indícios existiam contra o ex-presidente? Como resposta, as fontes reiteraram a suspeita em torno do pagamento de palestras realizada pelas empreiteiras envolvidas na Lava Jato, além da compra de pedalinho e uma obra para um sítio em Atibaia.

A segunda questão do mesmo repórter era se o ex-presidente seria levado para Curitiba? A resposta foi dada pelo delegado Igor Romário de Paula, ele informa (mais uma vez) que o ex-presidente foi levado para Congonhas por uma questão meramente operacional, e que ele não estava sendo conduzido para o Paraná.

Durante as perguntas que seguiam, os jornalistas insistiam em mais detalhes que podiam tornar as suspeitas contra o ex-presidente mais claras e precisas: Quais são as empreiteiras que fizeram os pagamentos? Quais os crimes ou vantagens o ex-presidente teria recebido? Os motivos da condução coercitiva? Qual a relação das empreiteiras citadas com a questão do armazenamento dos presentes do ex-presidente? Desejam saber ainda se há pedido de prisão contra o ex-presidente? e também sobre o suposto vazamento da Operação para a imprensa?.

As questões receberam respostas já dadas anteriormente, com a justificativa da condução devido a segurança do ex-presidente e a justificativa da investigação sobre o pagamento de palestras ao Instituto Lula. Carlos Fernandes Lima informou que chegou a solicitar a prisão do ex-presidente, mas o pedido foi negado pelo então juiz Sérgio Moro. Sobre o armazenamento de presentes do ex-presidente pela empresa Granero⁶¹, as fontes explicaram que o pagamento dos contêineres, onde estão os acervos, podia ter sido feito pelas empreiteiras investigadas na Lava Jato. Em relação aos vazamentos para imprensa das ações realizadas pela PF naquele dia, as fontes responderam que o caso seria investigado e que a antecipação de

⁶¹ MACEDO, F. Veja as imagens dos bens de Lula guardados em depósito pela oas . São Paulo, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-as-imagens-dos-bens-de-lula-guardados-em-deposito-pela-oas/>. Acesso em: 24 fev.2020.

informações para imprensa seria prejudicial à própria operação, uma vez que facilitaria a destruição de provas, além de ter o potencial de gerar ainda mais tumulto.

Os jornalistas avançaram na tentativa de obter mais detalhes: queriam saber qual o envolvimento dos filhos do ex-presidente, de sua esposa Marisa Letícia e, também, se a então presidente Dilma também seria investigada? As respostas indicaram que o foco da investigação era o ex-presidente, que Marisa Letícia não foi conduzida junto de Lula. Sobre a participação ou não da então presidente da República, Dilma Rousseff, as fontes afirmaram que ela tinha foro privilegiado e, portanto, não seria investigada pela Lava Jato do Paraná.

A insistência dos jornalistas em mais detalhes foi contida pelas fontes, com a informação de que na época Juiz Sérgio Moro iria suspender o sigilo dos documentos que possibilitariam a 24ª Fase da operação e que lá estariam questões mais específicas, solicitadas pelos jornalistas.

7.5.1.2 O pronunciamento de Lula

Além da coletiva de imprensa realizada pela Polícia Federal, no mesmo dia da condução coercitiva, por volta das 18 horas do dia 04 março de 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou um pronunciamento na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos. O evento foi transmitido pela TVT, canal aberto mantido pelo Sindicato dos Metalúrgicos e foi convocado pela assessoria do ex-presidente como uma entrevista coletiva.

Ao todo, o pronunciamento teve 28 minutos de duração e não houve sessão de perguntas. Lula informou que foi levado ao aeroporto para responder a perguntas que já haviam sido feitas a ele pelo Ministério Público e que nunca se recusou a depor. O ex-presidente chama a ação de “prepotente e arrogante”, pois foi planejado um “show pirotécnico” para expor sua imagem de forma negativa.

Lula se desculpou com sua família e amigos, que foram afetados pela ação da polícia, e indicou que a “perseguição” que ele estava sofrendo se devia ao medo de que ele voltasse ao poder. O ex-presidente ponderou sobre a questão que envolvia seu acervo de presentes presidencial, para ele esses presentes eram um problema criado pelo cargo de presidente, pois se trata de um acervo privado, mas de interesse público, portanto precisava ser mantido, mas quem mantinha era ele de

forma pessoal. O presidente brincou com o assunto: “tem até um trono da África, o que eu faço com isso? ”. (SILVA, 2016).

Apesar da brincadeira amistosa, o ex-presidente fez questão de expor sua indignação com a sua condução coercitiva e foi aplaudido quando anunciou que iria tentar viabilizar sua candidatura para presidente em 2018: “Quero dizer para o PT, os sem-terra, o PC do B e a CUT que a partir de semana que vem me convidem para rodar esse país para viabilizar minha eleição”. (SILVA, 2016). Além dos aplausos das pessoas que acompanhavam o presidente dentro da sala onde o pronunciamento era realizado, a gravação sonora indicou gritos de manifestantes do lado de fora do Sindicato em apoio ao ex-presidente.

Sobre a questão envolvendo a investigação no sítio de Atibaia, Lula explicou que usava o sítio dos amigos porque os inimigos não lhe ofereciam suas propriedades e disparou: “Por que a Globo não me oferece o triplex de Parati? ”. (SILVA, 2016). O ex-presidente se referiu a uma propriedade da família Marinho (dona da Rede Globo) que ficava na região de Parati - RJ. Na avaliação de Lula, a investigação sobre o sítio de Atibaia revelou um preconceito de classe social, pois, de acordo com ele: “Todo mundo pode, menos essa merda desse metalúrgico que chegou a ser presidente”. (SILVA, 2016).

Ao final do pronunciamento, Lula expressou uma de suas analogias mais conhecidas nos últimos tempos: “Se quiseram matar a jararaca não bateram na cabeça, bateram no rabo e a jararaca está viva como sempre esteve”. (SILVA, 2016).

7.5.1.3 Considerações sobre a coletiva de imprensa e o pronunciamento do ex-presidente

As descrições da Coletiva de imprensa da 24ª fase da operação Lava Jato e do pronunciamento do ex-presidente Lula no dia 04 março de 2016 indicaram como se deu o processo de esclarecimento público das justificativas sobre a condução coercitiva, e o modo como o conduzido entendeu a ação realizada pela polícia naquela data.

No caso da coletiva realizada na sede da Superintendência Regional da PF no Paraná, foi possível perceber que as fontes se anteciparam em responder sobre as duas questões que ficaram em aberto antes da coletiva: a razão da condução do

ex-presidente na forma de condução coercitiva e por que, Lula, foi levado a uma delegacia dentro do aeroporto de Congonhas. Foi possível perceber ainda que as fontes ofereceram respostas com padrão semelhantes em diferentes perguntas da coletiva, especialmente as questões sobre os motivos da condução do ex-presidente e as razões para levá-lo para uma delegacia dentro do aeroporto de Congonhas.

No momento das perguntas, os jornalistas possuíam os argumentos apresentados pelas fontes quanto aos motivos da condução e o local do interrogatório do ex-presidente. Assim, passaram a questionar as fontes sobre detalhes da investigação e como foi possível comprovar a participação do ex-presidente nas denúncias apresentadas naquela data. Tratou-se de uma preocupação de esclarecimento factual (*hard News*), que marcou grande parte das coletivas da operação Lava Jato. A curiosidade dos jornalistas foi contida com a informação que os detalhes da acusação estariam no processo que até aquele momento estava em sigilo, mas que seria publicitado até o fim da manhã pelo então juiz Sérgio Moro.

Sobre o pronunciamento do ex-presidente, a realização do evento em si já indicava uma tentativa de agendamento da mídia para a posição do ex-presidente sobre sua condução coercitiva. Vale destacar ainda que a fala do ex-presidente não se tratou de uma entrevista propriamente dita, mas isso não significou que tinha menor valor jornalístico, uma vez que o discurso demonstrou como Lula entendeu sua condução coercitiva e como foi afetado por ela. O fato de ser convocada pela assessoria do ex-presidente como uma coletiva de imprensa, também indicou uma forma de atrair jornalistas para o evento.

Lula utilizou analogias e bom humor durante seu pronunciamento, o que de alguma forma demonstrou com quem o presidente desejava se comunicar, sua base de eleitores e simpatizantes. O interesse jornalístico envolvido naquele momento foi aproveitado pelo ex-presidente para anunciar sua pré-candidatura à presidência da república. O anúncio, comemorado pela militância do PT, foi transmitido ao vivo pela TVT e replicado por outras emissoras que transmitiram o evento ao vivo.

Ao impossibilitar perguntas dos jornalistas durante o pronunciamento, Lula preservou um controle mais estrito sobre os processos de edição que o jornalista iria realizar, depois do momento de apuração. Especialmente por que não se confrontaria com questões que queria evitar e, dessa forma, não seria surpreendido.

A fonte não foi confrontada a falar sobre assuntos que não desejava, ou evitava ser questionada, sobre algum ponto que não conseguiria responder de forma favorável.

Vale lembrar que os jornalistas haviam demonstrado interesse, na coletiva realizada pela Polícia Federal (antes do pronunciamento do ex-presidente), portanto, estavam mais interessados em descobrir como o ex-presidente participou dos eventos investigados do que em confrontar os motivos que levaram à condução do ex-presidente e se isso, seria realmente necessário.

7.5.2 Episódio Interacional: Defesa das 10 Medidas contra corrupção eleitoral

No dia 29 de março de 2016, o projeto de lei 4.850⁶² começou a tramitar na Câmara dos deputados. A proposta ingressou na casa na forma de iniciativa Popular (quando não se trata de uma proposição de algum parlamentar ou do poder executivo⁶³) e ficou conhecido como projeto das 10 medidas de Combate à Corrupção.

A iniciativa teve a participação efetiva do Ministério Público Federal, como divulgação de informações favoráveis ao projeto em site oficial⁶⁴ e campanha para recolher assinaturas para que o projeto fosse avaliado pelo Congresso Nacional. Teve ainda o apoio dos procuradores do Ministério Público Federal (especialmente o então coordenador da Lava Jato no Paraná Deltan Dallagnol e do procurador Roberson Pozzobon, que também integrava o grupo de procuradores da Lava Jato) na defesa da proposta.

A posição dos procuradores do Ministério Público sobre o projeto foi expressa discursivamente em duas entrevistas coletivas da operação Lava Jato, em 2016. Na 30ª fase, deflagrada no dia 24/05/2016, o procurador Roberson Pozzobon, logo em sua fala inicial da coletiva, criticou o que considerava “ineficiência do Estado” ao não

⁶²BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4850, de 2016**. Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos. Autoria: Sr. Antonio Carlos Mendes Thame e outros. Disponível em : <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2060-PL-4850.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

⁶³ Segundo o artigo 61, §2 da Constituição é permitida a apresentação de projetos de lei iniciativa popular. Para que um projeto de iniciativa popular seja apreciado pelo Congresso, é necessário que a proposta tenha a adesão mínima de 1% da população eleitoral nacional, mediante assinaturas, distribuídos por pelo menos 5 unidades federativas e no mínimo 0,3% dos eleitores em cada uma dessas unidades.

⁶⁴CONHEÇA as 10 medidas contra a corrupção. *In*: MINISTÉRIO Público do Paraná. Paraná, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-6193.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

discutir as 10 medidas contra corrupção, que naquele período já era um projeto em trâmite na câmara dos deputados.

Roberson Pozzobon explicou o funcionamento do esquema de corrupção que envolvia o motivo da coletiva e passou a comentar, sem ser perguntado, sobre projeto de lei. Neste momento, a coletiva se tornou um ambiente de defesa pela aprovação de um projeto de lei e não mais, a prestação de informações sobre a fase da Operação.

A defesa do procurador, em favor do projeto de lei, ficou ainda mais evidente na entrevista coletiva da 31ª fase, realizada no dia 04/07/2016. Pozzobon voltou a falar do projeto quando argumentava sobre a necessidade de se enfrentar a impunidade no Brasil:

O povo brasileiro hoje não aguenta mais que os agentes públicos, os agentes políticos flertem ou namorem ou casem com a corrupção (grifo nosso), precisamos que as duas principais causas da corrupção que foram identificadas na operação Lava Jato, quais sejam: a crise política e a impunidade sejam enfrentadas com reforma política e com 10 medidas contra corrupção. Precisamos mudar esses temas. **Somente assim conseguiremos virar a página para um Brasil mais justo** (grifo nosso). (POZZOBON, 2016).

Durante a sessão de perguntas dos jornalistas, as questões giravam em torno do esclarecimento de detalhes das operações citadas neste episódio (30ª e 31ª). As declarações do procurador Pozzobon, em favor do projeto “Dez Medidas de combate à corrupção eleitoral”, não foram tema das perguntas por parte dos jornalistas.

7.5.2.1 Considerações sobre o episódio

Neste episódio, um primeiro destaque a ser feito foi a tentativa da fonte, de forma bastante evidente, em defender um projeto de lei que estava sendo avaliado pelo Congresso Nacional. Ao conversar com jornalistas, mesmo sem ser perguntado, o procurador da república utilizou o espaço de esclarecimento das ações desenvolvidas pela Lava Jato para fazer publicidade do projeto.

Ainda que as coletivas da operação Lava Jato apresentavam como regramento central as medidas de investigação que foram realizadas naquelas datas, essa regra foi deixada de lado quando as fontes apresentavam interesse de falar sobre algo que não estava diretamente relacionada as informações factuais da operação. Como veremos no episódio interacional do vazamento de operação pelo

então Ministro Alexandre Moraes, a mesma regra que a fonte estabeleceu e descumpriu, neste momento, foi usada para controlar a curiosidade dos jornalistas em algo que não tinha referência às ações da PF naquela data.

O procurador utilizou figuras retóricas (hipérbole e metáfora) para se referir a uma suposta insatisfação do povo brasileiro com a corrupção (“O povo brasileiro hoje não aguenta mais que os agentes públicos, os agentes políticos flertem ou namorem ou casem com a corrupção”) para defender seu ponto de vista: o projeto 10 medidas de combate a corrupção eleitoral iriam combater as “causas da corrupção”.

Lage (1999, p. 83) se refere ao uso desse recurso como o resultado de uma preparação das fontes pela assessoria de imprensa. O uso das frases de efeito, como o autor se refere, tem como finalidade fornecer um “aproveitamento mais incisivo dos veículos”, em outras palavras, facilitar o processo de edição.

Apesar do esforço da fonte, os jornalistas que cobriam a coletiva não se mostraram interessados na discussão do projeto em trâmite na Câmara Federal. Nenhuma pergunta foi realizada sobre esse tema durante a sessão de perguntas, nem mesmo para questionar se era papel de um procurador da república opinar sobre um projeto debatido pelo legislativo brasileiro. Assim, mais uma vez, os jornalistas se mostram interessados na cobertura factual da operação e não, nas questões mais de fundo que envolviam a Lava Jato.

7.5.3 Episódio interacional: Troca de Delegados da Polícia Federal

A 31ª fase da operação também teve outro destaque, além da defesa pública pelo projeto de combate à corrupção eleitoral. Tratou-se da leitura de uma nota à imprensa, realizada pelo então delegado chefe da operação Lava Jato na Polícia Federal, Igor Romário de Paula. O texto tratou da troca de dois delegados da Polícia Federal que faziam parte do grupo da Lava Jato.

Considerando algumas matérias veiculadas recentemente na mídia nacional e o compromisso com a total transparência de todos os procedimentos relacionados à chamada Operação Lava Jato, a Polícia Federal vem a público prestar os seguintes esclarecimentos: Esclarecemos que em momento algum a equipe de investigação sofreu qualquer tipo de pressão interna ou externa pela substituição desse ou daquele delegado. De fato dois delegados estão deixando a equipe de investigação da Operação Lava Jato, mas não é verídica a informação de que a equipe dessa força tarefa esteja passando por um “desmanche”. A PF substituiu dois delegados que

estavam em missão em Curitiba/PR – Eduardo Mauat da Silva (lotado no Estado do Rio Grande do Sul) e Duílio Mocelin Cardoso (lotado no Estado de Rondônia) – a quem agradece pelo trabalho realizado. As autoridades acima serão substituídas pelos delegados Rodrigo Sanfurgo, ex-chefe da Delegacia de Combate a Corrupção e Crimes Financeiros de São Paulo, Luciano Menin, que já integrou a equipe Lava Jato em um passado recente, e Roberto Biazolli, autoridade com experiência em investigações internacionais, por ter trabalhado no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI). Quanto ao Delegado Luciano Flores de Lima, sua saída ocorreu a pedido do servidor e é temporária, devendo reintegrar a equipe logo após o término de sua missão junto à Coordenação de Grandes Eventos em Brasília, durante o período dos Jogos Olímpicos 2016. Essas mudanças são opções estratégicas da coordenação, com apoio irrestrito da equipe de investigação, Administração Regional e Direção Geral da Polícia Federal, visando oxigenar o grupo, dando a ele um novo fôlego, para que os trabalhos continuem buscando cada vez mais sua superação. Por fim, para que a sociedade se tranquilize, tenham certeza de que a Operação Lava Jato não sofrerá qualquer prejuízo em seus trabalhos investigativos e operacionais e, também tenham a ideia de nossa preocupação, a carga principal de inquéritos que estava com o delegado Eduardo Mauat da Silva foi entregue ao delegado Márcio Adriano Anselmo, conhecido por seu inquestionável trabalho junto a Lava Jato e originariamente o responsável por essas investigações⁶⁵.

A nota foi lida logo depois do assessor de imprensa apresentar as fontes que participariam da coletiva naquele dia. Apesar do texto lido por Igor Romário de Paula não informar o motivo da saída dos delegados Eduardo Mauat da Silva e Duílio Mocelin Cardoso (somente declarou que se tratou de uma troca “estratégica”), nenhum jornalista questionou as causas da substituição durante a coletiva.

Dois dias depois da deflagração da 31ª fase da Lava Jato, dia 06/07/2016, o delegado afastado, Eduardo Mauat da Silva, criticou, sem citar nomes, integrantes da Polícia Federal que faziam parte da operação. Ele disse ainda que seu afastamento foi uma determinação do diretor geral da Polícia Federal à época, Leandro Daiello, e que não voltaria para a operação enquanto Daiello fosse o diretor da PF. A crítica foi publicada em um vídeo⁶⁶, no qual o delegado também informou que tinha o planejamento de ficar até o mês de agosto de 2016 na operação para “encaminhar as atividades que estavam sob sua responsabilidade”, mas saiu da operação antes disso.

⁶⁵ COORDENAÇÃO da Lava Jato esclarece alteração na equipe. *In*: MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/coordenacao-da-lava-jato-esclarece-alteracao-na-equipe>. Acesso em: 1 abr. 2020.

⁶⁶ DELEGADO afastado alfineta diretor da PF: ‘Lava Jato não pertence a burocratas’. *In*: VEJA. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/delegado-afastado-alfineta-diretor-da-pf-lava-jato-nao-pertence-a-burocratas/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

A substituição dos delegados foi questionada em uma nota divulgada pela Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal no dia 07/07/2016:

O Conselho de Diretores da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal (ADPF) vem a público demonstrar contrariedade e preocupação com o afastamento precipitado e mal explicado dos Delegados Federais Eduardo Mauat e Duílio Mocelin, que até a semana passada integravam o Grupo de Trabalho da Operação Lava Jato, em Curitiba. O Conselho de Diretores da ADPF é composto pelos seus dez diretores nacionais e pelos 27 diretores regionais. É evidente que afastamentos súbitos dessa natureza geram atrasos e prejuízos para as investigações em andamento, que poderiam ser evitados por meio da simples manutenção do grupo atual da Lava Jato. Fala-se em "oxigenação" da operação. Porém, a carência de recursos humanos na Lava Jato é um problema antigo e ainda não superado, principalmente em comparação com operações de outras áreas. Tal fato demonstra que, efetivamente, a Lava Jato não é uma prioridade para a direção-geral da Polícia Federal. Ao invés de substituir Delegados responsáveis pelo sucesso da operação, o comando da PF e o Ministério da Justiça deveriam trabalhar para aumentar o efetivo da Lava Jato. Isso, sim, ajudaria a "dar fôlego" e a descartar de vez ameaças de desmanche do grupo responsável pela operação. Diante do cenário de incertezas gerado pela saída forçada de dois importantes Delegados da operação, o Conselho de Diretores expressa seu temor frente à possível retirada de outra liderança da operação: a da Delegada Federal Erika Marena, uma das principais coordenadoras da Lava Jato. O afastamento da Delegada Erika traria um prejuízo irreparável à continuidade da operação. O Conselho de Diretores da ADPF ressalta que Lava Jato é um patrimônio do Brasil e que cobrará maiores explicações sobre os afastamentos junto ao diretor-geral da PF e à Superintendência Regional da instituição em Curitiba. Os Delegados Federais e a sociedade estão e continuarão vigilantes para defender a Operação Lava Jato⁶⁷.

No dia seguinte da divulgação do vídeo pelos delegados afastados, foi deflagrada a 32ª fase da operação Lava Jato (07/07/2016). Apesar das fontes não tocarem no assunto nas suas falas iniciais, pergunta feita por uma jornalista faz com que o assunto fosse discutido na entrevista.

7.5.3.1 Perguntas dos Jornalistas

Durante a sessão de perguntas dos jornalistas na 32ª fase da Lava Jato, a correspondente da Folha de S. Paulo questionou as fontes sobre a troca dos delegados. Na pergunta, a repórter se referiu ao vídeo publicado no dia anterior pelo delegado afastado e buscou saber se havia interferência nos trabalhos de

⁶⁷ SEABRA, C. Afastamento de delegados da Lava Jato está mal explicado, diz associação. São Paulo, 07 jul.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1789559-afastamento-de-delegados-da-lava-jato-esta-mal-explicado-diz-associacao.shtml>. Acesso em 1 abr. 2020.

investigação. A jornalista direcionou a pergunta ao novo Superintendente regional da Polícia Federal no Paraná, Rosalvo Pereira Franco.

Durante a resposta, Franco disse que não houve qualquer “interferência” na Lava Jato. Reforçou os argumentos da nota lida para a imprensa durante a abertura da 31º fase. Depois da pergunta da jornalista da Folha, nenhuma outra questão abordou esse tema. Todas as demais questões buscaram detalhes da fase deflagrada naquela data.

7.5.3.2 Considerações sobre Episódio

O afastamento de integrantes da operação Lava Jato foi um assunto que ganhou a agenda midiática. Folha de S. Paulo⁶⁸ no dia 04/07/2016, Portal G1⁶⁹ no dia 03/07/2016, Revista Veja⁷⁰ no dia 07/07/2016, entre outros. Apenas a jornalista da Folha de S. Paulo perguntou diretamente aos integrantes da Lava Jato sobre a troca de delegados quando esteve na coletiva de imprensa, deflagrada no dia seguinte a divulgação do vídeo pelo delegado afastado.

O questionamento da jornalista foi respondido, a pedido dela, pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Curitiba, Rosalvo Pereira Franco. A fonte não se negou a responder, mas optou pela segurança de reforçar os argumentos que constavam na nota à imprensa divulgada na coletiva da 31º Fase. Apesar da manifestação pública da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal em defesa dos Delegados afastados, os argumentos usados pela Associação não foram confrontados pelos jornalistas aos integrantes da Lava Jato na coletiva do dia 07/07/2016.

Também chamou a atenção o “*timing*” de realização da 32º fase da Lava Jato. A operação foi realizada no dia seguinte à declaração dos delegados afastados. Embora o assunto não tinha uma relação com os mandados de busca e apreensões realizados naquela data, a pergunta da jornalista foi respondida com base em uma

⁶⁸SEABRA, C. Afastamento de delegados da Lava Jato está mal explicado, diz associação. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1789559-afastamento-de-delegados-da-lava-jato-esta-mal-explicado-diz-associacao.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

⁶⁹ PF diz que substituiu delegados da Lava Jato para dar ‘novo fôlego’. In: G1 [Paraná]. Curitiba, 5 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pf-explica-substituicao-de-delegados-que-integravam-equipe-da-lava-jato.html>. Acesso em: 6 set. 2020.

⁷⁰DOS CAMPOS, J. P. Delegado Afastado Alfineta Diretor da PF: ‘Lava Jato não pertence a Burocratas’. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/delegado-afastado-alfineta-diretor-da-pf-lava-jato-nao-pertence-a-burocratas/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

construção retórica elaborada pelas fontes em momento anterior, via nota à imprensa. Isso indicou que as fontes anteciparam a curiosidade jornalística no afastamento dos delegados e se preparam para responder à questão, ao contrário de utilizar outra tática usual nestas situações que é de evitar responder questões que não apresentavam relação com as medidas cautelares realizadas pela fase da operação.

7.5.4 Episódio Interacional: A coletiva de imprensa do Power Point

As considerações apresentadas neste tópico têm como base a coletiva de imprensa prestada pelos integrantes do Ministério Público Federal (MPF) no dia 14 de setembro de 2016 na cidade de Curitiba. Tratou-se do momento em que o MPF apresentou denúncia contra o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O episódio teve repercussão na agenda jornalística devido às acusações feitas pelo então procurador da República Deltan Dallagnol contra o ex-presidente da República e outras sete pessoas, entre elas a esposa de Lula, Marisa Letícia, e o ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro. Além das acusações realizadas pelo procurador da República, a coletiva também ganhou notoriedade midiática por conta do uso de slides que colocava o ex-presidente no centro de uma rede de acusações de corrupção.

Inicialmente, um destaque que precisava ser feito é que este era único episódio interacional que não se referiu à uma coletiva realizada na sede da Polícia Federal. Foi uma entrevista convocada pelo Ministério Público Federal, na sala de conferências de um hotel em Curitiba, e tinha como objetivo publicitar o oferecimento da denúncia contra o ex-presidente à Justiça.

A gravação disponível no *YouTube*, que permitiu a análise, foi feita a partir da captura de tela da transmissão ao vivo que o canal de notícias *Globonews* fez da coletiva de imprensa. A transmissão iniciou na apresentação nominal dos juristas presentes e se encerrou, logo nas primeiras perguntas feitas pelos jornalistas. Neste estudo, a gravação que contemplou todas as perguntas feitas pelos jornalistas foi conseguida em outro vídeo da mesma coletiva que, também, estava disponível no *YouTube*.

A entrevista começou com uma apresentação nominal dos juristas presentes na coletiva, na sequência o então procurador Deltan Dallagnol iniciou uma

apresentação de cerca de 1h05min com informações de balanço sobre a operação Lava Jato e a denúncia contra o ex-presidente. No relato, o procurador destacou que a operação investigava: **“o maior escândalo de corrupção da história brasileira”**. A frase voltou a ser usada pelo procurador em outro momento da coletiva ao dizer que o caso investigado se tratava do: **“maior esquema de corrupção já descoberto e comprovado no Brasil”** e, também, quando se referiu ao ex-presidente Lula como **“comandante máximo do esquema”** e também como o **“maestro dessa orquestra de corrupção”**.

Um termo, utilizado pelo procurador para se referir ao governo do ex-presidente Lula, também, chamou a atenção: **“propinocracia”**. A definição foi utilizada e reutilizada por diversas vezes na apresentação da denúncia e, em cada uso, vinha acompanhada da explicação **“o governo regido pela propina”**.

O procurador demonstrou ainda interesse em defender a operação das críticas de abusos que a força tarefa vinha recebendo por parte de “alguém” que não foi definido de forma específica pelas palavras do procurador, mas pode se compreender implicitamente que se tratava de imprensa. A defesa apresentada por Dallagnol demonstrou que a coletiva não era um evento em si, ela fazia referência a questões que aconteceram anteriormente e que, de certa forma, encontraram na coletiva um espaço para ser explicado ou ajustado ao posicionamento de Dallagnol.

Depois da fala de Dallagnol, outros dois procuradores, Roberson Henrique Pozzobon e Júlio Carlos Motta Noronha, iniciaram algo como uma “justificativa técnica” que tentou embasar as declarações dadas pelo colega que iniciou a coletiva. Todo discurso foi transmitido pelo canal *Globonews*. O tempo total de explanação dos procuradores, desde o início da coletiva, teve 1h30min.

Logo ao final das falas dos procuradores, o cerimonial do evento informou que para a realização das perguntas, os jornalistas deveriam solicitar o microfone a assessoria de comunicação e, antes de perguntar, deveriam identificar-se com o nome e empresa jornalística que trabalhava. A informação do cerimonial provocou, inicialmente, a manifestação de dois profissionais com um aceno de mão solicitando o microfone. Ao final, o cerimonial ainda fez um lembrete que não seriam concedidas entrevistas particulares/exclusivas ao final da coletiva.

7.5.4.1 Perguntas dos jornalistas

A primeira pergunta foi realizada pela repórter Gabriela Camargo da *Globonews*. Depois de se identificar e identificar sua empresa de notícia, a repórter informou que o canal estava transmitindo a coletiva ao vivo. Seu questionamento foi se o Ministério Público pediu a prisão do ex-presidente Lula e se sim, ou não, por qual motivo?. A resposta do procurador Dallagnol foi que a prisão não foi pedida e que o MPF não se manifestou sobre medidas cautelares que ainda não foram tomadas, isso seria um “padrão que o MPF segue” nas palavras do procurador. Logo depois da pergunta da sua repórter, a *Globonews* interrompeu a transmissão ao vivo da coletiva.

A regra que orientou a participação dos jornalistas foi de uma pergunta por repórter, quando uma repórter resolveu disparar mais de uma pergunta (no total de 5 ao mesmo tempo) a resposta do procurador foi precedida de uma brincadeira que ironizava o “tamanho” da questão. Dallagnol disse: “Só isso, Kelly?” E sorriu fazendo todos os procuradores e jornalistas também sorrirem. Todas as questões desta repórter buscavam esclarecimentos sobre a denúncia e procedimento/desdobramentos jurídicos. Foi possível perceber ainda que os jornalistas tiveram a oportunidade de voltar a perguntar mesmo depois de já ter passado o microfone a outro colega.

De maneira geral, as perguntas dos jornalistas buscavam esclarecimentos sobre a denúncia e ou desdobramentos dos procedimentos jurídicos. Além dessa categoria, uma pequena quantidade de questões fazia referência ao posicionamento da defesa do ex-presidente em acusar a operação Lava Jato de perseguição e sobre continuidade da operação após a denúncia contra Lula.

7.5.4.2 Reflexão sobre o dispositivo Coletiva de Imprensa do Power Point

A coletiva do Ministério Público Federal sobre a denúncia contra o ex-presidente Lula indicou três eixos fundamentais para seu entendimento enquanto um dispositivo: os participantes; as estratégias desses participantes e as relações de poder encontradas neste ambiente.

Entre os participantes que se destacam neste dispositivo são os jornalistas. São a estes sujeitos que essa e qualquer coletiva de imprensa se direcionam. Os

jornalistas são atores sociais atravessados por diferentes lógicas (ética, profissional, linha editorial, interesse noticioso e concorrencial) que tentam construir a notícia, a partir da oferta de informações em um lugar específico, neste caso a coletiva de imprensa.

Ao aceitar participar da coletiva de imprensa, o jornalista, de partida, indica seu interesse em ouvir o que uma fonte (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004) tem a dizer sobre o assunto em questão. Implicitamente também está a aceitação tácita do funcionamento (método) dessa coletiva. Diferente de uma entrevista aberta, onde o jornalista guia seus interesses à medida que a fonte responde, na coletiva há um protocolo planejado e determinado que orienta como o jornalista pode ou não fazer intervenções.

Outro componente importante desse ambiente é o assessor de imprensa, que embora não apareça de forma declarada na coletiva é o responsável pela “arquitetura” dessa interação. Como sujeito conhecedor das regras de operação jornalística, o assessor é um planejador que define entre outras coisas o horário da coletiva, os jornalistas convidados e o tempo de fala de cada participante.

O assessor de imprensa também funciona como uma espécie de consultor para a fonte que está prestando a coletiva de imprensa. Antes mesmo da realização da coletiva ele oferece contribuições de âmbito midiático para que a fonte possa ter um melhor desempenho durante as respostas aos jornalistas.

Um terceiro participante importante desse dispositivo é a fonte, neste caso os procuradores no MPF. São eles que acabam por realizar a coletiva de imprensa. Aquilo que as fontes dizem definem, motivam, geram ou produzem questionamentos e como efeito (mesmo que de forma indireta) atuam no produto notícia.

As estratégias encontradas pelos participantes desse processo precisam ser divididas de acordo com seus participantes. Em primeiro lugar falaremos das táticas dos procuradores no momento de funcionamento da coletiva. Duas ações foram percebidas como parte das táticas dos procuradores: o uso da figura retórica hipérbole para conferir importância à denúncia contra o ex-presidente (marcadamente com o uso do termo propinocracia) e a tentativa de demonstrar segurança em torno daquilo que estava sendo apresentado como denúncia (isso fica visível nos momentos que os procuradores dizem ter “convicção” da participação do ex-presidente do suposto esquema de corrupção).

O assessor de imprensa também deixa conhecer suas estratégias quando expõe o regramento da coletiva (de forma velada ou declarada). Entre as regras percebidas como táticas estão: não permitir entrevistas exclusivas ao final da sessão; definir quando cada jornalista deve perguntar; e permitir a volta do microfone a jornalistas que já haviam perguntado.

As estratégias dos jornalistas são reveladas no momento das intervenções/perguntas. É quando o profissional da notícia já tem uma ideia “do quê” deve ser noticiado naquilo tudo que foi dito e passa a explorar na sua intervenção a possibilidade de esclarecer, provocar, ou tencionar o que foi dito com sua ideia de notícia. Na coletiva do “Power point” os jornalistas demonstraram, em sua maioria, interesse em entender como funcionaria o suposto esquema de corrupção apresentado pelo procurador. Em nenhum momento houve questões que colocassem em dúvida a denúncia apresentada. Além desse grupo de questões, um outro grupo de questões buscava saber se a denúncia contra o ex-presidente poderia representar o fim da Lava Jato, uma vez que, de acordo com os procuradores, Lula era o “comandante máximo” da organização criminosa.

Como objetivo do conjunto dos atores que participam desse dispositivo chamado coletiva de imprensa, se percebe que este espaço se revela um lugar de diálogo (baseado na lógica tentativa e erro) que opera na negociação da posição discursiva de algum ator social/ ou instituição para o jornalismo. Os movimentos destes participantes se dão no sentido de “modular” o que será ofertado como produto final, a notícia, em diferentes plataformas e enquadrada de formas variadas.

Nem sempre as tentativas dos participantes funcionam de forma esperada, por vezes na resposta ou uma pergunta, um escape ou deslize ao arranjo planejado mostra que a coletiva de imprensa é um dispositivo de funcionamento planejado, mas com certo grau de imprevisibilidade, que mostra “coisas” que não estavam previstas ou são impossíveis de serem previstas.

O uso de figuras retóricas como a hipérbole indica o interesse do procurador em destacar algo na sua posição sobre o assunto. Mais que isso, oferece aos jornalistas que estão acompanhando a coletiva uma definição curta e simples que sintetizaria o argumento apresentado pelo procurador.

A intenção (objetivo) do procurador em utilizar as expressões citadas acima ficaram evidentes na reportagem do portal *The Intercept* do dia 09/06/2019:

Em privado, Dallagnol confirmava a Moro que a expressão usada para se referir a Lula durante a apresentação à imprensa (“líder máximo” do esquema de corrupção) era uma forma de vincular ao político os R\$ 87 milhões pagos em propina pela OAS em contratos para obras em duas refinarias da Petrobras – uma acusação sem provas, ele mesmo admitiu, mas que era essencial para que o caso pudesse ser julgado por Moro em Curitiba.

A reportagem, que se baseou em conversas via aplicativo *Telegram* trocadas entre procuradores da Lava Jato e o então juiz Sérgio Moro, também demonstrou a preocupação do procurador Deltan Dallagnol com os usos que os jornalistas deram para a entrevista coletiva:

O coordenador da Lava Jato escreveu a Moro: “A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto. ” Depois, entrou em detalhes técnicos: “Não foi compreendido que a longa exposição sobre o comando do esquema era necessária para imputar a corrupção para o ex-presidente. Muita gente não compreendeu porque colocamos ele como líder para imperar 3,7MM de lavagem, quando não foi por isso, e sim para imputar 87MM de corrupção. (MARTINS: DEMORI; GREENWALD, 2019)

A reportagem ainda demonstrou que a preocupação do procurador não era apenas em relação ao modo como os jornalistas trataram o caso a partir da coletiva, mas sim, em relação ao modo como os pares do Campo Jurídico entenderam sua exposição da denúncia:

Preocupado com a repercussão pública de seu trabalho – uma obsessão do procurador, como demonstra a leitura de diversas de suas conversas –, ele prossegue: “Ainda, como a prova é indireta, ‘juristas’ como Lenio Streck e Reinaldo Azevedo falam de falta de provas. Creio que isso vai passar só quando eventualmente a página for virada para a próxima fase, com o eventual recebimento da denúncia, em que talvez caiba, se entender pertinente no contexto da decisão, abordar esses pontos”, escreveu a Sergio Moro. (MARTINS: DEMORI; GREENWALD, 2019).

Dallagnol (2017, p.128) explica que se baseou em um “padrão” utilizado em coletivas anteriores da própria Lava Jato para apresentar o conjunto probatório das acusações. Sobre esse “padrão anterior”, em outro momento do livro Dallagnol pondera:

No dia 10 de dezembro de 2014, véspera da primeira dessas grandes entrevistas, eu estava muito tenso, pois seria o responsável por explicar as denúncias da 7a fase para a sociedade diante das câmeras. Não havia espaço para erros. Tínhamos nos dedicado intensamente às acusações criminais e eu conhecia a qualidade da equipe. Um mau desempenho poderia passar uma impressão errada sobre todo o trabalho que vínhamos

realizando. Embora eu venha falando em público com frequência desde o final de 2014, isso aconteceu por necessidade. Sempre tive medo de jornalistas. Tinha evitado as câmeras durante toda a minha carreira. Diante da equipe de comunicação do MPF encarregada da minha preparação, fui aconselhado: – Você deve fazer algo com que se sinta confortável. – Se fosse uma aula, em que eu pudesse explicar tudo de forma didática, seria mais confortável. Mas é uma coletiva – ponderei.– Então dê uma aula! Foi o que fiz. Preparamos um gráfico dos fluxos financeiros e tudo foi explicado como numa aula. Imagens, linhas e quadros simplificaram esquemas complexos que, de outra forma, seriam de difícil compreensão. Isso é bastante comum na apresentação de casos perante júris nos Estados Unidos, como instrumento de comunicação. Se a sociedade tinha o direito de saber, nossa obrigação era fazer o melhor para explicar os sofisticados esquemas criminosos de modo que todos pudessem assimilar. A resposta dos jornalistas e da sociedade foi excelente: todos haviam entendido os complicados fluxos da corrupção e da lavagem de dinheiro. A estratégia foi repetida com sucesso em várias coletivas. A compreensão de diferentes esquemas criminosos altamente sofisticados foi facilitada por meio de representações visuais. (DALLAGNOL, 2017, p. 127).

Quanto à coletiva do dia 14 de setembro de 2016, o procurador explicou que o conjunto de flechas que apontaram para o nome de Lula no centro da representação gráfica, como o “comandante máximo do esquema de corrupção” era necessária para a “imputação a Lula dos atos de corrupção em contratos da OAS na Petrobrás cujas propinas atingiram 87 milhões de reais. ”. (DALLAGNOL, 2017, p.128). O procurador explicou ainda que se pretendia:

“Mostrar visualmente a existência de uma convergência de indícios – uma situação relevante para a avaliação da força das provas, já descrita em muitos livros sobre produção de provas. Quando indícios convergem, há o que se chama de “unidirecionalidade”. (DALLAGNOL, 2017, p.128).

Dallagnol revela na obra que ficou surpreso com a repercussão negativa sobre a apresentação da denúncia e que, nunca teria dito a frase que foi reproduzida pelas redes sociais: “Não temos prova, mas temos convicção.”. No entanto o procurador reconheceu que Roberson Pozzobon afirmou: “não teremos aqui provas cabais de que Lula é o efetivo proprietário no papel do apartamento, pois justamente o fato de ele não figurar como proprietário do triplex, da cobertura em Guarujá, é uma forma de ocultação, dissimulação da verdadeira propriedade”.

As explicações do procurador da Lava Jato indicaram que as estratégias, de divulgação midiática utilizadas na operação Lava Jato, foram decididas em diálogo com a assessoria de imprensa. Além disso, o procurador demonstrou que claramente sua intenção na coletiva era vincular o nome do presidente ao esquema investigado pela Lava Jato, conforme a base da denúncia.

O conflito que se estabeleceu quanto a consistência das provas contra o ex-presidente a partir da frase do procurador Pozzobon, mostrou que apesar de uma preparação prévia, a coletiva de imprensa foi um dispositivo que se materializou em funcionamento sobre o qual foi possível antecipar situações, mas não se pode prever todos os movimentos.

7.5.5 Episódio Interacional: antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes

No dia 26 de setembro de 2016 a Polícia Federal deflagrou a 35ª fase da operação Lava Jato. Intitulada “*Omertà*”, a ação prendeu de forma preventiva o ex-ministro Antônio Palocci sob a acusação do recebimento de propina para atuar em favor da empreiteira Odebrecht, entre 2006 e o final de 2013. Além de explicar os motivos da prisão do ex-ministro da fazenda no governo Lula e ex-ministro da casa civil no governo Dilma, a coletiva de imprensa realizada na sede da Polícia Federal em Curitiba tinha outro apelo significativo: a suspeita de vazamento antecipado da operação para o então Ministro da Justiça, Alexandre Moraes.

A informação de que o Ministro sabia que a operação iria acontecer e mais que isso, usou essa informação em evento político do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) foi publicada pelo site do Jornal O Estado de São Paulo⁷¹ no mesmo dia que a operação foi deflagrada. A informação divulgada pelo jornal indicava que o Ministro do Supremo Tribunal Federal usou informações sigilosas sobre a investigação em evento realizado em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no dia anterior à operação ser deflagrada. A declaração foi feita em uma conversa com integrantes do Movimento Brasil Limpo (MBL), que organizou atos de apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff e nas eleições de 2018 teve vários de seus membros concorrendo a cargos públicos (deputados estaduais e federal) especialmente no Estado de São Paulo.

Um vídeo⁷², publicado pelo site da revista Carta Capital no dia 26 de setembro (dia da operação), flagrou o então Ministro da Justiça sendo questionado sobre o

⁷¹PORTO, G.; ARAUJO, C. ‘esta semana vai ter mais’, diz ministro sobre a lava-jato. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esta-semana-vai-ter-mais-diz-ministro-sobre-a-lava-jato,10000078142>. Acesso em 28 dez. 2020.

⁷² MINISTRO da Justiça coloca a Lava Jato no palanque eleitoral. *In*: CARTA Capital. 26 set. 2016. Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/politica/alexandre-de-moraes-quebrou-o-sigilo-da-lava-jato>. Acesso em: 4 set. 2020.

apoio a Lava Jato e ele respondeu que era favorável a continuidade da operação: “Teve a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim”. A frase foi direcionada a integrantes do MBL que o cercavam na entrada de um evento de campanha do deputado federal Duarte Nogueira (PSDB), que era candidato a prefeito no município paulista. A declaração do Ministro foi justificada por meio de uma nota da assessoria do Ministério da Justiça. O documento negava que o Ministro tinha alguma informação privilegiada em relação às ações da Lava Jato. Segundo a assessoria de imprensa do ministério, a declaração de Moraes sobre a Lava Jato foi usada como “força de expressão”.

Neste contexto, a coletiva realizada pela Polícia Federal depois da prisão do ex-ministro Antônio Palocci foi iniciada com a leitura de uma nota que tratava do vazamento ao Ministro Alexandre Moraes. Antes da leitura, o então Superintendente Regional da Polícia Federal no Paraná, Rosalvo Pereira Franco, declarou que “o conteúdo da nota não seria abordado na entrevista coletiva” e que “nem seriam respondidas perguntas sobre a nota”. As dúvidas sobre o assunto deveriam ser enviadas ao setor de comunicação social da Polícia Federal. Na coletiva de imprensa, a leitura da nota foi realizada pelo Delegado que comandava a operação Lava Jato na Polícia Federal, Igor Romário de Paula, que disse o seguinte:

Brasília/DF – Em relação à 35ª fase da Operação Lava Jato, a Polícia Federal esclarece que adotou o mesmo padrão de compartimentação e cuidado com a informação que caracterizaram as quase 500 operações deflagradas este ano. Somente as pessoas diretamente responsáveis pela investigação possuem conhecimento de seu conteúdo. Da mesma forma, as datas de desencadeamento das operações especiais de polícia judiciária são acompanhadas apenas pelos responsáveis pela coordenação operacional. Como já foi amplamente demonstrado em ocasiões anteriores, o Ministério da Justiça não é avisado com antecedência sobre operações especiais. No entanto, é sugerido ao seu titular que não se ausente de Brasília nos casos que possam demandar sua atuação, não sendo informado a ele os detalhes da operação. A Polícia Federal, instituição do Estado brasileiro, reafirma sua atuação de acordo com o Estado Democrático de Direito. (POLÍCIA FEDERAL, 2016).

Depois da leitura, os delegados da Polícia Federal e procuradores da república, iniciaram a explicação do envolvimento do ex-ministro Antônio Palocci no esquema de corrupção. As explicações foram realizadas com uso de citações de frases que constavam no processo de acusação do ex-ministro.

7.5.5.1 Perguntas dos Jornalistas

Depois das explicações iniciais, no momento das perguntas dos jornalistas, a primeira questão buscou saber quem era o “grande mentor” do esquema de corrupção apresentado pela operação? As fontes indicaram, na resposta, que ainda não era possível dizer quem era o mentor, e que naquele momento se estava apresentando a participação de Palocci no esquema.

A segunda pergunta insistiu em saber sobre o comando dos atos de corrupção. Na resposta, um dos procuradores indicou que a investigação ainda estava em curso e quando concluída teria a escala de comando (da corrupção) mapeada. Em um terceiro momento, um repórter buscou saber por que o empresário Marcelo Odebrecht não foi alvo de qualquer ação (busca e apreensão/ novo mandado de prisão) nesta operação. A resposta das fontes indicou que o empresário já estava preso e que não havia novos dados contra ele.

Outro jornalista questionou o motivo da prisão dos envolvidos, queria saber se eles ofereciam algum risco à investigação e como a defesa de Palocci deveria proceder diante de um tempo tão amplo de investigação (entre 2006 a 2013). As fontes argumentaram que a prisão queria rastrear o dinheiro desviado e que haveria um risco à ordem pública, pois mesmo fora do governo, Palocci continuaria participando das decisões do governo. Além disso, as fontes alegaram que a prisão era temporária e buscava garantir o andamento da investigação devido “a influência de Palocci”. Ainda respondendo essa pergunta, o Delegado que comandava as investigações da Lava Jato na Polícia Federal utilizou o microfone para defender a operação contra “as críticas de caráter eleitoreiro da investigação”. Ele afirmou que a investigação se ateu aos fatos e isso, tinha seu próprio tempo. Ao final dessa resposta, o assessor de imprensa da Polícia Federal entrevistou dizendo que a próxima pergunta seria a última. Em seguida, um repórter buscou mais detalhes sobre o codinome dos investigados que foram detidos naquela data. As fontes indicaram que não havia informações de codinomes utilizados por eles.

7.5.5.2 Considerações sobre o episódio: antecipação de deflagração de fase para o então Ministro Alexandre Moraes

Um primeiro ponto que merece ser destacado neste episódio interacional é que a informação sobre o vazamento da fase da operação, preocupou as autoridades que participaram da coletiva de imprensa. Antecipando-se às perguntas que viriam, as fontes que prestaram aquela coletiva decidiram falar sobre o assunto logo no início do encontro. Isso demonstrou que, em certa medida, as fontes reconheciam que este assunto geraria um interesse jornalístico e poderia ser objeto de perguntas na coletiva de imprensa.

Um segundo destaque a ser feito é sobre o modo como as fontes decidiram falar sobre o assunto, usando uma nota à imprensa. A estratégia das fontes na coletiva foi a mesma do Ministério da Justiça que negou a informação privilegiada do então Ministro da Justiça. O uso de nota à imprensa permitiu que a fonte argumentasse sobre o assunto sem que esclarecimentos não ofertados pelo texto fossem feitos. Dessa forma, a fonte tinha maior controle sobre o que o jornalista havia a sua disposição para elaborar um texto informativo.

Além de indicar logo no início da coletiva que não tratariam do caso no momento das perguntas dos jornalistas, as fontes prepararam um documento prévio, uma nota, que de forma antecipada escolheu as palavras e o discurso que seriam utilizados naquele momento. A nota não se tratava de uma expressão espontânea da fonte, como a resposta dita durante as respostas na coletiva, mas sim, de um relato preparado que escolheria o que poderia ser dito ou ainda não dito. Vale destacar que a escolha desta forma de comunicação foi legítima, já que o assunto era delicado e a fonte poderia escolher a forma que melhor se adequasse para tratar dos assuntos. O que se pretendeu destacar nessa discussão é que a leitura de uma nota à imprensa durante uma coletiva fez com que esse dispositivo de diálogo espontâneo entre os participantes, passasse a assumir outras lógicas.

Um terceiro ponto para ser destacado é que se para a fonte era legítimo escolher como responder aos jornalistas por meio de nota à imprensa ou entrevista, os jornalistas também tinham legitimidade de perguntar, caso a resposta não fosse suficientemente clara ou satisfatória. Ao longo da entrevista, nenhum jornalista insistiu em falar sobre o assunto, aceitando a regra definida pelo superintendente da

Polícia Federal sem qualquer resistência, ainda que o assunto possuía apelo noticioso.

Um último destaque sobre esse episódio interacional precisa ser feito. À medida que a coletiva de imprensa deixou de tratar da prisão do ex-ministro Antônio Palocci e passou a tratar de assuntos que não estavam na ordem daquilo que as ações daquela fase da operação tinham realizado, o assessor de imprensa interveio para abreviar a entrevista. Neste caso, as fontes falaram das críticas que a operação recebia e, também, tratavam de como a defesa do ex-ministro poderia atuar neste caso.

7.5.6 Episódio Interacional: Polícia Federal impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada

Os estudos sobre fontes no jornalismo indicaram que as mesmas não eram desinteressadas, elas guardavam interesse no contato com os jornalistas que por vezes facilitavam o acesso às informações, mas em outras ocasiões dificultavam esse acesso. Atualmente, é possível constatar que existem poucos estudos que consideram a concorrência de interesses das fontes como um ponto importante na reflexão sobre como as instituições sociais interagem com o jornalismo.

No caso da Lava Jato, apesar do presente estudo considerar uma relação tripla (jornalismo, assessores e fontes), é preciso reconhecer que essas fontes não devem ser consideradas como um bloco homogêneo. Há uma clivagem importante no que se refere às instituições que se apresentaram como uma “força tarefa da Lava Jato”. O grupo de fontes da Lava Jato era formado por procuradores da República (integrantes do Ministério Público Federal), Delegados (integrantes da Polícia Federal) e auditores fiscais (integrantes da Receita Federal). Esse grupo constituía o núcleo de acusação na operação Lava Jato. Eram responsáveis pela investigação e oferecimento de denúncias contra supostos crimes cometidos na Petrobras.

O grupo de investigação buscou, ao menos publicamente, demonstrar sintonia nas ações. Realizaram entrevistas coletivas juntos, em seus discursos enalteciam o trabalho das demais instituições, além de evitar divergências quando foram perguntados sobre a operação. Porém, havia um ponto de inflexão nesta apresentação harmônica, a autonomia para realizar acordos de delação premiada.

O problema da autonomia para acordo de delação premiada era antigo entre o grupo de investigação na Lava Jato, ao menos desde o acordo de delação premiada realizado pela Polícia Federal com a doleira Nelma Kodama em 2016. De acordo com o jornalista Jailton de Carvalho⁷³, os procuradores do Ministério Público eram contra o acordo realizado pela Polícia Federal.

A divergência quanto a este ponto ficou evidente em 26 de abril de 2016, quando a Procuradoria Geral da República pediu⁷⁴ que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgasse inconstitucional parte da lei nº 12.850⁷⁵. A lei sancionada em 2013 permitiu aos delegados de polícia negociar e assinar acordos de delação premiada diretamente com investigados e réus, sem a necessidade de qualquer aval do Ministério Público Federal.

A divergência dos delegados com a Procuradoria Geral da República ficou exposta na 46ª fase da Lava Jato. Diferente da maneira padrão da operação, um dos delegados à mesa de entrevista usou sua fala inicial para destacar o trabalho conjunto da Lava Jato e criticar o pedido da Procuradoria.

(Ministério Público Federal e Polícia Federal) São um só time, se jogarmos mal a sociedade perderá. Como chefe da Delecor⁷⁶, eu entendo que nós precisamos rever o modelo de cooperação entre Polícia Federal e Ministério Público Federal e clamo, a uma certa urgência, no sentido que a Procuradora Geral da República reveja o posicionamento institucional de exclusão dos delegados da Polícia Federal dos acordos de colaboração premiada. A exclusão dos delegados só favorece o crime organizado". (RAYASHI, 2016).

A declaração do Delegado de combate ao crime organizado (DELECOR) da Polícia Federal, Felipe Hideo Rayashi, deixou evidente uma divergência no grupo de investigação da Lava Jato.

⁷³CARVALHO, J. Marco Aurélio diz que Polícia Federal também pode fazer acordo de delação premiada. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marco-aurelio-diz-que-policia-federal-tambem-pode-fazer-acordo-de-delacao-premiada-21978719>. Acesso em: 28 dez.2020.

⁷⁴ BRASIL. Ministério Público Federal. Ação direta de inconstitucionalidade. art. 4º, §§ 2º e 6º, da Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/adi-5508-delacao-premiada-policia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

⁷⁵ BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

⁷⁶ Delegacia de Combate ao Crime Organizado

7.5.6.1 Perguntas dos Jornalistas

Durante as perguntas dos jornalistas, um repórter questionou ao procurador do Ministério Público Federal, Roberson Pozzobon, se ele concordava com a crítica do delegado da Polícia Federal. Demonstrando certo constrangimento, o procurador, na resposta, tentou não contrariar o colega na coletiva dando declarações genéricas sobre os acordos de delação e, especificamente, disse que concordava com o delegado “no tocante a colaborações entre as instituições. ” Pozzobon também afirmou que o pedido de tirar os delegados dos acordos de delação partiu de uma “interpretação” da Procuradoria da República.

Na sequência, uma jornalista apontou divergência nas informações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no que diz respeito à deflagração da 46ª Fase da Lava Jato. A repórter disse que no início daquela manhã, quando chegaram as primeiras informações sobre a operação, a Polícia Federal não confirmou que havia uma nova fase da Lava Jato, enquanto o Ministério Público Federal já anunciava as ações realizadas na data, como mais uma fase da Lava Jato. A jornalista questionou: “Afinal é ou não é uma fase das Lava Jato? [Diante dessa confusão, Polícia Federal e Ministério Público Federal] são mesmo um time?”

Antes da resposta, o Delegado que coordenava a Lava Jato na Polícia Federal, Igor Romário de Paula e o Delegado de combate ao crime organizado, Felipe Rayashi, trocaram olhares para decidir quem responderia. Rayashi assumiu o microfone e declarou: “Independente de ser ou não a 46ª fase, são medidas realizadas no contexto da operação Lava Jato. Se contou ou não como 46ª fase, não acredito que este seja o ponto mais relevante”.

Em seguida, ainda respondendo se as ações daquela data se referiam a uma fase da operação Lava Jato, o procurador Roberson Pozzobon informou que não havia um regimento em lei que dizia o que poderia ou não ser considerada uma deflagração de fase nas operações. Porém, conforme aquilo que foi “convencionado” pela Lava Jato, o procurador declarou que se tratava de uma fase da operação, já que houve cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Na sequência, outra pergunta dos jornalistas questionou se a Lava Jato iria abandonar a “nomenclatura” de fases da operação. O Delegado Rayashi informou que isso seria uma questão formal, mas não influenciaria o trabalho de investigação.

Ele completou dizendo que poderiam surgir novas fases, portanto “não foi abandonada a nomenclatura”, explicou.

7.5.6.2 Considerações sobre o episódio: Interacional PF impossibilitada de realizar acordos de Delação Premiada

Neste episódio interacional, é necessário destacar que se trata de um dos poucos momentos em que mais de um jornalista abandona o interesse factual da operação e, como grupo, partem para um questionamento mais de fundo sobre a Lava Jato. As perguntas sobre as divergências entre Polícia Federal e Ministério Público Federal foram motivadas pela declaração do Delegado de combate ao crime organizado Felipe Rayashi. O delegado não havia sido perguntado sobre o tema e, mesmo assim, apontou sua insatisfação quanto ao pedido da Procuradoria Geral da República pelo fim dos acordos de Delação premiada feitos pela Polícia Federal.

A operação do dispositivo estava estabelecida em um sistema de ordem da interação e, ao mesmo tempo, afetado por uma desordem (ou descontrole). As diferenças, naquilo que seria o regular nestes encontros, dariam as pistas da existência de bastidores da operação e poderiam ajudar a explicar o fenômeno proposto. Logo no início da entrevista, o cerimonial de abertura não identificou o delegado Igor Romário de Paula como delegado chefe da operação Lava Jato na Polícia Federal, ele foi apresentado como delegado de combate ao crime organizado (1º quebra da ordem). Além disso, o delegado chefe de combate à corrupção (DELECOR), Felipe Hideo Hayashi, utilizou suas considerações iniciais para criticar a procuradora geral da república Raquel Dodge (2º quebra da ordem):

Somos um só time, se jogarmos mal a sociedade perderá. Como chefe da Delecor, eu entendo que nós precisamos rever o modelo de cooperação entre Polícia Federal e Ministério Público Federal e clamo a uma certa urgência no sentido que a Procuradora Geral da República reveja o posicionamento institucional de exclusão dos delegados da Policia Federal dos acordos de colaboração premiada. A exclusão dos delegados só favorece o crime organizado. (HAYASHI, 2017).

Ainda nesta coletiva, uma jornalista que estava no auditório percebeu que a declaração do delegado se tratava de uma crítica ao Ministério Público Federal e apontou divergência de informações entre Ministério Público Federal e Polícia Federal sobre a deflagração da fase. Ela disse que logo pela manhã, quando as

primeiras informações sobre a Operação chegaram aos jornalistas, o Ministério Público chamou aquela movimentação de “46º Fase da Lava Jato”, mas a Polícia Federal não teria confirmado essa informação. Então a repórter questionou: “Afinal é ou não é a 46º Fase da Lava Jato? Polícia Federal e Ministério Público são mesmo um time? ”. (NOVAIS, 2017).

A declaração fora do habitual feita pelo delegado facilitou o entendimento para os jornalistas daquilo que estava acontecendo longe dos microfones da coletiva. Em alguma medida isso ajudou a compreender como as coletivas de imprensa não eram um evento plenamente controlado ou de ordem, e como os rompimentos desta ordem poderiam indicar questões que não estavam previstas no funcionamento do dispositivo. Embora havia se apresentado como um ambiente controlado (da perspectiva do que se diz) e, até mesmo, ensaiado (encenado) por parte das fontes que participaram desses eventos, as coletivas deixaram “escapar” ou fugir do controle situações que ocorreram fora do âmbito formal da entrevista e que, acabam ficando visíveis devido à revelação (voluntária ou não) daqueles que foram entrevistados.

A situação apresentada na entrevista coletiva deixou evidente que as demais fontes que estavam na mesa respondendo às questões dos jornalistas, procuraram não assumir a postura de confrontação das instituições como o delegado Rayashi. Igor Romário de Paula, coordenador da Lava Jato na Polícia Federal, não assumiu o microfone naquele momento crítico. Mesmo quando trocou olhar com o delegado Rayashi, quando questionado se a Polícia Federal e o Ministério Público Federal eram um mesmo time, ele optou pelo silêncio.

Já o procurador Roberson Pozzobon tinha diante de si uma situação bastante complexa. Por um lado, a necessidade de manter a aparência de um único time, de sintonia entre Polícia Federal e Ministério Público Federal. Por outro, a necessidade de não contrariar a posição da figura institucional mais importante do Ministério Público Federal, a Procuradoria Geral. A saída encontrada pelo procurador foi declarar que o pedido de colaboração era uma interpretação da Procuradoria e logo não envolvia os procuradores que integravam a Lava Jato.

Quanto a confusão em nomear as ações realizadas naquela data como uma fase da operação Lava Jato, o delegado da Polícia Federal tentou minimizar a questão enquanto o procurador da república defendeu que as medidas faziam parte de uma fase da Lava Jato.

Os movimentos realizados pelas fontes nesta coletiva indicaram que a escolha de apresentar publicamente um problema que estava nos bastidores da operação levou o interesse jornalístico da entrevista para outro ponto, que não era o esclarecimento das ações realizadas naquela dada. A insistência dos jornalistas na questão da possibilidade de acordos de delação premiada aconteceu depois que a fonte, sem ser perguntada previamente, optou por falar sobre o assunto.

A não adesão do delegado que coordenava a operação Lava Jato na Polícia Federal ao debate sobre a delação premiada por um lado preservou institucionalmente a PF de ter realizado a crítica, por outro lado, indicou que a Polícia federal não realizou qualquer controle para tentar impedir que o delegado de combate ao crime organizado realizasse a crítica pública.

7.5.7 Episódio Interacional: explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá

No dia 5 de abril de 2018, o então juiz Sérgio Moro decretou a prisão do ex-presidente Lula. O mandado veio depois da condenação em segunda instância de Lula no processo que ficou conhecido como “Triplex do Guarujá⁷⁷”. Mesmo com a prisão decretada, o encarceramento do ex-presidente em uma sala na sede da Superintendência Regional de Polícia Federal do Paraná, só aconteceria dois dias depois, sábado 7 de abril.

Os dois dias entre o pedido de prisão e o encarceramento foi marcado por intensa manifestação pública em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde o ex-presidente ficou abrigado na companhia de familiares, amigos e apoiadores políticos. Lula só sairia do prédio do sindicato carregado pela multidão que cercava o prédio. Tudo isso foi transmitido pelas principais emissoras de TV do país.

A prisão da figura política mais popular do Brasil nos últimos anos durou 580 dias. Tempo suficiente para impedir a participação de Lula (seja como candidato ou apoiador) nas eleições de 2018. O ex-presidente chegou a ter sua candidatura confirmada pelo Partido dos Trabalhadores, mas foi substituído pelo ex-ministro da

⁷⁷CURITIBA. Justiça Federal. **Sentença nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR**. 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Apelante: Luiz Inácio Lula da Silva; Ministério Público Federal, José Adelmário Pinheiro Filho, Paulo Tarcisio Okamoto e Petróleo Brasileiro S.A Petrobras. Apelada: Fabio Hori Yoinamine, Marisa Leticia Lula da Silva e Paulo Roberto Valente Gordilho. Relator: João Pedro Gebran Neto. Data do julgamento: 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-condena-lula-triplex.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

educação Fernando Haddad no percurso da campanha para evitar a impugnação da candidatura pelo TSE, devido a lei da ficha limpa⁷⁸ que impedia a candidatura de pessoas condenadas em segunda instância.

No tempo em que esteve preso, Lula sofreu duas importantes perdas familiares. A morte do Irmão Genival Inácio da Silva (Vavá), de 79 anos e a morte do neto Arthur Araújo Lula da Silva, de sete anos. Vavá não resistiu a um câncer de pulmão e morreu no dia 29 de janeiro de 2019. Já Arthur morreu em decorrência de uma infecção generalizada no dia 01 de março de 2019.

Ainda que as mortes tenham ocorrido com pouco mais de um mês de diferença, a justiça brasileira tomou decisões diferentes quanto ao pedido da defesa do ex-presidente para que Lula pudesse acompanhar o velório do irmão e do neto. Na ocasião da morte de Vavá, Lula não foi autorizado a se despedir do irmão. No velório do neto, o ex-presidente foi levado a São Bernardo dos Campos e acompanhou a cerimônia de cremação do neto por 1h30min.

Na ocasião da morte do irmão de Lula, a defesa do ex-presidente solicitou no dia 29 de janeiro (pouco depois da comunicação da morte de Vavá) sua liberação do encarceramento de acordo com o artigo 120 da Lei de Execução. Textualmente, o artigo estipula que:

"os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão". (RODAS, 2019).

Ainda de acordo com a lei, a decisão de liberação do preso deve ser tomada pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso. Como Lula estava encarcerado na sede da Polícia Federal de Curitiba (local considerado uma prisão provisória), o pedido da defesa foi submetido a uma manifestação do Ministério Público Federal (MPF). O prazo para essa manifestação do MPF era de um dia. Por conta da falta de tempo, a defesa do ex-presidente realizou um novo pedido, afirmando que era desnecessário aguardar a manifestação do Ministério Público

⁷⁸ BRASIL. **Lei complementar nº 135, de 4 de junho de 2010**. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

federal, pois havia risco de não haver tempo do órgão se manifestar antes do sepultamento do irmão do ex-presidente.

Ainda na noite da morte do irmão de Lula, o Ministério Público Federal afirmou que precisava aguardar o parecer da Polícia Federal (PF), responsável pela escolta do ex-presidente caso ele fosse liberado, para se manifestar. Às 20h47min, a juíza Carolina Lebbos, responsável pela execução penal de Lula, cobrou uma manifestação da Polícia Federal ainda naquela data.

Depois do indeferimento do pedido informado pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal também se manifestou contrário à liberação do ex-presidente. A partir da resposta da Polícia Federal e do Ministério Público, a juíza Carolina Lebbos não atendeu ao pedido da defesa.

Os advogados de Lula recorreram ao Tribunal Regional da 4ª Região (TRF-4), onde o pedido também foi negado. Na alegação para rejeição do pedido, o desembargador Leandro Paulsen considerou os argumentos oferecidos pela negativa da Polícia Federal, à saber: 1 - que a cidade onde aconteceu o velório era a mesma onde "centenas de manifestantes" atrasaram a prisão do ex-presidente no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em abril de 2018. Ainda de acordo com a manifestação da PF, 2 - o comparecimento de Lula ao velório demandaria um grande efetivo de policiais federais para garantir a segurança pública. A alegação considerava ainda que 3 - o transporte aéreo necessário para o transporte estava sendo utilizado no atendimento às vítimas da tragédia em Brumadinho.

Em última tentativa de garantir a participação do ex-presidente no velório do irmão, a defesa recorreu ao Supremo Tribunal Federal na manhã do dia 30 de janeiro, cerca de 5h antes do enterro de Vavá, que foi marcado às 13 horas. O ministro Dias Toffoli aceitou o pedido do ex-presidente por volta do meio dia e quarenta, 20 minutos antes do enterro.

Pela decisão de Toffoli, diante da inviabilidade de Lula ir ao cemitério por conta da falta de tempo, poderia se encontrar somente com familiares em uma unidade militar próxima do local do sepultamento, e sem direito a filmagens, uso de celulares ou declarações públicas. Lula não aceitou viajar depois do enterro do irmão.

No dia seguinte ao enterro do irmão de Lula, a operação Lava Jato deflagrou a 59ª fase da operação. Batizada de "Quinto Ano" a ação cumpriu 16 mandados de busca e apreensão e dois de prisão temporária. As ordens foram cumpridas em São

Paulo e Araçatuba, no interior do estado. As investigações, segundo o MPF, focaram no pagamento de propinas pelo “Grupo Estre” em contratos com a Transpetro para tratamento de resíduos, manutenção de dutos e construção de um estaleiro para produzir embarcações para transporte de etanol no Rio Tietê. A propina era de 3% do valor dos contratos, conforme o MPF.

Quinze jornalistas compareceram à entrevista coletiva realizada no auditório Edson Matsunaga, na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal. O evento iniciou seguindo o protocolo convencional das entrevistas anteriores, uma apresentação inicial da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita federal (nesta ordem) sobre que havia sido feito naquela fase da Operação seguido de perguntas dos jornalistas.

7.5.7.1 Perguntas dos Jornalistas

Quatro jornalistas, sentadas na primeira fileira do auditório realizaram perguntas na coletiva. Inicialmente, a repórter do portal G1 Paraná buscou detalhes sobre os nomes dos presos na operação daquele dia. Na sequência, a mesma jornalista fez outras três perguntas que buscaram esclarecer mais detalhes da operação, sem a intervenção de qualquer outro colega jornalistas para realizar novas perguntas.

A segunda jornalista a perguntar foi a correspondente do jornal Folha de S. Paulo que, também, buscou esclarecer detalhes da Fase deflagrada naquela data. Diante do esvaziamento de perguntas, a jornalista continuou perguntando sobre detalhes da operação. Ela realizou outras quatro perguntas sobre a Lava Jato, todas para o procurador da república, Roberson Pozzobon, e para os delegados da Polícia Federal.

Anunciando sua “última pergunta”, a jornalista questionou o Superintendente Regional da Polícia Federal, Luciano Flores, sobre a não liberação do ex-presidente Lula para acompanhar o velório do irmão Vavá. A pergunta que não tratou dos assuntos relativos a deflagração da fase da Lava Jato foi realizada no final de um bloco de três questões, onde as outras duas buscaram ainda mais detalhes sobre a fase da operação.

A construção da questão sobre a liberação de Lula para acompanhar o enterro do irmão, reconheceu que os motivos da negativa para liberação foram

fundamentados em ofício da Polícia Federal, mas como o STF decidiu contrariamente à sugestão da Polícia, a jornalista procurou saber se teria como cumprir a decisão do STF a partir daquele horário (vinte minutos antes do enterro), caso Lula decidisse encontrar os familiares.

Antes de falar sobre o assunto, o Superintendente Luciano Flores declarou que iria comentar o caso, apesar de não ser objeto da operação daquela data devido a “grande repercussão que teve”. Ele informou que a logística estava sendo “buscada” pela Polícia Federal, uma vez que as aeronaves da PF não estavam no Paraná, mas sim na cidade de Brumadinho-MG.

O delegado ponderou que o empréstimo de aeronaves para realizar esse deslocamento precisava ser feito com cuidado, uma vez que, “não se sabe qual seria o piloto e nem o que se passa na cabeça desse piloto que vai conduzir um ex-presidente da república com policiais federais armados”. Ainda questionou: “quem garante que ele vá para o destino que deveria ir? ”. Além disso, reforçou a “dificuldade” que foi o momento da prisão do ex-presidente, em São Bernardo dos Campos em abril de 2018. Acrescentou que para o deslocamento ao enterro do irmão de Lula, os “militantes” já estariam sendo convocados por redes sociais para participarem do evento. O superintendente ainda reforçou os argumentos de custo alto para o transporte.

Ao final da resposta ele afirmou que “não entendeu a polêmica”, já que não era possível fazer a transferência do ex-presidente. A repórter insistiu na questão: “A Polícia Federal não poderia ter imposto alguma condicionante para o cumprimento da decisão? Como levar o corpo a uma Unidade Militar, conforme chegou a ser cogitado, ou mesmo a proibição de manifestação política? ”. O Delegado respondeu que o pedido da defesa era pela “participação de todos os atos fúnebres” e argumentou que não havia possibilidade de atender o pedido. “Não cabe a PF ficar sugerindo outras alternativas, pois isso não é feito com nenhum outro preso”, declarou o Superintendente. Logo que terminou de responder, Luciano Flores olha para o delegado ao seu lado que acenou positivamente com a cabeça. Depois dessas perguntas outras duas jornalistas ainda realizaram questões sobre detalhes da operação antes da coletiva ser encerrada.

7.5.7.2 Considerações sobre o episódio Interacional: explicação da não liberação de Lula para o velório do irmão Vavá

A primeira questão a ser destacada neste episódio é que a escolha sobre falar de algo que não estaria diretamente relacionado com o objeto que motivou a coletiva é da fonte. É claro que o *timing* da 59ª fase da Lava Jato (no dia seguinte da não liberação de Lula) indicava que a questão seria comentada, ao menos perguntada, na coletiva de imprensa.

Um segundo destaque é que apenas uma jornalista tocou no assunto em questão durante a coletiva. Além da pergunta realizada pela jornalista, houve a possibilidade de réplica, já que a repórter pode realizar um complemento a sua questão inicial depois da resposta dada pelo Superintendente, Luciano Flores. Mesmo diante de um esvaziamento de perguntas, outros profissionais não buscaram mais detalhes sobre o assunto.

A segunda questão sobre o assunto da não liberação do ex-presidente para o enterro de seu irmão problematizou a decisão da Polícia Federal. Ofereceu outro modo de agir que, na visão da jornalista, poderia ter sido adotado. Tratou-se de uma confrontação específica que fugiu da lógica de uma pergunta aberta que ofereceria à fonte diferentes opções de resposta.

No contexto da coletiva de imprensa, quando os jornalistas estão diante de uma única posição sobre o assunto, a realização de perguntas como foi a segunda questão da jornalista, ajuda a problematizar a posição da fonte. Essa problematização foge a lógica implícita na coletiva que seria apenas a defesa da posição daquela fonte determinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de refletir sobre o dispositivo coletiva de imprensa, a partir da operação Lava Jato foi resultado de um processo de pesquisa que se desenvolveu ao longo de quatro anos (2017 a 2020). Neste tempo, o fenômeno empírico em questão passou por grandes mudanças. No início do trabalho, a Lava Jato vivia um momento de forte apoio junto à opinião pública, especialmente entre as organizações noticiosas de maior impacto no Brasil. Porém, a partir da disputa eleitoral de 2018, sem a participação de Luiz Inácio Lula da Silva (candidato com

maiores chances de vencer o pleito⁷⁹) e da adesão do ex-ministro Sérgio Moro ao governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro⁸⁰, esse apoio à operação passou a ser relativizado.

A primeira publicação da série Vaza Jato, pelo site *The Intercept* Brasil em 9 de junho de 2019⁸¹ acentuou as mudanças de sentido que a opinião pública tinha em relação a Lava Jato. Sem falsas ilusões, vale registrar que jornais e jornalistas que desde o início da operação mantinham um posicionamento favorável a Lava Jato, passaram a revisar suas convicções.

Essas transformações no modo de se entender a operação produziram efeitos sobre a pesquisa. Os informantes dessa pesquisa passaram a ficar mais receosos em tecer considerações sobre o que fizeram ou aquilo que defendiam. A importância do objeto empírico e como ele se organizava (ou se mutava) socialmente, pediram considerações (ou explicações) na ordem do Campo Político e Jurídico. Ainda assim, a intenção do trabalho seguia sendo a especificidade da prática jornalística nesta questão, materializada por meio das entrevistas coletivas. Os desdobramentos críticos sobre a Lava Jato foram agrupados ao trabalho, a partir do reconhecimento que o jornalismo é um fenômeno que se estabelece em interação com aquilo que acontece socialmente.

O olhar sobre as estratégias midiáticas utilizadas pelo grupo de investigação (Polícia Federal, Ministério Público Federal, Receita federal e Justiça Federal) deixaram pistas de como a Lava Jato se configurou como um fenômeno atravessado pelo jornalismo, a política e o judiciário. A complexidade desse momento histórico pede novas investidas de pesquisa, não somente jornalística, mas também que envolvam outras áreas.

Quanto aos “achados da pesquisa” alguns destaques merecem ser feitos. No que se refere às fontes, fica evidente que realizaram um trabalho de planejamento antecipado para responder as perguntas dos jornalistas, Em casos como na

⁷⁹PESQUISA Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. In: G1. 28 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁸⁰SÉRGIO Moro aceita cargo de ministro da Justiça no governo de Bolsonaro. In: UOL. 1 nov. 2018. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/290338/sergio-moro-aceita-cargo-de-ministro-da-justica-no-governo-de-bolsonaro>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁸¹GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. Como e por que o *Intercept* está publicando *chats* privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. In: THE INTERCEPT Brasil. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: 10 out. 2020.

explicação dos motivos que levaram à condução coercitiva do ex-presidente Lula, na elaboração e leitura de uma nota justificando a troca de delegados ou mesmo no caso do vazamento de fase para o ministro Alexandre Moraes, as fontes se anteciparam em responder dúvidas que seriam da curiosidade dos jornalistas antes mesmo de serem questionadas.

A preparação antecipada para responder aos jornalistas, estratégia legítima do ponto de vista da fonte, resultou, sob perspectiva do jornalismo, em uma explicação incompleta sobre o assunto. Mesmo com a insistência em novas investidas de pergunta, a “resposta-padrão” baseada em argumentos previamente estabelecidos fez com que as dúvidas jornalísticas não fossem satisfatoriamente resolvidas. Sob essa perspectiva, é possível dizer que as coletivas são ambientes que necessitam de novos movimentos de apuração, uma vez que, as dúvidas jornalísticas não são plenamente resolvidas.

Entre os movimentos de apuração que merecem destaque está a pré-apuração que o jornalista realiza antes de entrevistar a fonte. No acompanhamento dos vídeos das coletivas da Lava Jato, pode-se perceber que a qualidade das informações na resposta da fonte dependia da capacidade qualitativa na pergunta do jornalismo. Se o jornalista tinha pouco ou nenhum conhecimento prévio daquilo que seria tratado na coletiva, ele sairia com as informações mais imprecisas ou gerais sobre o assunto, enquanto quando demonstrava mais conhecimento sobre aquilo que cercava a coletiva, acabava tendo algo mais detalhado e exclusivo na coletiva. Dito de outra forma, pergunta qualificada qualifica a entrevista.

Ainda sobre essa preparação antecipada, vale destacar que ela não é homogênea para todas fontes envolvidas nos acontecimentos jornalísticos. Investigados pela Lava Jato ou mesmo alvos de mandados de busca e apreensão foram surpreendidos pela ação da polícia e ao mesmo tempo que uma estratégia de divulgação de informações era planejada pela polícia, os investigados não conseguiram antecipar suas respostas. Assim, sua participação midiática (ao menos nesse primeiro momento de divulgação) era desfavorecida.

Outro ponto envolvendo as fontes que merece destaque é o uso da coletiva de imprensa para opinar sobre assuntos que não estão relacionados ao esclarecimento factual proposto no dispositivo. O rompimento da “regra” que indica falar apenas do chamado “objeto da coletiva” ficou evidente em momentos como a defesa do projeto “10 medidas contra a corrupção eleitoral”, na explicação dos

motivos que impediram a liberação de Lula para acompanhar o enterro do irmão, além da crítica quanto ao impedimento da realização de acordos de delação premiada pela PF.

Nestes momentos, as fontes utilizaram a visibilidade proporcionada pelas coletivas para tratar de assuntos que não estavam diretamente relacionados aos interesses que originaram a interação. Ainda assim, não se pode dizer que os comentários sobre esses assuntos não tinham apelo jornalísticos. Em casos como a impossibilidade da PF em fazer acordos de delação premiada, por exemplo, os comentários fora do objeto da coletiva acabou chamando mais atenção dos jornalistas do que o próprio tema original da coletiva.

Ainda sobre os movimentos da fonte no dispositivo coletiva de imprensa, foi possível perceber que a escolha de comentar algo fora do tema central da coletiva tinha o “*timing*” acertado ao momento que o assunto ocupava (ou a fonte gostaria que ocupasse) a agenda jornalística. O ajuste do tempo para comentar algo fora do objeto em questão também impactou o ritmo das fases na Lava Jato. A realização das 31ª e 32ª fases, na mesma semana em que os delegados afastados da Lava Jato se pronunciaram de forma desfavorável à operação, fez pensar se a escolha de realizar duas operações com intervalo de menos de sete dias não representaria uma tentativa de agir sobre a agenda jornalística.

O modo como as fontes tentaram destacar suas principais afirmações na coletiva, também merece ser reforçado. O uso de figuras de linguagem/ frases de efeito atuaram como síntese que buscaram ser pinçadas do contexto todo, como forma de reforçar uma ideia defendida pela fonte. Para o jornalismo, essa estratégia ao mesmo tempo que aparentemente “facilita” a escolha daquilo que se pretende destacar da fala da fonte, também fortalece uma abordagem favorável aquele que lhe oferece a frase. Isso não teria problema algum, se o jornalista fizesse a confrontação dessas afirmações a partir de novos movimentos de apuração que considerem a posição das fontes depreciadas nestas frases (ex: quando Dallagnol se referiu a Lula como o “comandante máximo do esquema de corrupção”), no entanto, nem sempre isso aconteceu de acordo com os próprios jornalistas que cobriram a Lava Jato. A justificativa apresentada por esses profissionais estava relacionada a necessidade de publicar o conteúdo informativo, sobre a operação Lava Jato, de forma extremamente rápida.

O apelo pelo imediatismo apontado pelos jornalistas impactou na reprodução dos sentidos construídos pelas fontes sobre figuras públicas investigadas. As fontes controlaram o acesso às informações sobre o cumprimento de mandados de buscas e apreensões e anteciparam como e quando esses conteúdos seriam divulgados à imprensa. Desta forma, as fontes ditaram a abordagem das noticiais tanto pelo uso de frases de efeito quanto pela divulgação de *releases* que ofereceram uma primeira (e naquele momento a única) informação que explicou a ação da polícia nas fases da Lava Jato.

Esse ritmo de publicação, que valoriza a instantaneidade, favoreceu o uso de *release* oferecido pela fonte na forma de notícia. Ao incorporar a publicação integral do *release* como forma de agilizar o processo de divulgação, jornalistas de diferentes organizações, pressionados pelas condições organizacionais, entregaram um produto informativo padronizado e com abordagem favorável à fonte que originou o *release*. Como efeito da reprodução passiva desses *releases*, o texto tomado como notícia perdeu em pluralidade e na capacidade de demonstrar a complexidade de acontecimentos.

Jornalistas consultados nesta pesquisa reconheceram que a pluralidade de vozes foi prejudicada na cobertura jornalística da Lava Jato. Entre os motivos apontados como responsáveis por essa falta de variedade de fontes, estava a incapacidade dos investigados na operação em responder às acusações ao mesmo tempo que a Polícia divulgava as ações realizadas em cada fase da operação. Neste contexto, o interesse noticioso deixou de ser a prisão do acusado e suas diferentes interpretações pelas vozes presentes neste acontecimento e passou a ficar limitado ao entendimento da investigação que prendeu esse acusado.

De outro ângulo, foi necessário pensar se a reprodução do discurso de uma única fonte na forma de notícia poderia ser considerada uma competência jornalística de mediação de discursos. A repetição pelo jornalismo, daquilo que a fonte poderia fazer por sua própria conta (produzir e disponibilizar um texto com seu ponto de vista sobre os acontecimentos, por exemplo) aproximou o campo dos produtores de notícia de uma lógica de reprodução de sentidos e afastou a ideia de uma intervenção social específica.

Entre os jornalistas, a estratégia mais presente no uso do dispositivo coletiva de imprensa foi a busca por um detalhamento das informações oferecidas pelo *release* da assessoria de imprensa, ou mesmo na confirmação das informações

referentes a participação de acusados no esquema investigado ou valores supostamente desviados. A insistência em detalhar as informações previamente divulgadas (via release) está relacionada aquilo que chamamos de precisão jornalística, mas também opera como uma forma de conseguir algo além daquilo que já foi divulgado. Neste sentido, se estabelece uma disputa, onde a fonte tenta expor apenas aquilo que planejou via assessoria e, de outro lado, o jornalista que busca detalhes mais concretos que nem sempre são de interesse da fonte divulgar.

Nesta insistência em mais detalhes sobre as ações da fonte, os jornalistas também demonstraram manter o foco das perguntas no chamado objeto central da coletiva de imprensa. Mesmo quando outros assuntos de natureza menos factual ou mesmo imediata tinha apelo jornalístico para ser questionado, os jornalistas mantinham seu foco de interesse nos assuntos que a fonte estava disposta a falar. Nos momentos em que essa lógica era rompida, os jornalistas avançavam sobre a fonte com questões de algo que não estava declarado como assunto da coletiva por dois motivos principais: por que a fonte demonstrou interesse em falar sobre aquilo ou quando o jornalista já satisfizes sua curiosidade sobre os assuntos pautados na coletiva e resolve arriscar uma pergunta fora da regra na coletiva. Nestes casos, era comum ver que a pergunta do jornalista era realizada com certo constrangimento e por vezes a própria pergunta indicava uma possível resposta antecipada para a fonte.

Outra estratégia dos jornalistas no dispositivo coletiva de imprensa estava na troca de informações com outros colegas de profissão. Contrariando a lógica comercial que buscava uma informação exclusiva (furo jornalístico), no que se refere a informações oferecidas nas coletivas de imprensa os profissionais da notícia não se furtavam a ajudar um outro jornalista que buscava confirmar um dado repassado pela fonte ou mesmo discutir se sua compreensão sobre um determinado processo judicial estava correta. As trocas aconteciam por meio do aplicativo *whatsApp*, que além de ajudar a orientar o entendimento coletivo sobre as fases da Lava Jato, também serviam como oportunidade de trabalho temporário, o *freelancer*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; HORITA, F. H. S. **Análise crítica da operação Lava Jato. Ativismo Judicial, midiaticização e jurisdição de exceção.** RJLB, Ano 3, nº 6, 2017.

ALSINA, M. R. **A Construção da Notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

ARCE, T.; ALZAMORA, G.; SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. **Mediar, verbo defectivo: Contribuições da teoria ator-rede para a conjugação da mediação jornalística.** Contemporânea - comunicação e cultura, v.12, n. 03, set-dez, 2014.

BAILEY, R. 'Media Relations'. In R. Tench & L. Yeomans (Eds.), Exploring Public Relations (pp. 311-330). London: Prentice Hall - Financial Times, 2006.

BADARÓ, Gustavo. A garantia do juiz natural a 13ª Vara federal de Curitiba e o juiz Sergio Moro. Disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/358591929/a-garantia-do-juiz-natural-a-13-vara-federal-de-curitiba-e-o-juiz-sergio-moro>. Acesso em: 16 abr. 2020

BECKER, B. Desafios da profissão, do ensino e da pesquisa em jornalismo. IN: KISCHINHEVISKI, Marcelo; LORIO, Fábio Mário VIEIRA, João Pedro Dias. **Horizontes do jornalismo: formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** Hucitec:1993.

BERNAYS, E. **Propaganda.** Nova York: Nova York: Liveright, 1928.

BOORSTIN, D. J. **The Image: A guide to pseudo-events in américa.** Ed: New York. Atheneum, 1987.

BORDIEU, P. **Sobre Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORDIEU, P. **Outline of a theory of practice.** Cambridge University press. 1995.

BURGESS, R. G. A pesquisa de terreno. Uma introdução. Oeiras: Celta Editora, 1997, 262 pp, ISBN 972-8027-43-5

BRAGA, J.L., *et al.* **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade [online].** Campina Grande: EDUEPB, 2017.

BRAGA, J. L. Questões Transversais – **Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 6, n. 12, jul. – dez, 2018.

BRAGA, J. L. **Dispositivos Interacionais: Anais do XX Encontro da Compós.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: http://compos.org.br/data/biblioteca_1657.doc. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRAGA, J.L. Interagindo com Foucault – Os arranjos disposicionais e a comunicação. **Revista de Epistemologias da Comunicação**, v.6, n.12, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4850, de 2016.** Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos. Autoria: Sr. Antonio Carlos Mendes Thame e outros. Disponível em : <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2060-PL-4850.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Ação direta de inconstitucionalidade. art. 4º, §§ 2º e 6º, da Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/adi-5508-delacao-premiada-policia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.** Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BREED, W. Controle social na redação: uma análise funcional. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*. Portugal: Vega, p.152-166, 1993.

CAMPOS, J. P. Delegado Afastado Alfineta Diretor da PF: ‘Lava Jato não pertence a Burocratas’. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/delegado-afastado-alfineta-diretor-da-pf-lava-jato-nao-pertence-a-burocratas/>. Acesso em: 28 dez.2020.

CARVALHO, M. A. Resistência e luta.2019. **Blog Prerrô.** Disponível em: <https://www.prerro.com.br/grupo-prerrogativas/>. Acesso em: 03 Agost. 2020.

CARVALHO, J. Marco Aurélio diz que Polícia Federal também pode fazer acordo de delação premiada. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marco-aurelio-diz-que-policia-federal-tambem-pode-fazer-acordo-de-delacao-premiada-21978719>. Acesso em: 28 dez.2020.

CERQUEIRA, L. O autoritarismo odeia a interrogação e, por isso, odeia o jornalismo. **Observatório da Imprensa**, ed. 1093, Jun., 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/liberdade-de-expressao/o-autoritarismo-odeia-a-interrogacao-e-por-isso-odeia-o-jornalismo/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CONHEÇA as 10 medidas contra a corrupção. In: MINISTÉRIO Público do Paraná. Paraná, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-6193.html>. Acesso em: 3 set. 2020.

COORDENAÇÃO da Lava Jato esclarece alteração na equipe. In: MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/coordenacao-da-lava-jato-esclarece-alteracao-na-equipe>. Acesso em: 1 abr. 2020.

COUTINHO, P. R. V. **Cognição e prosódica: o embate pela palavra na coletiva de imprensa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

COOMBS, W.T.; HOLLADAY, S.J. The Negative Communication Dynamic: Exploring the Impact of Stakeholder Affect on Behavioral Intention. **Journal of Communication Management**, v.11, n.4, p. 300-312, 2007.

CHAPARRO, M. C. **Cem anos de assessoria imprensa**. In: DUARTE, J. (org.) Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2006.

CLAYMAN, S. E.; HERITAGE, J. Questioning Presidents: Journalistic deference and adversarialness in the press conference of U.S presidents Eisenhower and Regan. **Journal of Communication**, v. 52, n. 4, p. 749–775, 2002.

CUTLIP, S. M.; CENTER, A. H.; BROOM, G. M. **Effective public relations** (8th ed.). London: Prentice-Hall, 2000.

CURITIBA. Justiça Federal. **Ação Penal nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR**. 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Apelante: Luiz Inácio Lula da Silva; Ministério Público Federal, José Adelmário Pinheiro Filho, Paulo Tarcísio Okamoto e Petróleo Brasileiro S.A Petrobras. Apelada: Fabio Hori Yoinamine, Marisa Letícia Lula da Silva e Paulo Roberto Valente Gordilho. Relator: João Pedro Gebran Neto. Data do julgamento: 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-condena-lula-triplex.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

CURITIBA. Tribunal Regional Federal d 4ª Região. **Despacho nº 5002315-97.2019.4.04.0000/PR**. Apelante: Luiz Inácio Lula da Silva; Ministério Público Federal, José Adelmário Pinheiro Filho, Paulo Tarcísio Okamoto e Petróleo Brasileiro S.A Petrobras. Apelada: Fabio Hori Yoinamine, Marisa Letícia Lula da Silva e Paulo Roberto Valente Gordilho. Relator: João Pedro Gebran Neto. Data do julgamento: 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-trf-lula-enterro.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

DALLAGNOL, D. **A Luta contra Corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DELEGADO afastado alfineta diretor da PF: 'Lava Jato não pertence a burocratas'. *In*: VEJA. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/delegado-afastado-alfineta-diretor-da-pf-lava-jato-nao-pertence-a-burocratas/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DOMENACH, J.M. **A propaganda Política**. 2001. *E-book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/proppol.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

ERIKSSON, G.; ÖSTMAN, J. **Cooperative or adversarial? Journalists' Enactment of watchdog function in political News production**. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1940161213482493> acesso em 30/08/2018.

ERIKSSON, G. *et al.* **Cooperative or adversarial? Journalists' Enactment of watchdog function in political News production**. 1989. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1940161213482493>. Acesso em: 30 agost. 2018.

ESSENFELDER, R. Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 3, n. 4, 2005.

DINES, A. **Por um jornalismo humanista**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq21119828.htm>. Acesso em 01/12/2020.

DITTRICH, I. J. **O Ethos na entrevista jornalística. Refazer e desfazer uma imagem**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Palavra e imagem no 44, p. 277-293, 2012.

DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com mídia**. 4ª ed. São Paulo:Atlas, 2011.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. *In*: PRETI, Dino (org.) **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas, vol. 3, p. 153-177, 1998.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – Fenaj. **Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação**. 3ª ed. 2007.

FOLETO, L.F. **Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva : rastreando a Mídia Ninja (2013 - 2016)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FOUCAULT, M. **Entrevista dada à revista Ornicar “Sobre a história da sexualidade”**. *In*: Microfísica do Poder. Editora Paz e Terra, 1994.

FOUCAULT, M. “Le jeu de Michel Foucault”. Entrevista dada à revista *Ornicar?* In: **Dits et Écrits**, Tome III [1977], 1994, p. 298-329.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder- Saber**. 3ªed. Barcelona: Paidós, 2012.

FOUCAULT, M. **El Poder ana bestia magnífica: sobre el poder, la prosion e la vida**. Buenos Aires: Siglo veinteuno editores, 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ- Fiocruz. Manual de Assessoria de Imprensa Fundação Oswaldo Cruz. 2008.

GANS, H. J. **A study of CBS Evening News and Newsweek and Time New York**: Vintage Books, 1979

GANDY, O. H. **Beyond agenda setting: information subsidies and public policy**: Ablex Pub. Co, 1982.

GARONI, Márcio; BRAGA, Maria José; PADILHA, Paula Zarth. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. FENAJ: 2019. Relatório. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Bruno; PORTINARI, Natália. Comissão derrota governo, tira Coaf de Moro e o deixa com o Ministério da Economia. In: O GLOBO, 09 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-derrota-governo-tira-coaf-de-moro-o-deixa-com-ministerio-da-economia-23652499>. Acesso em: 7 set. 2020.

GONÇALVES, E. R. **Telejornalismo na cibercultura: a incidência do telejornalismo declaratório nas Tv’s de Campina Grade e sua operacionalidade através do whatsapp**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GROTH, O. **O poder Cultural do desconhecido**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUREVITCH, M.; BLUMLER, J. G. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

GOMES, W. Entrevistas com Candidatos a presidente transmitidas “ao vivo” em telejornais: o modelo teórico-metodológico da mediação jornalística. **Revista Compólitica**, n.2, jul-dez, 2012.

GOMIS, L. **Teoría del periodismo: como se forma el presente**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

GREENWALD, G.; POUGY, V. Vaza Jato. In: THE INTERCEPT BRASIL. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: 2 set. 2020.

GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. In: THE INTERCEPT Brasil. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Hayashi, F.H. Polícia Federal cumpre mandados em nova ação da investigação/ Coletiva de Imprensa. [S.l.: s.n.]. 1 vídeo (36min05s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bOM9-dNrYBs>. Acesso em: 12 fev. 2018.

HALL, S.*et al.* A produção social das notícias: o mugging nos midia. In: **Jornalismo, Questões e Estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

HESS, S. **The Government/Press Connection**. Washington DC: The Brookings Institution, 1984.

HIDALGO, A. L.; BARRERO, A F. Notícias Falsas, Incorretas e Incompletas: Os desafios dos jornalistas em busca da retificação voluntária. A experiência Espanhola. **Brazilian Journalism Research**, v. 8, n. 2, 2012.

JAMILDO. Em nota, MPF diz que defesa de Lula prestou informação falsa à sociedade. **Blog de Jamildo**. 11 maio 2017. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/05/11/em-nota-mpf-diz-que-defesa-de-lula-prestou-informacao-falsa-sociedade/>. Acesso em: 10 set. 2020.

JUIZ Luiz Antônio Bonat assume a Operação Lava Jato no Paraná. In: G1 [Paraná]. Curitiba, 06 março 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/06/juiz-luiz-antonio-bonat-assume-a-operacao-lava-jato-no-parana.ghtml>. Acesso em: 06 abr.2020.

KISCHINHEVSKY, M.; CHAGAS, L. **Diversidade não é igual à pluralidade – Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo**. Galáxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 36, set-dez., 2017.

KOVALCH, B.; ROSENTIAL, T. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração editorial, 2003.

LAGE, N. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo. Editora: Record. 2001.

LIPPMAN, W. Notícia Verdade e uma conclusão. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, p.179-186, 2008.

LIMA, C.F. Lava Jato – 24ª Fase Operação Aletheia. [S.l.:s.n]. 1 vídeo (1h15min36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKtQLmg81Uw&t=117s>. Acesso em: 01 mai. 2019.

LONGINOW, M. A. News Gathering. In: SLOAN, W David; PARCELL, Lisa Mullikin (ed). **American journalism: history, principles, practices**. North Carolina: McFarland, p.144-152, 2002.

MACEDO, F. Veja as imagens dos bens de Lula guardados em depósito pela oas. São Paulo, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-as-imagens-dos-bens-de-lula-guardados-em-deposito-pela-oas/>. Acesso em: 24 fev.2020.

MACHADO, E. O ciberespaço como fonte para jornalistas. Salvador: Calandra, 2003.

MAROCCO, B. **Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística**. Galáxia (São Paulo, Online), n. 30, p. 73-85, dez. 2015.

MAROCCO, B **Elementos de uma teoria da prática e dos sujeitos da produção jornalística**. Rio Branco: Nepan, 2019.

MARTINI, S.; LUCHESSI, L. **Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

MARTINS, R. M.; SANTI, AI.; GREENWALD, G. Vaza Jato. In: THE INTERCEPT BRASIL. 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 2 set. 2020.

MARTINS, R. M.; DEMORI, L.; GREENWALD, G.; AUDI, A. Vaza Jato. In: THE INTERCEPT BRASIL. 14 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/>. Acesso em: 10 set. 2020.

MEDINA, C. A. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MICHIE, D. **The invisible persuaders: How britain's spin doctors manipulate the media**. London: Bantam Press, 1998.

MINISTRO da Justiça coloca a Lava Jato no palanque eleitoral. In: CARTA Capital. 26 set. 2016. Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/politica/alexandre-de-moraes-quebrou-o-sigilo-da-lava-jato>. Acesso em:4 set. 2020.

MOLOTCH, H.; LESTERS, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In: Jornalismo, Questões e Estórias*. Florianópolis: Insular, 2016.

MORAES, F. M; ADGHIRNI, Z. L.; **Jornalismo e democracia: o papel do mediador**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão**. Verso e Reverso, v. 21, n. 48. 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **As Sombras de Julho**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 163-175, 2014.

MORO, S. F. Considerações sobre a operação Manie Pulite. **Revista CEJ**, Brasília, n.26, p-56-62, jul/set. 2004.

MOUTINHO, A. V.; SOUSA, J. P. Assessoria de imprensa na Europa. *In: DUARTE, J. (Org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, p. 39-50, 2010.

MCDONALD, L. L.; HERITAGE, J.; ELLIOTT, M.N.; CLAYMAN, S. E. Historical Trends in Questioning Presidents, 1953-2000. **Presidential Studies Quarterly**, n. 4, p. 561- 583, 2006

NEVEU, E. As notícias sem jornalistas. **Brazilian Journalism Reserch**, v. 6, n. 1, 2010.

Oliveira, Israel Dias de. **Jornalismo declaratório**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **A semiose da notícia em ambiente de crise: Movimentos de rede e mediação na semiosfera contemporânea**. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5372>. Acesso em 01 dez. 2020.

OLIVEIRA, R. C. *et al.* Prosopografia Familiar da Operação "Lava-Jato" e do Ministério Temer. **Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**,v.3, n.3, p. 1-28, agosto 2017.

OMBUSDMAN, F. L. A Folha faz autocrítica: jornal reflete sobre as manchetes produzidas a partir das delações premiadas. *In: FOLHA*, São Paulo, 06 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/a-folha-faz-autocritica.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ORTNER, S. B. Conferência: Uma atualização da teoria da prática. *In: Conferências e diálogos: Saberes e práticas antropológicas*. GROSSI, Mirian Pilar; ECKERT, Cornelia e FRY, Peter Henry. Goiânia: Nova Letra, 2007.

PAULA, I. R. Lava Jato – 24ª Fase – Operação Aletheia. [S.l.: s.n]. 04 mar. 2016. 1 vídeo (1h15min36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKtQLmg81Uw&t=119s>. Acesso em: 10 nov. 2019

Palestra com Rafael Moro Martins (*The Intercept Brasil*). [S. l.: s. n], 17 out. 2019. 1 vídeo (2h07min28s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yHRIHqplysU>. Acesso em: 12 mar.2020.

PARKS, P. **Toward a humanistic turn for a more ethical journalism**. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884919894778>. Acesso em: 01 dez.2020.

PEREIRA, F.H. Conversando com jornalistas: A perspectiva do interacionismo simbólico. In: **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre, Libereiros, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

PF deflagra a 28ª fase da Lava Jato – Operação Vitória de Pirro. In: AGÊNCIA PF. Paraná, 12 abr.2016. Disponível em : <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/04/policia-federal-deflagra-a-28a-fase-da-operacao-lava-jato-2013-operacao-vitoria-de-pirro>. Acesso em 03 de abr.2020.

PF diz que substituiu delegados da Lava Jato para dar ‘novo fôlego’. In: G1 [Paraná]. Curitiba, 5 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pf-explica-substituicao-de-delegados-que-integravam-equipe-da-lava-jato.html>. Acesso em: 6 set. 2020.

PESQUISA Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. In: G1. 28 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ – Operação Lava Jato. [S.l.: s.n]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjDg-Ho0h1qZuphJA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

POLLOCK, C. The Confessions of a Press Agent. **Munsey's Magazine**, v. 1907, n. October p. 87-93, 1907.

PEREIRA, F.H. A entrevista no jornalismo brasileiro: uma revisão de estudos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2017.

NEVES, L. M.. **A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 35-50, dez. 2013.

POSTILL, J. **Introduction: Theorising media and practice**. In B. Bräuchler and J. Postill (eds) *Theorising Media and Practice*. Oxford and New York: Berghahn. 2010.

PORTO, G.; ARAUJO, C. 'esta semana vai ter mais', diz ministro sobre a lava-jato. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esta-semana-vai-ter-mais-diz-ministro-sobre-a-lava-jato,10000078142>. Acesso em 28 dez. 2020.

POZZOBON, R.H. 31ª Fase da Lava Jato- Operação abismo. 04 jul.2016. [S.l.:s.n.]. 1 vídeo (43min46s).Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uz2GvRBdIP4&t=2234s> .Acesso em:2 out. 2019.

PAUL, S. **Accountability in public services: exit, voice and control**. *World Development* 29, 7 (julho) p. 1047 – 1060. 2002.

REGINATO, G. D. **Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 17, n. 1, jan.-jun. 2020.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: O que dizem os veículos, os jornalistas e os leitores**. 2016. Tese de doutorado Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2016.

RESENDE, F. **O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RESENDE, F. **O Olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_668.pdf. Acesso em 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. A mentira na assessoria de imprensa: proposta de quatro dimensões éticas para as fontes profissionais de informação. IN: SEBASTIÃO, Sônia Pedro e MARTINS, Paulo. **Ética em Comunicação: reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas**. Lisboa: ISCSP, 2019.

RIBEIRO, F. V. M. **Assessoria de Imprensa: Fundamentos Teóricos e práticos. O relacionamento com jornalistas, a produção de conteúdo e os eventos como motor de produção noticiosa**. São Paulo, Novas Edições Acadêmicas, 2015.

RIBEIRO, F. V. M. **O peso do Press Release no processo de produção de notícias**. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/ribeiro-vasco-2014-peso-do-press-release.pdf>. Acesso em 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M, **O Campo e o triângulo operacional da assessoria de imprensa**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280091531_O_campo_e_o_triangulo_operacional_da_assessoria_de_imprensa. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. **A matriz de comportamento do spin doctor no processo de comunicação política**. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/285322622_A_matriz_de_comportamento_do_spin_doctor_no_processo_de_comunicacao_politica. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. **O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República**. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/34431>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. **Os Press Agents como pioneiros da assessoria de imprensa: conceitos, práticas e atores entre 1830 e 1914**. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.4, n.2, jul./2015 - dez./2015.

RIBEIRO, F. V. M. **O pragmatismo das fontes profissionais de informação: perspectiva teórica não-conspirativa da relação entre assessores de imprensa e jornalistas**. ORGANICOM – ANO 12 – N. 22 – 1º. SEM. 2015.

ROCHA, H. C. L.; ALVES, A. M. A. G. **Autonomia do jornalista, ética e política editorial: As implicações do enquadramento da notícia**. Estudos em jornalismo e mídia, v. 17, n. 1, jan-jun. 2020.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

RODAS, S. Justiça não poderia proibir Lula de ir a enterro de irmão, comentam especialistas. In: CONSULTOR Jurídico. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-30/justica-nao-proibir-lula-ir-enterro-irmao>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROSS, E. A supressão de notícias importantes. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008 (83-86).

SANTOS, R. Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In: TRAQUINA, N. et al. (Orgs.). **O jornalismo português em análise de casos**. Lisboa: Ed. Caminho, 2001.

SANTANA, A. **Jornalismo possível, ‘cordialidade’ e investigação: a prática jornalística no contexto contemporâneo**. Recife: O autor, 2011.

SANTANA, A. **O repórter e o jornalista cordial: sobre o papel da apuração no jornalismo**. Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 125-140, jan./jun. 2009.

SEABRA, C. Afastamento de delegados da Lava Jato está mal explicado, diz associação. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1789559-afastamento-de-delegados-da-lava-jato-esta-mal-explicado-diz-associacao.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SÉRGIO Moro aceita cargo de ministro da Justiça no governo de Bolsonaro. In: UOL. 1 nov. 2018. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/290338/>

sergio-moro-aceita-cargo-de-ministro-da-justica-no-governo-de-bolsonaro. Acesso em: 10 out. 2020.

SIGAL, L. **Reporters and Officials – The organization and politics of newsmaking**; D. C. Heath, Lexington, 1973.

SILVA, L. Coletiva com ex-presidente Lula. [S.l.: s.n.]. 04 mar.2016. 1 vídeo (26min32s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oMQCkqn6zaM&feature=emb_logo. Acesso em: 04 out. 2019.

SCHOENHERR, R. **Pluralidade jornalística como efeito (pretendido) e ação (política): reflexões sobre a possibilidade de experimentação universitária**. VI Encontro Paranaense de Pesquisa em Jornalismo da UEPG-Ponta Grossa. UEPG, 2008.

SCHIMITZ, A. A. **Fontes de notícias : ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. - Florianópolis : Combook, 2011.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STRAUSS, A. L. **Miroirs et masques: une introduction à l'interactionnisme**. Paris: Métailié, 1992

STRECK, L. **O livro das Suspeições**. Disponível em: <https://www.prerro.com.br/baixe-agora-o-livro-das-suspeicoes/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia: Uma história social dos jornais dos Estados Unidos**. Petrópolis (RJ). Editora: Vozes. 2010.

33ª fase da Lava Jato apura corrupção, formação de cartel, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça pela Queiroz Galvão. In: MPF. Paraná, 2 ago. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/33a-fase-da-lava-jato-apura-corrupcao-formacao-de-cartel-lavagem-de-dinheiro-e-obstrucao-a-justica-pela-empresiteira-queiroz-galvao>. Acesso em 03 abr. 2020.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo Volume I**. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.
_____. **Teorias do Jornalismo Volume II: a tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.

TRAQUINA, N. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed Unisinos, 2003.

TRAVANCAS, I. **Antropologia e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

TRAVANCAS, I. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. *In: Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre, Libereiros, 2012.

TRICHES, G. **Relações entre jornalistas e membros do ministério público: atuação fiscal e interesse público**. Florianópolis, SC, 2013.

TURNER, M.; PRATKANIS, A. 'Persuasion and democracy: Strategies for increasing deliberative participation and social change'. *Journal of Social*, n. 52, 187-205, 1996.

RIBEIRO, F. V. M. **O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República**. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/34431>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. **O peso do Press Release no processo de produção de notícias**. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/ribeiro-vasco-2014-peso-do-press-release.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, F. V. M. **Assessoria de Imprensa: Fundamentos Teóricos e práticos. O relacionamento com jornalistas, a produção de conteúdo e os eventos como motor de produção noticiosa**. São Paulo, Novas Edições Acadêmicas, 2015.

RIBEIRO, F. V. M. **Os Press Agents como pioneiros da assessoria de imprensa: conceitos, práticas e atores entre 1830 e 1914**. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.4, n.2, jul - dez. 2015b.

RIBEIRO, F. V. M. **Os bastidores do Poder: como os spin doctors, políticos e jornalistas moldam a opinião pública Portuguesa**. Editora Almedina, Coimbra. 2018

RIBEIRO, F. V. M. A mentira na assessoria de imprensa: proposta de quatro dimensões éticas para as fontes profissionais de informação. IN: SEBASTIÃO, Sônia Pedro e MARTINS, Paulo. **Ética em Comunicação: reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas**. Lisboa: ISCSP, 2019.

VANALI, A. C.; GOULART, M.H.H.S.; MONTEIRO, J. M.; OLIVEIRA, R. C. Prosopografia Familiar da Operação "Lava-Jato" e do Ministério Temer. *Revista NEP- UFPR*, v. 3, n.3, p.1-28, 2017.

VEIGA, I. R. **Coberturas Jornalísticas e construção da reputação institucional: A representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexões identitários**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Pós- Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

VILLAR, Fabíola Bach. **Fatores Intervenientes na produção jornalística e seus impactos na qualidade da informação.** Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/164572>. Acesso em: 1 dez. 2020.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO LAVA JATO

Levantamento Lava Jato

Página PF/PR YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCbNpLdjqDg-Ho0h1qZuphjA>

Contato envio de releases e informações:

PF: paulo.prgs@gmail.com e imprensapf@gmail.com

<http://www.pf.gov.br/institucional/unidades/superintendencias-e-delegacias/parana>

MPF:

Assessoria de Imprensa - (51) 3216-2016

pr4-ascom@mpf.mp.br

<http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/politicas-e-manuais-de-comunicacao-do-mpf>

Fase:	Data:	Links:	Observações:
1º fase	17/03/ 2014	Cobertura: https://www.youtube.com/watch?v=SpgSwTTrs70 https://www.youtube.com/watch?v=cg9DWW87zbQ	Post no Facebook com release e fotos. Release salvo na pasta. Imprensa PF enviou três e mails neste dia.
2º fase	20/03/ 2014	Sem referência a coletiva no realese	
3º fase	11/04/ 2014	Não houve coletiva, informado no realese.	
4º fase	11/06/ 2014	Sem referência a coletiva no realese	
5º fase	02/07/ 2014	Sem referência a coletiva no realese	
6º fase	22/08/ 2014	Sem referência a coletiva no realese	
7º fase "Juízo	14/11/ 2014	Coletiva: 1 hora/ 34.878 visualizações	Além do release, esta é a primeira vez que a própria PF divulga um link para acompanhamento da coletiva ao vivo

Final”		https://www.youtube.com/watch?v=OZP_QlSk5jc&feature=youtu.be	(google on air) Também foi enviado um segundo e mail com o balanço da Operação. Divulgação do link veio por e mail
8º fase	14/01/2015	Sem referência a coletiva no realese	
9º fase “My Way”	05/02/2015	Coletiva: 1 hora 2 min/ 4.219 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=C4o2FicUERY&feature=youtu.be Canal Oficial da PF: https://www.youtube.com/watch?v=C4o2FicUERY	Primeira Coletiva no Canal da PR no YouTube. Transmissão começa com o microfone da globo sendo posicionado na mesa. 20 minutos de transmissão antes mesmo da coletiva começar. Neste tempo a imagens é fechada (áudio aberto) e a coletiva começa com a imagem fechada. Imagem aberta com 23 min. Perguntas inaudíveis. Não houve solicitação para identificação na pergunta e nem uso de microfone para os jornalistas. Imagens “picando”, indica qualidade da internet ruim. Igor Romário de Paula é quem responde a maioria das questões.
10º fase “Que país é esse?”	16/03/2015	https://www.youtube.com/watch?v=JCyXCd6X2yA	
11º fase “A Origem”	10/04/2015	Coletiva: 37 min / 2.513 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=ushlPqNuzTY	Assessor tenta orientar o superintendente da pf Rosalvo Ferreira franco para sentar ao centro, ele não aceita e senta na ponta (perto da câmera), isso acontece antes da coletiva começar quando a câmera está ligada. Igor Romário de Paula senta ao centro. Mais uma vez os jornalistas não são orientados a perguntar no microfone. Internet melhor (melhor transmissão áudio e vídeo). O delegado chefe da pf abre a coletiva e assa a palavra ao pozzobom, o delegado da outra onta é quem mais responde as questões. Participam o Igor Romário de Paula, o superintendente outro delegado e Carlos Fernandes MPF
12º fase	15/04/2015	Coletiva: 5 5 min/ 3.804 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=rVHb98opDVU	Assessor orienta onde os participantes devem sentar. Há um debate sobre a posição do superintendente da PF, ele quer sentar na onta (perto da câmera e o assessor sugere que ele sente ao centro). Ele decide ficar na ponta e perto da

			<p>câmera. Igor Romário de Paula chega a perguntar se ele não quer sentar ao centro da mesa, ele rejeita. O superintendente de tempo em tempo olha para câmera. Como é de praxe ele abre a coletiva e passa a palavra para os outros integrantes da mesa. Neste caso Igor Romário de Paula. Logo depois de uma apresentação de poucos minutos (cerca de 3) já aparece a primeira pergunta de uma jornalista. Dois jornalistas perguntam ao mesmo tempo, a jornalista mulher tem sua pergunta prevalecida (o jornalista homem não insiste com sua pergunta ao perceber que a colega também pergunta). Carlos Fernandes dos Santos Lima (MPF) e Igor Romário de Paula são os que respondem as questões. Ao final da coletiva os três participantes conversam com o assessor e ao descerem do palco o Igor Romário de Paula é abordado por jornalistas para a “coletiva em pé”. O assessor via a câmera que grava o evento para onde esse segundo momento acontece. Foi possível contar cerca de 10 jornalistas entrevistando o delegado da PF neste segundo momento. Carlos Fernandes segue no ambiente e de vez em quando olha para a entrevista dos jornalistas com Igor Romário de Paula. Ao final, dois jornalistas seguem conversando com pozzobom que sai da imagem e os demais iniciam o mesmo processo com Carlos Fernandes. Os dois jornalistas que conversam com Igor Romário de Paula fora do quadro da imagem voltam para entrevista de Carlos Fernandes. Perguntas iniciam de forma aberta tipo “explique a operação” . Carrano BdF (parece estar lá) mas não participa desse segundo momento.</p>
13º fase	21/05/2015	Coletiva: 34 min / 297 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=a3UMmL7BhYs	Só áudio. Nenhum comentário dos que assistiram à coletiva.
14º fase “Erga Omnes”	19/06/2015	Coletiva: 48 minutos/ 11.966 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=a3UMmL7BhYs	Mais uma vez os três (Carlos Fernandes MPF, Igor Romário de Paula e Rosalvo Ferreira franco) desta vez, Carlos Fernandes ao lado da câmera. Igor explica o nome da

		ch?v=RmRmTDOd09Q	<p>Operação, que significa a lei é aplicável a todos. Já antecipa de partida uma pergunta que pode surgir (revela que isso sempre acontece): os presos serão trazidos para Curitiba. Depois que a primeira jornalista faz uma pergunta o assessor pega o microfone que está no púlpito. As coletivas em si se demonstram como um ato programado, previsível mas seus momentos de entrada e saída indicam como essa programação acontece (saí da encenação). Ao final da coletiva, antes dos participantes deixarem o palco, a figura conhecida como japonês da federal sobre ao palco para uma conversa com os participantes Igor e Rosalvo. Mais uma vez a câmera e virada para a segunda coletiva. Igor é o primeiro a ser entrevistado. Assessor tenta tampar uma parte da câmara que sofre com a luz de uma das câmeras no sentido inverso a gravação da pf, primeiro com a mão depois com o blazer. Somente Igor responde as questões dos jornalistas.</p>
15º fase "Conexão Mônaco"	02/07/ 2015	Coletiva: 37 min/ 3.356 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=s5R8yGb5vBQ	<p>Rosalvo ao centro mais uma vez. O procurador Carlos Fernandes dos Santos Lima ao lado da câmera. Câmera em um tripé fora da mesa, não mais no tripezinho de mesa. Apresentação dos jornalistas que fazem as perguntas e de qual empresa jornalística ele trabalha. Apresentação curta, 3 minutos, antes das perguntas. Carlos Fernandes responde sobre o processo e Igor Romário de Paula responde sobre o cumprimento dos mandatos. As perguntas em sua esmagadora maioria são sobre o processo em curso e não sobre o trabalho operacional do cumprimento de mandatos.</p> <p>Igor informa que um laudo vai ser divulgado em breve sobre os valores estimados de corrupção na lava jato. Ao final jornalistas acertam algumas dúvidas entre si e seguindo em dúvida voltam a perguntar para Carlos Fernandes. Ele também em dúvida cai em contradição e ao perceber que a conta estava errada diz "Não faz tanta diferença e se levanta" jornalistas riem. Japones da federal sobre no púlpito. Câmera é virada para os jornalistas que se organizam para o pós coletiva que não foi filmada ou não aconteceu.</p>

16º fase "Radioatividade"	28/07/ 2015	Coletiva: 25 minutos/ 1.709 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=le20hhYU8HY	Protocolo pedindo identificação e o assessor informa quem são as autoridades na mesa, "conforme já repassei ao senhores no realese entregue anteriormente" diz. Presentes: Rosalvo, Igor (delegado regional de combate ao crime organizado e coordenador da lava jato na pf) e Athayde Ribeiro costa (procurador da república mpf) Rosalvo abre a coletiva e passa a palavra p Igro que explica o nome da coletiva e fala do cumprimento dos mandatos (saldo). Athayde sentado mais distante da câmara, mas é a figura eu mais fala na coletiva. O MPF passa a ocupar o protagonismo das coletivas. Curta apresentação do atayde (2 min) e segue para as perguntas dos jornalistas. Reporter da bandnews pede para repetir os nomes das empresas para anotar e emenda outra pergunta: sobre belomonte ou a defesa da belomonte e o atayde não responde, pede que as questões se atenham aos fatos da operação daquele dia. Paulo roberto costa (assessor) faz a distribuição do microfone. Interesse nos nomes dos executivos. Igor soletra para os jornalistas (momento ditado). Perguntas buscam os nomes e valores. Jornalista queria nome de políticos envolvidos, Athayde responde que os alvos são dois empresários nominados (Oto luiz). Depois de algumas perguntas a jornalista volta a "insistir" na pergunta e Athayde insisti na resposta. Outra jornalista pergunta de mais envolvidos (novamente a pergunta de político) mas Athayde novamente foge da resposta, "preso ao tema de hoje" não pode afirmar no momento.Igor instrui o Athayde para o pós coletiva, que não é gravado.
17º fase "Pixuleco"	03/08/ 2015	Coletiva: 42 min/ 12.183 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=RkCFxP5FNqE	Rosalvo, Igor, Márcio Anselmo Fabiano e Carlos Fernandes. Igor explica nome pixuleco. Mario Fabiano faz um resumo da operação na abertura do conteúdo da coletiva. José Dirceu e Nilson Pascowic são os alvos da operação. Carlos Fernandes é a figura que centraliza a maioria das respostas na coletiva. Uso de frases de efeito "líderes principais". Carlos se nega a comentar o nome pixuleco: "vou deixar

			para a pf, foram eles que deram esse nome”. José Dirceu preso. Citação de um jornalista que está sendo investigado gera reboliço. Mas não há qualquer medida contra essa figura não determinada. Pergunta direta sobre se lula é investigado, mas o procurador Carlos Fernandes diz que há várias investigações em curso e algumas delas em sigilo.
18º fase “Pixuleco 2”	13/08/ 2015	Coletiva: https://www.youtube.com/watch?v=c7Km8lJo1No	Rosalvo, Igor, Marcio Anselmo e o procurador Roberson Bozzobom (MPF). Todos de terno, abandonam a jaqueta da pf. Apresentação do Rosalvo e do Igor. Márcio e Roberson são os principais respondentes da coletiva. Márcio explicação operacional do esquema que os acusados realizavam. Pozzobom detalha o funcionamento e o nome dos envolvidos. 10 minutos de apresentação e depois perguntas. “PQ não estanca a corrupção?” Uma das poucas perguntas que fogem do esclarecimento da operação. Dois respondem, normalmente um só.
19º fase “Nessum Dorma”	21/09/ 2015	Coletiva: 30 minutos / 443 visualizações (band) https://www.youtube.com/watch?v=chxUXLndHfU	Rosalvo, Igor (coordenador da lava jato na pf), Márcio Fernandes. Todos de terno. Iluminação no palco é melhorada. Mais claro. Dulcinéia pergunta se as ações da fase tem como base os depoimentos dos já presos em outras operações, o Igor faz sinal para o Márcio Fernandes segurar, mas ele responde meio inseguro. Dulcinéia pergunta que horas o preso de Florianópolis chegará a ctba, o Igor responde até meio dia tá aqui. Horário do telejornal, link ao vivo
20º fase “Corrosão”	16/11/ 2015	Coletiva: 24 min/ 4.129 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=XYQYriRzHa0	“Vcs já estão acostumados com nossa condução”. Dr Washinton abriu a coletiva. Depois da coletiva vcs podem fazer as exclusivas. Igor e Carlos Fernandes na coletiva. Quando começou as perguntas, a primeira o jornalista faz a pergunta sem microfone, mas é pedido que ela aguarde o microfone “pq estamos transmitindo a coletiva”. Ela queria saber sobre o cumprimento de mandado que ainda não havia sido cumprido, então pq começou a coletiva???
			Além dos ternos (todos usando) há também uma identificação dos sujeitos que concedem a coletiva sobre a

			<p>mesa.</p> <p>Jornalistas preocupados com bens de valor, propriedades..</p> <p>Entrevistas individuais são liberadas no microfone ao final da coletiva pela primeira vez.</p>
21º fase "Passe Livre"	24/11/2015	Coletiva: 40 min / 6.581 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=yVUbmzWAV1c	Lembrete de que a coletiva está sendo transmitida ao vivo e que as perguntas precisam ser feitas no microfone. Rosalvo, Igor, Roberto Leonel de Oliveira Lima Auditor da receita federal, Carlos Fernandes, Diogo castor de matos procurador MPF. Começa a aparecer termos do tipo, "como de praxe"
22º fase "Triplo X"	27/01/2016	Coletiva: 34 min/ 20.607 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=Joy33HWpOQM	Início sem áudio. Carlos Fernandes, Rosalvo e Igor (coordenador da lava jato na pf). Cobrança nos comentários sobre a falta de som. Áudio surge aos 6:40 NA FALA DO Carlos Fernandes. Aos 9 min cai a transmissão, mas não há comentários sobre essa queda (será que as pessoas não viram toda coletiva?) Volta aos 10:30 min. Mais uma vez as perguntas seguem no sentido de esclarecer os dados da operação. Há apenas um microfone na mesa, Rosalvo fica passando de um lado para outro, devido a sua posição ao centro. Todos em traje formal (terno, gravata). Curiosidade sobre a investigação de outras "figuras públicas" envolvidas no esquema e não citadas até ali na coletiva. Mais ao final da coletiva, as perguntas tendem a deixar mais claras, algumas informações já prestadas na coletiva. Jornalistas buscam nomes, datas, e a real participação de alguns investigados. Ao final da coletiva, um jornalista chega ao Igor para pegar o endereço da pf em Joaçaba, onde estaria um dos presos na operação deste dia. "para gente orientar a equipe a fazer imagens".
23º fase "Acarajé"	22/02/2016	Teve coletiva, não disponível	
24º fase "Aletheia"	04/03/2016	Coletiva: 1h15 min / 79.027 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=SKtQLmg81Uw	Roberto Leonel Gomes da Receita Federal, Rosalvo, Igor e Carlos Fernandes. Apresentação e pequeno "bom dia" de cada um dos integrantes da mesa. Foco da operação é Lula, pagamento de dinheiro feito pelas empreiteiras ao Instituto

		https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/trapalha-da-e-risos-na-lava-jato-1.1252548	<p>lula. Sem ser perguntado, Carlos Ferandes justifica a medida de ouvir lula por condução coercitiva: “Evitar conflitos, polarização pró ou contra”. Igor também justifica a condução e oitiva no aeroporto “superintendência em SP tem acesso complicado”. Fez esse esclarecimento mesmo sem ser perguntado. Essa coletiva é longa tem 1h15 min. Carlos Ferandes e Igor reiteram as “intenções da pf” na oitiva do presidente, mesmo sem terem sido perguntados na coletiva. Quando perguntado se lula é o chefe do esquema depois da prisão de Zé Dirceu, o procurador diz que ele recebeu vantagens e isso está sendo investigando ainda sem conclusão. Carlos Fernandes reforça a cada momento que Lula foi o beneficiário político do esquema. Tem uma preocupação das fontes em responder as perguntas, não deixar sem resposta. Record News ao vivo, informação dada pela repórter na hora que fez a pergunta. Última pergunta sobre o depoimento do filho dolula, se apresentou espontaneamente? Sim.</p>
25º fase “Polimento”	21/03/ 2016	Não houve coletiva, informado no realese.	
26º fase “Xepa”	22/03/ 2016	Coletiva: 1h13min / 41.131 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=Wfx0XhdWKd0	<p>Duas mulheres na coletiva: Renata Rodrigues (delegada pf). Rosalvo, Igor, Carlos Fernandes, Laura Gonçalves Tessler (procuradora) e Márcio Anselmo Fabiano. Procuradores vestidos formais assim como Rosalvo e os delegados com jaqueta da pf. Enquanto a procuradora do MF falava na apresentação, Igor negocia com Rosalvo a troca de lugar com a delgada da pf que está na ponta da mesa, depois dele (Rosalvo) parecer aceitar Igor chama a delegada que logo faz um gesto com as mãos como se não tivesse feito nada. Rosalvo levanta e senta a ponta da mesa, a delegada ocupa seu lugar. Igor vai para o lado de Rosalvo de aproxima Anselmo da delegada. Rosalvo troca os cchachás de identificação na mesa e senta ao lado de Anselmo deixando Igor na ponta da mesa. Há a projeção de um power point. Quem comanda a apresentação é a delegada que foi sentar</p>

			<p>ao centro. A princípio a troca parece ter sido feita por conta da apresentação do pwer poit. Anselmo comanda a passagem dos slides. Comentários sobre a qualidade do áudio ruim. Agradecimentos e apoio a operação. Agradecimento ao site O Antagonista pela disponibilização do link da pf em seu espaço. Depois de 15 minutos de explanação da delegada, Anselmo assume a fala e passa a completar a apresentação. Anselmo fala por mais quinze minutos com base em uma planilha de pagamento de propina e sua checagem dessa planilha. Depois dessa apresentação perguntas: estimativa de valores pagos na planilha. Sem problemas de divulgar nomes de prisões preventivas ou temporárias. O próprio delegado divulga essas informações na coletiva. Nome e função/ cargo das pessoas presas. Igor e a delegada ficam mais de 10 minutos dando nomes de presos e funções e crimes. Ao final cita uma prisão em flagrante (não diz nomes) e informa que isso não tem relação com a operação. Ao final, Igor repete os nomes das prisões preventivas e temporárias para quem não anotou. Prisões preventivas e temporárias. Perguntas a vontade. Depois de encerrada, um repórter se aproxima e pergunta se um dos presos é sobrinho de Delfim neto, pq não perguntar na coletiva? Quer essa sacada só para sí?</p>
27º fase "Carbono 14"	01/04/ 2016	Coletiva: 48Min/ 23.186 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=a0eCNU8wm3A	Igor, Rosalvo e os procuradores: Paulo Roberto Galvão Carvalho e Diogo Castor de Mattos. Rosalvo fala no início como sempre. Igor dá o resumo da operação e Diogo explica como o crime funcionava. Quando termina a apresentação da operação, todos da mesa se viram para o assessor que embora não apareça na imagem, deve passar o microfone para os jornalistas.
28º fase "Vitória de Pirro"	12/04/ 2016	Coletiva: 40 minutos/ 12.388 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=dA0d_gAK39Q	Igor, Rosalvo, Carlos Fernandes (MPF), Maurício Moscardi filho, Athayde Ribeiro Costa (MPF). Igor informa o resumo da operação com adendo do horário que os presos chegam a CTBA. Áudio melhor depois das reclamações via internet. Frases de efeito do Carlos Fernandes "O sistema político partidário está apodrecido pelo abuso do poder econômico.

			<p>Essa é a mensagem que gostaríamos de deixar o dia de hoje”. Reporter da RPC Karina Garcia fez com que o procurador dissesse aquilo que já sabia: Como gim participou da corrupção. Possivelmente para gravar aquilo que estava no texto release. Record News transmissão ao vivo e repórter informa antes da pergunta. Áudio melhorou muito, dá p ouvir as perguntas bem claramente pela primeira vez. Repórter pede os nomes de outros envolvidos. Athayde lê a decisão de prisão preventiva de Sérgio Moro, termos como dissimulado estão presentes no documento. Também faz um discurso a princío ensaiado em defesa das delações e das dez medidas contra corrupção. Fala não espontânea, claramente preparada. Mais um momento da frase de efeito. (isso acontece por volta dos 15 minutos). Carlos Fernandes ao responder sobre Sérgio Guerra reforça que a corrupção não é partidária e sim sistêmica. Repórteres perguntam de outros políticos que possam ter participado do esquema de gim argelo (várias vezes). Como não cabe a investigação ctba (foro privilegiado). De forma que as respostas tentam fugir da tentativa de envolver outros nomes. Atayde diz em algum momento que “ele deveria se articular”, mas isso não é parte da investigação.</p>
29º fase “Repescagem”	23/05/ 2016	Coletiva: 48 minutos / 13.757 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=QFu83sSqk3o	<p>Igor (delegado regional de combate ao crime org e coordenador da lava jato), Rosalvo, Luciano flores de lima delegado pf e Diogo Castor de mattos. Igor resumo e Luciano explica o funcionamento. Luciano usa frases de efeito “Sangrar os cofres públicos”. Eles serão presos assim como o João Carlos de Carvalho Janot foi preso hj”. ‘Mesmo depois de condenado, ele continuava a participar de crimes como deboche à justiça Brasileira”. Áudio estava mais uma vez muito bom. Microfones sem fio pela primeira vez percebidos na mesa, antes com fio e ficava passando de uma para outro. “Temos inclusive o recibo da propina assinado no nosso inquérito” “Temos um deboche da justiça criminal brasileira, dos órgãos de investigação hj esperamos que sse deboche deve dar lugar ao respeito a justiça que</p>

			<p>está fazendo o seu papel”. Umberto do Amaral Carrilho considerado foragido repórter Adriana g1 pergunta. Luciano explica que ele está foragido, mas a pf espera que o advogado entre em contato para sua apresentação. A pf sabe onde eles está no exterior, repórter pergunta onde é a o delegado Luciano diz q não vai revelar para preservar a negociação com a defesa. Perguntas sobre uma matéria da folha que a troca do governo deve enfraquecer a lava jato. Rosalvo responde que não tem indícios disso, mas sim o contrário que receberá reforço financeiro para operação. (declarações de Romero Jucá ministro planejamento). Todos responde que não existe indícios do fim da Lava Jato.” Os áudios se comprovados devem ser apurados no foro adequado, fomos surpreendidos por isso também.” “ a lava jato não sofre influencias políticas, MPF, RF e PF alcançaram um patamar de credibilidade que não permite isso”</p>
30º fase “Vício”	24/05/ 2016	Coletiva: 52 min/ 12.581 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=ajAxvLQTbvl	<p>Rosalvo, Igor, Renata da Silva Rodrigues delegada PF, Roberson Pozzobom Procurador MPF, Roberto Leonel de f Lima Receita Federal. Protocolo de abertura indica que as placas com os nomes podem ser conferidas com os nomes das autoridades. Igor explica que o nome vício indica como estão as formas de contratação no Estado, e a necessidade de um processo de desintoxicação dessas contratações. Pozobom relaciona a ineficiência do estado ao não discutir as 10 medidas contra corrupção. Neste momento a coletiva vira palanque pela aprovação de um projeto e não mais a prestação de informações. Isso aos dez minutos da coletiva. Repórter pergunta se a credencial é uma empresa de fachada, pozobom ri e dá indícios de que sim, mas não afirma. Assessor finaliza a coletiva informando que teremos a ultima pergunta agora. Isso é novidade. Horário de chegada dos presos à sede de Curitiba também é algo recorrente.</p>
31º fase “Abismo”	04/07/ 2016	Coletiva: 43 minutos/ 15.127 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=ajAxvLQTbvl	<p>Rosalvo, Igor, Roberto Leonel Lima Auditor RF, Roberson Pozobom Procurador MPF e Júlio Carlos Mota Noronha procurador. Igor lê uma nota (que será entregue aos</p>

ch?v=Uz2GvRBdlP4

Cobertura:

<https://veja.abril.com.br/politica/delegado-afastado-alfineta-diretor-da-pf-lava-jato-nao-pertence-a-burocratas/>

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sai-de-cena-leandro-daiello/>

<http://www.justica.gov.br/news/coordenacao-da-lava-jato-esclarece-alteracao-na-equipe>

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/03/26/interna_politica,857249/operacoes-expoem-briga-na-pf.shtml

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nao-ha-desmanche-da-lava-jato-afirma-pf/>

<https://www.jota.info/justica/cartada-decisiva-da-lava-jato-follow-money-05072016>

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pf-explica-substituicao-de-delegados-que-integravam-equipe-da-lava-jato.html>

jornalistas) em defesa da operação. A nota informa a troca de dois delegados da PF e diz que isso não significa o desmanche da lava jato. Eduardo Mauat da Silva Rio grande do Sul e Duilho Mocelin Cardoso de Rondônia são os delegados substituídos (Igor agradece pelo trabalho dos delegados). Entram Rodrigo San Fogo e Luciano Menin e Roberto Biazoli. Luciano Flores de Lima pediu para sair de forma temporária. A nota é lida logo depois do protocolo apresentar os presentes. É a primeira ação do delegado Igor, antes mesmo do resumo. “ O povo brasileiro hj não aguenta mais que os agentes públicos/ agentes políticos flertem ou namorem ou casem com a corrupção. Precisamos que as duas principais causas da corrupção que foram identificadas na operação lava jato, quais sejam: a crise política e a impunidade sejam enfrentadas com reforma política e com 10 medidas contra corrupção. Precisamos mudar esses temas. Somente assim conseguiremos virar a página (sic) para um brasil mais juntos” Fala de efeito do Pozzobom. Em seguida defesa dos acordos de delação/ leniência. Isso na versão de Pozzobom ajudaram a revelar/ desarticular o esquema. “ A quem cabe atacar esses acordos? Com que interesse?”. Mesmo com tudo isso, as primeiras perguntas das jornalistas estão centrada no esclarecimento do montante do desvio da Operação. A jornalista da folha cita o texto do MPF sobre a Operação para esclarecer sobre detalhes da Operação. Nenhuma pergunta sobre a troca dos delegados, as matérias não dão voz aos delegados afastados.

		http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/delegados-que-integravam-equipe-da-lava-jato-no-pr-sao-substituidos.html	
32º fase “Caça-Fantasma”	07/07/2016	Coletiva: 47 min/ 8.026 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=gzlikM4Z0C4	Igor, Rosalvo, Maurício Moscardi Grilo PF, Rodrigo San Fogo (novo delegado da lava jato) e Gerusa Burman Viercili procuradora MPF. Três dias depois de assumir, o novo delegado está na mesa de coletiva. Depois do resumo da operação feita pelo Igor, o novo delegado inicia a explicação do funcionamento do esquema. O microfone apresenta problemas (microfonia) e o deixa constrangido. Antes de passar para Gerusca, Igor explica que o Doutor Rodrigo é o novo delegado que chegou há pouco na lava jato. Chama a substituição de programada. Na fala da Gerusca, nova microfonia, assessor pergunta se tem algum rádio ou microfone dos repórteres operando. O novo delegado havia recém pegou o celular e tirou da mesa rapidamente (pela segunda vez, a primeira quando o problema aconteceu pela primeira vez). Pergunta sobre o sigilo dos dados da operação, o Igor diz que não tem conhecimento do fim do sigilo, mas reconhece que a prática do Sérgio Moro é tirar o sigilo até meio dia do dia da Operação. Repórter Estelita Folha de São Paulo pergunta sobre a troca dos delegados, relaciona ao vídeo publicado dia anterior pelo delegado afastado. Ela mesmo sugere que o Rosalvo responda. Ele diz que não tem interferência na lava jato. Trocas foram planejadas/ previstas no cronograma. (mas o delegado Mauat disse que saiu antes do planejado, isso não foi replicado pela repórter.) Mais duas perguntas sobre operação e fim da coletiva.
33º fase “Resta Um”	02/08/2016	Coletiva: 40 min/ 11.887 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=gzlikM4Z0C4	Rosalvo, Igor, Carlos Fernandes, Renata da Silva Rodrigues (pf), Gerusa Burman Procuradora MPF. Igor e Renata explicam ao nome Resta Um (embora não signifique o fim da

		ch?v=6SRWxAkk5S4	<p>investigação, representa a última grande empreiteira investigada Queiroz Galvão). Carlos Fernandes diz ter duas mensagens: resta um, mas falta muito e o dia de todos investigados vão chegar, mesmo que demorem um pouco. Todos serão investigados e comprovamos suas irregularidades serão pedidas suas condenações. Gerusca defende a lava jato e de novo defende as delações/colaborações. Repórter da Globonews pergunta o que a operação tem de novo, já que os crimes já tinham sido descobertos em outras operação. A delegada renata informa que se trata de tentativa de obstrução à justiça. Parece que não é o mesmo assessor que está coordenando a coletiva, uma outra voz que não aparece no vídeo. Renata olha ao celular durante a resposta, vibração indica conversa whats app. Renata reforça a explicação que só investiga sem foro. Ricardo estadão insiste na pergunta dos partidos não PT e pq a queiroz galvão vai ter um destino diferente dos anteriores. Ricardo insiste mesmo sem microfone e Carlos Fernandes vai respondendo protocolarmente (corrupção é sistêmica e não partidária, lava jato precisa do povo e da mídia etc).</p>
34º fase "Arquivo X"	22/09/ 2016	<p>Coletiva: 48 minutos/ 48.826 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=1nYT17zCdBk</p>	<p>Rosalvo, Igor, Carlos Fernandes, Roberto Leonel de Oliveira RF. O assessor Paulo Gomes está de volta ao cerimonial. "Arquivo X" Empresas do Eike Batista. Pedido de prisão Guido Mantega. Igor explica nome da operação e explica a tentativa de prisão de Guido. Disse que a PF não sabia da situação da mulher dele (internada no hospital Abert Einstein). Não fez a busca até o deslocamento da pf para o hospital. Desceu na porta do hospital e foi com a equipe para depois iniciar a busca. Ao final da busca foi levado para superintendência sem alarde. Equipe não entrou no hospital e disse não conhecer a situação. Explicando ou antecipando possíveis críticas às ações da pf. Carlos Fernandes diz que foi coincidência a prisão no dia da cirurgia. Lamenta essa coincidência. Áudio ruim, tão ruim quanto antes dele ficar limpo e perceptível melhora. Reclamações do áudio no</p>

			<p>comentário e discussão polarização política. Nomes dos presos mais uma vez divulgado no microfone pelo Igor. Pergunta sobre livrar o Eike (ter ajudado espontaneamente) e se não era possível antecipar que o Guido não estaria em casa. Igor diz que a pf não tinha conhecimento. Carlos Fernandes diz que os pedidos foram feitos antes e não tinha como saber, mesmo com a prisão ser autorizada antes. Isso acontece com réus pobres e ricos, mas a pf agiu de forma cautelosa. E Eike colaborou espontaneamente e não viu necessidade de pedir prisão. Dulcinéia perguntas qual necessidade de prender? Carlos Fernandes: prisão temporária. Tem função probatória. Não é prisão preventiva, mesmo que a MPF tenha pedido, mas o juiz não reconheceu risco às investigações. Sob alegação da “perturbação à ordem pública”. Repórteres escavam a informação que o MPF pediu a prisão preventiva, mas não conseguiu e só conseguiu a temporária. Quando Carlos Fernandes indica que Eike sabia e possivelmente participou do esquema de propina, dois repórteres perguntam mesmo sem microfone se com essa informação não era o caso de algum procedimento contra ele. Carlos Fernandes diz que não pois já tinha o depoimento do Eike. Mais um repórter pergunta sobre prisão Guido, na sua pergunta diz que perturbação ordem pública mas sem o pt no governo. Carlos Fernandes diz que a prisão é temporária e por isso o argumento da ordem pública não foi usado pelo juiz.</p>
35º fase “Omertà”	26/09/ 2016	<p>Coletiva: 1 h 33 min / 85.396 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=z6EN2nLH4_Q</p> <p>nota: http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/09/nota-a-</p>	<p>Rosalvo, Igor, Felipe Illepasse (delegado PF), Roberto Leonel de Oliveria Lima RF, Laura Gonçalves Tesler Procuradora, Atahyde R Costa procurador. Todos de terno. Rosalvo diz que Igor vai ler uma nota e que o conteúdo da nota não será abordado na entrevista e nem serão respondidas perguntas sobre a nota. As dúvidas sobre a nota devem ser enviadas à comunicação social da PF de Brasília. Operação da prisão Palocci. Nota lida pelo Igor diz que a operação seguiu o mesmo protocolo das outras e só os envolvidos sabiam o que ia acontecer. Igor diz que Ministério da Justiça não sabe</p>

		<p>imprensa-35a-fase-da-operacao-lava-jato</p> <p>motivo da nota: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/09/26/pf-nega-que-ministro-da-justica-soubesse-de-nova-fase-da-lava-jato.htm</p> <p>https://www.ocafezinho.com/2016/09/27/alexandre-moraes-antecipa-operacao-lava-jato-em-ato-de-campanha-do-psdb-e-desperta-a-ira-de-temer/</p>	<p>com antecedência. A explicação diz respeito ao vazamento do ministro da justiça. Felipe detalha como Paloci participou do esquema. O modo de explicação é detalhado com citações do processo que são declarações. Áudio melhora bastante, volta aos padrões pós melhora. Depois que o delegado Felipe explica tanto Receita Federal quanto m f elogiam seu detalhamento. Laura continua o detalhamento com o número de encontros, etc. Com 45 min se passa para as perguntas da imprensa. Dúvida de quem é o grande mentor: Palocci? Dirceu? Lula? Resposta: o que temos hoje é o paloci. “vou perguntar em nome do grupo: se pudessemos ter uma escala de importância dos participantes, quem estaria acima?” “A investigação está em curso e quando concluída teremos essa escala resposta do Athayde. “Pq não há novas ações contra Marcelo, se ele organizou esse esquema? Ele já está preso e não há novos dados contra ele” responde Felipe. O que justifica a prisão dos envolvidos? Risco à investigação? Como a defesa vai poder proceder em um período criminal tão grande 2006 a 2013?. Resposta do Felipe: prisão que rastrear o dinheiro e risco à ordem pública, pois mesmo fora do governo ele continuou tratando de decisões do governo. Quanto a defesa, ela pode arguir qualquer argumento. Atayde alega que a prisão temporária é importante para garantir o andamento da investigação devido a alta influência de Paloci. Igor rebate as críticas de caráter eleitoreiro da investigação, mas ele diz que a investigação se ateve aos fatos e isso tem seu tempo próprio. Laura também completa que o tempo de investigação 2006 a 2013, são casos específicos e bastante claros. Felipe volta a dizer que a planilha diz a data do valor solicitado, mas não recebido. Assessor intervém dizendo que será a última pergunta. Vem da alana, sobre codinomes não tem os nomes. .</p>
36ºfase “Dragão”	10/11/ 2016	Coletiva: 44 min / 9.796 visualizações	Rosalvo, Igor, Pozobom, Julio Mota Noronha Procurador MPF. Escritório Jaime Lerner diz respeito a uma investigação

		<p>https://www.youtube.com/watch?v=nwyv8KAmUSQ</p> <p>Cobertura:</p> <p>https://globoplay.globo.com/v/5440899/</p>	<p>do Tocantins, não esclarecer na coletiva. Dragão é uma referência a um código do sistema de propina. Juliano reforça o papel integrado da investigação na lava jato já na apresentação. Pozzobom mostra o cenário de caixa 2 e questiona os comentários dos governantes de anistiar o caixa 2". " o recado que o brasil precisa passar para esses agentes é que eles tenham medo de agir de forma ilícita, pois mais cedo ou tarde esses crimes serão descobertos e eles enquadrados nos termos legais". Repórter pergunta sobre a participação da Odebrecht, "já que ela não estava no release" Ricardo SBT diz que vai se pronunciar sobre a prisão de advogados, como vcs veem isso? "Nenhuma profissão está isenta ou imune a profissionais com atos ilícitos. Os escritórios da ordem devem acompanhar isso. " Resposta Pozzobom "eles tinham uma verdadeira confraria criminosa" Pozzobom. Pozzobom mais uma vez critica o congresso por projetos de leis que visam limitar as investigações. Defende as dez medidas. Repórter: como rastrear o tacla duran? Pozzobom "diversos mecanismos e delações, neste caso as delações. " Toda colaboração visa ampliar aquilo que se tem". Repórter pergunta do nome da operação, Igor diz que um operador usava o nome dragão como um indicativo de que a propina estava disponível.</p>
37º fase "Calicute"	17/11/ 2016	Sem referencia a coletiva	
38º fase "Blackout"	23/02/ 2017	Teve coletiva, não disponível	
39º fase "Paralelo"	28/03/ 2017	<p>Coletiva: 53 min/ 13.216 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=VAjytgr_u-c</p>	<p>Rosalvo, Igor, Dante Pegoraro lemos pf, Julio Mota Noronha procurador e Roberson Pozzobom e Roberto Leonel Lima auditor rf. Depois do resumo do Igor, Dante se apresenta como o mais novo delegado da lava jato antes de iniciar a explicação do esquema. Ainda se ambientando como o sistema, Dante termina a fala com três minutos e antes de passar a palavra, olha para Igor e pergunta se é preciso falar mais alguma coisa. Igor diz que não e Julio começa a falar. Pozzobom ao responder até que ponto os atos ilícitos</p>

			atingiram a Petrobrás aproveita para responder que “o caminho mais indicado para eles (ex-diretores) é não tentar esconder o que fizeram”.
40ª fase “Asfixia”	04/05/ 2017	Coletiva: 1 hora/ 5.053 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=1x7MdsgD-RM	Começa só o áudio, ainda nos bastidores (pré-início). Igor, Rosalvo, Renata Da Silva Rodrigues, Roberto Leonel RF, Carlos Fernandes procurador e Diogo Castor de matos. Áudio até 15 minutos, possivelmente instabilidade com a internet. Fica sem áudio e vídeo com 5 min, volta com 15 min. Volta áudio e vídeo. Apesar dos problemas de áudio e vídeo, não há reclamações nos comentários. Fica incompreensível.
41ª fase “Poço Seco”	26/05/ 2017	Coletiva: 35 min/ 5.796 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=hxZQN8JUvZ8	Igor, Carlos Fernandes e José Washington Luiz dos santos (delegado regional executivo) Rosalvo não está, a gravação não explica porque Rosalvo não está. José W. abre a coletiva de forma muito similar a que Rosalvo fazia. Coletiva acontece um dia depois do moro inocentar a esposa do Cunha. Na apresentação Carlos Fernandes já fala que isso aconteceu e isso tem relação com a operação de hoje. Ao abrir para perguntas a repórter Tábata da cbn faz a pergunta “Como o mP vê essa absolvição? Vão recorrer.” Carlos Fernandes diz que mp vai recorrer pois sabe que “parte desse dinheiro abasteceu a conta usada por Cláudia cruz para seus gastos em bens voluptuários”. discorda e entende que “isso decorre mais do coração generoso do juiz Sérgio moro e na interpretação de um fato envolvendo a esposa de uma pessoa que sabidamente está ligada a corrupção, mas uma pessoa como a Cláudia cruz, jornalista e com nível cultural que ela tinha e ausentes quais quer justificativa que ela tinha para ganhos dessa natureza de seu marido que nada mais era que um deputado então, portanto com ganhos limitados nós entendemos que é injustificável a absolvição.” Problemas de microfonia são muito intensos. Jornalistas, para evitar os problemas, começam a perguntar sem microfone. Pergunta da folha sobre a diminuição da operação, Carlos Fernandes diz que no mpf isso não acontece, pelo contrário temo reforço de alguns ajudantes.

			<p>Na pf teve uma diminuição para 4 delegados. Igor completa dizendo que isso realmente aconteceu, seriam 6 hj cinco com ele. Isso dificulta, pois SP e Brasília tem mais volume de demanda neste momento, mas isso dificulta a situação em ctba. Vms ter que superar a dificuldade operacional senão o reflexo nos resultados será certo. Igor não sabe dizer se isso tem alguma influência externa, mas sabe dizer que tem uma justificativa operacional da pf. Tem mais um senhor colaborando com a assessoria da pf. Igor é novamente perguntado sobre a diminuição, ele diz que não vê interferência mais sim a ramificação da operação e por isso fica difícil para outros estados cederem policiais. Até os assessores de imprensa estão de terno. Desta vez é possível ver o pós-coletiva (momento de gravar, antes ó para entender o esquema).</p>
42º fase "Cobra"	27/07/ 2017	<p>Coletiva: 30 min/ 5.606 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=BetqVLlPkc</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=CAI_thMi8H0</p>	<p>Assessor de imprensa faz lembrete que que serão tratados na coletiva apenas assuntos referentes a operação da manhã. Rosalvo, Igor, Roberto Leonel rf, Felipe Eduardo Hideo Hayashi-delecor, Atahyde ribeiro costa procurador. Igor explica o nome da operação tem relação com o apelido do diretor da Petrobrás. Comentário na página da pf: Silvia Trindade" Sugestão para o cerimonial : encher os copos antes das pessoas sentarem e colocar pequenas garrafas cheias e sem o lacre à frente dos copos. No mais, muito silêncio né galera. Gratíssima.". Assessor anuncia a última pergunta (não se esgotou). Há suspeita de vazamento da coletiva.</p>
43ºfase "Sem Fronteira"	18/08/ 2017	<p>Coletiva:1 h 7 min/ 4.263 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=n52pqZa56G4</p>	<p>Rosalvo, Igor, Felipe Imepasse e Paulo Roberto de Galvão de Carvalho.</p> <p>Coletiva única para as fases 43 e 44. Mais uma vez o recado sobre respostas sobre assuntos relacionados à operação da manhã. Procurador começa parabenizando o trabalho da pf. Voltam os microfones com fio. Justificativa para duas fases juntas foi de que se tinha informações para as duas fases e isso otimiza os gastos. Um dos mandados de prisão foi revogado devido ao sujeito estar hospitalizado, uma repórter</p>

			pede o nome de todos e os nomes dos presos, foragidos e do que teve o mandado revogado foi passado. Igor diz que não há restrição orçamentária a otimização é para que esse efetivo volte e trabalhe o quanto antes. Mais uma vez o assessor encerra a coletiva com o anúncio da última pergunta. Igor chacoalha a cabeça para o corte do assessor.
44ºfase “Abate”	18/08/ 2017	Coletiva: 1 h 7 min/ 4.263 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=n52pqZa56G4	Coletiva única para as fases 43 e 44 Rosalvo, Igor, Felipe Imepasse e Paulo Roberto de Galvão de Carvalho. Coletiva única para as fases 43 e 44. Mais uma vez o recado sobre respostas sobre assuntos relacionados à operação da manhã. Procurador começa parabenizando o trabalho da pf. Voltam os microfones com fio. Justificativa para duas fases juntas foi de que se tinha informações para as duas fases e isso otimiza os gastos. Um dos mandados de prisão foi revogado devido ao sujeito estar hospitalizado, uma repórter pede o nome de todos e os nomes dos presos, foragidos e do que teve o mandado revogado foi passado. Igor diz que não há restrição orçamentária a otimização é para que esse efetivo volte e trabalhe o quanto antes. Mais uma vez o assessor encerra a coletiva com o anúncio da última pergunta. Igor chacoalha a cabeça para o corte do assessor.
45ºfase “Abate II”	23/08/ 2017	Coletiva foi enviada por e mail como áudio de whats app. Vídeo não está disponível.	
46º fase	20/10/ 2017	Coletiva: 36 min/ 2.021 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=bOM9-dNrYBs&feature=youtu.be	Coletiva não está facilmente achada no site da pf. Rosalvo não está na mesa. José W. Luiz (em exercício). Igor Romário (deixa de ser apresentado como coordenador lava lato delegado de combate ao crime organizado, Felipe Hideo Rayashi e Pozzobom. Depois do Pozzobom explicar a operação, Felipe pega o microfone e destaca a importância do trabalho conjunto entre pf e mpf. “São um só time, se

		<p>https://www.conjur.com.br/2017-ago-09/discussao-delacao-tira-bastidores-disputa-entre-pf-mpf</p> <p>https://jornalggn.com.br/noticia/a-licao-do-procurador-aos-delegados-que-indiciam</p>	<p>jogarmos mal a sociedade perderá. Como chefe da delegacia, eu entendo que nos precisamos rever o modelo de cooperação entre pf e mpf e clamo a uma certa urgência no sentido que a procuradora geral da república ela reveja o posicionamento institucional de exclusão dos delegados da polícia federal dos acordos de colaboração premiada. A exclusão dos delegados só favorece o crime organizado” Repórter pergunta se os acordos sem a pf seriam mais eficientes, Felipe foge da resposta e diz que tem q mudar daqui para frente. repórter pergunta se Pozzobom concorda com Felipe ele diz que sim no tocante a colaborações entre as instituições. (ISABELA da globo News, tem q entrevistar esse mulher!!!).”Sobre a interpretação da procuradoria geral da república, essa é a interp da proc geral da república” Pozzobom. Dulcinéia também aponta um equívoco de informações do mpf e pf. MPF diz que é 46 fases e pf diz que não, afinal é ou não é? São mesmo time? Felipe: “Independente de ser ou não a 46° fase são medidas realizadas no contexto da operação lava jato. Se contou ou não como 46° fase não acredito que este seja o ponto mais relevante” Felipe (antes olhou p Igor com cara, vc responde? Ele negou). Pozzobom diz que “tem na lei o que é fase e o q não. Então como foi convencionado essa é nova fase” Repórter: pf vai abandonar a nomenclatura de fases, já que isso não é relevante. Felipe diz que isso seria uma questão formal, mas isso não influencia. Mas eventualmente podem surgir, não foi abandonada a nomenclatura.” Lava jato PR, SP, RJ e BSB. Isabela tenta uma nova pergunta, respostas secas. Dulcinéia também faz nova pergunta, também resposta seca.</p>
47°fase “Sothis”	21/11/ 2017	<p>Coletiva: 21 min/ 2.609 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=BluCs9EF0NU</p>	<p>Mais uma vez o recado de que a coletiva deve tratar de assuntos apenas relativos à operação da manhã. Rosalvo Ferreira Franco exonerado em 12/12/2017, aqui ele já não estava em exercício.. Ele não estava na mesa Jose W Luis Santos (superint em exercício), Igor Romário de Paula, Felipe Eduardo Ideleuwashi pf, Ivan Izeokowisky pf, Gerusa</p>

		https://oglobo.globo.com/bras-il/chefe-da-pf-no-parana-vai-se-aposentar-ja-tem-substituto-22088540	<p>Burma Vlêscelli Procuradora e Athayde ribeiro costa. Igor pede que os repórteres e atenham aos fatos dessa operação: “Não é objetivo dessa coletiva falar de transição na pf ou ao relacionamento pr e mpf. Não é nosso papel aqui alimentar qualquer tipo de polêmica até pq tudo que tinha que ser falado sobre o assunto foi falado ontem”. Depois da fala dos delegados, o cerimonial afirma “passamos a palavra para o ministério público”. (isso nunca tinha acontecido). “aqueles que cometeram crimes, seja na Petrobras, seja na transpetro seja na br distribuidora, n~;ao fiquem tranquilos, a lava jato avança e as investigações continuaram profundas e firmes até o seu fim” frase atayde. Douglas da bandnews percebe um clima “diferente” (nos releases e até mesmo na coletiva) e pergunta se o trabalho continua conjunto até que ponto? Athayde responde: Nosso trabalho sempre foi conjunto. Igor também responde: Não houve mudança nenhuma, é como o dr Athayde disse. Cada um tem suas atribuições na operação e não há problema nenhum na relação”. Assessor faz foto da placa com os nomes para um jornalista. Assessor: “Qual será a última pergunta agora?”</p>
48ºfase “Integração”	28/02/ 2018	<p>Coletiva: 56 min/ 7.428 visualizações</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=iBxHNcKpat8</p> <p>Cobertura: http://g1.globo.com/pr/parana/videos/t/todos-os-videos/v/lava-jato-tem-a-primeira-operacao-do-ano-e-a-48-fase-da-operacao-/6525225/</p>	<p>Novo superintendente nomeado Mauricio Leite Valeixo. Sem superintendente na mesa. Som ruim, reclamações nos comentários. Carlos Ferandes Igor, Diogo castor de matos (procurador). Isabela Globo News: Pq hj o governador não é investigado? Tirar a pecha de que a lava jato não chega ao psdb? Diogo: esta sob investigação e não há indícios de sua participação. Carlos Fernandes: a lava jato não tem cunho partidário ou político. Cai a transmissão no final.</p>
49º Fase		Coletiva: 26 min/ 8.011	Jornalistas Participantes: Ana Luiza (Folha de S. Paulo),

<p>“Bouna Fortuna”</p>		<p>visualizações https://www.youtube.com/watch?v=7AQ8uxWS30E</p> <p>Cobertura: http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/ex-ministro-delfim-netto-e-alvo-de-nova-fase-da-lava-jato/6564613/</p> <p>http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/49a-fase-da-lava-jato-apura-ilicitos-na-construcao-da-usina-hidreletrica-de-belo-monte</p>	<p>Simone (RIC TV Record), Luiza (RPC), Kelly Cadamus (Gazeta do Povo), Isabela (Globo News), Ana Zimmermann (RPC TV), Rafael (Valor Econômico).</p> <p>Jornalistas podiam fazer mais perguntas depois de “passar a vez”. A coletiva não foi transmitida ao vivo pelo Canal GloboNews, mesmo tendo link ao vivo da sede da PF . A coletiva teve 26 minutos de duração. Ao todo, 533 pessoas acompanhavam a coletiva transmitida ao vivo pelo canal da PF no Youtube.</p>
<p>50° Fase “Sothis II”</p>	<p>23/03/2018</p>	<p>Não Houve Coletiva</p>	
<p>51° Fase: “Deja vú”</p>	<p>8/mai o/2018</p>	<p>Coletiva: 1hora 1 min / 8.073 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=GK03XSKobml</p>	<p>Igor (delegado regional de combate ao crime organizado na pf), Felipe (delegado chefe da delegacia de combate a corrupção e ao crime financeiro na pf), Roberto Leonel, procurador Julio Carlos Noronha e Pozzobom. Sem superintendente. Destaque de que investigam os sem foro privilegiados.</p>
<p>52° Fase: “Cobra”</p>	<p>27/07/2018</p>	<p>Teve coletiva, não disponível</p>	
<p>53° Fase: “Piloto”</p>	<p>11/09/2018</p>	<p>Coletiva 43:10 - 5.447 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=408WmyNxbGI</p>	<p>Poder 360 e Rádio Sociedade acompanha e comenta pelo bate papo do youtube. Igor Romário é identificado como delegado de combate ao crime organizado. O “novo” superintendente não está na mesa e Igor ocupa o lugar central. Na mesa ainda estão o Carlos Fernandes MPF, Diogo Castor MPF e Felipe Eduardo Hydeo Rayashi delecior, Auditor fiscal da Receita Roberto Leonel de Oliveira Lima. Igor explica que deu “confusão” de manhã mas explica que</p>

			<p>são operações distintas entre PF e gaeco. Moro é juiz da 13º da justiça federal.</p> <p>Carlos Fernandes e castro de Mattos reforçam que a investigação são independentes (Gaeco e Lava jato). Diogo diz que “o mp pediu a prisão de pessoas envolvidas na operação mais o juiz entendeu que não seria o caso”. (pessoas Deonilton Holdo e Jorge Alterino (preventiva) e Tiago correia (temporária)). Perguntado sobre quais documentos foram apreendidos na casa de Richa, Hayashy diz: “A pF não se manifestará sobre alvos específicos”. Lava jato e Gaeco “foi coincidência”. Digo antes de revelar o nome do Denilton roldo e Jorge Alterino e Tiago correia olha para o igor e pergunta se a informação dos pedidos de prisão já são publicas e ele acena q sim. Pergunta direta do Rafael do valor econômico: DR Hayashy, o sr confirma que a PF pediu a prisão de Pepe Richa? E o beto Richa, será convocado a depor ou já foi ou as autoridades não tem interesse em ouvi-lo? Hayasy: a PR não se manifestará individualmente sobre qualquer investigado, no entanto, o que podemos afirmar é que houve o pedido de algumas prisões temporárias que nos entendemos que eram imprescindíveis para fins de investigação nos termos da legislação vigente, no entanto o juiz entendeu que isso não necessário.”</p> <p>Pergunta sobre lado da lava jato, que agora chega ao psdb. Pergunta deferencial. Carlos Fernandes: nos não temos lado, mas o foro privilegiado é um obstáculo. Nesta caso é político do psdb mas não é nosso objetivo escolher esse direcionamento.</p> <p>Nesta operação não veio release, veio só o link da coletiva.</p>
54º Fase	25/set /2018	Sem referencia a coletiva	http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/54a-fase-da-operacao-lava-jato-realiza-busca-e-apreensao-em-portugal

			2º no exterior. Sem envio de releses para imprensa.
55º Fase Operação Integração II	26/09/ 2018	Coletiva: 45: 44 visualização: 3.883 https://www.youtube.com/watch?v=rTX94HPVKKU	Começa a transmissão já com a coletiva em andamento. Igor Romário corrige o relese divulgado atualizando o número de buscas/apreensão. Leonel na mesa Diogo Castor de Matos explica o esquema de corrupção no pedágio. Leonel inicia sua fala que está orientado em nome da Receita federal a uma explicação rápida em torno do “fluxo dos valores que nós identificamos a partir de três equipes de verificação”. O assessor que organiza a coletiva não é o Paulo Roberto Gomes. Depois das falas ele diz que a coletiva está encerrada e que agora aguardam as perguntas. Revela desconhecimento do funcionamento da coletiva. Diogo informa o nome dos envolvidos e antes explica que isso deve estar na decisão do juiz (mandado) e já revela os nomes. Isabela pergunta se beto foi alvo de alguma medida neste dia e diogo diz que o delator afirma que ele estava envolvido. E diz que o ex-governador foi algo na operação piloto e por isso não hj. Assim como seu irmão José Richa filho. Superintendente não está na mesa.
56º Fase: “Operação Sem fundos”	23/no v/201 8	Coletiva 56:17 Visualizações: 6373 https://www.youtube.com/watch?v=iY51rVhei8E	Isabel Groba Vieira, procuradora regional da República. Última à direita: Laura Tessler, procuradora da República. Ambas da força-tarefa Lava Jato no Ministério Público Federal no Paraná . Hayashy, Igor (representa o Valeixo), Cristian Robert W, Isabel V. Groba (MPF), Laura Gonçalves (MPF). Voltou o Paulo Gomes e o cerimonial. Referencia a chefia da 12º vara Gabriela Harth. (Moro já no governo). Laura, depois do detalhamento da operação feito pelos demais da mesa, ela se refere aos valores desviados como “consideráveis e que a corrupção deve ser extirpado do serviço público”. Os procuradores estão sentados sempre à esquerda na mesa e juntos enquanto a pf no outro lado. Igor é o elemento que os divide. Alguém pergunta sobre nome e Cristin ri e diz que não pode dar nome de envolvidos. Repórter do valor econômico diz que apensar do delegado dizer que não vai dar nomes, ele precisa perguntar que pessoas ligadas ao Vacari neto foram presas, o delegado responde que na

			diligencia da PF não havia pedido de prisão, MPF então confirma os nomes que o jornalista perguntou (Rafael Moro). Assessora da PF (Liliana Frazão) responde as questões do youtube, confusão de mulheres na lava jato. Cara do valor econômico pergunta pq o dono da empresa petros não tinha mandado e para fechar pergunta se o Igor está indo trabalhar no ministério do moro. Assessor não deixa o Igor responder, diz que isso não faz parte do contexto da presente coletiva. Risos na mesa. A intervenção do assessor não foi pedida pelo Igor, parece ter sido combinada anteriormente. Coletiva é encerrada após a resposta desta pergunta.
57º Fase Operação Sem Limites	5/dez/ 2018	Coletiva 58:54 Visualizações: 11999 https://www.youtube.com/watch?v=QKkiAdR8gS8	Começa sem som. Igor na ponta da mesa e não começa falando. Athayde também na mesa, ao seu lado um japonês idoso. Áudio começa aos 9 minutos. Bate papo ao vivo reclamações sobre o som. Desta vez quem responde sobre o som é o próprio perfil da pf no youtube. O perfil responde algumas perguntas, “qual o nome do delegado que esta falando?” Resposta: Delegado Filipe Pace. “Parece o Lucas lima do Palmeiras” diz um comentário. Basicamente apoio à lava jato. Jornalistas acompanhando. Ao lado do palco, aparece um banner da receita federal. Pace falou por 17 minutos. Pela primeira vez a receita federal está no centro da mesa. Pf em um lado e procuradores em outro lado. Wilson Kircher vai a mesa falar com Athayde ao final. Transmissão é cortada.

Informações sobre a lava-jato:

http://www.auditoresfiscais.org.br/curitiba/?area=ver_noticia&id=981

<http://observatoriodaimprensa.com.br/dialogo-com-leitores/o-choro-das-viuvvas-do-juiz-sergio-moro-nas-redacoes-e-ensurdecedor/>

<https://m.oglobo.globo.com/brasil/sucessor-de-sergio-moro-herdara-lava-jato-em-fase-final-23209921>

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/374121/Depois-de-cumprir-o-seu-papel-de-prender-Lula-Lava-Jato-chega-ao-seu-final.htm?fbclid=IwAR3W5tuVYJkLnVMtaymNnAAblv8RaC847N6yKf9r3YVUjiPxrAcoRJYyYI>

<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/lava-jato-lula-entrevista-coletiva-nao-exclusiva/>

<https://www.conjur.com.br/2017-ago-09/discussao-delacao-tira-bastidores-disputa-entre-pf-mpf>

<https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2018/07/pf-fez-acordo-com-palocci-para-provar-que-tinha-o-poder-de-fazer-diz-procurador-da-lava-jato.shtml>
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/09/26/pf-nega-que-ministro-da-justica-soubesse-de-nova-fase-da-lava-jato.htm>
<https://www.ocafezinho.com/2016/09/27/alexandre-moraes-antecipa-operacao-lava-jato-em-ato-de-campanha-do-psdb-e-desperta-a-ira-de-temer/>
<https://oglobo.globo.com/brasil/chefe-da-pf-no-parana-vai-se-aposentar-ja-tem-substituto-22088540>
<http://abraji.org.br/noticias/jornalistas-discutem-os-erros-e-acertos-da-cobertura-da-lava-jato-no-congresso-da-abraji>
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1937798-lava-jato-adota-comunicacao-como-um-de-seus-pilares.shtml>
<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>
<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2017/direito-pos-lava-jato/>
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1937812-sem-exposicao-e-impossivel-avancar-contr-poderosos-afirma-dallagnol.shtml>
<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/delegado-da-pf-que-esteve-a-frente-da-lava-jato-e-exonerado-do-cargo.ghtml>
<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2018/03/22/delegado-que-iniciou-lava-jato-e-convidado-a-apoiar-investigacoes-da-pf-no-supremo.ghtml>

Recuperação Fases:

<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/todas-as-fases-da-operacao-lava-jato.html#1>
<https://noticias.uol.com.br/politica/listas/relembre-as-fases-da-operacao-lava-jato.htm>
<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-que-foam-todas-as-fases-da-operacao-lava-jato/>
<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1>
<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>
<http://www.ebc.com.br/lavajato>
<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/linha-do-tempo>

ANEXO A - PROSOPOGRAFIA DOS MEMBROS OPERAÇÃO LAVA-JATO

NOME	LAVA- JATO	LOCAL/ DATA DE NASCIM ENTO	FORMAÇÃO	CARGOS QUE ATUOU	REDE E ESTRUTURA FAMILIAR
Sérgio Fernando Moro	Juiz Titular	Maringá 1972	Direito - Graduação na UEM e Doutorado na UFPR	Juize professor universitário na UFPR	Parente do desembargador Hildebrando Moro - TJ-PR. Marido da advogada Rosângela Maria Wolff de Quadros, parente da família ou oligarquia política Macedo do Paraná. Rosângela também é parente dos Desembargadores do TJ- PR Haroldo Bernardo da Silva Wolff e Fernando Paulino da Silva Wolff Filho,
Rodrigo Janot Monteiro de Barros	Ministério Público Procurador-geral da República	Belo Horizonte 15 de setembro de 1956	Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais	MPF Procurador-Geral da República do Brasil, desde 2013.	Família Histórica Monteiro de Barros. Família do Visconde de Congonhas, Ministro da Justiça no Império. irmão Rogério Janot Monteiro de Barros. Filha do PGR Rodrigo Janot, Letícia Ladeira Monteiro de Barros é uma jovem advogada, especializada em direito econômico, que trabalha em um escritório de advocacia com relevantes contas: Petrobrás, OAS e Brasken.
Deltan Martinazzo Dallagnol	Ministério Público Coordenador E Procurador da República	Pato Branco - PR 29 de janeiro de 1980.	Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito por Harvard.	Procurador do MPF desde 2003. Protestante da Igreja Batista.	Filho do procurador de justiça Agenor Dallagnol.
Andrey Borges de Mendonça	Ministério Público Procurador da República	Franca/ SP 1980	Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (2001) e mestrado em Curso de Direitos Humanos, Interculturalidade pela Universidade Pablo de Olavide (2010). Atualmente é professor da Escola Superior do Ministério Público da União. Membro do Instituto ASF de Estudos Avançados. Coordenador Adjunto do X Curso de Ingresso e	Em 2004 passou no concurso do MPF. Começou a trabalhar em Campinas, depois em Ribeirão Preto e Santos. Desde 2013, está em São Paulo, na Vara Especializada em Crimes contra o Sistema Financeiro e Lavagem de Capitais. Integrou Força Tarefa da Lava-Jato em 2014 (durante	É irmão do promotor Yuri Borges de Mendonça, integrante do Gaeco.

			Vitalicimento de Procuradores da República. É Procurador da República do Ministério Público Federal desde 2004. É mestre, em processo penal, pela Universidade de São Paulo (2015).	Colaborador do Grupo de Trabalho da Lava-Jato perante o STF em 2015-2016.	
Antônio Carlos Welter	Ministério Público Procurador da República		Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.		
Athayde Ribeiro Costa	Ministério Público Procurador da República		Athayde Ribeiro Costa (REDE LFG - Belo Horizonte) Milton Campos		
Carlos Fernando dos Santos Lima	Ministério Público Procurador da República		Cornell Law School. Master of Laws (LL.M.), Crimes do Colarinho Branco e Instituições Financeiras 2008 – 2009 Faculdade de Direito Curitiba. Bacharelado em Direito, Direito 1986 – 1990 Colégio Santa Maria 1976 – 1980		O pai Osvaldo e os irmãos Luiz José e Paulo Ovídio foram procuradores de Justiça do MP-PR. O pai Osvaldo dos Santos Lima foi Deputado Estadual pela ARENA. Presidente da ALEP em 1973.
Diogo Castor de Mattos	Ministério Público Procurador da República		Estudou no Colégio Marista Santa Maria, depois no Colégio Dom Bosco em Curitiba. Graduado em Direito em 2009 pela PUCPR. Em 2009 foi estagiário do procurador Deltan Dallagnol	Procurador da República desde 2013.	Filho do falecido procurador de justiça Delivar Tadeude Mattos e de Maria Cristina Jobim Castor de Mattos, irmã do falecido Belmiro Jobim Castor, ex-diretor do Bamerindus, secretário de Estado várias vezes no Paraná nos anos 70-80 e do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná. O escritório de advocacia Delivar de Mattos & Castor é dos mais conhecidos do Paraná, com os irmãos Rodrigo Castor de Mattos e Analice Castor de Mattos.

Isabel Cristina Groba Vieira	Ministério Público. Procuradora Regional da República, lotada na Procuradoria Regional da República da Terceira Região, em São Paulo.		<ul style="list-style-type: none"> - em Direito, Universidade de Brasília, em 1984; - especialização em Direito na UnB – curso de extensão universitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - entre 1987-1996 foi analista de finanças e controle externo do Tribunal de Contas da União; - atua no Ministério Público Federal desde 1996; - iniciou as atividades na operação Lava-Jato em 2016. 	
Januário Paludo	Ministério Público Procurador da República		Mestre em Direito pela USP; Procurador Regional da República		
Jeruza Burmann Vicilli	Ministério Público Procuradora da República	Ijuí/RS	<ul style="list-style-type: none"> - em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, formada em 2001; - especializações na Universidade da Amazônia (2007) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). 	<ul style="list-style-type: none"> - trabalhou no Ministério Público Federal em Santa Maria e em Porto Alegre; - iniciou na Lava-Jato em 2016; - coordenadora estadual da campanha “10 Medidas contra a Corrupção”; - membro do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial; - coordenadora do Núcleo de Tutela Coletiva; - iniciou em 2016 as atividades na Operação Lava-Jato. 	
Julio Carlos Motta Noronha	Ministério Público			<ul style="list-style-type: none"> Empossado em 2014 como procurador da república. Assume os trabalhos na Lava-Jato em julho de 2015. 	
Laura Gonçalves Tessler	Procuradora do Ministério Público Federal		- Direito, pela Universidade Federal do Paraná;	- iniciou na Lava-Jato em agosto de 2015;	

Orlando Martello Júnior	Ministério Público Procurador da República		Direito PUC-SP	Em 2002, participou da força-tarefa do Banestado. 2010, assumiu o cargo de procurador-chefe no Paraná	
Paulo Roberto Galvão de Carvalho	Ministério Público Procurador da República		Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Em 2001 a 2003 foi Defensor Público da União e em 2003 a 2004 foi Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Em 2004 assumiu o cargo de Procurador da República do Ministério Público Federal.	
Roberson Henrique Pozzobon	Ministério Público Procurador da República		Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 2007, e Mestre em Direito pela PUCPR em 2010.	Participa de eventos e palestras na igreja Batista.	

Fonte: Adaptado de Vanali, Goulart, Monteiro e Oliveira (2017)

ANEXO B - COMPILAÇÃO DE RELEASES PUBLICADOS PELA PF

